

MARIANA DAVI FERREIRA

**A POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA PARA A
INTEGRAÇÃO REGIONAL (2004 – 2012): ENTRE A
DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL E A UNIDADE LATINO-
AMERICANA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Jaime César Coelho

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ferreira, Mariana Davi

A política externa venezuelana para a integração regional
(2004 - 2012): : entre a dependência estrutural e a
unidade latino-americana / Mariana Davi Ferreira ;
orientador, Jaime César Coelho - Florianópolis, SC, 2016.
228 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais.

Inclui referências

1. Relações Internacionais. 2. América Latina. 3.
Capitalismo Dependente. 4. Venezuela. 5. Integração
Regional. I. Coelho, Jaime César . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais. III. Título.

MARIANA DAVI FERREIRA

**A POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA PARA A
INTEGRAÇÃO REGIONAL (2004 - 2012): ENTRE A
DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL E A UNIDADE LATINO-
AMERICANA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Relações Internacionais”, e aprovada em sua forma final pelo Programa Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Florianópolis, 18 de outubro de 2016

Prof. ^a Dr.^a Clarissa Dri

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jaime César Coelho
Orientador

Departamento de Economia e Relações Internacionais
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

Departamento de Economia e Relações Internacionais
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Departamento de Economia e Relações Internacionais
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Pedro Henrique de Moraes Cícero
Universidade Federal de Uberlândia

Dedicado a Fidel e a Dandara, que lutaram enquanto viveram e viveram
enquanto lutaram.

AGRADECIMENTOS

A finalização desse trabalho é uma vitória coletiva. Nesse momento, todo o caminhar desde março de 2014 retornam como lembranças e aprendizado. Todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para o meu crescimento, sintam-se agradecidas!

Primeiramente, agradeço ao povo brasileiro por ter me concedido a possibilidade, através do seu trabalho, de financiar os meus estudos por meio da bolsa concedida pela CAPES.

Agradeço aos meus pais, que fizeram desse processo mais leve, ao olharem nos meus olhos e acreditarem que, em meio ao furacão, tudo daria certo. Vocês foram mais que pais, foram grandes amigos, parceiros dessa caminhada. Desse processo nasce uma dissertação e nosso vínculo sai ainda mais fortalecido. Ao meu pai agradeço os valores da simplicidade, da persistência, da humildade e da honestidade. Por conviver com você acredito que nos construímos cotidianamente como o homem novo e a mulher nova. Por conviver com você e com sua consciência de classe acredito que construiremos uma nova sociedade. À minha mãe agradeço o amor e a solidariedade incondicionais, a força que dela emana, a humildade e horizontalidade no exercício da docência, valores que tanto me inspiram. Nesse processo foram muitas as leituras atentas, as trocas instigantes nos longos debates, os colos quando eu pensava que não conseguiria. Aos dois, muita gratidão, muito orgulho dos seres humanos que são e muita alegria em poder dizer que tenho nos meus pais companheiros para toda a vida.

À minha pequena e grande Alice, agradeço pela irmandade, pelo carinho e por me possibilitar redescobrir nosso amor cotidianamente.

Ao meu companheiro de luta, de vida e de sonhos, Lucas, agradeço a paciência, o incentivo, a doçura e a maturidade. Obrigada por compartilhar a mesma fé no mundo novo, por me ajudar a crescer como mulher e por crescermos juntos como lutadores do povo brasileiro. Obrigada pelos momentos compartilhados e pelo carinho, mesmo quando havia “léguas a nos separar”. Agradeço pelo amor embalado na mística, por sempre insistir que devemos nos reinventar e “cantar a vida dentro da vida, por mais dura que esta seja”. Agradeço também aos ouvidos sempre dispostos e aos abraços reconfortantes. Esse trabalho não existiria sem você ao meu lado para me lembrar que eu conseguiria e sem suas cuidadosas leituras e contribuições. Lucas é parte dessa dissertação, como é parte da minha vida.

Agradeço à Lua, minha querida companheira de organização e de lar. Obrigada pela alegria, pelo cuidado sempre fraterno, pela mística, pelo amor, pelos desabafos e pelo compromisso compartilhado na construção de um projeto popular para o Brasil.

Agradeço ao meu orientador, Jaime, pelas contribuições na minha formação, pela relação sempre horizontal e honesta, pela paciência e compreensão nos momentos difíceis. Mais que um professor, Jaime é um grande ser humano. Por pessoas como ele, acreditamos na construção de um campo acadêmico das Relações Internacionais diferente. Agradeço a oportunidade de aprender com um professor crítico e comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com humildade e horizontalidade no exercício da docência.

Agradeço ao Grupo de Estudos sobre Estado e Capitalismo Contemporâneo (GESECC) pelo aprendizado coletivo nas discussões críticas, qualificadas e sempre descontraídas. Nesse grupo muito aprendi sobre economia, desigualdade e a necessidade da construção de outra sociabilidade.

Ao Nildo, ao Daniel e ao Pedro pela disponibilidade em aceitarem participar da banca, Ao Nildo agradeço as contribuições durante a qualificação e pela importante missão desempenhada em torno da divulgação da Teoria Marxista da Dependência e do pensamento social latino-americano. Ao Daniel agradeço as contribuições desde sua chegada ao PPGRI, sempre de portas abertas para me ajudar a pensar as lacunas e as possibilidades do meu objeto, com muita tranquilidade e horizontalidade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais que contribuíram com a minha formação, em especial à Juliana Lyra, pelas excelentes aulas de Teoria das Relações Internacionais. Agradeço, também, a dois professores com os quais tive o prazer de aprender em disciplinas cursadas em outros Programas: Waldir Rampinelli e Ana Cartaxo, pelos exemplos do exercício docente baseado na horizontalidade e no compromisso com um projeto alternativo de sociedade.

Agradeço aos colegas, em especial ao Emiliano, Gleidiane, Ricardo, Bruno, Marília e Jorge, que me proporcionaram bons encontros nas aulas, almoços no RU e no cotidiano da UFSC.

Agradeço aos principais presentes que o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais me deu. Às flores internacionalistas, Betinha e Thamy, que me fizeram encontrar sororidade, amor e leveza em meio às leituras densas do mestrado.

Agradeço pela amizade sincera, mais que isso, pela irmandade, pelas gargalhadas e pela luz que emana da nossa relação que se alarga para além das fronteiras da academia. Agradeço, também, aos três companheiros que aqui encontrei: Rafa, Jorge e Poli. Ao Rafa e ao Jorge que, na mesma condição de recém-chegados a essa ilha e ao universo contraditório da pós-graduação, contribuíram com a minha formação, com muito amor, muitos debates, muitas cervejas, muitas discussões de relacionamento, muito amor à América Latina e muita energia - resultante do encontro de três seres humanos com sol em escorpião. À Poli, que chegou com toda a tranquilidade mineira e conquistou meu coração, agradeço pela calma que tanto me ajudou, pelas leituras, pela força, pelo olhar manso e pelo amor compartilhado. Sua energia, sensibilidade e carinho marcaram meu caminhar nessa ilha. Ao Rafa e à Poli, em especial, agradeço pelo acompanhamento na reta final da dissertação, pelas leituras cuidadosas do texto e pelas contribuições essenciais. Aos três, gratidão por me fazerem acreditar que é possível, coletivamente, contribuir para a construção do pensamento crítico nas Relações Internacionais. Agradeço também ao Lucas Rovaris, ser humano querido que descobri na sala de aula. De conversas despreziosas surgiu uma bonita amizade. Obrigada pelos debates, pela parceria nas RI e pela ajuda na edição final desse trabalho!

Agradeço ao Samuel e à Ellen, das descobertas mais lindas dessa caminhada, com os quais dividi o lar, os sorrisos cotidianos, com quem compartilhei as angústias desse momento tão peculiar que é o mestrado. Obrigada pela recepção calorosa à paraibana desconhecida e por me aceitarem na construção mística de um lar a léguas de casa. Ao Samu pelo companheirismo, pela sinceridade constante, pela capacidade intelectual e competência profissional de poucos que muito me inspiram, por me ajudar a pensar (literalmente!), pelos debates e embates sobre a realidade latino-americana, pelos desabafos e pelo compartilhar. À Ellen, flor da minha vida, que vi crescer e florescer e com quem cresci juntamente nesses anos, pela força (que ela ainda saberá o quão grande é), pela poesia que escorre pelos poros e pelos sorrisos que tornam a vida mais leve, pelo mesmo compromisso de classe, pelas angústias e contradições compartilhadas do que é ser mulher e do que é ser mulher militante em uma organização política, por acreditar em mim e por me fazer acreditar nela. Obrigada pelas noites em que dormiste com a lâmpada acesa para que eu pudesse ficar a madrugada estudando em tua escrivaninha. Ellen é daquelas mulheres “que tem a força de saber que existe” e que “no centro da própria engrenagem inventa contra a mola que resiste”.

Agradeço à família catarinense de assistentes sociais (em sua maioria!) que fizeram dessa estadia na ilha mais divertida e calorosa: Samu e Ellen, Gio, Giana, Nalá, Jonas, Jennifer, Joana, Ciça, Majo, Danuza, Tamires, Arnaldo (*In Memorium*), Onete, Cleuzi, André e Willian. Vocês são responsáveis por muitos dos meus sorrisos.

À Teresa e ao Gil que me receberam de portas e corações abertos na primeira vez que coloquei os pés na ilha. Por todo o apoio e torcida desde a prova da seleção de mestrado, gratidão!

À Samira, nordestina e alagoana maravilhosa, que me recebeu como “moradora” da ilha. O destino nos presentou com esse encontro regado à muita sinceridade, diversão, sorrisos, compartilhar e força. És dos seres humanos que mais admiro nesse mundo. Sabes do meu carinho, da minha gratidão e do meu amor por ti.

Ao casal mais iluminado da ilha da magia, Lívia e Rogério, agradeço a acolhida sempre que retorno à Florianópolis, o cuidado, ao companheirismo e às conversas divertidas.

Aos companheiros do Levante Popular da Juventude, pela ousadia em construir o novo sempre com muita disposição, alegria e coerência! Somos a juventude do projeto popular e sabendo que a cabeça pensa onde os pés pisam seguiremos organizando a juventude rumo à Revolução Brasileira!

Agradeço a cada companheiro e a cada companheira do meu querido partido, a Consulta Popular, como diria Neruda “me fizeste indestrutível, porque contigo não termino em mim mesma”. Agradeço em especial aos compas do Setor de Juventude: Elida, Hélio, Felipe Baunilha, Suca, Tulio, Juju e os demais. Às companheiras dessa organização que lutam cotidianamente pela construção do feminismo popular, sou mais forte com vocês: Cinthia, Gisele, Lele, Tita, Dorinha, Maria Hellena, Vera, Dora e todas as demais!

Aos sulistas que descobri em meio a luta da Brigada Metico e da construção do Levante Popular catarinense: Pâmela, Rafa, Sofia, Fabiola, Nauro e Fábio. Obrigada pelo encontro na luta em meio às árduas jornadas da Pós-Graduação!

Aos compas Laura e Flavio, que em meio ao frio desse Sul, sempre estiveram presentes, aquecendo meu coração e minha alma.

Aos amigos e companheiros pelas leituras e contribuições finais: Nicolle, Pedro Bocca, João Mário, Lara e Nayanna, meu muito obrigada! A contribuição de vocês foi muito importante para a conclusão desse trabalho!

Aos malandros sempre presentes: Iramaya, Erica, Daros, Iale, Iuri, Arthur, Amélia, Fabrinni, Andry, Alisson. E às minhas queridas

que fazem da distância saudade e das lembranças alimento pra alma:
Clareanna, Susi, Emilia, Raissa, Leydianne, Kiune, Jana, Duda, Haula e
Beca.

Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, emergem nas novas experiências, assim como os tempos presentes, pressentidos e engendrados pelas contradições do passado. A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será.
(Eduardo Galeano em *Veias Abertas da América Latina*)

RESUMO

A presente dissertação possui como objeto de pesquisa a agenda da política externa venezuelana para a integração regional no período 2004-2012. Em 1998, a eleição de Hugo Chávez como presidente da Venezuela resultou em uma série de transformações no âmbito doméstico e na política externa do país. Nesse sentido, a proposta de inserção internacional do Estado venezuelano teve como objetivo estratégico a construção de uma ordem internacional multipolar, assumindo como prioridades: i) a diversificação das relações externas com foco no eixo Sul-Sul e ii) a integração regional latino-americana e caribenha. Parte-se da hipótese que o Estado venezuelano, condicionado pela dependência estrutural e baseado na renda petrolífera, fez uso da diplomacia petrolífera para impulsionar seu projeto de integração regional na América Latina e no Caribe que possuía um conteúdo claramente anti-imperialista e latino-americanista. O presente trabalho constitui, portanto, um estudo de caráter exploratório. No que tange à metodologia, foram analisados documentos oficiais do governo venezuelano e discursos do presidente Hugo Chávez Frías em cúpulas dos processos de integração que a Venezuela fora Estado-membro, no recorte temporal aqui estabelecido, à luz da teoria social crítica latino-americana. O trabalho debruça-se sobre a política externa venezuelana. Para tal, analisa-se o rentismo petrolífero como particularidade do subdesenvolvimento venezuelano e como essa condição incidiu sobre a configuração de sua política externa, a partir da segunda metade do século XX. Em seguida, analisa-se a inflexão no que tange à política externa resultante da eleição de Hugo Chávez, o lugar da integração na agenda da política externa de seu governo e o conteúdo da proposta de integração regional projetada pelo governo Chávez, a partir dos discursos de Hugo Chávez e da movimentação da Venezuela no que tange aos processos de integração regional na América Latina entre 2004 e 2012.

Palavras-chave: Política Externa da Venezuela. Integração Regional. Capitalismo Dependente. Diplomacia Petrolífera. América Latina.

ABSTRACT

This thesis's object is the Venezuelan foreign policy's political agenda towards regional integration in the period from 2004 to 2012. In 1998, Hugo Chávez's election as Venezuela's president produced a myriad of transformations, both in the domestic scope and in the foreign policy. In this sense, Venezuela's international activities strategically aimed the development of a multipolar international order, prioritizing the diversification of the international relations, focusing on the South-South and the Latin-American and Caribbean integration. The hypothesis worked on is that, possessing a dependent economy based on oil finance, Venezuela exerted oil diplomacy to stimulate its regional integration project in Latin America and Caribe, which possessed clear anti-imperialist and Latin-Americanist content. Therefore, the present research is exploratory. In reference to methodology, the analysis of official documents from the Venezuelan government and speeches from Hugo Chávez Frías in regional integration meetings in which Venezuela was a member, from 2004 to 2012, was based on Latin-American critic social theory. For such, oil profiteering is analyzed as a particularity of Venezuelan underdevelopment and how this condition was fundamental to the outline of its foreign policy on the second half of the XX century. Then, the focus is on the inflexion, in the scope of the foreign policy, as a result of Hugo Chávez's election, the place regional integration assumed on the political agenda of his government and the content of the regional integration as proposed by Chávez government, based on Hugo Chávez's speeches and Venezuela's role in the regional integration processes between 2004 and 2012.

Keywords: Venezuela's Foreign policy. Regional Integration. Dependent Capitalism. Oil Diplomacy. Latin America.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Objetivo estratégico da Política Externa Venezuelana.....	128
Figura 2 - Organograma da estrutura da Alba-TCP.....	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Média anual do preço do barril do petróleo cru (1997 2015).....	137
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas do pensamento integracionista latino-americano.....	74
Quadro 2 - Composição de Exportações da Venezuela 1920 – 1935 (em milhares de bolívares)	85
Quadro 3 - Síntese da política externa venezuelana dos governos de regime democrático.....	98
Quadro 4 - Indicadores sociais de pobreza (1997 – 2012).....	115
Quadro 5 - Coeficiente de GINI da Venezuela (1997 – 2012).....	115
Quadro 6 - Categorização da diplomacia venezuelana.....	119
Quadro 7 - Exposição comparativa de elementos da agenda da política externa venezuelana.....	125
Quadro 8 Síntese das oposições entre as propostas para integração econômica.....	159
Quadro 9 - Cláusulas Democráticas nas organizações e processos de integração regional.....	161
Quadro 10 - Principais processos de integração regional com participação da República Bolivariana da Venezuela (2004-2012).....	171
Quadro 11 - Síntese das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo da Alba-TCP (2004-2012).....	178
Quadro 12 - Projetos Grannacionales desenvolvidos no âmbito da Alba-TCP por área.....	186
Quadro 13: Exportações de bens primários segundo a participação no total das exportações (percentuais sobre as exportações totais).....	200
Quadro 14 - Exportações de petróleo cru como porcentagem do valor total das exportações (1998 – 2004).....	200
Quadro 15 - Importações chinesas de bens por categoria de produto (%).....	204
Quadro 16: Exportações venezuelanas para os Estados Unidos segundo a participação no total das exportações (percentuais sobre as exportações totais).....	206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Acción Democrática
ALADI – Associação Latino-Americana de Integração
ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas
ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAN – Comunidade Andina das Nações
CEIMS – Comisión de Enlace para la Internacionalización de las Misiones Sociales
CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COPEI – Comité de Organización Política Electoral Independiente
DIT – Divisão Internacional do Trabalho
FMI – Fundo Monetário Internacional
GESEC - Grupo de Estudos sobre Estado e Capitalismo Contemporâneo
IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IRI – International Republican Institute
MAS – Movimiento al Socialismo
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionária
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MRB-2000 – Movimento Revolucionário Bolivariano 2000
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MPPRE – Ministério do Poder Popular para as Relações Internacionais
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MVR – Movimento Quinta República
NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NED – National Endowment for Democracy
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não-Governamental
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A.
PIB – Produto Interno Bruto
PCV – Partido Comunista de Venezuela
PSUV – Partido Socialista Unido de Venezuela
URD – Unión Republicana Democrática
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	29
1 FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL E DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA.....	43
1.1 Elementos da formação sócio-histórica da América Latina.....	48
1.1.1 Capitalismo <i>sui generis</i> e dependência estrutural	48
1.1.2 Imperialismo e relações de dependência no capitalismo monopolista.....	60
1.2 Tradição do pensamento integracionista latino-americano: teoria e a <i>práxis</i> política.....	71
2 DEPENDÊNCIA COM ABUNDÂNCIA DE DIVISAS: DIPLOMACIA PETROLEIRA E A AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL (2004 – 2012).....	833
2.1 Subdesenvolvimento, rentismo e diplomacia petroleira.....	84
2.1.2 A Venezuela petroleira e a conformação do <i>novo bloco no poder</i>	90
2.1.3 O período <i>puntofijista</i> (1958 – 1998).....	93
2.1.4 O petróleo e a política externa venezuelana no <i>puntofijismo</i>	97
2.2 A conformação de uma “política externa bolivariana” e o lugar da integração regional	111
2.2.1 A inflexão da política externa no governo Chávez	111
2.2.2 O lugar da integração regional da agenda da política externa venezuelana.....	135
3 A PROPOSTA DA INTEGRAÇÃO BOLIVARIANA (2004 – 2012): FUNDAMENTOS, ARRANJOS E LIMITES.....	143
3.1 Análise da proposta da <i>integração bolivariana</i> nos discursos de Hugo Chávez Frías.....	144
3.1.1 Construção de um Pacto de Repúblicas entre os Estados que compõem a região sul-americana.....	146
3.1.2 Complementação produtiva	150

3.1.3	Modelo Democrático Socialmente Inclusivo e Plural.....	155
3.1.4	<i>Diplomacia dos povos</i>	160
3.2	Movimentações da Venezuela para construção da <i>integração bolivariana</i>	163
3.2.1	Novos arranjos a partir da <i>integração bolivariana</i> : o caso da Alba-TCP.....	169
3.2.2	Processo de entrada da Venezuela no Mercosul.....	188
3.3	Limites para consolidação da <i>integração bolivariana</i>	192
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
	REFERÊNCIAS	208
	ANEXOS	224

INTRODUÇÃO

A América Latina, eixo orientador deste trabalho, é uma região que vem passando por transformações significativas, na política e na economia, no limiar do século XXI. Processos que apontam para a busca por maior autonomia para o subcontinente, diante de sua condição histórica de dependência estrutural, assumem maior envergadura na dinâmica conjuntural. Em vista disso, essas questões têm sido objeto de estudo de diferentes campos das Ciências Sociais, como a Economia, a Ciência Política e as Relações Internacionais.

Em meio à diversidade que informa os processos em curso na região, particularmente no campo de pesquisa das Relações Internacionais, esta dissertação possui como objeto de estudo *a política externa venezuelana para a integração regional, entre 2004 e 2012*. Debruça-se sobre a configuração da agenda da política externa venezuelana durante o governo de Hugo Chávez Frías (1999 – 2013), levando em consideração a sua condição de economia dependente (MARINI, 2005) e exportadora de petróleo, a partir da sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho (DIT).

Esse período particular na América Latina representa um momento de inflexão que resulta de elementos do ciclo da economia política internacional – crise das políticas de ajustamento neoliberais¹ – que abriram espaço para que, especialmente, no campo da política, sucedessem mudanças de percepção e imagens coletivas que rechaçassem a agenda encaminhada pelo grande capital internacional. Essas mudanças emergem por meio da retomada da força dos partidos políticos e das organizações de esquerda, das lutas dos movimentos sociais, impulsionando a dinâmica de construção de suas pautas de luta em nível regional², o que resultou, no plano institucional, na eleição de chefes de Estado de cunho progressista em alguns países da região.

1 Segundo Harvey (2012) os ajustes neoliberais foram o instrumento de restauração do poder de uma elite econômica nos Estados Unidos e outros países capitalistas avançados que se apoiou em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural. Tal ajuste demanda a aplicação de políticas macroeconômicas restritivas, a liberalização do comércio internacional e dos investimentos, a privatização de empresas estatais e das políticas sociais, reestruturação produtiva, restrição do poder dos sindicatos e a desregulamentação.

2 A articulação das pautas dos movimentos sociais a nível regional pode ser exemplificada pela Via Campesina e pela Articulação de Movimentos Sociais da ALBA. A Via Campesina definida como o movimento internacional que agrupa milhões de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, povos sem terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas

Mesmo apontando para uma possível unidade em torno do questionamento ao neoliberalismo, essa inflexão conduz a diferentes experiências nacionais, em virtude das particularidades das formações sociais de cada Estado, que incidem, por conseguinte, sobre a diferenciação das dinâmicas das respectivas políticas domésticas. Nesse sentido, o processo venezuelano, denominado “Revolução Bolivariana”³, destaca-se pelo caráter anti-imperialista e de maior radicalidade, em comparação aos demais governos nacionais, frutos desse processo na região (como os regimes políticos que vigoraram no Brasil e na Argentina, entre 2003 e 2015).

Alguns autores delineiam a eleição de Hugo Chávez como presidente da Venezuela, em 1998, como a inauguração do ciclo de emergência de líderes progressistas por vias democráticas em alguns Estados latino-americanos⁴. Em seguida foram eleitos Néstor Kirchner, na Argentina (2003); Lula, no Brasil (2003); Tabaré Vázquez, no Uruguai (2005); Evo Morales, na Bolívia (2006); Manuel Zelaya, em Honduras (2006); Rafael Correa, no Equador (2007); Daniel Ortega, na Nicarágua (2007) e Fernando Lugo, no Paraguai (2008). Esses chefes de Estado cumpriram um importante papel em impulsionar a construção de diferentes arranjos regionais e espaços de consulta e concertação na América Latina, diferente do perfil eminentemente econômico da integração regional que demarca os anos 1990 na região.

A emergência desse novo perfil de lideranças políticas ocorre paralelamente ao cenário externo economicamente favorável às economias latino-americanas, tendo em vista que o crescimento da economia mundial aumentou a possibilidade de mercados externos para

de todo o mundo, defendendo a agricultura sustentável em pequena escala como um modo de promover a justiça social e a dignidade. Para maiores detalhes sobre a Via Campesina ver <<http://viacampesina.org/es>>. Já a Articulação de Movimentos Sociais da ALBA definida como “una propuesta de integración continental antiimperialista, antineoliberal y antipatriarcal, impulsada por movimientos de base social organizada y con capacidad de movilización popular, que luchan por la igualdad, la libertad y una auténtica emancipación de la región” In: <<http://www.albamovimientos.org/%C2%BFque-es/>> Acesso em: 21 out. 2014. Essas articulações serão retomadas no terceiro capítulo deste trabalho.

3 Retomando o legado de Simón Bolívar, liderança central na luta pela independência da América hispânica em relação ao colonialismo espanhol. Também sendo um dos principais difusores da luta pela unidade latino-americana.

4 É importante mencionar que o ciclo de governos progressistas na região é marcado por particularidades na atuação de cada um dos presidentes tanto em âmbito doméstico, como na política externa. A possibilidade de convergência no plano da integração regional não atenua essas distinções. Nesse sentido, Katz (2011) realiza uma divisão dos atuais governos latino-americanos em três tipos: as administrações neoliberais (México, Colômbia, Peru). Os governos centro-esquerda (Brasil, Argentina) e governos reformistas que perseguiriam metas populares (Venezuela, Bolívia).

as *commodities* exportadas pelas economias dependentes latino-americanas (CARCANHOLO, 2013). A convergência entre esses processos resultou em transformações no campo da distribuição de renda, na elevação do índice de formalidade empregatícia, no fomento de políticas sociais (ainda que baseada na focalização e seletividade), nas relações exteriores dos Estados e nas dinâmicas dos processos de integração regional.

É nesse contexto de mudanças recentes que se insere o objeto de pesquisa desta dissertação. A análise da política externa da Venezuela resulta da especificidade da “Revolução Bolivariana” em curso nesse país em meio aos demais governos progressistas da região. A experiência venezuelana é *sui generis* pelo caráter mais radicalizado do governo e pelo rentismo petrolero que torna sua situação de economia dependente particular. Desde o início do século XX, quando se iniciou a exploração petrolera em território venezuelano, o petróleo é um elemento norteador da sua política externa, conformando uma *diplomacia petrolera* (SÉRBIN, 2011; MARINGONI, 2004).

Essas especificidades resultam em um rico objeto de pesquisa no cenário político contemporâneo da América Latina, principalmente no que tange à plataforma de política externa delineada no governo Chávez, que está imbricada a duas variáveis: a radicalização do processo político nacional e o rentismo petrolero como característica histórica do subdesenvolvimento venezuelano.

A eleição de Chávez na Venezuela resultou em uma série de transformações. A primeira delas diz respeito ao processo da Assembleia Nacional Constituinte que permitiu a formulação de uma nova Constituição Nacional em 1999, substituindo a Constituição de 1961. Esse processo foi um marco no que diz respeito a uma série de mudanças que ocorreriam no país a partir de então, como a democratização dos processos decisórios e o desenvolvimento de uma série de políticas sociais de combate à pobreza. O governo diz que há uma refundação da República e que, a partir de então, iniciou-se a construção da V República. O país passou a ser denominado de República Bolivariana da Venezuela em referência ao legado de Simón Bolívar. No campo da política externa, essa nova Constituição concede grande relevância à integração regional, sobre a qual aponta no artigo 153º que:

A República promoverá e favorecerá a integração latino-americana e caribenha a fim de avançar para a criação de uma comunidade de nações,

defendendo os interesses econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais da região (VENEZUELA, 1999, s.p., tradução nossa).

Essa relevância concedida à integração regional no texto constitucional se reflete em uma reformulação dos objetivos estratégicos da política externa venezuelana. O Ministério das Relações Exteriores passa a ser denominado Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MPPRE), e a integração regional passa a compor espaço de destaque em sua agenda. Entretanto, a *concepção de integração regional* pautada pelo MPPRE também corresponde a uma inflexão em relação aos governos anteriores. O objetivo estratégico da política externa venezuelana é a consolidação de uma ordem mundial multipolar em contraposição à unipolaridade estadunidense. Para tanto, a integração regional na América Latina constituiu-se como *instrumento* para diminuição das condições de dependência da região e para a construção de um *polo de poder alternativo*. Outro elemento importante diz respeito ao uso da *diplomacia petroleira* para atingir esse objetivo estratégico. No campo da integração regional, a Venezuela deu importante destaque à integração energética e ao uso da renda petroleira para financiar os arranjos regionais que contavam com a sua liderança.

Nesse sentido, a Venezuela delineia um projeto político específico para a América Latina, com o objetivo de conformar arranjos regionais, em torno do projeto de uma *integração bolivariana*⁵ que teve seu conteúdo e seus princípios definidos, em oposição ao regionalismo aberto que vigorou na América Latina, durante os anos 1990. Assim, esses arranjos não teriam como único foco a integração econômica. Objetivaram construir a integração em áreas diferenciadas como: política, educação, saúde, cultura, entre outros. Entre os princípios que norteiam essa integração bolivariana estão: solidariedade; respeito à

⁵ O termo “integração bolivariana” será utilizado reiteradamente neste trabalho para se referir ao projeto de integração regional para a América Latina e o Caribe construído pela política externa venezuelana no governo Chávez. De maneira sintética, esse projeto passa a ter seu conteúdo mais nitidamente definido a partir de 2004. Tem como princípio a busca pela unidade latino-americana ao retomar o ideal de Simón Bolívar que, por isso, adjetiva o projeto. A proposta da integração bolivariana tem forte conteúdo anti-imperialista, de rechaço ao neoliberalismo e à hegemonia norte-americana. Busca-se fomentar arranjos regionais que promovam a equidade, a igualdade e a lealdade com o objetivo de arrefecer as condições de pobreza e pauperismo de parte da população latino-americana e atenuar a situação de dependência das economias da região. A “integração bolivariana” tem como centralidade o fomento de políticas sociais à nível regional, cooperação energética e espaços de coordenação e consulta política, buscando superar o foco eminentemente econômico e financeiro dos arranjos regionais.

autodeterminação dos povos; aproveitamento racional dos recursos naturais, incluindo recursos energéticos em função do bem estar dos povos; complementaridade econômica entre os povos e países; comércio justo e cooperação entre as nações; direito à preservação da identidade cultural dos povos latino-americanos, caribenhos, nativos e indígenas (SELA, 2014).

A construção da integração bolivariana remete ao legado de Simón Bolívar, mártir da luta pela independência das ex-colônias hispano-americanas no século XIX. Bolívar buscou articular a unificação dos recém-formados Estados nacionais, para resistir a possíveis invasões das ex-metrópoles europeias. O Congresso do Panamá, em 1826, é um episódio que retrata a aspiração de Simón Bolívar no que tange à construção de uma confederação latino-americana. O objetivo principal do Congresso foi a construção de um pacto de defesa contra possíveis invasões europeias visando recolonizar os Estados. Entretanto, o plano de Simón Bolívar não se consolidou, diante das dinâmicas locais das nações recém-formadas. Esse sonho de Bolívar é retomado por Hugo Chávez Frías que sempre recorre ao “Libertador” em seus pronunciamentos. Nesse sentido, o projeto bolivariano reformulado à realidade contemporânea da região está presente no modelo de integração regional pautado pela política externa venezuelana, que passa a ter como princípio a unidade latino-americana e a luta contra o imperialismo.

Entre outras iniciativas regionais, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba) é o processo de integração regional que imprime esses princípios em sua agenda. A Alba surge em 2004, a partir de uma iniciativa da política externa venezuelana e com o objetivo de propor uma alternativa à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que fora um projeto de criação de uma zona de livre comércio do Canadá até a Argentina, de forte protagonismo e interesse estadunidense. Nesse processo, o rechaço ao neoliberalismo ganhou centralidade na luta contra a proposta da Alca, que foi derrotada partir da articulação de governos latino-americanos na IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata, em 2005.

Contudo, é importante destacar que, embora a derrota da Alca tenha resultado de uma articulação entre alguns chefes de Estado da região, em um episódio de convergência, existem distintos projetos políticos para a América Latina. Katz (2010) aponta que há três projetos em disputa nos processos de integração regional em curso. O primeiro é o projeto imperial encabeçado pelos Estados Unidos, que se materializava na proposta da Alca, mas que depois de sua derrota, vem

se conformando através de iniciativas de livre comércio por meio de tratados bilaterais com países como Peru, Colômbia, Chile e México. A expressão desse projeto na atualidade é a Aliança para o Pacífico, bloco comercial fundado em 2012, no qual participam os quatro países supracitados. Em segundo lugar, estaria o regionalismo capitalista, representado pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul), que procura articular regionalmente os interesses das classes dominantes latino-americanas com a liderança da burguesia brasileira. O terceiro projeto seria o da integração bolivariana, que tem como liderança a Venezuela. Este projeto de cunho anti-imperialista buscaria promover arranjos regionais por meio do intercâmbio solidário e cooperativo.

Ao coadunar com essa hipótese, esta dissertação busca analisar o lugar da integração regional na agenda da política externa venezuelana, em meio a esse cenário de disputa entre diferentes projetos políticos para a região. Para tal, realizou-se o recorte do período entre 2004 e 2012. Esse período foi escolhido, porque no ano de 2004, a política doméstica e externa da Venezuela foi marcada por uma série de processos decisivos⁶ que trouxeram consequências para a política externa venezuelana, entre eles a vitória do Referendo Revogatório para continuidade do mandato presidencial de Hugo Chávez, o lançamento do documento governamental que versa sobre novos objetivos da política externa *El Nuevo Mapa Estratégico* e a criação da Alba. Por fim, 2012 diz respeito ao último ano de Hugo Chávez na presidência da República, tendo em vista que em março de 2013 o presidente veio a falecer. Nesse sentido, é importante ressaltar que não se analisam os impactos da morte de Chávez sobre os rumos da política externa venezuelana, já que se trata de um acontecimento determinante nos rumos do processo da “Revolução Bolivariana”.

Nesse sentido, para compreender o lugar da integração regional na agenda da política externa venezuelana no período supracitado, partiu-se dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Social Crítica, a partir das análises da teoria social latino-americana, no que tange ao i) capitalismo dependente latino-americano (MARINI, 2005; FERNANDES, 1973; IANNI, 1974), à ii) integração regional latino-americana (KATZ, 2011; BRICEÑO RUIZ, 2012) e - a partir do recorte da nossa pesquisa iii) às particularidades do capitalismo dependente venezuelano diante do rentismo petroleira (BAPTISTA, 2005; MARINGONI, 2004; MOMMER, 2003).

Para tal, buscou-se utilizar a contribuição de estudiosos latino-

⁶ Esses acontecimentos serão retomados com mais detalhes no segundo capítulo.

americanos para compreensão das particularidades do capitalismo dependente, levando em consideração a ligação entre a produção do pensamento social e as contingências históricas que os particularizam, tornando-o fruto de um lugar e um tempo determinado⁷ (COX, 1996). Nesse sentido, reitera-se a singularidade da análise das relações de dependência, a partir do olhar de estudiosos que vivenciaram a especificidades da sociedade de classes típica do capitalismo dependente latino-americano. Nessa perspectiva, Ianni (1974, p. 176) atenta que a análise feita por pesquisadores latino-americanos sobre a dependência estrutural equivale ao “aprofundamento da análise do imperialismo, *vista da perspectiva do país subordinado*” e ainda destaca que:

A pesquisa da dependência estrutural envolve a adoção da perspectiva crítica oferecida pela própria sociedade subordinada; particularmente a perspectiva daqueles que são subordinados, na sociedade subordinada. Isso significa que o ponto de vista do proletariado urbano e rural tende a ser mais profundo e avançado que a perspectiva dos grupos que compõem a classe dominante (IANNI, 1974, p. 171).

Nesse sentido, parte-se da perspectiva teórico-metodológica que concebe “a história do subdesenvolvimento latino-americano como parte constituinte da história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 1970, p. 03). A colonização da América Latina teve um papel central na consolidação do modo de produção capitalista, a partir da exploração das riquezas do subcontinente no processo de acumulação originária de capital. É a partir do Antigo Sistema Colonial que se consolidam as bases para a dominação externa que perdurará na região até os tempos hodiernos (FERNANDES, 1973a). Com a consolidação do capitalismo dependente como realidade histórica na América Latina, essa dependência se formaliza a partir da inserção subordinada das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho (DIT) (MARINI, 2005). A história dessas sociedades

⁷ Sobre a produção do conhecimento Cox e Sinclair (1996), apontam que toda teoria deriva de um espaço e um tempo político e socialmente determinados. “Teoria segue a realidade. Ela também precede e forma a realidade. Ou seja, existe um mundo histórico real onde as coisas acontecem. A separação da teoria dos acontecimentos históricos é, contudo, apenas uma forma de pensar, porque realimenta o fazer da história pela virtude segundo a qual aqueles que fazem a história (...) pensam sobre o que eles estão fazendo” (COX & SINCLAIR, 1996, p. 145, tradução nossa).

demonstra que elas se constituíram voltadas para fora, segundo as determinações de centros econômicos e políticos relativamente mais desenvolvidos; ou seja, centros que exerceram ou exercem papéis (explícitos ou não) metropolitanos.

A análise da especificidade da formação sócio-histórica da América Latina na consolidação do capitalismo e, por consequência, do subdesenvolvimento latino-americano é feita por diferentes estudiosos durante o século XX. Aqui considera-se a produção latino-americana ligada à tradição marxiana, com a possibilidade de estabelecimento de diálogo com outras vertentes teóricas que versam sobre a temática analisada. Entretanto, a maioria dos autores utilizados se vincula a Teoria Social Crítica e preocuparam-se, em seus estudos, com a análise da particularidade do capitalismo dependente na América Latina.

Recorrem-se, dessa forma, às obras de Ruy Mauro Marini (2005) e Theotônio dos Santos (1993), importantes expoentes da Teoria Marxista da Dependência (TMD) que se debruçam sobre as especificidades da dinâmica do capitalismo dependente da América Latina. As obras de Florestan Fernandes (1973) que versam sobre a consolidação da sociedade de classes no capitalismo dependente e sobre os diferentes padrões de dominação externa que vigoraram na América Latina. Para além de Octavio Ianni (1974), em seus estudos sobre a dependência e o imperialismo na região latino-americana. No que tange à especificidade do subdesenvolvimento venezuelano, recorreu-se à análise de diferentes estudiosos sobre a temática, entre eles, Celso Furtado (2008) em seu estudo sobre a economia venezuelana.

Sabe-se que existe um amplo debate teórico no que tange às diferentes leituras sobre a formação do capitalismo dependente, entretanto, o trabalho não se deterá a essas nuances, tendo em vista a especificidade do objeto. Desde já, tem-se a humildade teórica de reconhecer que a análise sobre as dimensões da dependência serão limitadas nesse trabalho, tendo em vista que essa não se restringe em uma única esfera de atividade. Assim, feito o recorte teórico-metodológico acima exposto, procura-se articular as contribuições dos principais estudiosos do pensamento social latino-americano para compreensão do contexto no qual emerge a agenda da política externa venezuelana para a integração regional na América Latina no início do século XIX.

Essa dissertação foi desenvolvida no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Por isso, torna-se importante elucidar que a perspectiva teórico-metodológica que serve de aporte para a análise do objeto aqui proposto não é convencionalmente

utilizada dentro do campo acadêmico das Relações Internacionais (RI). A produção do que hoje é considerado enquanto campo acadêmico das RI tem o predomínio da agenda de pesquisa realizada nas universidades estadunidenses, já que nesse país estão presentes os principais estudiosos e centros de investigação da área. Alguns *scholars* definiram as RI em termos de *An American Social Science*, como nomeia o trabalho de Hoffmann⁸ ou como *a Not So International Discipline*, no texto de Waever⁹ que faz menção ao caráter estritamente estadunidense das produções em RI. Nessa agenda de pesquisa, a perspectiva teórico-metodológica vinculada ao campo da Teoria Social Crítica não obteve muito espaço. Michael Banks (1985), em estudo sobre os paradigmas teóricos no campo das RI, denomina a produção teórica vinculada ao marxismo como paradigma *estruturalista*¹⁰. Banks destaca que autores como Marx, Engels, Lenin, Gramsci, Poulantzas, Althusser, para além de estudiosos mais contemporâneos, ocupam um lugar marginal na produção acadêmica, nos congressos e nos currículos universitários da área. Segundo Banks (1985):

Uma vez que o estudo das Relações Internacionais tornou-se institucionalizado nas universidades, a maioria de seu corpo docente considerava as ideias estruturalistas como falsas ou indevidamente normativas ou politicamente subversivas. E, assim, o estruturalismo tem-se desenvolvido apenas à margem do campo, em vez de estar dentro do *mainstream* conservador. Como Alker e Biersteker observam, isto tem sido especialmente verdadeiro para os Estados Unidos, onde a disciplina foi visivelmente enfraquecida por esta lacuna, apesar de sua grande força em

⁸ HOFFMANN, Stanley. *An American Social Science: International Relations*. Daedalus Vol. 106, No. 3, Discoveries and Interpretations: Studies in Contemporary Scholarship, Volume I (Summer, 1977), pp. 41-60.

⁹ Ole Wæver (1998). *The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations*. *International Organization*, 52, pp 687-727.

¹⁰ O autor diz que há uma relação interparadigmática entre o realismo, o pluralismo e o estruturalismo. Entretanto ressalta que o termo “estruturalismo” só é utilizado para distinguir a produção dos paradigmas, tendo em vista que diferentes termos são utilizados para nomear a produção no campo das Relações Internacionais vinculada ao marxismo: “dialética”, “marxismo”, “teoria de classe social”. materialismo histórico e os outros são encontrados na literatura (BANKS, 1985).

outros aspectos¹¹ (BANKS, 1986, p. 17-18, tradução nossa).

A falta de espaço concedida à tradição marxista no campo acadêmico das RI também é uma realidade nas universidades e centros de pesquisa no Brasil. Nessa perspectiva, as Ciências Sociais no Brasil são fortemente marcadas pelo colonialismo intelectual (SILVA, 2015). Isso se expressa nos currículos dos cursos de Relações Internacionais, nos quais há uma hegemonia das principais tradições teóricas de RI estadunidenses. Nesse sentido, a formação dos internacionalistas não se referencia na tradição marxiana, nem fornece espaço para debate entre diferentes perspectivas teóricas. Os clássicos do pensamento social crítico latino-americano estão à margem dos currículos e da produção acadêmica das Relações Internacionais. As universidades nas quais os estudantes de Relações Internacionais têm contato com estudiosos latino-americanos ligados à perspectiva da Teoria Social Crítica são exceção. Banks (1986, p. 18) faz menção à importante contribuição dos teóricos latino-americanos que se debruçam sobre as relações centro-periferia e, ainda, ressalta a ausência desses teóricos nos estudos das Relações Internacionais: “A teoria das relações dependentes, desenvolvida primeiramente na América Latina, também ganhou centralidade por importantes escritores trabalhando fora dos grandes centros de pesquisa”¹².

Feitas essas considerações, essa dissertação busca retomar a contribuição desses teóricos latino-americanos para a análise de um objeto de Relações Internacionais e, dessa forma, contribuir para a divulgação da importante produção latino-americana no campo acadêmico das RI.

Nesse sentido, o materialismo histórico corresponde ao método utilizado nesse trabalho, que toma o real como pressuposto para as ideias. Buscou-se desenvolver a pesquisa partindo dos fatos da realidade concreta e apreendendo as contradições do processo que constitui o objeto de pesquisa. Para tal, foi estudada a plataforma da política

¹¹ “Once the study of IR became institutionalized in universities, most of its professoriate recarded structuralist ideas as false, or unduly normative, or politically subversive. And so it has flourished only on the fringes of the field, rather than within the conservative mainstream. As Alker & Biersteker observe this has been especially true of the United States, where the discipline has been noticeably weakened by this shortcoming despite its great strength in other respects”.

¹² “The theory of dependent relationships, developed first in Latin America, was also forced into the centre of attention by important writers working outside the major centres of Western scholarship”.

externa venezuelana para a integração regional, a partir da análise dos projetos de integração regional em que o país se inseriu entre 2004 e 2012. Nessa perspectiva, a pesquisa aqui desenvolvida possui cunho qualitativo e caráter exploratório. Recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental. Realizou-se o exame de documentos oficiais do *Ministerio del Poder Popular para las Relaciones Exteriores* e dos processos de integração regional. Em particular, são utilizados os discursos do presidente Hugo Chávez Frías¹³, em cúpulas dos processos de integração regional no âmbito da América Latina, como fontes primárias para análise do projeto de integração regional delineado pela política externa venezuelana. Assim, realizou-se a análise desses documentos à luz da fundamentação teórica acima elucidada.

A partir dessa metodologia de pesquisa, a hipótese aqui levantada é a de que no governo Chávez há uma inflexão nos objetivos estratégicos da política externa venezuelana, tendo como objetivo central a *construção de uma ordem mundial multipolar*. Para tal, a integração regional passou a ter um lugar privilegiado na agenda da política externa. O argumento defendido neste trabalho é que o governo fez uso da *diplomacia petroleira* para fomentar arranjos regionais na América Latina, a partir do modelo da *integração bolivariana*. Entretanto, como consequência da variação dos preços do petróleo no mercado internacional, o aprofundamento desses arranjos regionais viu-se prejudicado, tendo em vista que o petróleo constitui um elemento central na sua construção. Esse fato demonstrou como as iniciativas alternativas no plano regional são estranguladas por condicionantes estruturais da condição dependente das economias latino-americanas.

Para tal, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro deles tem como objetivo retomar os elementos da formação sócio-histórica da América Latina que possibilita a compreensão da realidade na qual o objeto desta dissertação está inserido. Para tal, realiza-se uma síntese sobre a relação entre *imperialismo*, *dependência* e *integração* na América Latina, na busca pelo entendimento de como - em alguns momentos históricos - a integração regional na América Latina configurou-se como um instrumento de caráter anti-imperialista e latino-americanista. Assim, são retomados os principais traços da

¹³ Os discursos de Hugo Chávez aqui utilizados foram retirados do sítio *Todo Chávez em la Web* (<http://www.todochavez.gob.ve>). Nele estão disponibilizados todos os discursos e demais declarações, entrevistas e escritos do ex-presidente, organizados pelo governo venezuelano através do Instituto de Altos Estudos do Pensamento do Comandante Supremo Hugo Rafael Chávez Frías. O Instituto foi criado pelo governo através do Decreto presidencial nº 255 no dia 26 de julho de 2013, como objetivo de preservar e difundir o legado de Hugo Chávez.

consolidação do capitalismo dependente na América Latina e como na fase imperialista ocorreu uma complexificação da condição dependente das economias da região. Em seguida, retoma-se a tradição do pensamento integracionista latino-americano (BRICEÑO RUIZ, 2012) para analisar as raízes dessa concepção da integração regional como instrumento de resistência à dominação externa.

Já o segundo capítulo é dedicado à análise da política externa venezuelana. Para tal, foram retomados os elementos que particularizam o subdesenvolvimento venezuelano, a partir dos condicionantes da economia petrolífera. Buscou-se compreender as consequências da economia rentista sobre a dinâmica das relações entre as frações da classe burguesa e como isso se expressa na conformação de uma política externa que tem como centralidade o rentismo petrolífero. Em um segundo momento, analisa-se a inflexão que ocorreu com a chegada de Chávez ao poder e como essa mudança expressou-se na plataforma da política externa venezuelana. Por fim, buscou-se identificar a concepção e o lugar da integração regional nessa plataforma. A retomada do rentismo petrolífero fez-se necessária para entender as implicações do petróleo sobre a configuração da política externa no governo Chávez. Como cita Cícero (2015, p. 40):

A escolha em remeter a análise aos primórdios do *rentismo* justifica-se pela necessidade de compreender e conferir o peso necessário à estrutura político-econômica herdada pelo bolivarianismo. Esta é, em nosso ver, uma pré-condição essencial para se proceder, em seguida, a análise sobre quais foram, de fato, as especificidades firmadas a partir da atividade política exercida doméstica e internacionalmente durante o governo Chávez.

O terceiro capítulo está dedicado ao projeto de integração regional construído pelo governo Chávez. Para tal, recorreu-se aos discursos de Hugo Chávez, na busca por elementos que evidenciassem os fundamentos da integração bolivariana que foram analisados com o subsídio da obra *Fundamentos Filosóficos da la Nueva Integración del Sur* (2007), publicação do MPPRE. Em seguida, foi realizado um breve mapeamento da inserção internacional da Venezuela, no que tange aos arranjos regionais na América Latina, entre 2004 e 2012, com o objetivo de compreender como a política externa venezuelana buscou concretizar esse projeto de integração. À guisa de conclusão, são apontados alguns

limites que obstaculizam a consolidação da integração bolivariana, que podem ser explicados com base nos elementos conjunturais e estruturais da inserção da Venezuela na dinâmica do capitalismo mundializado. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais apontamentos construídos ao longo da pesquisa.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL E DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

A integração regional pautada pela política externa venezuelana entre 2004 e 2012 possui estreita relação com a noção de unidade latino-americana e de resistência aos processos de dominação externa. Nesse sentido, essa concepção de integração é construída a partir da retomada de elementos da formação sócio-histórica comuns aos diferentes países da América Latina. Esta concepção de integração regional parte do pressuposto de que: “a dependência dos centros de poder internacional pode ser um traço transversal a nossas sociedades”¹⁴ (VENEZUELA, 2007a, p. 69, tradução nossa). Como consequência, constata que: “a desunião política regional impede que a América Latina e o Caribe exerçam o seu peso geopolítico, impossibilitando-a adotar iniciativas autônomas que rompam a sujeição aos centros de dominação internacional”¹⁵ (Ibid., p. 69, tradução nossa).

De tal modo, em diálogo com o objeto de estudo deste trabalho, torna-se necessário situar a realidade sócio-histórica na qual está inserido. Com esse intuito, o presente capítulo tem como objetivo compreender o processo no qual, em determinados períodos históricos, a integração regional na América Latina¹⁶ configurou-se como um instrumento anti-imperialista e de busca por autonomia. Assim, busca-se realizar um debate inicial sobre a relação entre *imperialismo*, *dependência* e *integração* na América Latina, partindo do recorte da integração regional concebida como instrumento de resistência anti-imperialista e de caráter latino-americanista.

Para tanto, este capítulo divide-se em duas seções. A primeira está dedicada ao debate sobre a condição estrutural de dependência, que

¹⁴ “[...] la dependencia en los centros de poder internacional puede ser un rasgo transversal a nuestras sociedades”.

¹⁵ “La desunión política regional impide a América Latina y el Caribe ejercer su peso geopolítico imposibilitándola de adoptar iniciativas autónomas que rompan la sujeción a los centros de dominación internacional”.

¹⁶ A América Latina corresponde, geopoliticamente, a uma região com cerca de 700 milhões de habitantes e possui doze países da América do Sul, sete países da América Central e quatorze países do Caribe. Todos os Estados latino-americanos estão localizados abaixo do Rio Grande, que separa o território dos Estados Unidos e do México. Ao todo, os Estados latino-americanos possuem o espanhol, o português e o inglês como idiomas principais, além de diferentes línguas indígenas (SOUZA, 2011).

demarca as formações sociais dos Estados latino-americanos e a centralidade da política imperialista no aprofundamento dessa condição. Já a segunda abordará o processo de integração regional na América Latina como elemento inerente à sua formação sócio-histórica. Nesse sentido, o debate se realiza no entrelaçamento das experiências concretas de arranjos regionais e a emergência de uma *tradição do pensamento integracionista latino-americano* (BRICEÑO RUIZ *et al.*, 2012). Esses elementos são retomados em busca da compreensão das raízes e dos fundamentos que dão origem a essa concepção particular de integração pautada pela política externa venezuelana.

Nesse percurso, a elaboração de uma síntese sobre a América Latina e as particularidades decorrentes de sua formação sócio-histórica dependente demanda cautela, tendo em vista a dificuldade de realizar uma discussão macro sem se deter às particularidades nacionais, que imbricam diferenças e complexidades às formações sociais de cada Estado, como ainda, por se tratar de uma história multissecular, repleta de determinações nas mais diversas esferas da vida social. Entretanto, uma aproximação com tal síntese torna-se possível pelos elementos comuns que marcaram a colonização deste subcontinente e a consolidação do capitalismo dependente, que se desdobram até o tempo hodierno pela posição que esta região ocupa na DIT.

Neste íterim, “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 1970, p. 03). Essa assertiva¹⁷ é a síntese da relação entre a formação sócio-histórica da América Latina e sua situação de dependência, como parte essencial da expansão e da consolidação do capitalismo, enquanto sistema mundial. A partir do século XVI, a exploração da riqueza do subcontinente latino-americano, por meio da colonização europeia, foi fundamental para o processo de acumulação originária do capital. Isso ocorreu através do processo violento de expropriação das riquezas, contribuindo para i) a consolidação do modo de produção capitalista e, por conseguinte, ii) para a conformação da dependência e do subdesenvolvimento como características estruturais

¹⁷ Para Marini, um dos principais expoentes da Teoria Marxista da Dependência, desenvolvimento e subdesenvolvimento conformam faces opostas da mesma moeda, configurando momentos constitutivos da mesma realidade. Assim sendo, o subdesenvolvimento é entendido como processo constituinte e necessário para a reprodução da acumulação ampliada (*locus* do modo de produção capitalista), que só será superada via revolução socialista.

das economias latino-americanas¹⁸ (MARX, 2002; FRANK, 1980). Assim, a *dependência*¹⁹ constitui uma especificidade da dinâmica do capitalismo latino-americano. Ruy Mauro Marini, principal expoente da Teoria Marxista da Dependência (TMD)²⁰, define a dependência como: “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2005, p. 141).

Assim, as condições concretas do capitalismo dependente compartilhada pelos Estados da região possibilitam a construção de uma identidade latino-americana. As relações de dominação externa que demarcaram a colonização de todos os territórios da região resultam em uma experiência histórica compartilhada da qual origina, nas lutas de independência no século XIX, a concepção da unidade latino-americana. Um trecho d’A Ideologia Alemã elucida isso. Diz Marx (2007, p. 94-5):

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o

¹⁸ O conceito de dependência estrutural aqui utilizado refere-se aos condicionantes estruturais da dependência latino-americana, que - a partir das relações centro-periferia estabelecidas no seio do modo de produção capitalista - confere aos países dessa região uma inserção subalterna na divisão internacional do trabalho. Mais adiante esse debate será tratado com mais precisão.

¹⁹ Para Marini (2005) a dependência se constitui com a consolidação do capitalismo dependente. Diferente da leitura de Gunder Frank, para o qual a dependência se conforma desde o período colonial, no qual vigoravam as relações entre Colônia e Metrópole. Aqui apresentam-se os elementos da formação sócio-histórica da América Latina, considerando que o período colonial estabelece as bases para a posterior consolidação da dependência como traço estrutural da dinâmica do capitalismo latino-americano.

²⁰ A Teoria Marxista da Dependência TMD emerge no início da década de 1970, como uma corrente do pensamento marxista que, com base em indagações históricas e políticas, toma para si a tarefa (não só acadêmica, mas política) de entender a inserção subordinada das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho. As formulações que resultaram na TMD tomaram fôlego a partir de críticas à tese desenvolvimentista da Cepale ao mito da “burguesia nacional” defendido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) avaliava que a revolução burguesa, nos moldes das clássicas Revoluções Burguesas que ocorreram na Europa, seria uma etapa necessária para a revolução proletária no Brasil. *Dialética da Dependência*, texto redigido por Ruy Mauro Marini em 1973, é considerado por muitos como o marco inaugural da versão marxista da Teoria da Dependência. Além dele, outros autores como Vania Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frunk, Orlando Caputo e Roberto Pizarro não só impulsionaram a TMD em seu início, como também lançaram os fundamentos teóricos basilares para desvendar as leis (isto é, as tendências históricas) que determinam a dinâmica da economia dependente. De acordo com essa linha interpretativa, o estudo das formações sociais concretas da América Latina deve levar em consideração as determinações que se encontram na base da luta de classes, que expressa nuances particulares se comparadas aos países centrais que vivenciaram, majoritariamente, as clássicas revoluções burguesas.

intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real.

Nesse sentido, a produção das ideias que origina a concepção de unidade latino-americana advém do processo histórico da vida dos homens e das mulheres latino-americanas. Por outro lado, no que tange à produção do conhecimento sobre a região, a expressão “América Latina” ou *Latin America*²¹ tornou-se usual na década de 1920, principalmente pelos teóricos estadunidenses para referir-se a região.

Posteriormente, ocorreu a emergência de uma literatura crítica ao sentido preliminar dado ao conceito América Latina. “Uma eminente reação do negativismo da ideia de América Latina introduzida pela literatura dominante começa a ser quebrada a partir dos escritos em defesa da região por teóricos regionalistas” (SOUZA, 2011, p. 34). A presente referência do conceito de América Latina – enquanto unidade possível pela história compartilhada – é levada adiante pelo pensamento social latino-americano²² e se fortalece na segunda metade do século

²¹ Segundo Celso Furtado “a expressão América Latina, criada pelos Estados Unidos durante muito tempo foi utilizada apenas com um sentido geográfico, para designar os países situados ao sul do Rio Grande. Longe de interessar-se pelo que existia de comum entre elas, as nações surgidas nas terras de colonização ibérica das Américas procuravam dar ênfase ao que era traço próprio de cada uma, num esforço de definição das personalidades nacionais respectivas” (FURTADO, 1969, p. 19).

²² Esse pensamento se constitui a partir de líderes, escritores e estudiosos latino-americanos, como Simon Bolívar e José Martí no século XIX, posteriormente Mariátegui, teóricos cepalinos, dependentistas e outros.

XX. Acerca deste processo de reflexão e produção própria sobre a região, Bernal-Meza (2005) destaca:

A busca de uma leitura própria sobre as questões sociais remonta à confrontação “europeísmo-americanismo”: o debate pela imposição de uma determinada forma de conceber a identidade e construir a história sobre perspectivas regionais. Trata-se de um “pensamento latino-americano”, onde através de ensaios sobre nosso continente ou sobre algumas de suas regiões, os autores, desde os distintos gêneros literários até as diversas expressões das ciências sociais, buscam “uma visão própria sobre o próprio”; expressando-as em escolas e correntes, que manusearam categorias e conceitos que se fizeram comuns e identificaram seus pares [...] (BERNAL-MEZA, 2005, p. 31).²³

Destarte, os estudiosos da América Latina - que Souza (2011) denomina como regionalistas - constroem uma leitura sobre o conceito que busca debater as particularidades da formação social, econômica e política da região e, em alguns casos, o debate em torno da existência (ou não) de uma identidade latino-americana. Tal discussão coaduna com o debate teórico sobre a viabilidade de uma integração da América Latina. Alvarez (2010), por exemplo, ressalta:

Ao final do século XIX, surgiram duas concepções claramente antagonicas: de um lado, a de José Martí, que, com a expressão *Nuestra América* afirmava haver diferença entre a América dos países que ficam ao sul do Rio Grande e a América dos norte-americanos e, de outro, a protagonizada pelos Estados Unidos, que, conhecida por pan-americanismo, visava à integração de todos os países da América (ALVAREZ, 2010, p. 04).

²³ La búsqueda de una mirada propia sobre las cuestiones sociales se remonta a la confrontación ‘europeísmo-americanismo’: el debate por la imposición de una determinada forma de concebir la identidad y construir la historia sobre perspectivas regionales. Se trata de un ‘pensamiento latinoamericano’, donde a través de ensayos sobre nuestro continente o sobre algunas de sus regiones, los autores, desde los distintos géneros literarios hasta las diversas expresiones de las ciencias sociales, buscan ‘una mirada propia sobre lo propio’; expresándolas en escuelas y corrientes, que manejaron categorías y conceptos que se hicieron comunes e identificaron a sus pares [...]”.

Neste trabalho, diante do objeto de estudo – política externa venezuelana para a integração regional no governo Chávez (2004-2012) - utilizar-se-á o termo América Latina para tratar do espaço geográfico, a partir de uma noção identitária e não simplesmente geográfica, no sentido restrito do termo. Leva-se em conta, para tal, que o projeto de integração regional, proposto pela política externa da Venezuela, é de cunho latino-americanista²⁴.

Nas próximas páginas será feito um resgate dos principais elementos da formação sócio-histórica da América Latina, atentando para a centralidade da dependência em sua estrutura. Em seguida, analisar-se-á, à luz das principais categorias deste capítulo, como tais especificidades configuram experiências *sui generis* de integração regional no seio de sua história, que permite afirmar a relação entre essas experiências e a construção de uma consciência latino-americana.

1.1 Elementos da formação sócio-histórica da América Latina

Nesta seção serão apresentadas, a partir do pensamento social crítico latino-americano e de literatura clássica da tradição marxista, as especificidades da consolidação do capitalismo dependente na região para que, em seguida, sejam situadas as mudanças que ocorrem nas relações centro-periferia²⁵ na fase imperialista do capitalismo. Para tal, a seção trata de três momentos históricos: a colonização, a consolidação do capitalismo dependente na América Latina e as mudanças consonantes à fase monopolista do capitalismo. Tudo isso, na busca do entendimento de como a dependência se constitui como elemento estrutural na dinâmica do capitalismo latino-americano. Isso para viabilizar, na próxima seção, a articulação entre essa realidade e a construção de arranjos regionais na busca por autonomia.

1.1.1 Capitalismo *sui generis* e dependência estrutural

A colonização da América Latina configurou-se como uma etapa da acumulação originária do capital. Neste processo, a partir dos Estados nacionais europeus em formação, a colonização deu-se

²⁴ No decorrer deste trabalho, usa-se o termo América Latina em referência aos Estados que compõem a América Latina, América Central e o Caribe, ou seja, todos os países da região americana, que se situam ao sul do Rio Grande, no México.

²⁵ A dinâmica do conceito de centro e periferia é desenvolvido em teorias como Economia Política dos Sistemas Mundo, teóricos da CEPAL e da Teoria Marxista da Dependência.

mediante o financiamento das grandes navegações, que buscavam a expansão territorial e comercial. Marx (2002) expõe - no capítulo XXIV d'O Capital - *A chamada acumulação primitiva* - o papel essencial da colonização do “Novo Mundo” para a consolidação do modo de produção capitalista por meio da acumulação primitiva:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2002, p. 864).

Assim, para este autor:

O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de *monopólio*, *de que já se falava Lutero*, eram poderosas alavancas de concentração do capital. As colônias asseguraram mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apresadas fora da Europa, pela pilhagem, escravização e massacre refluíam para a metrópole, onde se transformaram em capital (MARX, 2002, p. 867).

Desse modo, o processo de colonização, através do processo violento de expropriação das riquezas, através da rapina, da violência, da usurpação e da espoliação, contribuiu para a consolidação do Modo de Produção Capitalista, por meio da acumulação primitiva do capital. “Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional” (MARINI, 2005, p. 140). A partir desse momento, o que se iniciou com a exploração de minas e com o extermínio dos grupos originários, se enraíza fundando uma sociabilidade que vigora a partir de *padrões de dominação externa* (FERNANDES, 1973b) firmada na relação dependente entre os países do centro e da periferia.

Nesta perspectiva, a colonização da América Latina foi protagonizada, inicialmente, por Espanha e Portugal, através do financiamento das grandes navegações, desde o século XV. Neste processo de acumulação originária, o objetivo primordial consistia em explorar as fontes de riquezas do “Novo Mundo”, configurando uma colônia de exploração.

O que define a América Latina como uma unidade geográfica no planeta é a sua condição histórica de *colônia de exploração*. Desde o século XVI, o continente se especializou na produção de artigos primários que se adequasse à cesta de consumo, primeiramente das metrópoles e, posteriormente, dos países que ocupassem posições centrais na divisão internacional do trabalho. (MENDONÇA; PIRES, 2012, p. 19).

Segundo Mendonça e Pires (2012), desde 1383 o Estado português já investia na busca por novos territórios, tendo o pioneirismo na exploração do “Novo Mundo”, por meio da comercialização da cana-de-açúcar, que era uma especiaria em alta no mercado europeu. Diferente da colonização espanhola, a colonização portuguesa não resultou na imediata descoberta e exploração de metais preciosos. Nesse sentido, a exploração deu-se por meio da implantação de uma agricultura tropical baseada no modelo *plantagem*, fundado no tripé: escravidão, latifúndio e monocultura açucareira (FURTADO, 1969), que deixou marca indelével na formação social brasileira.

No que tange à América Espanhola, após a unificação do Estado espanhol (1492), a política colonial potencializou o financiamento de grandes navegações. Na busca de encontrar o caminho para as Índias, Cristóvão Colombo, em sua expedição em 1492 e, posteriormente Vasco da Gama, em 1498, acabam garantindo à Espanha, inicialmente, o domínio sobre um território americano muito mais vasto que o conquistado por Portugal, com o imediato descobrimento de imensas jazidas de minérios pelos espanhóis. Estabeleceu-se a exploração da mão de obra dos povos originários, que exigiu a formação de uma estrutura organizativa ligada à Coroa espanhola. Mendonça e Pires (2012) destacam que, a partir de 1509, nos territórios sob a colonização espanhola se conformou a *encomienda*²⁶:

²⁶ Na América, a *encomienda* constituía uma concessão real aos conquistadores, pela qual a Coroa adjudicava-lhes certo número de aldeias e índios que deveriam ser catequizados e

um sistema que garantia o controle total da Coroa espanhola sobre a exploração das riquezas do território americano, por meio da conjugação entre costumes espanhóis e práticas de cobrança típicas dos povos pré-colombianos.

Assim, o processo de povoamento da América Espanhola ocorreu em decorrência das necessidades geradas pelos polos de extração de minério, principalmente Potosí, na atual Bolívia, e Huancavelica, no Peru. As áreas de extração de minério foram espaços que compuseram os polos de crescimento da América Espanhola, já que demandavam o fornecimento de alimentos, tecidos e animais de tração. Essa demanda era respondida pela composição de economias satélites, que giravam em torno das necessidades das áreas de extração de minério (MENDONÇA & PIRES, 2012, p. 66). Nesse sentido, a conquista que se iniciou com base na exploração de minérios para a acumulação originária de capital conformou economias satélites, que, após a decadência da mineração, tornaram-se a base da economia e da organização social da América Espanhola.

Acima foram destacados, brevemente, alguns traços que caracterizaram as Grandes Navegações e a colonização hispano-lusitana do território, hoje, latino-americano. Nesse sentido, o elemento determinante na constituição da organização social das colônias latino-americanas se constituiu no papel que estas cumpriram no processo de acumulação originária do capital, para consolidação do modo de produção capitalista. Neste sentido, Florestan Fernandes destaca:

À semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produtos da ‘expansão da civilização ocidental’, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. Esse colonialismo teve seu início com a ‘conquista’ – espanhola e portuguesa – e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países (FERNANDES, 1973b, p. 11).

A organização social das colônias hispânico-lusitanas se formava em torno do Pacto Colonial, que previa a estrutura econômica primário-exportadora nas colônias, das quais as produções eram

protegidos. Ao *encomendero* era permitido exigir trabalho dos indígenas (encomienda de servicios), bem como a entrega de gêneros (encomienda de tributos) (MENDONÇA & PIRES, 2012, p. 64).

voltadas para abastecer as metrópoles, a baixos custos, e na compra dos produtos manufaturados produzidos nas metrópoles europeias. Assim, desde a colonização, funda-se uma lógica dependente e assimétrica nas relações entre América Latina e a Europa. Essa lógica relacional, estabelecida no Antigo Sistema Colonial, se configurou como a primeira forma de dominação externa (FERNANDES, 1973b).

Na análise sociológica do capitalismo dependente, Fernandes (1973b) caracteriza a dependência estrutural por meio da existência de *padrões de dominação externa* ao longo da história latino-americana. Da colonização à consolidação e desenvolvimento do capitalismo dependente, as relações de dominação externa equivalem a uma constante expansão do capitalismo e incorporação dependente dos países latino-americanos ao espaço político, social e econômico das sucessivas nações que ocuparam, ao longo da história, a posição de hegemonia no sistema capitalista.

Nesse sentido, o período de colonização da América Latina configurou-se como a primeira fase de dominação externa da região: *o Antigo Regime Colonial*. Os fundamentos legais e políticos necessários à dominação colonial exigiram o estabelecimento de uma ordem social na qual os interesses que vigoravam eram o da figura do colonizador e, principalmente, da Coroa, a partir da transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, junto à exploração da mão de obra indígena e do tráfico negreiro. Configurou-se, assim, a sociedade colonial estruturada para viabilizar o processo de dominação externa na América Latina (FERNANDES, 1973b).

Nessa perspectiva, a colonização europeia forjou as bases da dominação externa que dá o tom das relações entre os territórios latino-americanos (colônias, semicolônias e, posteriormente, Estados nacionais) e as nações hegemônicas (Europa e Estados Unidos). O Antigo Sistema Colonial deixou como herança uma estrutura societária plutocrática com a marca da concentração de riqueza e do poder (FERNANDES, 1973a). Essa herança perdura até hoje e ganha traços diferentes ao longo da história. Em síntese, tal organização social mantém as seguintes características:

[...] a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. [...] Os interesses particulares das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados facilmente como ‘os interesses supremos

da nação' estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior (FERNANDES, 1973b, p. 11-2).

No decorrer desse processo, os arranjos sociais que conferiam estabilidade ao Antigo Sistema Colonial entraram em crise quando os interesses econômicos das metrópoles ibéricas começaram a chocar-se com os interesses da burguesia industrial nascente na Europa. A formação do capitalismo industrial europeu culminou, dessa forma, em novas demandas para o papel das colônias na dinâmica da economia internacional. Nesse sentido, Marini (2005) afirma que:

A revolução industrial [...] corresponde na América Latina à independência política que, [...] no século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra (MARINI, 2005, p. 140).

Assim, a crise do Pacto Colonial resultou no processo de independência das colônias latino-americanas. Entretanto, foram conservados os traços típicos de sociedades nacionais dependentes, ou seja, as relações de dominação externa sobre a região se perpetuaram no novo cenário histórico.

Dessa forma, no processo de independência pesaram dois fatores externos determinantes, quais sejam: i) o expansionismo de Napoleão e ii) o fortalecimento da Inglaterra, enquanto potência industrial do século XIX, por meio da Revolução Industrial. O primeiro fator se refere ao período das guerras napoleônicas, que enfrentavam as metrópoles ibéricas, ou seja, Portugal e Espanha (FURTADO, 1969). Destarte, o enfraquecimento das relações de dominação das metrópoles para com suas respectivas colônias possuiu ligação direta com a desestabilidade vivida por Espanha e Portugal durante o conflito.

O segundo fator, referente ao crescimento da Inglaterra enquanto potência industrial, acabou sendo determinante no desmantelamento da relação entre as metrópoles ibéricas e as colônias latino-americanas. A Inglaterra passou a ser o principal Estado a estabelecer relações de dominação externa com a América Latina. Esse processo ocorre mediante o amadurecimento do capitalismo industrial inglês, que colocou Londres no centro das políticas de dominação externa de cunho neocolonial. No que tange a esse protagonismo, Marini (2013, p. 47) considera que:

A decadência dos países ibéricos, que primeiro se apossaram dos territórios americanos, engendra aqui situações conflituosas, derivadas dos avanços das demais potências europeias. Mas é a Inglaterra, mediante sua dominação imposta sobre Portugal e Espanha, que finalmente prevalece no controle e a exploração desses territórios.

Destarte, a consolidação do capitalismo industrial na Europa coloca a América Latina numa posição mais ativa no mercado mundial, sendo as relações de dependência ressignificadas, sob a forma do *neocolonialismo* e, posteriormente, sob a forma de *relações de cunho imperialista*. “A Inglaterra iniciou uma política colonial que propiciou rápido impulso à emergência dos mercados capitalistas modernos nos centros urbanos das ex-colônias” (FERNANDES, 1973b, p. 15). Nesse contexto, a influência externa passa a se realizar por uma dominação indireta, através do controle de mercado tendo, internamente, o apoio das *classes exportadoras* que se forjavam com a formação do mercado mundial.

O *neocolonialismo*²⁷ como padrão de dominação externa é um produto da desagregação do Antigo Sistema Colonial, quando a Inglaterra ocupou o espaço deixado pelo fim do Pacto Colonial, obtendo o controle econômico do mecanismo de importação e exportação da região. Não há o exercício imediato de um “poder imperial”, mas o controle das esferas comerciais e financeiras com vistas no mercado consumidor em potencial para os produtos europeus (FERNANDES, 1973b). Posteriormente, como consequência, a dominação externa adquiriria perfil imperialista, com a consolidação do capitalismo dependente.

No limiar desse processo, o desenvolvimento manufatureiro inglês substituiu as exportações espanholas e portuguesas, para além de declinar o princípio das manufaturas locais latino-americanas pela enxurrada de produtos ingleses que passou a compor as pautas de importação na América Latina. “A liberalização do comércio trouxe consigo a destruição de novas fábricas que surgiam, através da inundação completa dos mercados [latino] americanos por mercadorias”

²⁷ O neocolonialismo é definido por Florestan Fernandes como a fase da dominação externa que corresponde ao controle externo de mercado dos processos econômicos, por meio do apoio das classes exportadoras e da fração da burguesia ligada ao comércio nos centros urbanos.

(PIMENTEL *apud* FRANK, 1980, p. 112). Gunder Frank destaca que esse processo foi central para a canalização das economias pós-independência rumo uma ampliação da produção de matérias primas para exportação, definindo o papel dessas economias na divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, é importante ressaltar a centralidade dos países dependentes para a consolidação do capitalismo industrial. Diante da especialização produtiva demandada pela grande indústria, coube à América Latina e às demais economias dependentes o suprimento dos bens agrícolas necessários. Segundo Marini (2005), o crescimento da classe operária industrial na Europa foi viabilizado pelos meios de subsistência de origem agropecuária produzidos, também, pelos países da América Latina. Nesse ínterim, essa dinâmica “permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas” (Ibid., p. 143).

Assim, a lógica da política colonial ibérica e depois inglesa, desenvolvendo a colonização de exploração, fornecia as bases necessárias para o desenvolvimento industrial europeu e colocava freios para o desenvolvimento latino-americano. “Ao mesmo tempo, a formidável concentração internacional da riqueza em benefício da Europa impediu, nas regiões saqueadas, o salto para a acumulação do capital industrial” (GALEANO, 2010, p. 47).

Nesse processo, um *fator interno determinante* decorre do posicionamento dos “agentes privilegiados” das colônias latino-americanas. Diante das prerrogativas da Coroa na apropriação das riquezas resultantes da colonização de exploração, esses agentes internos exigiam mudanças no sistema de produção colonial que findasse a relação com a Coroa e lhes conferissem maior autonomia econômica para expandir seus lucros (FERNANDES, 1973b). Esse elemento aponta para o protagonismo dos produtores e mercadores como

[...] promotores e financiadores do movimento político para a independência em relação à Espanha, com o intuito de conseguirem o poder do Estado e estarem livres para expandir o negócio de exportação de matérias-primas – e, portanto, *aumentar ainda mais a dependência latino-americana em relação à metrópole europeia, ou melhor, inglesa, naquela época* (FRANK, 1980, p. 113, grifo nosso).

As considerações de Gunder Frank (1980) e Fernandes (1973a, 1973b) demonstram, em larga medida, como os processos de independência e a formação de Estados nacionais não resultaram em uma ruptura com a dominação externa. Há, sim, uma reconfiguração da dinâmica da dependência para manutenção dos interesses dos grupos privilegiados na periferia e no centro.

Na segunda metade do século XIX, as transformações em curso na periferia aprofundam-se com o adensamento da articulação das economias dependentes na direção dos dinamismos das economias capitalistas centrais²⁸. Segundo Fernandes (1973b, p. 16):

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural.

Essa assertiva que concerne à reorganização da dinâmica da economia internacional no curso da Revolução Industrial consolida o *capitalismo dependente* como realidade concreta na América Latina. Marini assinala (2005) que

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: *a divisão internacional do trabalho*, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região (MARINI, 2005, p. 141, grifo nosso).

Assim, para Marini (2005) a articulação da América Latina com a economia mundial se materializa pelo estabelecimento da DIT. A *dependência estrutural* se consolida como produto da internacionalização do processo produtivo, a partir da incorporação das atividades econômicas dos países latino-americanos ao sistema de

²⁸ Fernandes (1973a) contribui para a compreensão das consequências da dominação externa em esferas como a cultura e a sociedade. Em sua obra esses elementos aparecem a partir da narrativa sobre a incorporação dependente da periferia ao que o autor denomina o “espaço social e político das nações hegemônicas”. A sociabilidade dos países dependentes sofre uma gritante influência externa dos padrões sociais do Norte.

produção capitalista centralizado nos países europeus. Em síntese, Ianni (1974, p. 176, grifo nosso) aponta que:

Quando se ampliam e aprofundam a interdependência e complementaridade entre as economias de vários povos, constituem-se e expandem-se as relações e estruturas de dependência. Nesse sentido, *a dependência estrutural é o produto necessário da reprodução ampliada do capital, em escala mundial.*

Trata-se de uma inserção subordinada da América Latina no Modo de Produção Capitalista, desenvolvida por meio da *transferência de valor*²⁹ que perpassa todas as fases da dependência e se materializa na transferência de parte do valor que é produzida na periferia para ser realizada no centro. Na proporção em que se transfere valor da periferia para o centro³⁰ se estabelece uma *cisão no ciclo de reprodução do capital latino-americano*, comprometendo o processo de acumulação nas periferias (MARINI, 2012). Nas economias dos Estados latino-americanos, isso resulta em uma *apropriação repartida do excedente econômico nacional*, já que parte da riqueza produzida no território nacional passa a ser apropriada pelas economias centrais (FERNANDES, 1973a). Aqui se fundamentam os elementos centrais de constituição da dependência como uma característica basilar das economias latino-americanas, isto é, a deficiência no processo de acumulação nesses países e sua corresponde funcionalidade para o processo de acumulação das economias centrais.

A contradição fundamental do modo de produção capitalista entre a produção social da riqueza e sua apropriação privada apresenta-se de maneira ainda mais arraigada nas economias dependentes, tendo em vista que ocorre uma repartição internacional da apropriação da

²⁹ “A lei do valor, no plano da economia mundial, implicaria que economias que possuem capitais com produtividade abaixo da média mundial tenderiam a produzir mais valor (valor individual mais elevado por conta da menor produtividade na produção da mercadoria em questão) do que realmente conseguem se apropriar (uma vez que a venda tende a se dar pelo valor de mercado, isto é, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria, que inclui também os capitais que produzem com maior produtividade, ou seja, com valor individual menor). Este desnível na produtividade de mercadorias que são produzidas tanto em uma (economia central) quanto em outra (economia dependente) permite um primeiro mecanismo de transferência de mais-valia produzida na última que é apropriada/acumulada na primeira” (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2014, p. 5).

³⁰ A transferência de valor ocorre pela saída estrutural de recursos que se dá por meio de remessas de lucros, dividendos, royalties e pagamentos de juros.

riqueza aqui produzida. Assim, “a apropriação privada do produto do trabalho das classes assalariadas ocorre tanto em âmbito nacional como em nível internacional”³¹ (IANNI, 1974, p. 176).

As consequências da cisão no ciclo de reprodução do capital tornam ainda mais gritantes as contradições típicas de uma sociedade de classes, resultando no caráter *sui generis* do capitalismo dependente e suas estruturas sociais (MARINI, 2005). Esse caráter *sui generis* é explicado por Marini (2005) pela particularidade que adquire a relação capital \times trabalho na América Latina, pois um mecanismo de compensação precisa ser introduzido para sanar essa interrupção da acumulação interna de capital. Isso se dá pelo aumento da produção de excedente, por meio da *superexploração da força de trabalho*³², como especificidade da dinâmica do capitalismo dependente latino-americano. Forjam-se diferentes mecanismos de aumento da exploração da força de trabalho, quais sejam: i) *a intensificação do trabalho*, ii) *a prolongação da jornada de trabalho* e a iii) *expropriação da parte do fundo de consumo do trabalho, necessário ao operário para repor sua força de trabalho* (MARINI, 2005, p. 156). A superexploração da força de trabalho traz implicações concretas para a população desses países, isto é, graves consequências sociais da distribuição regressiva de renda e riqueza. (CARCANHOLO, 2012). Essas decorrências se expressam no nível de desigualdade e de concentração da renda, da riqueza e do poder na América Latina, que implica em condições de vida degradantes para as classes trabalhadoras dos países dependentes.

Conforma-se, assim, a partir desses elementos, uma sociedade de classes marcada pela *heteronomia permanente*³³, tendo em vista que a

³¹ Aqui buscamos compreender a cisão do ciclo de reprodução do capital nas economias dependentes a partir dos elementos teóricos apontados por Marini, Fernandes e Ianni. Nesse sentido, buscamos compreender os pontos de convergência na análise da dependência estrutural desses autores. A inquietação em torno da possível complementariedade da análise dos autores surgiu a partir do contato recente com a retomada da Teoria Marxista da Dependência e a constatação de que há uma ausência de menção a Ianni e Fernandes, no que tange aos pontos de convergência entre os autores, nas atuais produções que versam sobre a Teoria da Dependência em Marini.

³² A categoria da superexploração da força de trabalho é inaugurada por Ruy Mauro Marini, no seio da Teoria Marxista da Dependência, para explicar a especificidade da relação capital \times trabalho na América Latina, a partir da cisão do ciclo de reprodução do capital que acontece por meio da transferência de valor. Nesse sentido, para continuidade do ciclo de reprodução de capital é necessário a produção de um excedente adicional, que ocorre por meio dos mecanismos elencados por Marini, configurando um modo de produção fundado na maior exploração do trabalhador.

³³ Na obra de Florestan Fernandes, sobretudo a partir dos anos 1960, a noção de “heteronomia” assume um papel explicativo da dependência. No pensamento do sociólogo, a variação pela qual o Brasil se integra ao circuito da civilização ocidental moderna constitui-se por elementos

revolução burguesa na América Latina não rompeu com o arcaico e desembocou na consolidação de uma estrutura do modo de produção capitalista de caráter *sui generis*. Resulta disso a marca da constante relação entre o “arcaico” e o “moderno” como *modus operandi* na sociedade de classes na América Latina (FERNANDES, 1973a). A estabilidade dessa sociedade de classes requer mecanismos de dominação que reforçam, a partir do arcaico, a concentração da renda, do prestígio social e do poder, exacerbando as mazelas sociais.

Nesse modelo de capitalismo, as classes sociais não cumpriram seu papel enquanto agente histórico como em sociedade de classes fundadas pela via clássica da Revolução Burguesa, tal qual ocorreu na Europa. Nos países europeus ocorreu a ruptura com o antigo regime e a conformação de uma estrutura social, na qual as classes sociais cumprem suas funções, enquanto agentes históricos de uma sociedade fundada na *propriedade privada*, na *formalização do Estado* e do *Direito* (FERNANDES, 1973a). Assim, nesses países, a consolidação da “civilização burguesa”, com a hegemonia dos interesses dessa classe, instaura uma ordem social competitiva na qual as classes baixas utilizam os instrumentos típicos da “estrutura democrática” - mais formal que concreta - para pautar seus interesses de classe e efetivar-se enquanto agente histórico.

Às avessas, a burguesia latino-americana adquire um caráter débil para consolidar um projeto democrático e nacional, pois a sociedade de classes se funda sobre estamentos senhoriais típicos do Antigo Regime Colonial, sem conseguir superá-los (FERNANDES, 1973a, 1973b, 2006) e, ainda, com uma relação de complacência com o imperialismo, cedendo espaço às evoluções externas do capitalismo. Nesse sentido, para consolidar sua hegemonia de classe, a burguesia recorre a instrumentos antidemocráticos que perpetuam e acentuam a concentração dos mecanismos de poder, as disparidades sociais e as relações de dominação externa.

Em síntese, Florestan Fernandes (1973a, p. 91) assinala que pela origem colonial, o capitalismo moderno se funda na América Latina com uma série de particularidades, sendo a condição burguesa das classes dominantes não “o requisito, mas o produto imprevisto e quase inexorável dessa evolução”. Ainda aponta que:

dísparos – aqueles do “moderno” e do “arcaico” - que contraditoriamente se encontram, em sintonia, no transcurso da via não-clássica da revolução burguesa no Brasil. Essa combinação, que passa a assumir um caráter permanente, torna-se central na estrutura particular da conformação das classes sociais entre nós – no campo da consciência, da cultura, da política e da economia (FERNANDES, 2005).

A ordem social competitiva não deita suas raízes mais longínquas em um estamento burguês revolucionário; mas em estamentos senhoriais que pretendiam usar suas posições-chaves no controle da economia e de Nações-Estados emergentes, realizando assim a integração horizontal de estruturas de poder estamentais (antes impedida pelas Coroas espanhola e portuguesa e pela administração colonial). (FERNANDES, 1973a, p. 91)

A permanência de elementos do arcaico em conexão com o moderno confere o estado de *heteronomia permanente*. Fernandes (1973a, p. 55) ressalta que, como consequência desse modelo, não existe possibilidade de alteração no padrão das transformações que leve da articulação dependente ao desenvolvimento autônomo dos países latino-americanos, sendo um constante processo de readaptação às evoluções externas. Desse modo, a dependência não possui um caráter residual nas sociedades latino-americanas. Ao contrário, sua dimensão inegavelmente estrutural consolida-se por meio das transformações, inerentes à dinâmica do capitalismo periférico, que consistem numa contínua adaptação nas relações centro-periferia a novas condições históricas. São essas modificações no seio do capitalismo internacional e nas relações dominação-subordinação (IANNI, 1974) que levam à política imperialista³⁴, como novo padrão de dominação externa que será tratado a seguir.

1.1.2 Imperialismo e relações de dependência no capitalismo monopolista

A expansão capitalista - da acumulação originária à etapa da financeirização na fase monopolista - é demarcada por processos de readequação das economias latino-americanas às demandas do mercado mundial. Essas economias, ajustando-se de forma periódica, respondem à lógica interna da dinâmica da acumulação que, a partir da fase imperialista, as incorpora e transfigura frequentemente suas relações sociais de produção e reprodução.

³⁴ Fernandes (1973b) aponta duas fases de dominação imperialista na América Latina. O imperialismo restrito, que se inicia na segunda metade do século XIX e o imperialismo total ou novo imperialismo, com a consolidação do capitalismo monopolista.

No item anterior, foram tratados os principais elementos da formação da América Latina, que determinaram a condição *sui generis* do capitalismo dependente em consonância com os padrões de dominação externa que vigoraram até a transição do neocolonialismo e transfiguraram-se na forma de relações de cunho imperialista. No plano teórico das Relações Internacionais, o debate crítico em torno da dependência e da relação centro-periferia, entre outras leituras, vem sendo realizado, a partir do conceito de *hegemonia*, por uma tradição que parte da perspectiva neogramsciana³⁵. Reconhece-se a contribuição teórica dessa perspectiva para o entendimento da problemática. Entretanto, aqui, busca-se resgatar o debate da dependência, na fase monopolista do capitalismo, a partir da concepção leninista de *imperialismo*. Assim, Lenin (2012, p.125) define imperialismo como:

o estágio monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário em alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas de industriais, e, por outro, a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido.

Assim, adiante serão abordados os principais traços da política imperialista, como novo padrão de dominação externa e suas consequências para a dependência latino-americana. Para tal, serão retomadas as mudanças advindas da consolidação do capitalismo monopolista e as particularidades conferidas à dinâmica do capitalismo dependente nos países da América Latina nesse período histórico. Ianni (1974, p. 161) atenta que a análise da dependência estrutural equivale ao “aprofundamento da análise do imperialismo, vista da perspectiva do país subordinado”. Nessa afirmação está contida a relação complementar que existe entre os estudos da dependência e do imperialismo. Assim, busca-se articular a relação entre dependência e imperialismo por esse ângulo. Como reitera Ianni (1974, p. 175):

³⁵ Autores da Teoria Crítica da Economia Política Internacional, com destaque para Cox (1981) e Gill (2007), que em seus respectivos quadros analíticos estabelecem pontes essenciais para a compreensão da temática.

Sob várias perspectivas, o conceito de dependência estrutural corresponde, complementar e antiteticamente, ao conceito de imperialismo. Um é desenvolvimento do outro, ao mesmo tempo em que um e outro se constituem reciprocamente como expressões necessárias da reprodução ampliada do capital, em escala mundial.

Nesse sentido, as bases da transição ao estágio monopolista residem no esgotamento do capitalismo concorrencial, no final do século XIX³⁶. Por meio das mudanças na dinâmica do capitalismo, em torno do desenvolvimento das forças produtivas, do surgimento dos monopólios pela tendência à centralização e à concentração de capital e da modificação do papel dos bancos, o capital monopolista se torna a coluna vertebral da economia capitalista (BRAZ; NETTO, 2012). O monopólio passa a ser, portanto, a unidade básica de funcionamento da dinâmica capitalista. (SWEZZY; BARAN, 1964). Sobre esse processo, Lenin sintetiza que:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas de suas características fundamentais começaram a transformar-se em seu contrário, quando as características de uma época de transição do capitalismo a uma ordem econômica e social superior ganharam corpo e se revelaram em todas as esferas. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da

³⁶ O momento a qual nos referimos diz respeito à passagem do capitalismo concorrencial a sua fase monopolista, na qual a reestruturação da natureza do capitalismo se destaca na Europa e, com particular destaque, nos Estados Unidos. As economias da América Latina absorvem tais alterações ocorridas no modo de produção desses países, a partir de uma incorporação dependente ao espaço político, social e econômico das nações capitalistas hegemônicas.

produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas vimos ela transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio [...] Ao mesmo tempo, os monopólios, decorrentes da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para uma ordem superior.

Nessa nova fase do capitalismo, o papel dos bancos é revolucionado, a partir do controle de massas monetárias gigantescas que se transformam em crédito disponibilizado na forma de empréstimo para o capitalista industrial. O papel dos bancos é converter capital-dinheiro inativo em capital ativo, ou seja, em capital que rende lucro. Segundo Lenin (2012)³⁷, há uma fusão entre capital bancário e capital industrial, que origina o *capital financeiro*. Em síntese, os bancos passam “de intermediários de pagamentos a associados de capitalistas industriais” (2012, p. 192).

A consolidação da dinâmica da “era dos monopólios” introduz novas necessidades para a continuidade da reprodução ampliada de capital. A tendência, cada vez maior, à centralização e à concentração das atividades econômicas leva à acumulação de capital em proporções gigantescas, levando à formação de uma grande massa de *excedente de capital*. Nos países centrais, esse excedente não é investido em políticas para a elevação do nível de vida dos trabalhadores, mas é convertido, por meio da exportação de capitais para os países da periferia, em expansão dos lucros capitalistas. Lenin (2012, p. 94) ressalta, além disso, que “a necessidade da exportação de capitais se deve ao fato de o capitalismo ter amadurecido excessivamente em alguns países, e o capital carecer de um campo para a sua colocação lucrativa”. Por conseguinte, a centralidade que adquire a exportação de capital no capitalismo monopolista traz consequências para a relação centro-periferia. A política imperialista se consolida como instrumento para

³⁷ A análise de Lenin (2012), que utilizaremos como principal fonte deste ensaio, destaca seis núcleos centrais para o entendimento do capitalismo monopolista, quais sejam: *os monopólios, o capital financeiro, a oligarquia financeira, a exportação do capital, a partilha do mundo entre as nações e empresas e a formação da aristocracia operária*.

viabilizar a expansão territorial com vistas ao investimento do excedente de capital.

Nas transações internacionais para exportação de capitais, os países centrais que fornecem os empréstimos o fazem – geralmente – com cláusulas que instituem requisitos aos países receptores, a partir das quais o credor obtém algum proveito. Essa condição desigual na concessão dos empréstimos norteia a exportação de capitais com vantagens concebidas aos países exportadores, seja no campo militar ou nas vantagens comerciais em relação ao acesso ao mercado dos países subdesenvolvidos e colônias as quais concedem o empréstimo (LENIN, 2012, p. 94). Tais cláusulas passam a exercer o papel de estímulo à exportação de mercadorias dos países centrais – fornecedores dos empréstimos – através de uma relação de determinação sobre a pauta importadora dos países receptores.

Nesse processo, os países com maiores níveis de desenvolvimento das forças produtivas exercem o papel de núcleo orgânico de acumulação, onde são centralizadas as sedes executivas das grandes empresas monopolistas. Nessa dinâmica, a tendência à monopolização de capital no âmbito industrial e bancário leva à concentração do *poder econômico* e, ao mesmo tempo, do *poder político* - dando origem a uma *oligarquia financeira*³⁸, que sintetiza “a manifestação concreta do poder dos grandes monopólios em escala mundial” (LENIN, 2012, p. 17). Essa oligarquia dispõe de um poder que desafia a soberania dos Estados, que tem suas funções reconfiguradas no capitalismo imperialista. A função do Estado sempre esteve conectada à garantia das condições de produção e acumulação no capitalismo, que continua a ser desempenhada em novos padrões: agora a intervenção estatal na economia é direcionada para assegurar os superlucros dos monopólios, a partir da garantia das condições *externas* para a produção e a acumulação.

Na fase monopolista, a necessidade da expansão do capitalismo coloca para os Estados a política colonial como elemento central na busca por mercados e exportação de capital para garantir a realização do valor produzido nos monopólios. “As nações imperialistas, tanto através de suas empresas monopolistas quanto do próprio Estado, expandem os seus tentáculos para as nações periféricas” (LENIN, 2012, p. 17). Nesse período, os Estados, onde o capitalismo monopolista se desenvolve e

³⁸ Segundo Netto e Braz (2012, p. 194) no século XX, “são inúmeros os exemplos de ação concentradora (na economia) e antidemocrática (na política) conduzida pela oligarquia financeira”.

cujos interesses representam, se relacionam na luta pelo território econômico dos países formalmente soberanos, mas econômica e politicamente dependentes³⁹. A esse respeito, Lenin (2012, p. 119, grifo nosso) elucida que:

Ao se falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e sua correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. *Para esta época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, mas também as variadas formas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas de dependência financeira e diplomática.*

Nesse processo, as relações próprias da dinâmica capitalista entre economias centrais e periféricas incorporam alterações que ressignificam o papel da periferia para o circuito da acumulação no centro. Há, dessa forma, uma refuncionalização das relações de dependência e, por consequência, do padrão de dominação externa que demarca a relação entre centro e periferia. Segundo Ianni (1974), a expansão das fronteiras econômicas e políticas dos Estados Unidos em direção ao sul das Américas resultou em um comprometimento dos sistemas políticos e econômicos das nações latino-americanas com a hegemonia estadunidense. “Assim, sempre que a primazia dos Estados Unidos se afirmava ou expandia, reduzia-se ou eliminava-se a presença inglesa na América Latina” (*id. ibid.*, p. 126).

Esse padrão de acumulação típico do capitalismo monopolista gera uma redefinição constante da materialização do subdesenvolvimento. São essas modificações que configuram a política imperialista como novo padrão de dominação externa. Nesse sentido, dado o crescimento do potencial produtivo da economia latino-americana, o *imperialismo restrito* dá continuidade às relações de dependência estabelecidas entre a América Latina e o centro. Em

³⁹Mercados, transferência de produção para acesso a matéria-prima, ao exército industrial de reserva que significa mão-de-obra mais barata, desorganizada politicamente enquanto classe e disponível.

relação à ascensão dos EUA, Ruy Mauro Marini (2013, p. 12) aponta que:

A partir de 1875, certas mudanças no capitalismo internacional se fazem sentir. Novas potências se projetam para o exterior, em especial a Alemanha e os Estados Unidos, e este último país começa a instaurar uma política própria no continente americano, muitas vezes em choque com os interesses britânicos.

É importante destacar que há uma grande diferença no processo de independência dos Estados Unidos da América⁴⁰ e da América Latina. Esta se viu politicamente liberta, mas economicamente dependente de interesses externos, enquanto que os Estados Unidos tiveram em seu processo de independência não apenas aspectos políticos, mas também econômicos, corroborando com o seu crescimento, enquanto potência capitalista.

O processo de colonização em todo o subcontinente latino-americano foi basicamente estabelecido pela colonização de exploração. Assim, após um longo período no qual a América Latina esteve sob o jugo do continente europeu, com o crescimento da economia estadunidense e a necessidade da busca por mercados, inicialmente, a América Latina passou a ser observada como território estratégico para expansão da economia dos Estados Unidos.

Na tentativa de afastamento da influência europeia, principalmente inglesa, os Estados Unidos, com um discurso de segurança, começam a desenvolver uma política de influência sobre todo o continente, legitimada pelo discurso do *pan-americanismo*⁴¹. Neste sentido, a dominação norte-americana se deu a partir da formulação de uma política própria para a região latino-americana. No século XIX, destaca-se a Doutrina Monroe, uma política anunciada em

⁴⁰ Para compreender as diferenças entre os Estados Unidos e os países latino-americanos e como essas diferenças contribuíram para o cenário no qual os Estados Unidos consolidam-se como potência, é necessário retomar as diferenças existentes entre os seus processos de colonização. No território norte-americano consolidou-se a colonização de povoamento, opondo-se à colonização de exploração existente nas colônias ibéricas, nas quais a metrópole desempenhava um papel de poder e controlava a vida colonial em todas as instâncias.

⁴¹ Aqui o pan-americanismo se diferencia do pan-americanismo defendido por Simon Bolívar no processo de independência das colônias hispano-americanas no século XIX. Nesse momento histórico, se inicia a definição de dois projetos diferentes para o subcontinente: o projeto latino-americanista, que remonta à Bolívar, e o projeto pan-americanista, que remonta à Monroe e a política imperialista dos Estados Unidos para a América Latina.

1823, sob o mandato presidencial de James Monroe, que em troca da não intervenção dos europeus nos Estados da América, o Presidente se comprometia em não intervir nas questões europeias. Segundo Karnal (2007), a Doutrina Monroe tem como pressuposto discursivo os Estados Unidos enquanto responsáveis pela proteção dos Estados de toda a América. Por trás do discurso legitimador da Doutrina Monroe, encontrava-se o objetivo de preservar os interesses comerciais dos Estados Unidos nos mercados da América, em nome da “paz e da liberdade”, com a famosa frase “América para os Americanos”.

Sobre a política externa estadunidense no final do século XIX, um dos momentos mais expressivos foi a I Conferência Internacional Americana (1889-1890), que ocorreu em Washington, com o objetivo de fomentar as relações comerciais entre os países americanos. A Conferência teve o protagonismo dos interesses estadunidenses, sob a pressão das forças nacionais ligadas ao livre comércio, sendo aprovada no Congresso dos Estados Unidos, em maio de 1888, uma lei para convocação do Congresso (PÁDUA, 2012, p. 23).

Segundo Ianni (1974), no século XX, a relação dos Estados Unidos com a América Latina baseia-se na combinação da diplomacia do dólar e do *big stick*. Diferentes denominações são utilizadas pelos governantes norte-americanos para as relações com os países latino-americanos:

monroísmo, pan-americanismo, não-intervencionismo, boa vizinhança, aliança para o progresso, segurança hemisférica, interdependência, solidariedade interamericana, associação madura, presença discreta, negligência benigna e assim por diante (Ibid., p. 7).

Assim, “a dominação externa, graças ao capitalismo monopolista e ao recente padrão de imperialismo total ramificou-se e intensificou-se a ponto de organizar-se a partir de dentro em bases quase simétricas às da antiga dominação colonial” (FERNANDES, 1973a, p. 97). Passa a vigorar o *imperialismo total*⁴² como padrão de dominação externa típico do capitalismo monopolista, que modifica os arranjos econômicos, mas continua a ter em seu cerne a marca da acumulação

⁴² No caso de países dependentes da América Latina que não atingiram níveis mais altos de desenvolvimento das forças produtivas há variações na configuração da dominação externa, podendo ainda vigorar relações do tipo imperialismo restrito. Cf. Fernandes, 1973.

dual de capital e da apropriação repartida do excedente econômico nacional.

O *imperialismo total* ou *novo imperialismo* se consolida a partir da expansão das grandes empresas corporativas típicas das economias centrais para os territórios latino-americanos. Nesse momento, a dominação externa se concebe de forma mais complexa e profunda, já que há um controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Mecanismos típicos das empresas monopolistas passam a ser implementados na dinâmica econômica da periferia com investimentos em marketing, mudança do quadro administrativo das empresas, propagandas em massa etc. No âmbito econômico, a falta de instrumentos que pudessem regulamentar e supervisionar a atuação dos monopólios nos Estados latino-americanos resultou em um enraizamento ainda maior das estruturas de controles externas em território nacional (FERNANDES, 1973b). Isso acabou influenciando a falta de autonomia na gestão da política econômica dos Estados dependentes. Ianni (1974, p. 163) destaca que, frente à dominação imperialista, se conformam problemas como “a alienação dos centros de decisão, sobre a política econômica, resultante da expansão e do fortalecimento das empresas multinacionais sediadas principalmente nos EUA”.

Entretanto, Fernandes (1973b) alerta que os aspectos econômicos são apenas uma esfera das modernas tendências de dominação externa. A incorporação dependente da periferia ao que o autor denomina o “espaço social e político das nações hegemônicas” resulta em uma gritante influência externa dos padrões sociais do Norte na sociabilidade dos países dependentes. Isso se dá por meio da empresa corporativa, mas também por outras instituições oficiais (públicas) e privadas,⁴³ que têm a função de reconstruir as sociedades latino-americanas de acordo com interesses externos.

O *imperialismo total* se torna ainda mais ofensivo com o término da II Guerra Mundial. Acontecimentos desse período remetem ao i) estabelecimento da hegemonia norte-americana no Ocidente; ii) criação de uma série de instituições internacionais instrumentalizadas pelo imperialismo⁴⁴; iii) mudança na ordem monetária internacional⁴⁵

⁴³ Segundo Fernandes (1973b, p. 24), essas instituições são encarregadas de “conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos”.

⁴⁴ Formação de instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) no campo político, o *General Agreement on Tariffs and Trades* (GATT), no campo comercial, o

iv) “ameaça” da expansão do modelo socialista com a instauração da bipolaridade enquanto ordenamento do sistema internacional; v) a longa onda expansiva da economia internacional nos Anos Dourados, que solidificam o *imperialismo total* enquanto padrão de dominação externa na América Latina.

Segundo Fernandes (1973b), a expansão do modelo socialista significou uma “influência dinâmica decisiva” à defesa agressiva do capitalismo privado por parte das nações capitalistas avançadas⁴⁶. Entretanto, a grande onda de expansão econômica dos *Anos Dourados* esgotou-se no final dos anos 1960, quando ocorreu uma queda nos índices de crescimento econômico das economias centrais. Os *déficits* alcançados pela economia americana dificultaram que o dólar mantivesse seu poder de ordenação dos movimentos comerciais e financeiros no mundo, resultando no fim da vigência do padrão dólar-ouro, seguida por uma desvalorização do dólar e o rompimento com regime de câmbio fixo, passando para o regime de câmbio flexível.

As consequências da longa onda recessiva foi o *boom* da financeirização, tendo em vista que o excedente, resultante da internacionalização do capital produtivo antes de 1970, gerado na esfera produtiva, é direcionado para a esfera financeira. A partir de 1973, o choque do petróleo vem logo em seguida, com o aumento do preço estipulado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). O excedente gerado por esse aumento torna-se crédito disponível no sistema financeiro agora desregulamentado e liberalizado. Com a expansão do crédito e as facilidades no fornecimento de empréstimos, os países periféricos iniciam um processo de endividamento externo, que resultará na “década perdida”, como é considerada a década de 1980.

Fundo Monetário Internacional (FMI), para ajustamento de desequilíbrios das balanças de pagamentos e o Banco Mundial (BM), para financiamento do desenvolvimento. No cenário internacional, há a instrumentalização dessas agências e instituições internacionais para implementação de estratégias que lhes são adequadas. Segundo Braz e Netto (2012, p. 237) “O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e lhes permite impor desde a orientação macroeconômica, frequentemente direcionada aos chamados ‘ajustes estruturais’, até as providências e medidas de menos abrangência”.

⁴⁵ Bretton Woods leva à constituição de uma nova ordem monetária internacional, com a vigência do padrão monetário dólar-ouro e de um regime de câmbio fixo.

⁴⁶ A disputa da Guerra Fria intensifica-se com a ofensiva da classe trabalhadora que levou a revoltas populares e vitórias na China (1949) na Guerra do Vietnã (1950-1975), nos processos de libertação nacional das colônias africanas durante o período de 1960-1975. Na América Latina, também havia uma ascensão dos movimentos de massa com teses revolucionárias, que levaram a revoltas populares na Bolívia (1950-1954) Guatemala (1954), Cuba (1956-1959), República Dominicana (1963-1964) e em outros países.

Assim, para recuperação da crise, o sistema capitalista lança mão de três estratégias: reestruturação produtiva, financeirização do capital e a ofensiva neoliberal. Nesse contexto, as economias dependentes foram atingidas mais gravemente, sobretudo em função da crise da dívida pública. Foi posta em prática uma série de ajustes⁴⁷ de cunho neoliberal, veiculadas em forma de “boas práticas” e “boas instituições” pelo Consenso de Washington, que deve ser analisado como um dos instrumentos pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento da crise dos anos 1980. Castelo (2013, p. 322-3) elucida os pontos referendados no Consenso de Washington, que remontam à publicação de 1986, o *Toward Renewed Economic Growth in Latin American*, são eles: 1. Disciplina fiscal; 2. Prioridades do gasto público em educação e saúde primárias; 3. Reforma tributária; 4. Liberalização financeira e taxa de juros; 5. Taxa de câmbio competitiva; 6. Liberalização comercial internacional; 7. Atração de investimento externo direto; 8. Desregulamentação/desburocratização e mercados competitivos; 9. Privatização; 10. Garantia de direitos de propriedade, em especial dos setores informais.

Segundo Amaral (2012), essa nova fase de dependência seria marcada pela alteração no eixo de acumulação que passa da esfera produtiva para a esfera financeira e teria como eixo central o alto nível de endividamento das economias dependentes em decorrência da alta liquidez internacional que marcou a década anterior. As mudanças na esfera financeira vêm com rearranjos na esfera produtiva - outra estratégia do capital para recuperação da crise - que também configuram a transformação das relações econômicas. Visualiza-se a reestruturação produtiva, que contém a flexibilização nos processos de trabalho, surgimento de setores de produção novos com o desenvolvimento da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), a desterritorialização

⁴⁷ Aqui chamamos de ajustes o que, na linguagem liberal, é nomeado de reformas. Coutinho (2010, p. 35) aponta que a palavra reforma sempre foi ligada a luta dos subalternos, adquirindo uma conotação claramente progressista na linguagem política. Entretanto, “o neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de ‘reforma’. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificadamente apresentadas como ‘reformas’, isto é, como algo progressista em face do estatismo, que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenada à lixeira da história. Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra ‘reforma’: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado, etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle”.

da produção⁴⁸ (HARVEY, 2012); mudanças essas que se conectam com a hegemonia e autonomização da esfera financeira, dando o tom dessa nova etapa do capitalismo mundial.

Sob essas condições históricas, a dependência estrutural dos países latino-americanos (MARINI, 2005) é reforçada na fase monopolista do capitalismo. Frente a esse cenário, a América Latina vem construindo arranjos de resistência que se configuram de maneira diversa ao longo da história, mas compartilham a busca por autonomia e, por consequência, contra o imperialismo e a dominação externa. Isso culmina em uma série de experiências, como revoluções, processos de integração regional, arranjos cooperativos, que têm como pauta projetos de cunho nacionalista e anti-imperialista, justamente por serem esses os requisitos centrais para a construção de autonomia na região, item que será abordado a seguir.

1.2 Tradição do pensamento integracionista latino-americano: teoria e a *práxis* política

O debate sobre a integração e unidade da América Latina é inaugurado pela doutrina política de Simón Bolívar, no século XIX, em meio às lutas de independência das colônias hispano-americanas. O documento que sintetiza esse projeto latino-americanista é a *Carta de Jamaica*, de 06 de setembro de 1815, como resposta à carta do inglês Henry Cullen a fim de solicitar cooperação da Inglaterra para o processo de luta pela independência das colônias hispânicas. Escrito por Bolívar, a carta apresenta uma visão pioneira sobre a unidade latino-americana com a proposta de um governo confederado para as nascentes repúblicas:

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o mundo novo uma só nação com um só vínculo, que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma mesma origem, uma mesma língua, os mesmos costumes e uma religião deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de formar-se

⁴⁸ Os monopólios passam a explorar as diferenças nos níveis salariais, para extrair superlucros, que são acumulados nos núcleos orgânicos dos monopólios nos países centrais. A centralidade da exploração do exército industrial de reserva e da exploração das diferenças salariais nas economias dependentes/emergentes, pelas empresas gigantes. (FOSTER, 2012).

(BOLÍVAR *apud* VENEZUELA, 2007a, p. 2, tradução nossa).

Ocorrido em 1826, o *Congresso do Panamá* sintetiza o anseio de Bolívar na construção dessa unidade e tinha como objetivo a conformação de uma confederação como meio de garantir a estabilidade e a segurança das nações. O artigo II do *Tratado de Unión, Liga y Confederación Perpetua* aponta a centralidade da busca pela autonomia desse Congresso.

ARTIGO 2º - O objeto deste pacto perpétuo será sustentar em comum, defensiva e ofensivamente, se necessário, a soberania e a independência de todas e cada uma das potências confederadas da América contra toda dominação estrangeira, e assegurar, desde agora, para sempre, os prazeres de uma paz inalterável, e promover, para o efeito, a melhor harmonia e boa inteligência, por isso entre os povos, cidadãos e sujeitos, respectivamente, como com as demais potências com as quais se deve manter ou entrar em relações amigáveis⁴⁹ (TRATADO..., 2013, tradução nossa).

A proposta do Congresso não foi efetivada. “A obra de Bolívar se desintegra definitivamente em 1830, deixando o caminho livre as pretensões hegemônicas das potências sobre as nações débeis do Sul”⁵⁰ (VENEZUELA, 2007a, p. 5). Entretanto, segundo Briceño Ruiz (2012), o legado de Bolívar resulta em um marco para a fundação de uma concepção particular de integração regional para a América Latina, que foi sendo trabalhada e difundida no imaginário coletivo da região. Assim, essa imagem coletiva compartilhada da necessidade de se alcançar uma integração entre povos e países, que em diferentes momentos foi impulsionada ou retraída, a depender das contingências históricas.

⁴⁹ “ARTÍCULO 2º.—El objeto de este pacto perpetuo, será sostener en común, defensiva y ofensivamente si fuera necesario, la soberanía e independencia de todas y cada una de las potencias confederadas de América contra toda dominación extranjera, y asegurarse, desde ahora, para siempre, los goces de una paz inalterable, y promover, al efecto, la mejor armonía y buena inteligencia, asi entre los pueblos, ciudadanos y súbditos, respectivamente, como con las demás potencias con quienes debe mantener o entrar en relaciones amistosas”.

⁵⁰ “La obra de Bolívar se desintegra definitivamente en 1830, quedando el camino libre a las pretensiones hegemónicas de las potencias sobre las naciones más débiles del Sur”.

Assim, a concepção do projeto latino-americanista prossegue na produção intelectual da nossa região. Segundo Briceño Ruiz *et al* (2012) há uma verdadeira *tradição do pensamento integracionista*, que se desenvolveu e resultou em um acúmulo sobre o tema em diferentes esferas da vida social, desde a economia, passando pela política, literatura e filosofia. Segundo Bernal-Meza (2005):

Durante os últimos quase duzentos anos, distintos pensadores e estadistas – idealistas, utópicos, pragmáticos e realistas – defenderam, com vários argumentos, a necessidade de alcançar a integração entre os povos e países⁵¹ (BERNAL-MEZA, 2005, p. 47, tradução nossa).

Essa tradição remonta aos precursores da independência e aos que denominam como “os libertadores”, seguindo durante todo o século XX até o tempo hodierno.

Como na América Latina “o capitalismo e a sociedade de classes aqui não são produtos de uma evolução interna” (FERNANDES, 1973a, p. 35), o capitalismo dependente evolui sem contar com condições de crescimento auto-sustentado e desenvolvimento autônomo. A ausência da autonomia pode ser considerada um elemento-chave na compreensão da especificidade latino-americana, no que tange à dependência estrutural e à sociedade de classes que se funda em seu território, como apontado anteriormente. Nesse sentido, as experiências demonstram que a agenda da integração latino-americana possui, em seu cerne, a pauta da busca pela autonomia.

Para Briceño Ruiz (2012), a partir das experiências práticas, duas ideias fundamentais determinaram o pensamento sobre integração na América Latina: i) a autonomia política na busca por uma maior liberdade frente as potências extrarregionais e ii) o desenvolvimento econômico (diversificação da estrutura produtiva regional). Historicamente, essas duas pautas estiveram presentes em diferentes experiências e arranjos regionais, sintetizadas pelo autor, no Quadro 1.

⁵¹ “Durante los últimos casi doscientos años, distintos pensadores y estadistas – idealistas, utópicos, pragmáticos y realistas – sostuvieron con diversas argumentaciones la necesidad de alcanzar una integración entre pueblos y países”.

Quadro 1: Etapas do pensamento integracionista latino-americana

Ideia dominante	Período Histórico	Proposta
Autonomia política	1810 – 1890	Confederação política
Desenvolvimento econômico como industrialização por substituição de importações (ISI)	Final do século XIX – final da Segunda Guerra Mundial	Desenvolvimento econômico (industrialização)
Industrialização + autonomia	Fim da década de 1940 – Crise da dívida	Autonomia
Desenvolvimento econômico como abertura econômica	1989 – Década de 1990	Livre comércio – regionalismo aberto
Retorno do desenvolvimento e a autonomia	Novo milênio	Densidade nacional Autonomia relacional

Fonte: Retirado de Briceño Ruiz, 2012, p. 28, tradução nossa.

A presença da busca por autonomia e desenvolvimento econômico, como pautas centrais nos processos de integração regional da América Latina, se constitui como uma particularidade perante a condição de seus Estados como economias dependentes. Dessa forma, em determinados momentos da história, a política externa desses países utiliza a integração como um instrumento para enfrentar os problemas derivados da inserção subordinada desses países na dinâmica do capitalismo internacional.

Compreendida a partir dessa dimensão, a integração pode ser apontada como um tema inerente à história da América Latina, que remete à luta pela independência com Simón Bolívar, José Gervasio Artigas e José Martí, conjugada à unidade regional. O legado desse período se constitui sob o acúmulo de intelectuais em obras e escritos que reivindicavam a unidade latino-americana. A peculiaridade desse legado se dirige exatamente pela *práxis* que remonta a essa experiência: o acúmulo teórico ocorreu sob o seio da luta contra o colonialismo. Nela, o pensar se vincula às iniciativas integracionistas no plano do concreto, concebendo a integração como instrumento na busca por autonomia, ou seja, por diminuição das relações de dominação externa do século XIX.

A meta era fundamentalmente a defesa das novas repúblicas frente as ameaças de reconquista ou invasão das potências europeias, como Inglaterra ou França, ou frente ao crescente expansionismo dos Estados Unidos. Neste período, o *integracionismo* não se manifestava tanto como um pensamento abstrato sobre o Estado e a nação, mas sim como *realpolitik*⁵² (BRICEÑO RUIZ *et al*, 2012, p. 18, tradução nossa).

Posteriormente, no final do século XIX, destaca-se a luta pela independência de Cuba, que teve como protagonista José Martí. Depois de Bolívar, Martí destaca-se pela defesa do projeto latino-americanista que “[...] não é concebível sem seu anti-imperialismo – duas posições complementares, que fundamentam seu projeto transformador e a cuidadosa estratégia que adotou para realiza-lo” (RODRIGUEZ, 2006, p. 8). Foi ele que inaugurou o uso da expressão *Nuestra América*. Segundo Rodríguez (2006, p. 11):

A expressão do seu conceito de identidade latino-americana, notável para sua época por sua originalidade, sentido de autonomia e projeção para o futuro, e que constitui a chave metodológica e teórica que explica o programa revolucionário e a ação de Martí durante os anos finais de sua vida (RODRÍGUEZ, 2006, p. 11).

Nesse mesmo período, o crescimento da economia estadunidense e sua conseqüente inserção nas economias latino-americanas resultaram no surgimento do *pan-americanismo*. “Em um plano retórico, o pan-americanismo pretendia criar uma comunidade de interesses entre os países do hemisfério ocidental, o fator econômico foi em grande medida seu eixo motor”⁵³ (BRICEÑO RUIZ, 2012, p. 33, tradução nossa). Nesse momento histórico, Nessa perspectiva, Santos (1993) argumenta que é constituinte da política internacional e da

⁵² “La meta era fundamentalmente la defensa de las nuevas repúblicas frente a las amenazas de reconquista o invasión de las potencias europeas, como Inglaterra o Francia, o frente al creciente expansionismo de Estados Unidos. En este periodo, el integracionismo no se manifestaba tanto como un planteo abstracto sobre el Estado y la nación, sino más bien como *realpolitik*”.

⁵³ “En un plano retórico, el pan-americanismo pretendía crear una comunidad de intereses entre los países del hemisferio occidental, el factor económico fue en gran medida su eje motor”.

diplomacia na América Latina o dilema entre as concepções de Bolívar e Monroe. Segundo o autor:

Bolívar, na sua luta pela independência, concebeu uma América hispânica independente dos Estados Unidos, cujas origens culturais distintas, poder econômico e ambições expansionistas os apartavam deste projeto libertário (Ibid., p.109).

A síntese do pan-americanismo foi a convocação estadunidense aos Estados do hemisfério para a Conferência Internacional Americana (1889-90), germe para a *União Panamericana*. Essa movimentação para a integração continental continha como centralidade a intenção dos Estados Unidos em afirmar sua hegemonia (MARINI, 1992, p. 119).

Assim, o antagonismo entre as propostas de Bolívar e Monroe demonstram a existência de diferentes projetos políticos para a região latino-americana que se expressam nos diferentes arranjos regionais construídos ao longo da história do subcontinente. Dessa forma, a política externa dos Estados Unidos e suas movimentações no que tange à América Latina⁵⁴ conformam uma variável interveniente na análise da integração regional latino-americana. Segundo Santos (1993, p. 100):

A proposta de uma integração latino-americana tem uma longa história. Contudo, ela contou com uma hostilidade definitiva dos Estados Unidos, que sempre se opôs à unidade da América Latina, considerada como um rompimento da unidade maior americana.

Dessa forma, na América Latina, a integração regional configura-se em um cerne de disputa entre as concepções de Bolívar e de Monroe (DAVI, 2013).

No século XX, com a consolidação da fase monopolista do capitalismo, aprofunda-se a realidade do subdesenvolvimento próprio da periferia, tendo a síntese da dominação externa em sua fase imperialista nos Estados Unidos. Em meio a esse cenário, no âmbito do pensamento social latino-americano, a teorização sobre as táticas para fomento do desenvolvimento sob a particularidade da dependência ganha fôlego com a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Criada em

⁵⁴ Alguns exemplos desse projeto são: a Doutrina Monroe (1823), a I Conferência Internacional Americana (1889-1890), Política da Boa Vizinhança (1930), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) (1948).

1948, a Comissão foi a primeira iniciativa institucionalizada que se dedicou ao estudo das particularidades da dinâmica do capitalismo latino-americano (FURTADO, 1969).

É importante ressaltar que, para além de análise teórica, a Cepal exerceu imediata e considerável influência na formulação da política econômica na região (FURTADO, 1969). A formulação da teoria do intercâmbio desigual passa a ser um fundamento específico na orientação de políticas voltadas a impulsionar a integração regional, com foco na industrialização por substituição de importações. (BERNAL-MEZA, 2008; MARINI, 2010; RUIZ, 2012).

Nesta seara, intelectuais inscritos em diferentes correntes teóricas também passam a se debruçar sobre o estudo da dependência e o subdesenvolvimento da região. Essa ebulição gerou um frutífero debate acerca da situação periférica da América Latina e as possíveis táticas para superá-la no âmbito do pensamento social, como demonstrado na caracterização da dependência latino-americana no subtópico anterior⁵⁵. Entre esses pensadores, há correntes teóricas que “bebem no leito histórico” da Cepal, como a vertente marxista da Teoria da Dependência⁵⁶, que considera central a análise das relações centro-periferia a partir das trocas desiguais. Entretanto, há discordâncias entre elas no que toca à análise da dinâmica do capitalismo dependente. O conceito cepalino concebia o subdesenvolvimento⁵⁷ a partir de uma visão etapista, como uma fase anterior ao desenvolvimento pleno, fase

⁵⁵ Outros autores, também utilizados como referência para a construção deste capítulo, se destacam na teorização sobre a realidade dependente latino-americana. Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Caio Prado Jr., Jorge Abelardo Ramos.

⁵⁶ Outros estudiosos compõem o campo da Teoria da Dependência, com uma compreensão diferenciada da dependência. Entre eles destacam-se Cardoso e Faletto (1970), tendo seus estudos denominados como parte da “vertente weberiana” da Teoria da Dependência. No campo da TMD, *Dialética da Dependência*, texto redigido por Ruy Mauro Marini em 1973, é considerado por muitos como o marco inaugural da versão marxista da Teoria da Dependência. Além dele, outros autores como Vania Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frunk, Orlando Caputo e Roberto Pizarro não só impulsionaram a TMD em seu início, como também lançaram os fundamentos teóricos basilares para desvendar as leis (isto é, as tendências históricas) que determinam a dinâmica da economia dependente. De acordo com essa linha interpretativa, o estudo das formações sociais concretas da América Latina deve levar em consideração as determinações que se encontram na base da luta de classes, que expressa nuances particulares se comparadas aos países centrais que vivenciaram, majoritariamente, as clássicas revoluções burguesas.

⁵⁷ Marini (2010) realiza uma crítica à metodologia utilizada pela CEPAL para mensurar o grau de desenvolvimento dos países como puramente descritiva, gerando resultados tautológicos. Isso porque a diferenciação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento era feita por critérios meramente quantitativos, estabelecendo “correlações verificáveis que não esclarecem de maneira alguma, por si só, as questões ligadas a causa e efeito”. (Ibidem, 2010, p. 106).

pré-industrial, como se todos os países que buscassem construir condições para tal alcançariam o desenvolvimento⁵⁸. (MARINI, 2010, p. 105). Já a Teoria Marxista da Dependência (TMD) considera desenvolvimento e subdesenvolvimento como faces opostas da mesma moeda, configurando momentos constitutivos da mesma realidade. Sobre esse debate, em síntese, Ruiz *et al* (2012, p. 19) aponta que

A obra de Prebisch, o estruturalismo, os aportes da CEPAL e a teoria da dependência, assim como a contribuição de um crescente grupo de intelectuais e políticos significaram o amadurecimento do pensamento integracionista na América Latina⁵⁹.

Assim, a partir da segunda metade do século XX, a Cepal realiza estudos sobre o subdesenvolvimento da região, que apontavam os empecilhos para a integração latino-americana. Entre elas, a heterogeneidade estrutural nas economias latino-americanas, junto à dependência externa – historicamente construída – e um desenvolvimento frágil da indústria nacional (BERNAL-MEZA, 2008). Isso se devia à situação de dependência que os países latino-americanos ocupavam na divisão internacional do trabalho, já apontada anteriormente. A integração regional tornou-se, portanto, uma estratégia para superar o subdesenvolvimento, a partir da concepção cepalina de industrialização, mediante forte intervenção estatal.

A partir do Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano, criado no âmbito do Comitê de Comércio da Cepal, é assinado o Tratado de Montevideu (1960), originando a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). Inicialmente, houve o aumento dos fluxos comerciais intrarregionais. Entretanto, a experiência da Alalc foi marcada por muitas lacunas, visto que havia muitas assimetrias entre as economias latino-americanas. A síntese de tais lacunas foi a assinatura do Protocolo de Caracas (1969); a partir dos obstáculos na estratégia de multilateralismo radical da Alalc, ocorre a abertura para acordos bilaterais (SANTOS, 1993).

Durante este período também se destaca a criação do Pacto Andino, que posteriormente se tornaria a Comunidade Andina das

⁵⁸ Entretanto, Marini (*op.cit*) destaca que a exceção à regra se encontra em Celso Furtado, que aponta essa diferença entre as duas formas econômicas, ainda que relativize sua colocação ao circunscrevê-la na questão da formação de capital.

⁵⁹ “La obra de Prebisch, el estructuralismo, los aportes de la CEPAL y la teoría de la dependencia, así como la contribución de un creciente grupo de intelectuales y políticos significaron la madurez del pensamiento integracionista en América Latina”.

Nações (CAN), em 1969. Ainda sob as formulações cepalinas, na década de 1980 foi criada a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), que tem por objetivo superar os problemas da Alalc e fomentar a integração latino-americana a partir de ações mais pontuais, sem aplicar o multilateralismo radicalizado desta.

Neste processo, a grande onda de expansão econômica que marca o pós-guerra esgota-se no final dos anos 1960, quando há uma queda nos índices de crescimento econômico. Os *déficits* alcançados pela economia americana dificultaram que o dólar mantivesse seu poder de ordenação dos movimentos comerciais e financeiros no mundo. Diante da crise, Richard Nixon⁶⁰, em 1971, suspende a vigência do padrão dólar-ouro, seguida por uma desvalorização do dólar e do rompimento com regime de câmbio fixo, passando para o regime de câmbio flexível.

O choque do petróleo vem logo em seguida, com o aumento do preço estipulado pela Opep. O excedente gerado por esse aumento torna-se crédito disponível no sistema financeiro agora desregulamentado e liberalizado. Com a expansão do crédito e as facilidades no fornecimento de empréstimos, os países periféricos iniciam um processo de endividamento externo, que resultará na “década perdida”, como é considerada a década de 1980. Resultante da conjuntura econômica desfavorável, as nações latino-americanas se articulam para discutir a questão da dívida em instâncias multilaterais.

Santos (1993. P. 126) ressalta que “a questão da dívida externa se converteu num ponto central de articulação diplomática no subcontinente”. Sob liderança de Fidel Castro⁶¹ se fortalece uma

consciência sobre a dimensão da dívida, a impossibilidade do seu pagamento e a perspectiva de utilizá-la como um fator de unidade latino-americana, de colaboração Sul-Sul e de pressão sobre as potências econômicas dominantes” (Ibid., p. 126).

⁶⁰ Presidente dos Estados Unidos entre 1969 e 1974.

⁶¹ A liderança de Fidel nessa articulação remete-nos à centralidade dos processos revolucionários que emergiram na América Latina no século XX no que tange aos esforços para a construção do projeto latino-americanista. A permanente heteronomia da nossa realidade social determina, frente às particularidades locais, a presença da pauta nacional e anti-imperialista nos programas dos processos revolucionários, como a Revolução Sandinista (1979) na Nicarágua e a Revolução Cubana (1959). (RAMPINELLI, 2012).

Isso demonstra a construção de instâncias regionais com foco na unidade da região para solucionar problemas compartilhados por economias tipicamente periféricas.

Marini (1992) suscita que, em meio à conjuntura adversa da década de 1980, surge a necessidade da concertação regional. Alguns exemplos dessa movimentação na América Latina são: i) no caso do Grupo dos Oito (1986), que aprovou o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação e ii) nas articulações para Integração Brasileiro-Argentina, de onde surgiria o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Em síntese, Marini (1992) aponta para uma hipótese de que a situação de crise leva os Estados subdesenvolvidos a se articularem regionalmente. Nas palavras do autor:

A crise e a estagnação econômica em que ingressou a América Latina, [...] obrigou-os [os países latino-americanos] à reunião de esforços, mediante a política de concertação, e pôs de novo em primeiro plano a questão da integração regional, agora independentemente dos Estados Unidos e com a participação ativa do Brasil. (MARINI, 1992, p. 144-5).

Entretanto, mesmo com a articulação dos países latino-americanos na tentativa de enfrentar, de maneira conjunta, a crise da dívida, a ‘solução’ para o endividamento das economias latino-americanas foi a adoção de uma série de medidas liberalizantes, reiterando a sua situação de dependência estrutural. Nessa conjuntura, a Cepal reorienta sua análise sobre o desenvolvimento no que tange à integração regional⁶². A nova leitura cepalina, denominada de neoestruturalismo, defendia uma integração regional com abertura dos mercados de forma a obter uma competitividade não espúria (*desarrollo hacia afuera*), denominada regionalismo aberto⁶³. Seguindo esta política, surgiram processos de integração de cunho eminentemente econômico, como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a reestruturação da CAN

⁶² Essa síntese aparece no documento histórico *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad* (1994).

⁶³ O ciclo do regionalismo aberto denomina a conformação de blocos regionais na década de 1990, que têm como centralidade a integração de cunho eminentemente comercial, com base na implementação de políticas neoliberais, orientadas pelo Consenso de Washington, que priorizam a liberalização comercial, por meio da abertura dos mercados latino-americanos.

(antigo Pacto Andino) e a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O regionalismo aberto possui uma forte ligação com a adoção das políticas neoliberais no campo econômico pelos países latino-americanos. A hegemonia desse modelo de regionalismo na América Latina, na década de 1990, possibilitou uma maior influência do projeto político estadunidense para a região. O exemplo mais concreto está exposto na Alca. Na citação a seguir, Bernal-Meza destaca como os interesses do imperialismo estadunidense estão inerentes à proposta da Alca:

A Área de Livre Comércio das Américas, desde seu lançamento em 1994, representava uma nova versão do modelo de dominação hegemônica dos Estados Unidos no hemisfério, não só porque incluía em sua agenda questões que iam além das comerciais – como investimentos, serviços, acesso a mercados, etc. – mas porque sua efetiva constituição poderia ter consequências profundas para os países latino-americanos⁶⁴ (BERNAL-MEZA, 2008, p. 186, tradução nossa).

Já no início do século XXI, configura-se na América Latina uma mudança de paradigma como resultado dos efeitos cumulativos de desgaste decorrentes dos ajustes neoliberais da década de 1990. Nesse movimento de inflexão, outros projetos políticos para a América Latina voltaram para o campo de disputa da região. Esse processo remete à hipótese de Nilson Araújo Souza (2012) sobre a necessidade dos esforços para pôr em primeiro plano a questão da integração regional, em meio à crise; ou, em outras palavras, que nos momentos de crise a concertação regional faz-se necessária. O autor afirma que “os processos de integração da região avançam nos momentos em que sua inserção internacional entra em crise e crescem as condições para um maior grau de autonomia regional” (SOUZA, 2012, p. 88).

Esses novos arranjos em nível regional têm sido protagonizados por projetos políticos de Estados que atualmente almejam lideranças regionais: o Brasil, que exerce um protagonismo pelo peso econômico

⁶⁴ “El Área de Libre Comercio de las Américas, desde su lanzamiento en 1994, representaba una nueva versión del modelo de dominación hegemónica de los Estados Unidos en el hemisferio, no sólo porque incluía en su agenda cuestiones que iban más allá de las comerciales –como inversiones, servicios, acceso a mercados, etc.- sino porque su efectiva constitución podría haber tenido profundas consecuencias para los países latinoamericanos”.

que é determinante na região, e a Venezuela, que protagoniza o enfrentamento à ofensiva neoliberal e imperialista no subcontinente latino-americano, mais explicitamente aos Estados Unidos. Sinteticamente, Brasil e Venezuela são os dois Estados que representam projetos políticos diferenciados para a região. Por um lado, a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) é, em grande medida, resultado de um desenho geopolítico brasileiro. Por outro, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba), essa última já trazendo em sua sigla sua clara contraposição em relação ao projeto neoliberal da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A construção desses projetos será retomada no capítulo III.

É nesse sentido que, no próximo capítulo será analisado o lugar da integração regional na política externa venezuelana entre 2004 e 2012. Para tal, será analisada a inflexão que representa a eleição de Hugo Chávez Frías, como presidente da República, a partir de 1999, e qual o projeto político que o seu governo tem para a América Latina.

CAPÍTULO II

DEPENDÊNCIA COM ABUNDÂNCIA DE DIVISAS: DIPLOMACIA PETROLEIRA E A AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL (2004 – 2012)

No primeiro capítulo desta dissertação, foram problematizados os fatores que conformam a *dependência*, enquanto elemento estrutural da formação sócio-histórica dos Estados latino-americanos, e como a *integração regional* pode apresentar-se em determinados momentos históricos como um instrumento de resistência à dominação externa. Este segundo capítulo se detém sobre a agenda da política externa venezuelana para a integração regional (2004-2012), diante das particularidades da dependência e do subdesenvolvimento venezuelano, que constituem variáveis centrais para a análise deste objeto.

Neste sentido, o capítulo está dividido em duas seções, nas quais busca-se uma aproximação sucessiva ao objeto desta pesquisa. Na primeira seção, será discutida a conformação do caráter rentista da economia venezuelana, ao longo do século XX, e como consequência, a reconfiguração das frações da burguesia no bloco no poder, com foco no período democrático da Venezuela. Esse panorama é necessário para a compreensão de como esses dois aspectos da história econômica e da política do país resultaram na configuração da *diplomacia petroleira*. Dessa maneira, compartilha-se da consideração metodológica de que “para entender o governo Chávez e o que de fato está em disputa nele, é preciso compreender a estreita inter-relação entre petróleo, poder, dinheiro e sociedade” (MARINGONI, 2004, p. 85).

Na segunda seção, a partir da inflexão que resultou na eleição de Hugo Chávez Frías (1998), analisa-se a construção de uma nova agenda de política externa em seu governo e o lugar da integração regional nessa política entre 2004 e 2012. Para tal, foram explorados os elementos da inflexão da política externa, a partir de 2004, com foco nos pontos apresentados nos documentos: *El Nuevo mapa estratégico* (2004) e *Primer Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2007- 2013)* (2007). Por fim, busca-se a vinculação destes elementos com a centralidade da integração regional nessa plataforma.

2.1 Subdesenvolvimento, rentismo e diplomacia petrolífera

Alguns traços da formação sócio-histórica da Venezuela têm muito a contribuir na análise da sua política externa, principalmente as especificidades de sua economia que particularizam o caráter do capitalismo dependente nesse país. A inserção dependente da Venezuela na dinâmica do capitalismo mundial foi consolidada com a posição da sua economia na divisão internacional do trabalho, desempenhando prioritariamente o papel de exportadora de produtos primários, da mesma forma que as demais economias dependentes da América Latina. Sua economia então, se configura a partir de um padrão exportador, em conformidade com a dinâmica do capitalismo internacional.

Entretanto, no início do século XX, ocorreu uma mudança na composição da pauta exportadora venezuelana que alterou estruturalmente a dinâmica econômica do país. O petróleo passou a ser o principal produto da economia exportadora⁶⁵, conferindo a esta um caráter rentista. Assim, no capitalismo dependente venezuelano, o mecanismo de acumulação é pautado na renda petrolífera (SEABRA, 2012). Como consequência, “as disputas na Venezuela, ao longo dos últimos cem anos, ocorreram em torno do grande combustível da sociedade local e da economia internacional: o petróleo” (MARINGONI, 2009, p. 43). De tal modo, essa particularidade do subdesenvolvimento venezuelano coloca o petróleo como variável central para compreender a dinâmica política do país e, por consequência, a configuração de sua política externa.

Tal mudança no caráter da economia venezuelana ocorreu sob o regime ditatorial de José Vicente Gómez (1908-1936), com o descobrimento de grandes reservas de petróleo na região de Zulia e na região costeira do leste⁶⁶ (EWELL, 2002).

⁶⁵ Em entrevista ao programa *Rumbo Económico*, o estudioso Asdrubal Baptista (2013) menciona a impossibilidade de comparação entre as experiências de economias petrolíferas de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para tal menciona a impossibilidade da comparação entre Venezuela e Nicarágua, tendo em vista que a Noruega inicia a exploração do petróleo, já sendo uma economia desenvolvida. Nesse país, o petróleo constituiu um pivô adicional para o curso histórico de desenvolvimento e progresso anterior. Já na Venezuela, a exploração petrolífera se inicia quando o país constituía a economia mais pobre da América Latina. Assim, o autor considera que a comparação da Venezuela com a Noruega é fútil.

⁶⁶ A exploração do petróleo se iniciara na província de Táchira em 1878. Entretanto, nesse período a exploração petrolífera tinha caráter artesanal se comparada com a dimensão que tomou a descoberta dos poços de petróleo no início do século XX. Só então, o capital internacional passou a disputar as concessões para exploração do combustível, com destaque para o consórcio Royal Dutch Shell e, posteriormente, a Standard Oil (MARINGONI, 2004).

Quadro 2: Composição de Exportações da Venezuela 1920 – 1935 (em milhares de bolívares)

Anos	Totais	Petrolíferas	%	Café e Cacau	%	Outras	%
1920	173,3	3,1	1,7	100,7	59,1	69,5	40,2
1925	373,1	173,9	46,6	155,2	21,6	44	11,8
1935	528,9	455,3	86,1	27,7	7,1	35,9	6,8

Fonte: Baptista *apud* Seabra, 2012.

Essas descobertas resultaram em transformações na dinâmica política do país. Até o início do século XX, a Venezuela fora um país agroexportador com base na produção de café e cacau. Os dados do Quadro 2 apontam as alterações na composição da pauta exportadora da Venezuela. Em 1920 o petróleo compunha 1,7% e quinze anos depois, em 1935, passou para 86% das exportações venezuelanas. Assim, “em pouco mais de duas décadas, passou de uma imensa fazenda primitiva para um país de importância estratégica no mundo capitalista” (MARINGONI, 2004, p. 86). O petróleo, enquanto meio de produção indispensável para o capitalismo contemporâneo, causou um câmbio abrupto no curso que tomava a atividade econômica venezuelana no século XIX (BAPTISTA, 2005), retirando a centralidade que os produtos agrícolas tinham na composição da pauta exportadora e solidificando o vínculo do país com a economia internacional. Em síntese:

Motor e carburante de uma região primário-exportadora até os anos 1920, ele [o petróleo] transformou a face desta parte do continente em pouco mais de meio século, deixando para trás uma economia atrasada, baseada em cacau, café e criação de gado. Dois anos antes do final da década de 1920, a Venezuela tornou-se o segundo maior produtor mundial de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos (MARINGONI, 2004, p. 84).

Na medida em que o petróleo tornou-se o principal componente da pauta exportadora da Venezuela, o aparelho estatal passou a ter um papel ainda mais central na economia, por se tratar de um recurso natural do qual o Estado é proprietário. É importante frisar que a

propriedade do Estado sobre o petróleo tem caráter de propriedade privada⁶⁷,

dada a natureza da relação econômica entre o Estado e as companhias concessionárias que, por muitos anos, exploraram o recurso petrolífero ou entre o Estado e suas companhias petroleiras, após as nacionalizações⁶⁸ (BAPTISTA, 2005, p. 98, tradução nossa).

Nesse sentido, a renda petroleira se torna uma importante fonte de divisas para o país, com implicações estruturais para a composição da renda nacional, com destaque para a participação estatal no “negócio”⁶⁹. Essa renda petroleira é “a classe de remuneração a que tem direito o *proprietário* [o Estado] *de meios de produção não produzidos* [o petróleo], quando esses meios são parte de uma relação econômica [...] moderna”⁷⁰ (Ibid., p. 98, tradução nossa, grifo nosso). Deste modo, o Estado recebe uma porcentagem do resultado da exploração do petróleo, a partir da relação estabelecida com as companhias que exploram o recurso em solo venezuelano. Portanto, “a renda resulta das relações sociais nas quais se realiza a exploração. Ela não poderia resultar da natureza mais ou menos sólida, mais ou menos durável da terra. A renda não provém do solo, mas da sociedade (MARX, 2009, p. 182).

Conforme argumentam Baptista e Mommer (1989), existe uma particularidade na composição da *renda petroleira* que a diferencia do *ingresso nacional*, porque a primeira é uma remuneração internacional do petróleo (enquanto recurso natural nacional). Na leitura desses autores, a renda petroleira constitui parte da renda nacional da Venezuela e não do produto, pois é uma remuneração da renda

⁶⁷ Baptista (2005) destaca que a participação do Estado no “negócio” também ocorre por este ser proprietário, sendo a caracterização “privada” não colocada como oposto de “público”, mas como “bem privativo”.

⁶⁸ “Dada la naturaleza de la relación económica entre el Estado y las compañías concesionarias que por muchos años explotaron el recurso petrolífero, o entre el Estado y sus compañías petroleras luego de las nacionalizaciones”.

⁶⁹ Isso não tira a centralidade da participação de empresas estrangeiras na exploração do petróleo venezuelano, antes e depois do processo de nacionalização. Nesse sentido, Seabra (2012) atenta que o Estado venezuelano tem a propriedade sobre o recurso natural, com participação na renda da indústria petroleira. Entretanto, a indústria de exploração, de processamento, de transporte, de armazenamento e de comercialização dos derivados, geralmente, constitui parte das atividades realizadas por empresas privadas.

⁷⁰ “[...] la clase de remuneración a la que tiene derecho el propietario de unos medios de producción no producidos, cuando esos medios son parte de una relación económica [...] moderna”.

territorial do petróleo originada no mercado internacional. Segundo Baptista (2005, p. 99, tradução nossa), a renda do petróleo “não deve formar parte do produto pela elemental razão de que nem o trabalho nem o capital nacional estejam por trás de sua geração”⁷¹.

Assim, a renda nacional na Venezuela possui dois componentes: o *ingreso nacional* e a *renda petrolera*. Esses elementos se diferenciam no que tange à *origem* e ao *destino*. Em relação à origem, Baptista e Mommer (1989, p. 15, tradução nossa) apontam que:

O primeiro componente varia com o desenvolvimento da produtividade e com o tamanho da população economicamente ativa; Em vez disso, [...] a renda petrolera depende do grau de monopólio que se exerça sobre o recurso natural; das diferenças entre a produtividade natural dos campos de petróleo venezuelanos ou a de localizados nos países consumidores e das fontes alternativas de energia.⁷²

O *ingreso nacional* tem seu destino determinado no processo de produção, a partir das relações capital x trabalho, influenciado também pela dinâmica do mercado. Já a *renda petrolera* tem seu destino determinado pela orientação do gasto público. (BAPTISTA; MOMMER, 1989). Essa característica aponta: i) a influência de variáveis políticas na distribuição da renda petrolera e ii) a centralidade do Estado, proprietário do recurso natural, como *agente distribuidor* dessa renda na economia venezuelana. Nessa direção, Furtado (2008, p. 57) infere que “os fatores dinâmicos primários do desenvolvimento venezuelano são a expansão petrolera e a forma como o governo utiliza a parte que lhe cabe dos frutos dessa expansão”.

Assim, sob a ditadura Gómez, o Estado venezuelano estabeleceu as primeiras leis que passaram a regular a exploração do petróleo no país, a partir da concessão da atividade às empresas estrangeiras. O primeiro *Decreto Regulamentar do Carvão, Óleo e Substâncias Similares* (1918) fixou a taxa de *royalties* entre 8% e 15%

⁷¹ “[...] no debe formar parte del producto por la elemental razón de que ni el trabajo ni el capital nacional se hallan tras su generación”.

⁷² “El primer componente varía con el desarrollo de la productividad y con el tamaño de la población económicamente activa; en cambio. [...] La renta petrolera depende del grado de monopolio que se ejerza sobre el recurso natural; de las diferencias entre la productividad natural de los yacimientos venezolanos u la de los ubicados en los países consumidores, y de las fuentes alternas de energía.”

pela exploração dos recursos. Dois anos depois foi aprovada a *Lei de Hidrocarbonetos* (1920), que fixava o mínimo para os *royalties* em 15%. (PDVSA, s.p.). Segundo Ewell (2002), a legislação do início do século garantiu concessões com condições vantajosas às empresas estrangeiras, no que tange à exploração do petróleo. Com isso, a consolidação da exploração do petróleo ocorreu a partir de grandes investimentos externos no setor e da presença de grandes empresas estrangeiras. Assim, “a indústria petroleira nasceu vinculada às empresas transnacionais. Foi implantada ali, voltada para fora, para o mercado externo”⁷³ (MAYA, 2011, s.p., tradução nossa).

A expansão do setor se deu de forma rápida. No início do século XX, dados demonstram que a produção aumentou de 63 milhões (1927) para 323 milhões de barris (1945). A elevação da produção resultou na ampliação da exportação e em mais divisas para o Estado. Já em 1930, a Venezuela era o maior exportador de petróleo do mundo e tinha mais de cem companhias trabalhando na exploração petroleira em seu território (EWELL, 2002). Destarte, a renda petroleira passou a ser o elemento dinamizador do desenvolvimento capitalista venezuelano (SEABRA, 2012).

Entretanto, Furtado (2008, p. 43, grifo nosso) ressalva que

a rigor, porém, não são as exportações o verdadeiro fator dinâmico da economia venezuelana. *Esse papel cabe à parte do valor das exportações petroleiras que retorna ao país, pois somente essa parte gera um fluxo de renda no território nacional.*

Para além disso, devido ao caráter internacional da renda petroleira, acima apresentado, resultava que o crescimento vertiginoso das exportações de petróleo não possuía vinculação direta com o desenvolvimento dos demais setores da economia venezuelana. Essa questão é evidenciada com a ampliação da capacidade fiscal do Estado e, com isso, a expansão da capacidade de importação. Houve uma ampliação do consumo de bens importados, mediante diminuição do consumo de artigos de produção interna, demonstrando que o crescimento da entrada de divisas derivadas da exportação de petróleo não resultou, imediatamente, no desenvolvimento do setor produtivo nacional. Segundo Furtado (Ibid., p. 39): “Essa elevação do coeficiente

⁷³ “La industria petrolera nació vinculada a las empresas transnacionales, importaba todo. Estaba implanta allí mirando hacia afuera, al mercado exterior”.

de importação significa uma maior dependência do setor exportador e maior vulnerabilidade externa para a economia”.

Estruturalmente, acentua-se a dependência em detrimento da diversificação produtiva. A elevação do preço do petróleo no mercado internacional beneficia os termos de intercâmbio externo para a Venezuela. Entretanto, a vulnerabilidade externa torna a economia venezuelana refém das variações do preço do petróleo. Ademais, o aumento do coeficiente de importações pressiona, como consequência, a concentração da renda e a elevação do desemprego, a partir do atrofiamento do setor produtivo. Em síntese, já em 1974, Furtado apontava para a tendência estrutural do subdesenvolvimento venezuelano:

a maior riqueza trazida pelo *boom* petrolero fará da Venezuela um país socialmente instável. Certo, um país rico, mas nem por isso menos subdesenvolvido. E também com maior dependência da importação de alimentos e das flutuações dos mercados internacionais (Ibid., p. 123).

Nesse processo, a elevação do índice de importações trouxe implicação sobre os demais setores da economia venezuelana. A agricultura estagnou, o que levou a um enfraquecimento da fração da burguesia⁷⁴ ligada à exportação de produtos agrícolas. Os lucros da alta produtividade do setor petrolero tendiam a concentrar-se no grupo de importadores de bens de consumo duráveis e de qualidade e de bens de capital (FURTADO, 2008). “O capital novo desdenhou os investimentos tradicionais na agricultura e preferiu o comércio, os serviços, a construção e a especulação do solo urbano [...]”⁷⁵ (EWELL, 2002, p. 301, tradução nossa). Ocorreu, assim, o fortalecimento da fração da

⁷⁴ A noção de “fração de classe”, embora discutida de modo mais sistematizado pelo marxismo no século XX, a exemplo das elaborações do francês Nicos Poulantzas, possui suas bases teóricas nas formulações primeiras de Marx e Engels. No *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, ao caracterizar as classes dominantes, os autores já advertiam que: “A burguesia vive em conflitos permanentes: inicialmente contra a aristocracia; mais tarde, contra segmentos da própria burguesia, cujos interesses passaram a se opor ao progresso da indústria; e sempre contra a burguesia dos demais países” (MARX; ENGELS, 2008, p. 24). Em vista disso, a experiência histórica tem comprovado que as frações de classe assumem posturas nem sempre coincidentes ou harmoniosas nas trincheiras da luta política.

⁷⁵ El capital nuevo desdeñó las inversiones tradicionales en la agricultura de exportación y prefirió el comercio, los servicios, la construcción y la especulación sobre el suelo urbano [...]”.

burguesia comercial ligada ao comércio/negócios de importação e da fração da burguesia ligada ao capital financeiro.

2.1.2 A Venezuela petroleira e a conformação do *novo bloco no poder*

A rearticulação das frações da classe dominante corresponde às mudanças no regime de acumulação rentista venezuelano. Segundo Seabra (2012), o mecanismo de acumulação capitalista, pautado na renda petroleira, origina uma oligarquia formada pelas frações de classe, vinculadas ao modelo rentista, no qual o Estado, enquanto agente distribuidor, e o capital internacional têm importante participação. Assim, “os interesses do capital estrangeiro, como da oligarquia se complementam no sentido da manutenção do sistema exportador existente, configurando o capitalismo dependente venezuelano” (Ibid., p. 52).

Inaugurou-se, em razão disso, uma relação direta entre o rentismo petroleiro e os regimes políticos na Venezuela, desde o período ditatorial até o período democrático, que se estabelece a partir de 1958 (MARINGONI, 2004). Assim, o petróleo, enquanto epicentro da economia, possui grande peso no arranjo das forças políticas, no modelo de governo e na conformação do aparato estatal venezuelano. Segundo Maringoni (2004, p. 10):

O produto movimentava não apenas a economia, mas toda a dinâmica política e social venezuelana. Ele moldou o Estado, a sociedade, as relações entre as classes sociais, a vida institucional, os partidos políticos, o modo de vida e as expectativas dos venezuelanos ao longo de todo o século XX.

A dinâmica da economia rentista em um país subdesenvolvido demandou a consolidação de um aparato estatal, com capacidade de ordenar os interesses das frações da classe dominante que passaram a movimentar-se diferentemente nesse novo cenário.

A alteração nas relações de classe levou a formação de um novo *bloco no poder*⁷⁶. O Estado venezuelano passa a ter uma centralidade

⁷⁶ No entendimento de Poulantzas (1972), o “bloco no poder” sintetiza o êxito da unidade de frações de classe em torno de determinados interesses. Cf. POULANTZAS, N. Pouvoir politique et classes sociales. Petitecollection, v.1 e 2, Paris: François Maspero, 1972.

como: i) proprietário do recurso natural e ii) como “agente distribuidor” (BAPTISTA, 2005) da renda petroleira que retorna ao país. Por um lado, o aparato estatal tem a tarefa de estabelecer a legislação para a exploração do recurso natural, o que pressupõe atender as demandas do capital externo, diante da necessidade do investimento estrangeiro para o desenvolvimento do setor, tendo em vista que a exploração do petróleo era feita majoritariamente por meio de concessões às empresas estrangeiras. Por outro, como “agente distribuidor”, o Estado tem que administrar as relações relativas aos interesses das diferentes frações de classes. Há, pois, uma “identificação da política econômica estatal com os interesses político-econômicos do capital estrangeiro, que se concentravam no controle da exploração petroleira” (SEABRA, 2012, p. 63). Essa configuração reitera, também, as relações de subordinação típicas do capitalismo dependente.

Nesse sentido, o bloco no poder que se conforma explicita a relação entre o Estado e as frações de classe específicas do capitalismo, em um país de economia rentista e subdesenvolvido. Como ressalva Buci-Glucksmann (*apud* SEABRA, 2005, p. 61, grifo nosso): “O Estado longe de apoiar-se sobre uma sociedade econômica e civil desenvolvida, deve criar as próprias condições para seu desenvolvimento *partindo do próprio aparelho*”. Com o gasto público, centrado na renda petroleira advinda das exportações, o Estado fica superdimensionado e a tendência ao aumento das importações dinamiza o setor de comércio e serviços. Essa movimentação fortalece a fração da burguesia comercial ligada às importações, a qual se torna a fração hegemônica no novo bloco no poder. Entretanto, a burocracia estatal gozava de uma grande margem de manobra, diante da condição do Estado proprietário do recurso que movimentava a economia venezuelana (SEABRA, 2012).

Até 1958, predominou, na Venezuela, uma série de regimes ditatoriais, que adotavam altos níveis de repressão à classe trabalhadora. Nas palavras de Seabra (2012, p. 87), a ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935) foi marcada por uma

[...] sólida aliança entre as classes dominantes internas - burguesia comercial, bancária e latifundiária - e os monopólios estrangeiros dedicados ao negócio do petróleo, materializada na política de concessões, [que] perdurou até a morte natural do ditador.

Com sua morte, o governo de Eleazar López Contreras (1936-1941), militar que substituiu Gómez, ficou marcado pela “transição” e pela reorganização da vida política do país, que, após a ditadura, se consolidaria na existência legal dos partidos políticos.

O governo de Medina Angarita (1941-1945), escolhido para ser o continuador do regime, surpreendeu ao adotar medidas que contribuíram para a democratização da política venezuelana, ao reformar a Constituição e legalizar os partidos políticos (Ibid.). Nesse período, conquistaram a legalidade partidos como: o *Partido Comunista de Venezuela* (PCV), a *Acción Democrática* (AD), o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (Copei) e a *Unión Republicana Democrática* (URD). A *Lei dos Hidrocarbonetos*, criada na gestão de Angarita, aumentou a porcentagem dos *royalties* estatais de 15% para 16%. Maringoni (2004) destaca que, para além disso, a pressão do Estado fez com que uma maior parte do petróleo passasse a ser refinado na Venezuela. Nesse período, o processo de renovação das concessões de exploração do petróleo às empresas estrangeiras contou com mais imposições do Estado venezuelano.

Nesse período, há duas variáveis importantes que derivam da inserção internacional da Venezuela durante a 2ª Guerra Mundial. A primeira diz respeito ao impacto da guerra sobre a diminuição da oferta mundial de manufaturas, dificultando as importações. Esse cenário resultou em um relativo crescimento da indústria nacional (SEABRA, 2012). A segunda diz respeito ao estreitamento da relação da Venezuela com os Estados Unidos. O fornecimento de mais de 60% do combustível utilizado pelas “forças aliadas” no conflito bélico vinha do país caribenho. No pós-guerra, esse estreitamento converteu a Venezuela no país latino-americano que mais se beneficiou com os investimentos do Plano Marshall (MARINGONI, 2004).

Em 1945, ocorreu a nomeada “Revolução de Outubro”, que resultou em um golpe de Estado, com participação das Forças Armadas. Uma “junta revolucionária” assumiu o governo. Entre eles estava Rómulo Betancourt, político que protagonizou o período político posterior no país. A junta revolucionária construiu eleições diretas, em dezembro de 1947, nas quais venceu Rómulo Gallegos, pelo partido *Ação Democrática* (AD). Esse curto período democrático ficou conhecido como *triênio adeco*. Maringoni (2004, p. 97) ressalta que:

O triênio adeco tem sua importância por deixar antever diversas características que marcariam a

vida política venezuelana nas décadas seguintes, e, particularmente, por desenhar o peso decisivo da Ação Democrática em vários setores da vida nacional.

Em novembro de 1948, ocorreu outro golpe, agora dado exclusivamente por militares, tendo em vista que as Forças Armadas estavam “agitadas por se verem no papel de sócias minoritárias de um empreendimento que sustentaram desde o primeiro momento” (Ibid., p. 96). Iniciou-se um período ditatorial, que duraria dez anos, liderado por Manuel Pérez Jiménez, entre de 1948 a 1958, tendo ocorrido eleições fraudulentas em 1952.

Os anos do governo Jiménez foram marcados pela construção de grandes obras, pela expansão do investimento em infraestrutura e pelo crescimento econômico, graças às divisas da exportação do petróleo. Entretanto, os investimentos estratosféricos do governo geraram um déficit nos cofres públicos, resultando em uma crise fiscal, concomitante a sinais de descontentamento popular. Em 1958, ocorreu um processo de endurecimento do regime ditatorial, com o não reconhecimento do resultado das eleições presidenciais, realizadas em 30 de novembro deste mesmo ano, na qual vencera Jovito Villalba, pela UDR. Em meio ao agravamento da crise, o Estado utilizou todos os instrumentos para a repressão da vida política. “A luta política deslocou-se para a clandestinidade, com todas as dificuldades daí advindas” (Ibid., 2004, p. 99).

2.1.3 O período *puntofijista* (1958 – 1998)

Ainda na clandestinidade, forças políticas de oposição à ditadura articulam a Junta Patriótica (PCV, URD, AD e Copei). No final de 1957, as principais representações da AD, Copei e URD encontraram-se em Nova York para a composição de um acordo que foi denominado por *Pacto de Nova York*. Segundo Maringoni (2004), esse pacto foi o germe do Pacto de Punto Fijo, que determinaria os rumos da vida política e da luta de classes venezuelana durante toda a segunda metade do século XX. A Junta Patriótica cumpriu a tarefa de protagonizar a convocação das massas para um conjunto de manifestações contra o regime ditatorial. A instabilidade se acirrou e, em janeiro de 1958, Jiménez renunciou.

Encerrou-se o período ditatorial e iniciou-se a “*IV República*”, o período democrático inaugurado pelo conhecido *Pacto de Punto Fijo*.

Esse pacto foi estabelecido entre as lideranças dos partidos com mais expressão naquele cenário político venezuelano, quais sejam: AD, Copei e URD⁷⁷. Assim, foi possível a composição de um pacto social pelo consenso de determinadas forças políticas que se comprometem com uma agenda comum que garantisse a estabilidade da “ordem democrática recém surgida”. Nesse período, o discurso em torno da utopia democrática liberal é forjado como elemento legitimador da nova ordem social vigente e aparece reiteradamente nos discursos⁷⁸ de líderes como Rómulo Betancourt. Essa defesa retórica da democracia liberal aparece concatenada, na conjuntura latino-americana e internacional, a: i) desaprovação da Revolução Cubana em curso no período e ii) apreciação do comunismo como “ameaça à ordem democrática recém fundada”. Por outro lado, Fidel Castro, líder da Revolução Cubana, mencionou em um de seus discursos a semelhança dos processos vivenciados por Cuba e Venezuela, no que tange à derrota de regimes ditatoriais e à conformação de uma nova ordem democrática (MENDES, 2012).

Para além da defesa da democracia como bem comum, o *Pacto de Punto Fijo* representou um acordo possível entre as diferentes frações da burguesia venezuelana, reestruturando as relações vigentes no bloco no poder, por meio do domínio do Estado. Maringoni (2004) suscita que o *Pacto*, na verdade, configurou um meio de possibilitar a partilha dos instrumentos de poder entre frações da burguesia que possuíam interesses díspares: desde frações ligadas ao capital financeiro, comercial, empresas petroleiras até as Forças Armadas. A configuração dessas forças no novo bloco no poder não aconteceu sem conflitos. Segundo Mendes (2012, p. 69):

Embora estivesse orientado pelo consenso, o novo governo viu-se obrigado a apelar ao uso da violência contra os movimentos políticos que foram excluídos do pacto. [...] O novo bloco histórico dominante derrota as forças que representavam a velha ordem e impedem o avanço daquelas que ameaçam a nova (as classes populares). Temos aí o momento da hegemonia.

⁷⁷ O PCV, que participava ativamente da luta contra a ditadura, não foi incluído nesse Pacto que previa a conciliação.

⁷⁸ Para mais informações ver Mendes (2012).

No que tange à esquerda venezuelana, inicialmente, o PCV considerou que a transição para a democracia levaria a Venezuela à “etapa burguesa da revolução”, leitura compartilhada pelos demais Partidos Comunistas de países de capitalismo dependente. Entretanto, nos primeiros anos do governo de Betancourt, o Estado utilizou instrumentos de repressão para lidar com os movimentos reivindicatórios das camadas populares e de parte da esquerda, como o PCV e o *Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR)*⁷⁹. Esse processo levou à polarização política. Setores da esquerda visualizam que o *Pacto de Punto Fijo* não modificou as estruturas arcaicas do sistema político venezuelano e parte da esquerda passou, então, para a tática da luta armada. Do outro lado, o governo consolidava um discurso de combate ao comunismo como inimigo da democracia com o intuito de solidificar o apoio de setores mais conservadores. Segundo Mendes (2012, p. 73), com o uso intenso da repressão e o silenciamento da esquerda “a democracia representativa liderada por AD e Copei alcançou a confiança dos grupos econômicos mais importantes do país, cujos interesses não sofriam mais a ameaça dos movimentos políticos radicais”.

Na perspectiva do cenário regional, o regime democrático que se iniciou na Venezuela, com o *Pacto de Punto Fijo*, ocorreu concomitante a governos ditatoriais em vários Estados latino-americanos⁸⁰, constituindo-se como uma “exceção” do período (VIZENTINI, 2003). Para além dessa particularidade, a relação do aparato estatal com a economia também se diferencia das demais economias de capitalismo dependente da América Latina. Assim como no período ditatorial, a variável *petróleo* continuou a ser central na configuração do Estado e das relações de classes a ele ligadas. Segundo Vizentini (2003, p. 77, grifo nosso):

A renda petroleira foi e continuaria sendo o principal combustível da economia venezuelana e a grande fonte de riqueza nacional. *A burguesia*,

⁷⁹ O MIR é um movimento que advém de um racha no *Ação Democrática* composta pela ala do partido que não concordava com a linha política de Rómulo Betancourt no governo, que apontava a ideologia comunista como ameaça à democracia venezuelana.

⁸⁰ Alfredo Stroessner (1954 – 1989) no Paraguai; Augusto Pinochet (1973 – 1990) no Chile; Jorge Rafael Videla (1976 – 1981) e Reinaldo Benito Bignone (1982 – 1983) na Argentina; Juan María Bordaberry (1972 – 1976), Aparicio Méndez (1976 – 1981) e Gregorio Álvarez (1981 – 1985) no Uruguai; Humberto Castelo Branco (1964 – 1967), Arthur da Costa e Silva (1967 – 1969), Emilio Garrastazú (1969 – 1974), Ernesto Geisel (1974 – 1979) e João Baptista Figueiredo (1979 – 1985) no Brasil (VENEZUELA, 2007a, p. 32-3).

portanto, deveria continuar ligada a esta fonte, necessariamente mediada pelo Estado.

A viabilidade da democracia venezuelana esteve ligada ao petróleo e continua a ter ligação direta na atualidade. No sentido político, em muitos momentos do período *puntofijista*, o país se manteve estável pela capacidade da renda do petróleo de anestesiar os conflitos sociais. “Uma democracia com poucos perdedores, mas totalmente dependente dos fluxos de petrodólares” (ARZVELAIZ *apud* MARINGONI, 2004, p. 102). No sentido econômico, o Estado buscou utilizar as divisas do petróleo para investir na diversificação produtiva.

A política de industrialização por substituição de importações (ISI) era financiada pelo capital estatal, resultante da renda petrolífera, mas também pelo capital estrangeiro, principalmente o estadunidense. Isso porque, herdado dos acordos frutos da política externa do governo de Pérez Jiménez, o *Tratado de Reciprocidade Comercial*, firmado com os Estados Unidos favorecia o investimento estadunidense na Venezuela. O caráter rentista da economia venezuelana impôs muitos entraves à tentativa de consolidação da indústria, especialmente porque a fração burguesa hegemônica no bloco no poder ligada ao comércio de importações conformava um grupo de “interesse anti-industrializante”.

Os dilemas para a consolidação do processo de industrialização do país se conectam a dificuldade em concretizar um parque industrial conexo que conseguisse relacionar-se com os demais setores da economia nacional, bem como com o setor petrolífero. Para além disso, o baixo desenvolvimento da agricultura no país impossibilitou o fornecimento de matéria-prima para a consolidação de uma indústria de consumo básico, que incorporaria os setores populares no mercado consumidor. Isso resultou em uma indústria que demandava alta importação de bens de capital e que tinha como principal perfil a atividade empacotadora e montadora. Nesse sentido, a economia rentista colocou limites para a reprodução do capital produtivo no país, dificultando o desenvolvimento do setor (SEABRA, 2012).

Nesse sentido, a crítica feita pela *Teoria Marxista da Dependência* ao limite do receituário cepalino da industrialização pela substituição de importações, a partir da *Tese do Desenvolvimento*

*Autônomo*⁸¹ como tática para superação da dependência, é demonstrado no caso venezuelano. Como destaca Marini (2005, p. 175)

[...] a industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial, sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente.

Na Venezuela, o capital estrangeiro realiza as fases finais da produção, garantindo proteção da concorrência. A indústria venezuelana possui alto teor de importação, dificultando a geração de emprego e a industrialização; esta última que deveria configurar um avanço, no sentido do caminho para a superação do subdesenvolvimento, acabou por representar uma reconfiguração dos traços da dependência estrutural. Assim, mesmo com as tentativas de diversificação produtiva, no período *puntofijista*, o petróleo continuou a ser o sustentáculo da economia venezuelana.

2.1.4 O petróleo e a política externa venezuelana no *puntofijismo*

É no contexto da Guerra Fria que se consolida o regime democrático na Venezuela. Assim, a inserção internacional venezuelana, no período *puntofijista*, foi altamente delimitada pela disputa curso no cenário internacional materializou-se na região latino-americana. De um lado, havia a experiência da Revolução Cubana e a articulação dos Partidos Comunistas (PC's) da América Latina com a União Soviética e, de outro, a ofensiva do imperialismo norte-americano, contra o avanço do comunismo na região. Ianni (1974, p. 49) afirma que:

⁸¹ Para além de análise teórica, a CEPAL exerceu imediata e considerável influência na formulação da política econômica na região (FURTADO, 1969). A formulação da teoria do intercâmbio desigual foi um fundamento específico na orientação de políticas voltadas a impulsionar a integração regional, com foco na industrialização por substituição de importações. Em síntese, a tática pensada pela CEPAL para superação da dependência centrava-se na “Tese do Desenvolvimento Autônomo”, que tinha como receituário a industrialização, com centralização da intervenção estatal nesse processo.

A vitória da revolução socialista em Cuba, em 1959, tornou a diplomacia norte-americana da guerra fria um elemento cotidiano nas relações dos governantes dos Estados Unidos com os da América Latina, e destes entre si.

Nessa perspectiva, a Guerra Fria coloca a relação com os Estados Unidos como variável central para o entendimento da política externa do período democrático venezuelano. O Quadro 3 traz uma síntese da relação dos governos venezuelanos, desde o *Pacto de Punto Fijo*, com os Estados Unidos:

Quadro 3: Síntese da política externa venezuelana dos governos de regime democrático

Governos	Partido	Relação com os EUA
Rómulo Betancourt (1959 – 1964)	AD	Aproximação
Raúl Leoni (1964 – 1969)	AD	Aproximação
Rafael Caldera (1969 – 1974)	Copei	Distanciamento
Carlos Andrés Pérez (1974 – 1979)	AD	Distanciamento
Luis Campins (1979 – 1984)	Copei	Meio termo
Jaime Lusinchi (1984 – 1989)	AD	-
Carlos Andrés Pérez (1989 – 1993)	AD	Aproximação
Rafael Caldera (1994 – 1999)	Convergência	Aproximação
Hugo Chávez Frías (1999 – 2013)	MRB	Distanciamento

Fonte: Elaboração própria.

Assim como para outros Estados latino-americanos, a inserção internacional da Venezuela pode ser analisada, também, através do pêndulo entre a construção de uma agenda de política externa mais autônoma, voltada para o Sul e uma política externa mais próxima, ideologicamente, à Washington. Segundo Briceño Ruiz (2011), no sentido explicativo, a “aproximação com os Estados Unidos” é uma *variável sistêmica* na determinação da política externa da Venezuela⁸².

O fato é que a política externa venezuelana, de 1958 a 1998, foi a expressão do sistema de conciliação de elites, no qual baseou-se o

⁸² Os interesses norte-americanos em relação a América Latina são visíveis na presença militar do país na região, por meio do *Southern Command* (Comando do Sul) e da Escola das Américas (atual *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation*). Ambos ligados ao Departamento de Defesa estadunidense são responsáveis por financiamento, treinamentos e assistência militar na região (OLIVEIRA, 2011).

Pacto de Punto Fijo. No plano doméstico, como já apontado, a aliança entre diferentes frações da burguesia buscou atenuar os conflitos e controlar qualquer possibilidade de ebulição popular, com base na renda do petróleo. No plano internacional seguiu-se a cartilha de *defesa dos regimes democráticos e da estabilidade política na América Latina* a partir da busca de projeção como “exemplo de país democrático” (BRICEÑO RUIZ, 2011; VIZENTINI, 2003).

O governo de Rómulo Betancourt (1959-1964) foi demarcado pela retórica da defesa da democracia, segundo Maringoni (2004), em sua vertente liberal pró-Estados Unidos. A *Doutrina Betancourt* balizou a política externa desse período e propôs a formação de uma coalizão de países com governos eleitos por voto popular, em detrimento da denúncia de regimes políticos, tidos como “não democráticos” na região⁸³. Exemplo disso foi a aproximação de Betancourt ao governo Kennedy e o apoio a exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) (BRICEÑO RUIZ, 2011). A *Doutrina Betancourt* é traduzida por Ianni (1974, p. 50), quando comenta que, com o surgimento do Estado socialista em Cuba, “na medida do possível, [os governantes norte-americanos e latino-americanos] têm procurado capitalizar a ameaça do ‘comunismo internacional’ como aglutinação dos seus interesses, em escala continental”.

No plano econômico, destaca-se o protagonismo venezuelano na articulação internacional da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep),⁸⁴ em 1960, ainda na gestão Betancourt. Em 1959, ocorreu uma brusca queda no preço do petróleo pela primeira vez em um quarto de século. Segundo Coronil (2015) essa queda preocupou as nações exportadoras de petróleo e impulsionou as articulações que resultariam na criação da Opep. A liderança venezuelana, nesse processo, decorreu de sua maior experiência como exportador de petróleo e como Estado soberano, se comparado com os exportadores do Oriente Médio (CORONIL, 2015). Compreende-se que a Venezuela buscou na articulação da Opep um mecanismo que proporcionasse maior margem de manobra do país frente à dependência das oscilações do preço do petróleo e das relações com as concessionárias estrangeiras. Assim, a Opep conferiu um aumento da margem de manobra aos países

⁸³ O governo de Raúl Leoni, também da AD, deu prosseguimento à Doutrina Betancourt no plano da política externa: não-reconhecimento de governos comunistas e defesa dos regimes “democráticos” na região.

⁸⁴ Na criação da Opep participaram representantes da Arábia Saudita, do Iraque, do Irã e do Kuwait.

exportadores de petróleo. Mommer sinaliza que (200, p. 150, tradução nossa):

A simples fundação da OPEP implicou uma mudança significativa no poder de negociação dos países membros. A capacidade das companhias internacionais de competir com os países exportadores de petróleo para alcançar seus propósitos foi reduzida. Onde quer que empresas internacionais arrendatárias fossem negociar, fora com a Venezuela já especialista na questão do petróleo, ou com a Líbia apenas começando nesses conflitos, as suas equipes de negociação se viam confrontadas com uma equipe de especialistas dos Estados proprietários não menos qualificados e informados⁸⁵.

Esse transcurso também demonstrou a centralidade do petróleo para as definições da plataforma da política externa do país. Briceño Ruiz (2011) defende a tese de que a Venezuela como país rentista, que tem no petróleo seu principal recurso gerador de divisas, possui uma *diplomacia petroleira* como resultado da *projeção internacional do rentismo*. A análise da política externa no *puntofijismo* nos levou a hipótese⁸⁶ de que existem duas conformações possíveis para essa *diplomacia petroleira*, quais sejam: i) *o petróleo como fim*: a busca por articulações internacionais que tenham como *objetivo* o aumento dos rendimentos do petróleo para o Estado, tendo em vista a necessidade da valorização do recurso “[...] para manter o desenvolvimento econômico e assegurar a estabilidade política” (VIZENTINI, 2003, p. 59) e ii) *o petróleo como meio* - a utilização da renda petroleira como *instrumento* para promover a *projeção internacional* do Estado venezuelano, de

⁸⁵ “La simple fundación de la OPEP implicó un cambio significativo en el poder de negociación de los países miembros. La capacidad de las compañías internacionales de poner a competir a los países exportadores de petróleo para lograr sus propósitos se había reducido. Dondequiera que las compañías arrendatarias internacionales iban a negociar, fuera con Venezuela ya experta en el tema petrolero, o con Libia apenas comenzando en esas lides, sus equipos negociadores se veían confrontados con un equipo de expertos de los Estados terratenientes no menos calificados y bien informados”.

⁸⁶ Este caminho foi observado pelas experiências históricas da política externa venezuelana a partir da segunda metade do século XX que demonstram o uso da *diplomacia petroleira* como fim e como meio. Em um mesmo governo as duas conformações podem se apresentar. Entretanto, em momentos históricos no qual o preço internacional do petróleo é elevado a *diplomacia petroleira* tende a se configurar no uso do *petróleo como meio* (vide governos de Chávez).

acordo com os interesses e o direcionamento de cada governo, no delineamento da política externa do país⁸⁷. Nesse sentido, no processo de criação da Opep, na década de 1960, a *diplomacia petroleira* da Venezuela não teria sido desempenhada no modelo do *petróleo como fim*, tendo em vista que os Estados buscavam aumentar a participação dos países membros na renda petroleira a partir da organização internacional que era, segundo Coronil (2015, p. 354, tradução nossa), “um cartel de proprietários de terra, não de produtores”⁸⁸.

Alterações visíveis na orientação da política externa ocorreram no governo de Rafael Caldera (1969-1974), que abandona a tese central da Doutrina Betancourt de combate ao comunismo, construindo a tese do “pluralismo ideológico”. Em consequência disso, há uma diminuição da tensão na relação entre Venezuela e Cuba e um aumento das trocas comerciais com o bloco soviético (BRICEÑO RUIZ, 2011). Em 1973, ainda no governo Caldera, inicia o “auge da bonança petroleira”⁸⁹, diante da valorização do preço do petróleo⁹⁰. Sobre esse fato, Coronil (2015) adverte que o aumento dos preços do petróleo não foi consequência exclusiva da escassez mundial do combustível, mas um processo no qual a agência dos países membros da Opep foi determinante. O objetivo desses Estados era, por meio da ação coletiva, aumentar a participação na renda da indústria petroleira, com base na condição de proprietários do recurso natural. Nas palavras de Coronil (2015, p. 351, tradução nossa):

Em 1973 um conjunto de condições políticas e econômicas convergentes ajudaram a estabelecer esta capacidade coletiva de restringir o abastecimento mundial de petróleo. Com este poder nas mãos, a OPEP se sentiu com o direito de estabelecer os preços de mercado do petróleo,

⁸⁷ Na década de 1970, com o aumento dos rendimentos do petróleo, ganha contornos mais claros a segunda utilização da *diplomacia petroleira* (uso da renda petroleira como *instrumento* para concretizar no plano internacional a projeção do país).

⁸⁸ “La OPEP, que es un cartel de propietarios de tierra, no de productores, intentó originalmente estabilizar los precios”.

⁸⁹ Expressão utilizada por Maringoni (2004) para descrever o período de dez anos de alta no preço do petróleo, no qual cresce o fluxo de entrada de petrodólares na Venezuela.

⁹⁰ Coronil (2015, p. 352) salienta que a lógica por trás da formação dos preços do petróleo não está no mercado, como afirma a tese da economia neoclássica, mas em uma relação complexa e multicausal que envolve as variáveis políticas sobre as quais atuam o Estado e as empresas petroleiras, a propriedade privada da terra e o capital no processo de produção e apropriação do valor. O trabalho participa desse processo através da mediação estatal.

com o que liberou o nível da renda do limite prévio ditado pelo preço de mercado.⁹¹

Os frutos do aumento do preço internacional do petróleo foram colhidos depois da eleição de Carlos Andrés Pérez, em 1973. Em meio às abundantes divisas, o período Pérez (1974-1979) foi marcado pela ampliação da participação do Estado na economia venezuelana. O governo buscou a diversificação produtiva, por meio do plano de desenvolvimento *El Gran Venezuela*, com altos investimentos públicos no setor da indústria básica. Segundo Mendes (2012, p. 81)

[...] o efeito dessa mudança na economia venezuelana foi enorme: a grande quantidade de dinheiro que inundou o Estado criou a impressão de que o país detinha a riqueza necessária para realizar o sonho de desenvolvimento.

O período pode ser entendido como o “clímax” do *Pacto de Punto Fijo*. Nesse momento, o uso da força não era necessário, o “sucesso” do *Pacto* tinha sido garantido, por meio do consenso, e o rentismo petrolero cumpriu sua função como “fundamento econômico do sistema de conciliação de elites, ao permitir aplicar políticas distributivas para satisfazer as demandas dos grupos sociais”⁹² (BRICEÑO RUIZ, 2011, p. 51, tradução nossa). Acesso ao consumo e melhoria na qualidade de vida das camadas populares, aumento das políticas públicas, sem contrapartida fiscal para o Estado e a garantia de vultosos lucros para a burguesia venezuelana e para setores ligados à burocracia estatal: a “bonança petrolera” garantiu o consenso societário temporário. Considera-se, dessa maneira, que o consenso factível pela renda petrolera desempenhou, na verdade, a função de mascarar as contradições da luta de classes venezuelana.

No plano da política externa, o *boom* do petróleo “permite que o país aumente sua presença política no cenário internacional, por meio da participação decidida no movimento dos países não-alinhados e no chamado terceiro-mundismo” (MARINGONI, 2004, p. 105). Nesse

⁹¹ “En 1973 un conjunto de condiciones políticas y económicas convergentes ayudaron a establecer esta capacidad colectiva de restringir el abastecimiento mundial de petróleo. Con este poder en las manos, la OPEP se sintió con el derecho a establecer los precios de mercado del petróleo, con lo que liberó el nivel de la renta del límite previo dictado por el precio de mercado”.

⁹² “El rentismo fue el fundamento económico del sistema de conciliación de élites, al permitir aplicar políticas ‘distribucionistas’ para satisfacer las demandas de los grupos sociales”.

sentido, foi adotada uma política externa mais autônoma e independente em relação aos Estados Unidos, como evidencia o apoio de Pérez à luta da Frente Sandinista de Libertação Nacional contra a ditadura somozista, na Nicarágua. A renda petroleira serviu, segundo Briceño Ruiz (2011, p. 51, tradução nossa), para “promover uma estratégia de cooperação na América Latina e no Caribe e uma política terceiro-mundista favorável à criação de uma nova ordem internacional e do diálogo Norte/Sul”⁹³. Assim, no governo Pérez, a *diplomacia petroleira* se configurou como *instrumento* para a construção de um projeto mais autônomo de política externa.

Isso ocorreu concomitantemente à nacionalização de setores do petróleo, do aço e do cobre (1976), que elevou a parcela de participação do Estado na receita fiscal da indústria petroleira. O percurso se iniciou com a criação de um comitê presidencial, ao qual foi designada a tarefa de construir a estrutura organizacional da indústria petroleira nacionalizada e a redação do projeto de Lei de Nacionalização. Dele participavam representantes de partidos, de sindicatos e do setor privado, para além de advogados e economistas. Após a aprovação da lei, foi criada a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), que aglutinou as empresas privadas que atuavam por concessão no país, como filiais (MARINGONI, 2004; MOMMER, 2003).

Diante desse cenário, cabe perguntar: o processo de nacionalização atenuou o caráter dependente típico das relações do Estado venezuelano com as concessionárias estrangeiras que atuavam na exploração do petróleo no país? Seabra (2012) afirma que não, pois a nacionalização, mesmo aumentando a participação do Estado, não rompeu com os interesses do capital estrangeiro e não conferiu o caráter totalmente nacional aos setores de exploração, de refino e de comercialização do petróleo. A PDVSA se relaciona com as empresas estrangeiras, a partir do modelo de empresa mista.

Para não gerar grandes abalos na economia a nacionalização deveria ser relativizada, permitindo que importantes multinacionais petroleiras permanecessem no país e participassem da nova estatal como filiados. Na prática, a estratégia dessas empresas exerceu cada vez maior domínio sobre os rumos da PDVSA,

⁹³ “[...] promover una estrategia de cooperación en América Latina y el Caribe y una política tercermundista favorable a la creación de un nuevo orden económico internacional y el diálogo norte-sur”.

cujo controle já escapava do Estado (MENDES, 2012, p. 86).

Por um lado, a nacionalização não rompeu com a dependência dos investimentos do capital estrangeiro no setor. Ademais, os “pés de barro” do modelo rentista consistiam, também, na questão de que o governo venezuelano não conseguia controlar os preços internacionais do petróleo (MAYA *apud* MARINGONI, 2004). Essa questão reitera a condição dependente, derivada da vulnerabilidade externa da economia venezuelana. Por outro lado, Coronil (2015) aponta que a nacionalização da indústria petrolífera e o aumento dos ingressos provenientes do petróleo são consequências do poder coletivo (a partir da Opep) dos Estados como proprietários exclusivos de um recurso natural central para a economia capitalista. O processo de nacionalização, nessa perspectiva, teria acentuado a *força* do aparelho estatal venezuelano, doméstica e internacionalmente⁹⁴, a partir da implicação sobre as relações sociais sobre as quais se ergue o poder do Estado.

No final dos anos 1970, a desaceleração do crescimento econômico e a queda do preço do petróleo resultaram em um enorme *déficit* público na Venezuela. Nessa conjuntura, a crise trouxe consequências dilacerantes para o conjunto das economias dependentes latino-americanas. Paralelamente à crise econômica, houve uma série de fatos políticos, como a Guerra das Malvinas e uma forte ingerência externa dos Estados Unidos na América Central e Caribe com a invasão norte-americana em Granada, financiamento de grupos contrarrevolucionários na Nicarágua e El Salvador, etc. Segundo Cardoso (2013), após a derrota no Vietnã, o imperialismo norte-americano adotou a estratégia de *low-intensity conflict* no combate à “ameaça do comunismo”. Assim, procurava minar as experiências revolucionárias, fornecendo material bélico, treinamento e financiamento aos aliados contrarrevolucionários, sem a participação direta nos conflitos. Esses fatos agravaram a conjuntura adversa na região latino-americana.

Marini (1992) considera essa contingência histórica como um impulsor do desenvolvimento da concertação regional, tendo em vista a

⁹⁴ No âmbito internacional, a partir de 1976, com a nacionalização do petróleo, compreendemos que a *diplomacia petrolífera* em seu formato de utilização do “petróleo como meio” proporcionou à Venezuela uma projeção regional por meio de programas de assistência financeira para países caribenhos e a partir da venda do petróleo sob condições diferenciadas a essas nações.

necessidade de articulação dos países latino-americanos para sanar dos problemas da região. Nesse sentido, no governo de Herrera Campins⁹⁵, a Venezuela participou ativamente de uma importante articulação regional que conformaria o Grupo da Contadora, formado por México, Venezuela, Colômbia e Panamá⁹⁶, com o intuito de encontrar uma solução para os conflitos em curso, na zona centro-americana e caribenha, sem a participação dos Estados Unidos. Assim, na gestão de Campins, configurou-se um importante impulso em relação à concertação regional, mas com uma postura moderada no que tange à legitimação das experiências revolucionárias em curso na América Central e Caribe e com a manutenção de vínculo com Washington. Entretanto, com a Guerra das Malvinas, a intensidade dessa relação Venezuela-EUA foi abalada. Nesse sentido, Cardoso (2013, p. 289) narra que:

Essa proximidade com os Estados Unidos começaria a diminuir após a Guerra das Malvinas, e, já em 1982 o presidente venezuelano visitou a Nicarágua por ocasião do terceiro aniversário da Revolução. Antes, em maio de 1981, os embaixadores da Venezuela na América Central se reuniram em Manágua para analisar o cenário político regional. Outra reunião entre eles aconteceu em abril de 1982, em Caracas, e ratificou o interesse que a Venezuela devotava ao tema.

Essa forte articulação regional, em torno dos processos em curso na América Central e Caribe, avançou durante a década de 1980. Na gestão do presidente Jaime Lusinchi (1984 - 1989) os esforços do

⁹⁵ O governo de Campins participou ativamente do Grupo da Contadora, entretanto manteve aproximação com Washington e a defesa da “institucionalidade democrática” frente os conflitos em curso na América Central e Caribe. Como exemplo dessa postura foi o apoio de Campins sobre a necessidade de contenção da influência do regime cubano na região

⁹⁶ O Grupo da Contadora é formado em 1983 como mecanismo para conter a ingerência externa dos Estados Unidos na América Central e Caribe. O protagonismo da Venezuela e do México levou a articulação desses países junto à Colômbia e Panamá. Posteriormente, em 1985, se configura um Grupo de Apoio a Contadora formado por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai. Já em 1987, se encontram os chanceleres dos Grupo da Contadora e do Grupo de Apoio a Contadora conformando o “Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e Caribe”, denominado Grupo do Rio. Décadas depois, em 2011, o fortalecimento da concertação regional resulta na criação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), uma fusão do antigo Grupo do Rio e da Cúpula da América Latina e do Caribe para Integração e Desenvolvimento (CALC).

Grupo da Contadora continuaram. Entre outros líderes latino-americanos, Daniel Ortega esteve presente na posse de Lusinchi, em um período no qual a Nicarágua Sandinista sofria bombardeios, advindos de Honduras e financiados pelos Estados Unidos. Nessa ocasião, Ortega foi ovacionado pelo povo venezuelano em Caracas. Segundo Cardoso (2013, p. 294), “de fato, o ecumenismo dessa cerimônia refletia a elevação de Caracas à condição de centro estratégico da política latino-americana”. Esse período foi marcado pela forte participação da diplomacia venezuelana nesse processo de concertação regional.

Entretanto, no que tange à economia, a crise começaria a dar sinais na Venezuela. “A crise que afetava grande parte do mundo após 1973 demorou para chegar à Venezuela, graças à alta do preço do petróleo e ao nível elevado das reservas internacionais” (MENDES, 2012, p. 88). Entretanto, ela chegou. A década de 1980, com o acentuado declínio do preço do petróleo, resultou em uma forte contração dos gastos públicos. Ao contrário de 1930, o endividamento externo levou a uma política de ampla abertura externa. As máximas do Consenso de Washington tornaram-se consensuais entre as elites locais (MEDEIROS, 2008, p. 148).

No cenário de crise, a reeleição de Carlos Andres Pérez foi marcada por um clima de esperança que o período de “bonança” do seu primeiro governo deixara no imaginário venezuelano. Entre 1990 e 1991, o governo buscou garantias no aumento do preço do petróleo, rompendo as cotas da Opep e exportando mais. Nesse período, ocorria a invasão norte-americana no Iraque, em meio ao conflito da invasão do Kuwait. Nesse período, o “pêndulo” da política externa venezuelana estava localizado bem próximo à Washington. Segundo Maringoni (2004, p. 117),

embora procure manter o prestígio internacional, conquistado no primeiro mandato, realizando inúmeras viagens ao exterior – sete delas apenas para encontrar George Bush pai, nos Estados Unidos -, a força interna de Pérez é declinante e sua administração tremendamente tumultuada.

No plano econômico, a segunda gestão Pérez foi marcada por uma política econômica que levava a cabo a agenda de ajustes, proposta para os países da América Latina⁹⁷, e pelo uso da repressão contra as

⁹⁷ Sobre as políticas de ajustamento, Coelho (2015, p. 04) destaca que “[...] inerente ao ajustamento é o fato de que se trata de um processo obrigatoriamente compartilhado. Um país

organizações populares. Esse pacote econômico foi o *El Gran Viraje*⁹⁸ e previa a adoção de uma agenda de ajustes, imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como condicionalidade para o fornecimento de empréstimos ao país. Essa agenda implicou na privatização das empresas do Estado. Em relação à indústria petroleira, o interesse das companhias internacionais era o desmantelamento do marco institucional resultante da nacionalização⁹⁹. (MOMMER, 2003). O pacote de ajustes ainda previa “a combinação entre reajuste e liberação de preços, diminuição dos serviços públicos fundamentais e rigidez salarial” (MENDES, 2012, p. 99) resultou em perdas para a classe trabalhadora venezuelana, que viu cair seu poder aquisitivo e sua qualidade de vida.

A especulação gerada com a mudança de preços de produtos de primeira necessidade aumentou a insatisfação popular, resultando em uma série de protestos. Como aponta Mendes (2012, p. 88): “A chegada avassaladora da crise começou a gerar questionamentos que partiam de todos os setores da sociedade, que buscavam explicações para a falência de um modelo no qual se havia depositado tanta esperança”. Em meio à política de ajustamento, o aumento do preço do combustível teve como consequência a elevação do preço das passagens de transporte público. No dia 26 de fevereiro de 1989, os trabalhadores, que se transportavam das periferias para o centro de Caracas, tiveram que pagar o dobro da passagem e, nesse momento, tiveram início as primeiras manifestações. O foco das mobilizações se deu, principalmente, no centro da capital, onde ocorreram atos, barricadas e saques dos quais participavam trabalhadores, universitários, passageiros, etc. Esse levante popular, denominado *Caracazo*, aconteceu em diferentes locais do país e marcou a história venezuelana como um momento de sublevação popular frente a crise do pacto de conciliação, que vigorava desde 1958.

não pode registrar um déficit sem que outros registrem superávits, e a realocação de recursos em uma economia particular não pode ocorrer sem que haja um equivalente em outras. Apesar de compartilhado, no entanto, isso não quer dizer que o processo seja simétrico. Todo processo de ajustamento é um processo de constrangimento orçamentário, que diminui a margem de manobra dos governos para equacionar os conflitos distributivos. Portanto, as consequências sociais dos ajustes econômicos têm repercussões sobre a estabilidade política doméstica”.

⁹⁸ “O pacote, que era uma exigência do FMI para conceder um empréstimo de US\$ 4,5 bilhões ao país, tinha um conteúdo em boa parte desconhecida pela sociedade” (MENDES, 2012, p. 97).

⁹⁹ Pérez indica como presidente da PDVSA Andrés Sosa Pietri que considerava que a Venezuela deveria abandonar o protagonismo que desempenhava na OPEP e que este não era um imporre ator no mundo do petróleo (MOMMER, 2003).

O presidente Pérez reagiu com repressão, ao decretar toque de recolher e colocar o Exército nas ruas¹⁰⁰. A repressão resultou em prisões e muita violência. Contabilizaram-se 396 vítimas fatais imediatas e cerca de 1000 mortes nos centros médicos¹⁰¹. A extrema repressão levou a uma crise política generalizada do governo Pérez. O presidente ficou politicamente isolado. Assim, o aumento das manifestações de rua e a oposição ao governo Pérez resultaram em seu *impeachment*. Maya (*apud* Mendes, 2012) ressalta que os protestos ocorreram pela crise das instituições do regime democrático vigente no período. A recessão econômica – comum a vários países da região, conjugada à descrença nas instituições – resultou em um desequilíbrio da dominação burguesa na Venezuela. A mobilização popular tomou essa forma, porque “não encontrava forma de expressão naquela estrutura, só poderia manifestar-se de modo violento contra o conjunto das regras, atores e instituições da IV República” (Ibid., p. 111).

Os anos seguintes ao *Caracazo* foram marcados por fortes mobilizações populares. Esse evento sinalizou os limites do sistema político derivado do pacto *puntofijista* em responder às demandas das classes populares. No período, foi publicada uma síntese no Editorial da Revista SIC, ligada à ala progressista da Igreja, sobre o significado do *Caracazo* e a reconfiguração da luta de classes:

O trauma tem sua causa próxima na especulação e no desabastecimento, mas a causa profunda está na consciência de si que adquiriu o país. Não somos o que dizíamos que éramos e descobrir nosso verdadeiro rosto, o cair da máscara em pedaços, nos produziu incrível inquietação. Éramos uma sociedade classista sem luta de classes (ao menos sem que a luta chegasse a um grau problemático), porque o Estado com a renda petroleira atuava como colchão social. Não era um segredo para ninguém que o Estado estava inclinado para o lado dos de cima. Mas os de baixo se consolavam pensando que todo modo

¹⁰⁰ Harnecker (2004) aponta que as Forças Armadas da Venezuela têm a especificidade de não possuir uma “casta militar”. Ao entrarem nas Forças Armadas, militares advindos de camadas populares conseguem ascender a cargos superiores na hierarquia militar. Para além disso, no período do *Caracazo*, setores do Exército mais conscientes se recusaram em reprimir setores populares.

¹⁰¹ Dados citados por Maringoni (2004, p. 115).

algo também lhes chegava (Editorial da Revista SIC citado por MENDES, 2012, p. 112).

É nesse cenário que setores progressistas do Exército venezuelano destacam-se na cena política do país. Em 4 de fevereiro de 1992, o Movimento Bolivariano Revolucionário - 200 (MRB-200)¹⁰² realizou um levante militar contra o governo Pérez, mas foi derrotado. A situação de descrédito do governo e do sistema *puntofijista*, como um todo, garantiu o mínimo de legitimidade para a tentativa de tomada do poder. A população enxergou o movimento como uma tentativa de mudança da situação de crise pela qual passava o país. Esse foi o momento em que a figura do tenente Hugo Chávez Frías tornou-se pública. Com a derrota do levante militar, Chávez foi preso e realizou um famoso discurso televisivo. Em uma descrição do episódio, Gabriel García Márquez (2000, *online*, s.p.) narrou que:

O jovem coronel mestiço, com sua boina de pára-quedista e seu admirável talento de orador, assumiu a responsabilidade pelo movimento. E seu discurso foi um triunfo político. Cumpriu dois anos de prisão até ser anistiado pelo presidente Rafael Caldera. Entretanto, muitos partidários - e inimigos políticos - compreenderam que seu discurso da derrota foi o primeiro da campanha eleitoral que o levou à Presidência da República menos de nove anos depois.

Na busca pela compreensão desse episódio, é importante suscitar a especificidade da composição das Forças Armadas venezuelanas, tendo em vista que isso incidiu sobre a formação de setores progressistas dentro do Exército que resultaria no MRB-200. Isso remete à origem majoritariamente popular dos homens que compõem as Forças Armadas e aos conflitos travados desde a luta contra o colonialismo no século XIX.

¹⁰² O MRB-200 foi um movimento formado por militares, que, em meio a situação de crise da Venezuela, se organizou reivindicando a construção de um projeto de caráter democrático, nacional e popular. O nome do movimento é uma homenagem ao bicentenário de Simón Bolívar. O crescimento do grupo entre setores do Exército aconteceu rapidamente para, em seguida, conformar uma força política no país. Além de Simón Bolívar, o MRB-200 reivindica o legado dos mártires Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora, que conforma a árvore das três raízes (MARINGONI, 2004).

O excepcional do caso venezuelano é que essa força armada foi desbaratada como resultado da chamada guerra federal (1859 – 1863), um fenômeno que em seus inícios, foi dominado pelo conflito existente entre os estamentos baixos da sociedade, liderados pelo general Ezequiel Zamora (1817 – 1860), e as elites criollas [mestiças], transformadas em oligarquias (ROJAS *apud* MARINGONI, 2004, p. 132).

Assim, depois do levante, o MRB-200 e o ideal bolivariano ganharam eco na sociedade venezuelana. Chávez, ao liderar o levante militar contra o governo vigente, representou uma síntese da insatisfação popular. “Através dos Círculos Bolivarianos era disseminado o Projeto Nacional Simon Bolívar” (SEABRA, 2010, p. 215). Nesse período, o governo de Caldera aplicou o programa Agenda Venezuela, implantado em 1996, com reformas liberalizantes semelhantes às da gestão Pérez. Houve desregulamentação do mercado de câmbio, elevação da taxa de juros, realização de transferências para os setores financeiros endividados, privatizações, abertura do setor petrolífero ao capital privado externo e crescente autonomia do Petróleo da Venezuela (PDVSA), em relação ao governo. A aposta de que os preços do petróleo permaneceriam nos patamares vigentes levou simultaneamente a um *boom* de investimentos e a gastos públicos que se revelaram insustentáveis quando, em 1998, o preço do petróleo sofreu nova queda (MEDEIROS, 2008, p. 140).

Com a queda do preço do petróleo, a política de ajustamento não levou, de fato, à superação da crise. Paralelamente à intensificação da insatisfação popular com o ajuste neoliberal, intensificou-se o crescimento do MRB-200 entre os setores populares, o que desemboca em um acúmulo político e em formação de base social real. A avaliação da correlação de forças resultou na decisão estratégica de disputar as eleições presidenciais em 1998. O movimento concorreu às eleições por meio de uma ampla coalizão entre setores progressistas denominada *Pólo Patriótico*. O movimento participou da disputa eleitoral por meio do Movimento Quinta República (MVR), partido registrado para concorrer ao pleito (SEABRA, 2010).

A vitória de Hugo Chávez, nas eleições presidenciais de 1998, apontou, assim, para uma nova fase da cena política venezuelana. Em resposta ao desgaste do pacto de conciliação, baseado na renda do petróleo, como resultado de uma década de intensa mobilização popular, emergiu uma nova etapa da vida política venezuelana, intitulada pelos

bolivarianos como a fundação da “V República”. Assim, iniciou-se a construção de um novo sistema político no país, que não superou todas as contradições presentes no período *puntofijista* e a condição petroleira da economia, mas que buscou construir uma nova cultura democrática no país, a partir da retomada de elementos do bolivarianismo. A partir desse novo cenário, a análise, a seguir, aborda as mudanças que ocorreram no plano da política externa venezuelana para a integração regional no governo Chávez.

2.2 A conformação de uma “política externa bolivariana” e o lugar da integração regional

2.2.1 A inflexão da política externa no governo Chávez

O governo de Hugo Chávez Frías tem como marca a crítica aos ajustes neoliberais, já que a base que o elegeu compôs as mobilizações contra o neoliberalismo, que marcaram a década de 1990 na região. Assim, a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, de 1999, é a concretização normativa dessas mudanças, com importante destaque para a construção de instrumentos de participação popular. Seabra (2010, p. 213, grifo nosso) argumenta que

a mudança qualitativa da ação coletiva da concepção de vítimas do poder à concepção de *sujeitos de poder* começa a se transformar quando, após a posse de Chávez em 1999, têm início as discussões em torno da preparação da nova Carta Magna e se abrem espaços democráticos para a participação.

Dessa forma, normatizam-se instrumentos para alavancar a participação política das classes populares venezuelanas. Entre elas, é possível destacar:

- i) A possibilidade constitucional do instrumento do referendo revogatório, uma forma do exercício democrático, por meio de votação direta, na qual o povo decide sobre a permanência de um governante eleito anteriormente (o primeiro Referendo Revogatório aconteceu em 2004, 49% dos votantes decidiram pela continuidade do mandato de Chávez);
- ii) O incentivo à formação de organizações da base, os Círculos Bolivarianos; os Conselhos Comuns que foram construídos

como espaços de participação “[...] articuladas dentro das próprias comunidades, para que estas exercessem diretamente a gestão de políticas públicas e projetos pautados nas necessidades e prioridades locais” (Ibid., p. 214);

- iii) O formato das políticas sociais, executadas pelas *Misiones Sociales*,¹⁰³ que possibilitou o suprimento de demandas de comunidades periféricas em Caracas, onde a população tinha certa autonomia para detecção das demandas por meio da organização coletiva.

¹⁰³ As *Misiones Sociales* se consolidaram em diferentes âmbitos com o objetivo de solucionar problemas imediatos como saúde, educação, etc. Exemplos dessas missões são: i) a Missão Bairro Adentro, que em convênio com Cuba leva o atendimento médico a comunidades; ii) a Missão Robinson, no âmbito da educação tem como objetivo erradicar o analfabetismo; iii) Missão Mercal, que tem como objetivo tornar mais acessível o consumo de alimentos para a população; iv) Missão Piar, com o objetivo de fomentar a organização das classes populares para a construção de habitação e v) a Misión Milagro, que também consolida-se no âmbito da saúde. (LOPES, 2008).

Quadro 4: Indicadores sociais de pobreza (1997 – 2012)

	Ano	1997		2000		2003		2006		2009		2012	
	Semestre	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Situação de pobreza	Não-pobres (%)	44,4	51,9	58,4	59,6	48,0	44,9	66,9	69,4	73,6	73,3	72,8	78,8
	Pobres (%)	55,6	48,1	41,6	40,4	54,0	55,1	33,1	30,6	26,4	26,7	27,2	21,2
	Pobres Não-Extremos (%)	30,1	28,7	24,9	25,5	28,9	30,1	22,9	21,6	19,1	19,2	19,5	15,2
	Pobres Extremos (%)	25,5	19,3	16,7	14,9	25,1	25,0	10,2	9,1	7,3	7,5	7,7	6,0

Fonte: Elaboração com dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística, Ministério do Poder Popular de Planificação, Governo Bolivariano da Venezuela, 2016.

Quadro 5: Coeficiente de GINI da Venezuela (1997 – 2012)

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Índice	0,487	0,486	0,469	0,477	0,457	0,494	0,481	0,456	0,475	0,442	0,424	0,410	0,418	0,390	0,390	0,404

Fonte: Elaboração com dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística, Ministério do Poder Popular de Planificação, Governo Bolivariano da Venezuela, 2016.

O Quadro 4 retrata os indicadores sociais de pobreza entre 1997 e 2012. Comparativamente, a porcentagem da população pobre caiu de 55,6% no primeiro semestre de 2007 para 21,2% no segundo semestre de 2012, o que significa uma redução de 34,4% da população pobre no país. Esses dados apontam que as políticas adotadas pelo governo Chávez resultaram em uma redução significativa dos índices de pobreza absoluta no país. Já o Quadro 5 expõe o coeficiente de Gini¹⁰⁴ entre 1997 e 2012. Essa medida é utilizada para retratar o nível de desigualdade de renda. Assim, nesse intervalo, os anos de 2010 e 2011 apresentaram o menor índice, alcançando 0,390.

O governo Chávez foi marcado por iniciativas que buscavam, concomitantemente, superar os níveis de desigualdade e a garantia de direitos - a partir do financiamento de políticas sociais com a renda petroleira - e democratizar os espaços de poder. Nesse ínterim, essas conquistas, entendidas como fruto do protagonismo das classes populares na construção da experiência venezuelana, conferem particularidade ao formato das políticas sociais ali construídas e, posteriormente, internacionalizadas. Assim, experiências como as *Misiones Sociales* adquirem um papel duplo: a redução da pobreza e das desigualdades sociais, fruto da formação sócio-histórica do capitalismo dependente latino-americano e o fomento de uma nova *práxis* política, com as camadas populares à frente do debate sobre as necessidades da comunidade e o direcionamento da formulação de políticas públicas (PAIVA; OURIQUES, 2009, p. 136).

Em síntese, a construção de políticas sociais e as mudanças institucionais, em torno do parlamento unicameral, da eleição de juízes e do esgotamento do pacto bipartidário *puntofijista* indicam uma “forte preferência por uma administração das mudanças através de meios democráticos” (VILLA, 2005, p. 160). Esse aprofundamento das instâncias de participação democrática é construído a partir da associação ao legado histórico de três líderes existentes no ideário nacional, que são: *Simón Bolívar*, *Simón Rodríguez* e *Ezequiel Zamora*.

¹⁰⁴ “O coeficiente de Gini é uma medida da desigualdade, tradicionalmente utilizada para medir a desigualdade na distribuição individual da renda em um país. O coeficiente assume valores entre zero e um, de forma tal que zero se corresponde com a perfeita igualdade (descreve o caso hipotético no qual todas as pessoas têm a mesma renda) e um corresponde à desigualdade perfeita (caso extremo hipotético no qual uma só pessoa possui toda a renda). Assim, quanto maior seja a desigualdade da renda, maior será o valor do coeficiente de Gini. O índice de Gini é o coeficiente de Gini expresso como porcentagem” (PNUD, 2010, p. 22, tradução nossa).

Conforme Harnecker (2004), o ideal bolivariano é retomado no que tange à defesa do aprofundamento da democracia e à necessidade da integração latino-americana, como *instrumento* de construção de autonomia para os países da região. Bolívar

[...] viu que nossos países não tinham futuro se não se articularsem para enfrentar juntos os países da Europa e os Estados Unidos e já na segunda década do século XIX foi capaz de prever que os ‘Estados Unidos pareciam destinados a assolar a América de misérias em nome da liberdade’¹⁰⁵ (Ibid., p. 16, tradução nossa).

O legado de Simón Rodríguez está associado ao cuidado com as particularidades e a originalidade da realidade latino-americana, que remete à construção de experiências e de soluções próprias para os dilemas aqui enfrentados. “Ou inventamos ou erramos”, dizia o educador. Por fim, Ezequiel Zamora, que lutou na guerra federal de 1850, contra os conservadores, inspirou a luta pela reforma agrária e contra as oligarquias. “Se trata de um núcleo ideológico democrático, que reivindica a soberania nacional, anti-imperialista e antioligárquica” (Ibid., p. 16-7, tradução nossa).

À luz desses fundamentos político-ideológicos, inaugurou-se uma série de transformações, no que tange às políticas sociais, à garantia de direitos, à participação popular e, também, à inserção internacional da Venezuela. Ocorreu uma orientação bolivariana à agenda da política externa, que tem seus temas e objetivos prioritários reformulados. Uma nova estratégia de política externa pode ser descrita em quatro metas-síntese: i) construção de uma ordem mundial multipolar; ii) o fortalecimento da cooperação dos países que compõem o eixo Sul-Sul; iii) impulso ao ideal bolivariano de integração e iv) combate à agenda neoliberal (BRICEÑO RUIZ, 2011, p. 59).

No que tange à política externa, a Constituição de 1999 concede ênfase ao respeito à soberania nacional, autodeterminação dos povos e assegura que o exercício da política externa responderá aos interesses do povo. O artigo 152 da quinta seção intitulada “Das relações internacionais”:

¹⁰⁵ “[...] vio entonces que nuestros países no tenían futuro si no se articulaban para enfrentar juntos a los países de Europa y a los Estados Unidos Y ya en la segunda década del Siglo XIX fue capaz de prever que los “Estados Unidos de Norteamérica parecían destinados por la providencia a plagar a América de miserias en nombre de la libertad”.

As relações internacionais da República respondem aos fins do Estado em função do exercício da soberania e dos interesses do povo; elas se regem pelos princípios de independência, igualdade entre os Estados, livre determinação e não intervenção em seus assuntos internos, solução pacífica dos conflitos internacionais, cooperação, respeito aos direitos humanos e solidariedade entre os povos em luta por sua emancipação e o bem-estar da humanidade. A República manterá a mais firme e decidida defesa destes princípios e da prática democrática em todos os organismos e instituições internacionais¹⁰⁶ (VENEZUELA, 1999, s.p., grifo nosso, tradução nossa).

No plano institucional, a mudança no caráter da política externa resultou em uma reestruturação do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, sediado na *Casa Amarilla*. Segundo Oliveira (2011), a reestruturação do Ministério visou ajustar a atuação da diplomacia venezuelana às novas estratégias estabelecidas na Constituição de 1999. A primeira mudança diz respeito ao nome do Ministério, que adquire o adjetivo “popular”, demarcando uma posição de classe, e passa a ser denominado Ministério do Poder Popular para as Relações Internacionais (MPPRE) e a demandar

[...] a conformação de uma organização que permita avançar decididamente para a transformação de sua estrutura organizativa; isso com o fim de adequar nossa administração às mudanças revolucionárias encabeçadas por

¹⁰⁶ “Las relaciones internacionales de la República responden a los fines del Estado en función del ejercicio de la soberanía y de *los intereses del pueblo*; ellas se rigen por los principios de independencia, igualdad entre los Estados, libre determinación y no intervención en sus asuntos internos, solución pacífica de los conflictos internacionales, cooperación, respeto de los derechos humanos y solidaridad entre los pueblos en la lucha por su emancipación y el bienestar de la humanidad. La República mantendrá la más firme y decidida defensa de estos principios y de la práctica democrática en todos los organismos e instituciones internacionales”.

Chávez [...] ¹⁰⁷ (VENEZUELA, 2012, p. 11, tradução nossa).

Essa readequação estaria comprometida com a promoção de estratégias para a transformação da condição periférica do Estado venezuelano, a partir do desenvolvimento de uma política externa *soberana e autônoma*. “As iniciativas estratégicas se concebem como um elemento-chave que permitiria alcançar [...] um estágio de desenvolvimento que permite a um Estado superar a condição de periférico e, por fim, a de subordinado”¹⁰⁸ (Ibid., p. 13, tradução nossa). Os documentos do MPPRE demonstram que a *Casa Amarilla* passou a construir seu plano estratégico a partir de uma análise da realidade que pressupõe a relação entre centro e periferia na política internacional.

O elemento de análise parte da compreensão de que se requer superar nossa condição de Estados subordinados e periféricos, sujeitos às normas reguladoras do centro, e identificar com que estratégias e ações o alcançaremos. Para isso se deve exercer uma diplomacia convergente que potencialize nosso processo emancipador com um foco de atuação integral¹⁰⁹ (Ibid., 2012, p. 31, tradução nossa).

O papel da Presidência da República torna-se ainda mais ser central na determinação do plano estratégico da política externa. Assim, configuram-se como principais atores na formulação dessa pasta: o Executivo, o MPPRE e a Comissão Permanente de Política Externa da Assembleia Nacional.

Os principais escopos da reestruturação do MPPRE dizem respeito à construção de uma nova geopolítica internacional, que teria como fundamento central a *multipolaridade*. Nesse sentido, os objetivos delimitados são:

¹⁰⁷ “[...] la conformación de una organización que permita avanzar decididamente hacia la transformación de su estructura organizativa; esto con el fin de adecuar nuestra administración a los cambios revolucionarios encabezados por Chávez [...]”.

¹⁰⁸ “Las iniciativas estratégicas se conciben como un elemento clave que permitiría alcanzar lo que Gullo denomina ‘umbral del poder’; es decir, un estágio de desarrollo que permite a un Estado superar la condición de periférico y por ende la de subordinado”.

¹⁰⁹ “El elemento de análisis parte de la comprensión de que se requiere superar nuestra condición de estados subordinados o periféricos, sujetos a las normas reguladoras del centro, e identificar con qué estrategias y acciones lo logramos. Para ello se debe ejercer una diplomacia convergente que potencie nuestro proceso emancipador con un enfoque de actuación integral”.

1. Fortalecer a soberania nacional acelerando a conformação do bloco geopolítico regional e de um mundo multipolar;
2. Diversificar as relações políticas, econômicas e culturais, de acordo com o estabelecimento de áreas de interesse geoestratégicas;
3. Aprofundar o diálogo fraterno entre os povos, o respeito das liberdades de pensamento, religião e a autodeterminação (Ibid., 2012, p. 18).

Para alcançar os objetivos estabelecidos, em torno da dimensão estratégica de superação do estado de subordinação da Venezuela, as formas de intervenção diplomática estão categorizadas na “diplomacia dura” e “diplomacia branda”. O Quadro 6 sintetiza os objetivos e a estratégia para promoção dos dois formatos de diplomacia.

Quadro 6: Categorização da diplomacia venezuelana

	Diplomacia Dura	Diplomacia Branda
Objetivos	Satisfação das necessidades materiais do povo, com foco na promoção de relações fundadas nos preceitos de complementariedade e cooperação para alcançar o desenvolvimento integrado da Venezuela e da união latino-americana.	Superar nossa condição periférica a partir de uma consistente “insubordinação ideológica”, fomentando uma proposta ideológica e cultural em prol do processo emancipatório, da integração e do fortalecimento da consciência nacional, a partir de líderes governamentais e de forças sociais, em detrimento da lógica de dominação capitalista.
Estratégia	Ação centrada na negociação, promoção e subscrição de instrumentos jurídicos internacionais - nas áreas de finanças, comércio e indústria -dirigidos a satisfazer as demandas da população e de nossos aliados estratégicos, participantes na construção ou fortalecimento de um bloco de integração (Instrumentos das relações materiais de poder).	Ação centrada na construção de instrumentos contra-hegemônicos na dimensão ideológica e cultural que se contraponha a penetração ideológica do produto ideológico estrangeiro (centro). Para tal, busca-se a expansão do paradigma da Revolução Bolivariana, como pensamento libertador, capaz de representar a síntese dos interesses nacionais e latino-americanos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados em *Venezuela* (2012).

A diplomacia branda abrange a *diplomacia dos povos* que, em concordância com os apontamentos da Constituição sobre o fomento da participação popular, pretende ampliar a participação de outros atores na política externa venezuelana: setores populares, organizações locais. Essas duas formas de exercício diplomático se desenvolvem, a partir da categoria de trabalho desenvolvida pelo MPPRE, denominada

[...] *iniciativa estratégica*, que consiste em uma proposta de atuação de caráter internacional realizada pelas missões diplomáticas, oficinas

consulares e representações permanentes, capaz de gerar um impacto significativo na geopolítica nacional e internacional da Venezuela (Ibid., 2012, p. 45).

As iniciativas estratégicas se desenvolvem em cinco áreas de interesse estratégico, que foram delimitadas no Projeto Nacional Simón Bolívar (2007-2013), a partir dos critérios do nível de relação da Venezuela com o país e a afinidade política entre eles, com o objetivo central de fomentar a construção de novos blocos de poder. As áreas são: i) América Latina e Caribe, México aqui incluído por critérios estratégicos; ii) Irã, Síria, Bielo-Rússia e Rússia; iii) China, Vietnã, Malásia e zonas próximas; iv) Europa; v) África e vi) América do Norte. As áreas prioritárias de relação são América Latina e Caribe, com vista à promoção da integração regional.

Essa mudança nos objetivos estratégicos da política externa venezuelana tem uma importante participação do presidente Chávez. O artigo 216, da Constituição de 1999, atribui ao presidente o papel de nomeação de ministros (nº 3), direção das relações internacionais, celebração e ratificação de tratados, convênios ou acordos internacionais (nº 4) e designação de chefes de missões diplomáticas (nº 15). Assim, “A Constituição de 1999 atribui ao Executivo Nacional, particularmente ao titular da Presidência da República Bolivariana da Venezuela, a condução da política exterior” (VENEZUELA, 2012, p. 105, tradução nossa).

Esse protagonismo do presidente é analisado por estudiosos a partir de diferentes perspectivas. Serbín (2011, p. 16, grifo nosso, tradução nossa) considera que a política externa venezuelana passa a ser:

[...] fortemente marcada por uma *visão ideológica radicalizada* e pela progressiva reivindicação de uma orientação bolivariana, como em um estilo pessoal muito ativo e, ao mesmo tempo, *flamboyant*, de alta visibilidade (especialmente midiática) do presidente no entorno internacional¹¹⁰.

¹¹⁰ “[...] fuertemente signados por una visión ideológica radicalizada y la progresiva reivindicación de una orientación bolivariana, como en un estilo personal muy activo y, a la vez, *flamboyant*, de alta visibilidad (especialmente mediática) del presidente en el entorno internacional”.

O autor ainda aponta que a política externa no governo Chávez é marcada por uma forte visão “ideológica” do sistema internacional, pela influência do modelo cubano e pelo protagonismo internacional, vinculado ao componente “ideológico”.

Neste trabalho, visualiza-se que a forte presença do chefe de Estado é, de fato, um traço que demarca construção da política externa venezuelana e antecede o governo de Hugo Chávez Frías, logo, não se pode simplificar a análise como se houvesse uma cristalização da inserção internacional da Venezuela nas decisões de Hugo Chávez. Briceño Ruiz (2011) considera que, mesmo existindo um forte presidencialismo na definição da agenda da política externa venezuelana, é imprescindível considerar que essa é constituída para além das “motivações do Chefe de Estado”, pois outros agentes são centrais na formulação da pasta (Ministros, aparato burocrático do Estado, parte da sociedade civil interessada no tema, etc.). Para além disso, é hiperbólico caracterizar como particularidade o processo de “ideologização” da política externa venezuelana nesse período, como se a definição de uma agenda de política externa pudesse, em algum momento histórico, estar esvaziada de conteúdo ideológico e político. A ideologia é um fator presente na dinâmica das relações sociais. A partir desse entendimento, busca-se compreender as forças políticas que incidem sobre a formulação dessa agenda de política externa e como se constituem na inserção da Venezuela nos processos de integração regional entre 2004 e 2012.

Nessa perspectiva, o supracitado recorte temporal foi determinado, a partir da hipótese de que 2004 corresponde a um período de inflexão para o país, no que tange à política interna e externa. Em agosto de 2004, ocorreu o Referendo Revogatório, no qual o mandato de Chávez foi ratificado por 59% da população que foi às urnas. Nesse mesmo ano, foi lançado *El Nuevo Mapa Estratégico*¹¹¹, que colocou como centralidade a crítica ao capitalismo e a necessária construção do socialismo. Esse documento demonstrou a conformação de uma política externa com objetivos mais definidos. Nele, constam dez objetivos estratégicos da Revolução Bolivariana¹¹², entre os quais consta o

¹¹¹ Este documento corresponde a síntese das intervenções do presidente Hugo Chávez Frías no *Taller de Alto Nivel “El nuevo mapa estratégico”* que aconteceu entre 12 e 13 novembro de 2004 em Caracas. A compilação foi feita pela pesquisadora Marta Harnegger (2004) e reproduzido pelo *Ministerio de Comunicación e Información*.

¹¹² O termo Revolução Bolivariana é utilizado pelo governo para denominar o processo em curso na Venezuela a partir de 1998. Entretanto, concordando com a reflexão de Cícero (2015) sobre o uso do termo, consideramos aqui que, por mais profundas que sejam as alterações

objetivo de “seguir impulsionando o novo sistema multipolar e internacional” (VENEZUELA, 2004, p. 53). Esse processo influenciou também na política externa venezuelana para a integração regional, haja vista que no ano de 2004, a Venezuela foi incorporada como Estado-associado ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) e protagonizou a construção da Aliança Bolivariana para os povos de Nossa América (Alba), em oposição à proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que seria derrotada no ano seguinte.

Briceño Ruiz (2011) argumenta que há, de fato, duas fases da política externa venezuelana, no governo Chávez: a primeira com uma demarcação difusa e elementos de continuidade; e a segunda, que se inicia em 2004, com a definição mais precisa dos objetivos. Já Urrutia (2006) menciona que dois foram os principais elementos que levaram à inflexão da política externa venezuelana: o triunfo do referendo revogatório, no plano político, e o aumento dos preços do petróleo, no plano econômico. Essas duas mudanças garantiram ao governo, segundo o autor, um cenário favorável para a construção de uma estratégia de inserção internacional mais ambiciosa. Esse delineamento da agenda da política externa aparece, também, com maior nitidez no *Primer Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2007- 2013)*.

Os primeiros anos são considerados como “uma fase inicial de observação e reconhecimento, [nos quais] se conservaram alguns elementos e princípios do que havia sido a política exterior venezuelana durante os governos anteriores”¹¹³ (Ibid., p. 161, tradução nossa). Essa continuidade e a agenda, não tão precisa, da política externa estão associadas à composição do governo por forças sociais com diferentes concepções de projeto político, que são: o setor militar, ligado ao bolivarianismo, que participou da tentativa de tomada do poder em 1992 (nacionalistas militares); a extrema esquerda minoritária; uma agremiação pragmática, composta por setores do *Movimiento al Socialismo (MAS)* e empresários (BRICEÑO RUIZ, 2011). As tendências ligadas ao setor militar e à agremiação mais pragmática defendiam uma inserção internacional mais cautelosa, em relação às possíveis tensões com Washington. Enquanto isso, o setor mais à

realizadas na Venezuela, não ocorreu uma mudança na estrutura produtiva que configure o processo como revolucionário. Entretanto, compreende-se que a profunda democratização na esfera política resulta em uma experiência importante no sentido de acúmulo organizativo e de avanço no nível da consciência de classe.

¹¹³ “[...] una fase inicial de observación y reconocimiento, se conservaron algunos elementos y principios de lo que había sido la política exterior venezolana durante los gobiernos anteriores”.

esquerda defendia uma atuação nitidamente anti-imperialista e com foco na integração latino-americana.

Destarte, a disputa por um projeto de política externa entre as diferentes forças sociais, presentes no governo, resultou em uma inserção internacional com algumas inflexões, mas ainda com a presença de traços da política externa típica do período *puntofijista*. Alguns traços de continuidade são: i) a busca pela liderança regional entre os países subdesenvolvidos; ii) a forte presença do chefe de Estado como síntese da política externa; iii) a *diplomacia petroleira* e iv) o pragmatismo no que tange aos Estados Unidos (Ibid., p. 63). Exemplo disso é que a oposição à Alca não era afirmada como centralidade da diplomacia venezuelana como viria a ser, posteriormente.

A conjuntura começou a se transformar com o acirramento da polarização política no país. O golpe de Estado, em 2002, que contou com a participação dos Estados Unidos¹¹⁴, seguido pela paralisação de atividades essenciais da economia venezuelana. A presença das Organizações Não-Governamentais (ONG's), financiadas por capital estrangeiro, que coincidentemente defendem o modelo liberal de democracia, é algo recorrente na América Latina. O *National Endowment for Democracy* (NED) e o *International Republican Institute* (IRI) são organizações com a tarefa de “difundir a democracia no mundo” e, na Venezuela, financiavam as atividades dos setores políticos de oposição ao governo Chávez. Os dois organismos financiaram a *Cordinadora Democrática*, agrupamento de vários partidos que faziam oposição ao governo Chávez, junto ao *SÚMATE*, organização de setores da sociedade civil. Assim, o golpe de 2002 teve participação de setores das Forças Armadas, da mídia privada e da *Coordinadora Democrática* (OLIVEIRA, 2011).

Em seguida, entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003, ocorreu a paralisação da atividade petroleira nacional que ficou conhecida como *Paro Petrolero*, produto de uma articulação entre setores oposicionistas, a *FedeCámaras*¹¹⁵ e membros da direção da PDVSA. Essa greve geral prejudicou fortemente a economia venezuelana e o governo. Segundo Cícero (2015, p. 112), no primeiro trimestre de 2013, foi registrada uma queda de 27% do PIB venezuelano. A gravidade da paralisação foi tão profunda que o diálogo

¹¹⁴ Com a posse do empresário de Pedro Carmora como presidente os Estados Unidos reconheceram a nova administração, a partir de declaração oficial.

entre oposição e governo teve que ser mediado internacionalmente. Jimmy Carter (ex-presidente dos EUA) e Lula tiveram participação destacada no processo. Lula buscou uma articulação denominada “Grupo de Amigos da Venezuela” que contou com a atuação do Chile, México, Espanha, Portugal e Estados Unidos. Essa participação internacional na mediação do conflito resultou em um acordo entre o governo e a oposição, no qual foi proposta a realização do referendo revogatório (CÍCERO, 2015).

Assim, o prosseguimento do referendo revogatório constituiu-se como a nova tática da oposição ao governo. Entretanto, a intensa mobilização da base chavista no processo de campanha do referendo, acompanhado do resultado que garantiu mais legitimidade ao mandato, conduziu o governo para um processo de radicalização da sua agenda. Dentre os grupos que compunham a base do governo, se sobressai o projeto político, defendido pelos setores à esquerda, influenciando na formulação da plataforma da política externa, mais nítida, a partir de 2004. Nas palavras de Briceño Ruiz (2011, p. 64-5, tradução nossa):

Neste novo contexto político, o objetivo de construção de uma ordem multipolar se manteve, mas foi gradualmente substituído por um discurso anti-imperialista, escasso nos documentos oficiais dos primeiros anos da “revolução bolivariana”. A luta contra o neoliberalismo se transformou em um rechaço ao sistema capitalista e a promoção do “Socialismo no Século XXI”. Já não se tratava de uma crítica ao enfoque neoliberal, monetarista (vinculado a Escola de Economia de Chicago) de construir o capitalismo, mas ao sistema em si. Finalmente, a integração latino-americana e bolivariana já não significava só uma crítica à ALCA, mas um rechaço a esta ou qualquer proposta de integração proveniente dos Estados Unidos ou que tivesse inspiração neoliberal¹¹⁶.

¹¹⁶ “En este nuevo contexto político, el objetivo de construcción de un orden multipolar se mantuvo, pero fue gradualmente sustituido por un discurso anti-imperialista, escaso en los documentos oficiales de los primeros años de la 'revolución bolivariana'. La lucha contra el neoliberalismo se transformó en el rechazo al sistema capitalista y la promoción del 'Socialismo del siglo XXI'. Ya no se tratava de una crítica al enfoque neoliberal, monetarista (vinculado a la Escuela de Economía de Chicago) de construir el capitalismo, sino a este sistema económico en sí. Finalmente, la integración latinoamericana y bolivariana significaba ya no sólo una crítica al ALCA sino un rechazo a esta o cualquier otra propuesta de integración proveniente de Estados Unidos o que tuviese inspiración neo-liberal”.

Nesse sentido, visualiza-se uma mudança nos termos utilizados nos documentos referentes à política externa venezuelana e na construção de sua agenda. No Quadro 7 a seguir, buscou-se sintetizar brevemente as principais alterações analisadas:

Quadro 7: Exposição comparativa de elementos da agenda da política externa venezuelana

1999- 2003	2004 em seguida
Defesa de uma ordem internacional multipolar	Defesa do anti-imperialista
Rechaço ao neoliberalismo	Rechaço ao sistema capitalista com a proposta do “Socialismo no Século XXI”
Críticas ao regionalismo aberto	Construção de uma integração latino-americana e bolivariana (sintetizada na Alba e com oposição à Alca).

Fonte: Elaboração própria com elementos de Briceño Ruiz (2011), Urrutia (2006) e *Presidencia de la Republica Bolivariana de Venezuela* (2007).

Como sintetizado no Quadro 7, a defesa da multipolaridade, que se fazia presente, no primeiro período da política externa, agora ganha traços mais definidos da necessidade de combate ao *imperialismo norte-americano*. A citação a seguir, do *Primer Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación* (2007- 2013), datada de 2007, demonstra a presença mais precisa da pauta anti-imperialista.

Nos últimos 7 anos a Revolução Bolivariana tem implementado uma intensa política externa, rompendo com a passividade histórica que caracterizou a relação da Venezuela com o mundo, na qual o elemento fundamental foi a cobertura da mídia e a *subordinação aos interesses geopolíticos do imperialismo norte-americano*. Na atualidade, Venezuela recuperou sua independência e soberania na formulação de sua agenda internacional, as novas circunstâncias presentes determinam que *Venezuela avance rumo uma nova etapa na geopolítica mundial, fundamentada na relação estratégica de maior clareza na busca de objetivos de maior liderança*

*mundial*¹¹⁷ (VENEZUELA, 2007b, p. 44, grifo nosso, tradução nossa).

No mesmo sentido, são apontados os objetivos referentes às atividades do MPPRE no Plano Nacional Simón Bolívar. A centralidade da promoção de articulações anti-imperialistas para combate à unipolaridade:

Os objetivos, estratégias e políticas contempladas no Projeto Nacional Simón Bolívar 2007-2013, através da sétima linha denominada “Nova Geopolítica Internacional”, confluem na operacionalização da multipolaridade como desafio inevitável e urgente da nossa política externa; objetivo de alto valor estratégico que requer a criação e a consolidação de alianças ou blocos de poder anti-imperialistas que permitam uma nova correlação de forças no cenário internacional¹¹⁸ (VENEZUELA, 2012, p. 13, tradução nossa).

No que tange ao rechaço às políticas neoliberais, no plano doméstico, a crítica corresponde ao modelo de política econômica, aplicado na década de 1990, nas gestões de Pérez e Caldera, nas quais predominava a política de ajustamento típica do Consenso de Washington. Entretanto, a crítica ao neoliberalismo não se limitava ao nível doméstico. Estendia-se, no nível internacional, ao modelo hegemônico de integração regional que tem como fundamento os ditames neoliberais. A crítica de Chávez é colocada por Soto (*apud* BRICEÑO RUIZ, 2011, p. 63, tradução nossa), da seguinte forma:

¹¹⁷ “En los últimos 7 años la Revolución Bolivariana ha implementado una intensa política exterior, rompiendo con la pasividad histórica que caracterizó la relación de Venezuela con el mundo, en la cual el elemento fundamental fue la mediatización y subordinación a los intereses geopolíticos del imperialismo norteamericano. En la actualidad, Venezuela recuperó su independencia y soberanía en la formulación de su agenda internacional, las nuevas circunstancias presentes determinan que Venezuela avance hacia una nueva etapa en la geopolítica mundial, fundamentada en una relación estratégica de mayor claridad en la búsqueda de objetivos de mayor liderazgo mundial”.

¹¹⁸ “Los objetivos, estrategias y políticas contemplados en el Proyecto Nacional Simón Bolívar 2007-2013 a través de la séptima línea denominada “Nueva Geopolítica Internacional”, confluyen en la operativización de la pluripolaridad como reto ineludible e impostergable de nuestra política exterior; meta de alto valor estratégico que requiere de la generación y consolidación de alianzas o bloques de poder antiimperialistas que permitan una nueva contrabalanza o correlación de fuerzas en el escenario internacional”.

O presidente venezuelano expõe que os esquemas de integração da América Latina têm errado o caminho à integração porque foram criados dentro do contexto econômico e político neoliberal, materialista e capitalista ‘selvagem’ o que conseguiu, longe da consecução do objetivo da integração regional, foi levar a América Latina de crise em crise até, talvez, chegar ao inferno.¹¹⁹

Assim, a Venezuela anuncia a construção de estratégias na busca por uma maior liderança mundial, em torno de um projeto de enfrentamento às relações de dominação externa. Conforme aponta a Figura 1, a difusão de um projeto latino-americanista, com enfoque em um caráter contra-hegemônico de integração regional seria um *mecanismo* para a construção de um *polo alternativo de poder* que contrabalanceie a unipolaridade constituída pela hegemonia dos Estados Unidos e contribua para a materialização de uma *nova ordem internacional multipolar*. Para a construção dessa nova geopolítica internacional, o Primeiro Plano Socialista apresenta a tese de “Identificação e definição de uma política de construção e articulação de novos polos geopolíticos de poder no mundo”, o que aponta para a necessidade de mapear “*novas formas e mecanismos de integração* e relacionamento que alcancem a construção de uma nova matriz de poder mundial no campo financeiro, midiático militar e político” (VENEZUELA, 2007b, p. 44, grifo nosso, tradução nossa).

¹¹⁹ “El presidente venezolano expone que los esquemas de integración de América Latina tienen errado el camino a la integración porque fueron creados dentro del contexto económico y político neoliberal, materialista y capitalista ‘salvaje’ lo que ha conllevado que lejos de la consecución del objetivo de la integración regional, lo que ha hecho, es llevar a Latinoamérica de crisis en crisis hasta quizás, llegar al infierno”.

FIGURA 1: Objetivo estratégico da Política Externa Venezuelana

Fonte: Elaboração própria com dados de Venezuela, 2007b.

O tema da integração regional ganhou maior ênfase já na Constituição de 1999, se comparado ao artigo da Constituição de 1961, que versa sobre a questão (OLIVEIRA, 2012). Entretanto, o traço distintivo se consolida no projeto de integração regional da América Latina e Caribe, que passa a ser reivindicado pela política externa venezuelana em sua segunda fase. A principal marca desse projeto, com o uso estratégico do legado de Simón Bolívar, é, em síntese, a construção de uma integração alternativa para que i) se promova o

comércio justo, a eliminação de assimetrias e buscando o equilíbrio entre as partes, ii) seja baseada na complementariedade, cooperação, solidariedade e reciprocidade; iii) garanta o respeito à soberania nacional; iv) promova o exercício da *diplomacia dos povos*¹²⁰, buscando incorporação movimentos sociais como sujeitos da integração e; v) incentive a construção da autonomia financeira da região, a partir de um “Sistema Financeiro do Sul”. (SANAHUJA, 2009, p. 26).

A liderança venezuelana na construção dessas *novas formas de integração regional* na América Latina, com vistas à conformação de uma ordem multipolar e ao aumento da autonomia da região latino-americana, ganha contornos mais nítidos na segunda fase da política externa, mas é, também, condicionada por uma variável econômica: o aumento da renda petroleira. Entre 2003-2007, o aumento da liquidez internacional e da demanda pelas *commodities* latino-americanas, entre elas o petróleo, resultou em um cenário externo favorável para a periferia (CARCANHOLO, 2011). Para Paschoal e Carcanholo, o aumento do preço das *commodities* tem relação com fatores monetário-financeiros. Os autores aventam que:

Evidentemente que a manutenção do momento de alta na liquidez internacional, ao menos até meados de 2007, conforma um excesso de capital monetário que procura espaços de valorização em vários mercados, sendo o de *commodities* alimentares um deles. Além disso, a tendência de desvalorização do dólar, que ocorreu até meados do mesmo ano, também contribuiu para a elevação dos preços das *commodities*. Esses fatores propiciaram uma transferência de capital fictício, e de toda a sua lógica especulativa, para os mercados futuros de *commodities* em geral, e de alimentos em específico. Com o estouro da bolha especulativa no mercado de hipotecas americano em 2007 e o conseqüente movimento de desvalorização da moeda americana até

¹²⁰ A *diplomacia dos povos* tem como objetivo a inserção dos movimentos sociais e da sociedade civil no processo de debate sobre os rumos da política externa e da integração latino-americana. A *diplomacia dos povos* é muito diferente da diplomacia dos Estados sem, por isso, entrar em conflito com esta. Responde a um direito de visibilidade e consiste na atuação direta, ativa, flexível, adaptável a todas as circunstâncias. Está longe da diplomacia dos negócios, se trata de uma democracia da dignidade” (BANSART, 2008, p. 33, grifo nosso, tradução nossa). Mais detalhes sobre a configuração da *diplomacia dos povos* nos processos de integração regional serão retomados no capítulo III.

meados de 2008, essa lógica se exacerbou (Ibid., p. 1-2).

Outro fator que incidiu nessa conjuntura está ligado à grande relevância que a China passou a apresentar na economia internacional. As demandas chinesas resultaram em um mercado essencial para as exportações latino-americanas nesse momento. Martins (2008, p. 118) cita que “a demanda por matérias-primas e bens de consumo básicos, eleva os termos de troca em favor dos produtos primários”. Entre 2003 e 2007, a América Latina acumula um ingresso de US\$ 115,5 bilhões de dólares na balança de transações correntes, inédito desde 1950 (MARTINS, 2008).

Esses fatores anticíclicos contribuíram para um momento de crescimento econômico conjuntural, que gerou uma ‘margem de manobra’ para a introdução de políticas de combate à pobreza e de tentativa de inserção internacional autônoma de alguns países latino-americanos, por meio da construção de iniciativas no âmbito regional, como ocorreu na Venezuela.

Gonçalves et. al. (2008) cita que a fase ascendente do ciclo econômico, iniciada em 2003, com o preço elevado dos hidrocarbonetos, favoreceu esses países que vêm buscando “implementar políticas que levem à reconfiguração dos seus padrões de inserção econômica internacional, mais especificamente, à redução da vulnerabilidade externa estrutural” (Ibid., p.15). Essas políticas são referentes à estatização da Petróleo de Venezuela, Sociedade Anônima (PDVSA), na Venezuela, e à tentativa de construção de um projeto latino-americanista, por meio do estímulo à integração regional.

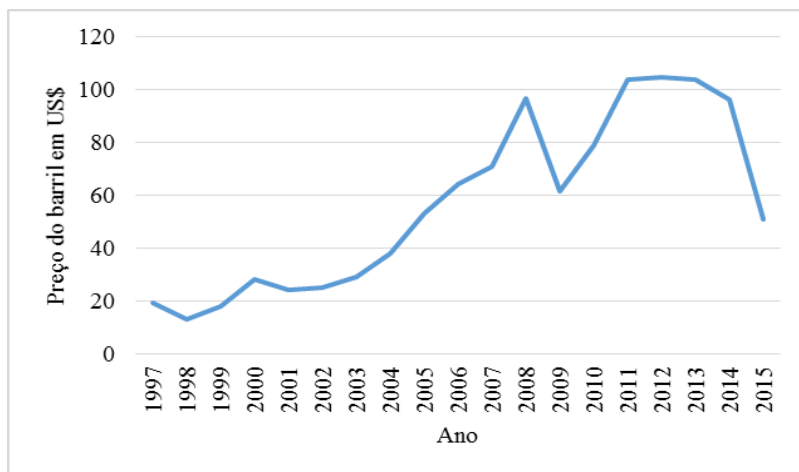
A variação na conjuntura econômica internacional influencia *na margem de manobra das economias dependentes* isso porque os condicionantes estruturais da dependência se articulam fatores da conjuntura, que podem configurar um cenário externo favorável às economias dependentes. Carcanholo (2013, p. 201, grifo nosso) aponta que

A situação concreta das economias dependentes é dada, em momentos históricos específicos, por esses condicionamentos estruturais, aliados aos *determinantes conjunturais* da situação externa: *crescimento da economia mundial*, que dá as possibilidades de mercados externos para os produtos exportados pelas economias dependentes, definindo as condições de realização

do valor produzido pela economia dependente no mercado mundial; e *a situação específica do mercado de crédito internacional*, que define o volume de capitais externos disponível no cenário internacional passível de ser atraído para as economias dependentes a fim de financiar os problemas estruturais de contas externas, assim como o preço (taxa de juros) necessário para essa atração.

Esses determinantes conjunturais da situação externa apontam condições importantes para o impulso ou estagnação da construção de processos de integração alternativos nos países periféricos. Assim, compreende-se que os fatores da i) conjuntura econômica e da ii) correlação das forças sociais incidem, dessa forma, sobre a construção de experiências mais ou menos autônomas, em nível regional, na América Latina.

Entretanto, é importante destacar que, como unidade contraditória, essas experiências se constroem em um país de capitalismo dependente e de economia rentista, o qual possui uma inserção subordinada na economia mundial, a partir do papel que ocupa na divisão internacional do trabalho. Assim, estruturalmente, a especialização produtiva com foco na pauta exportadora (OSÓRIO, 2012), aumenta a subordinação das economias latino-americanas ao mercado externo, aprofundando sua condição dependente.

Gráfico 1: Média anual do preço do barril do petróleo cru (1997 - 2015)

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponibilizados pelo *World Bank Data*¹²¹

Dessa forma, parte-se da hipótese de que duas variáveis conjunturais permitiram a construção de novos projetos de integração regional na América Latina, quais sejam: i) as variações da economia internacional, que configuraram um cenário externo favorável, bem como, ii) o esgotamento do modelo neoliberal ortodoxo que, a partir da mobilização das massas populares, culminou na ascensão de governos progressistas. No caso venezuelano as duas variáveis conjunturais se expressam pelo aumento do preço do petróleo e a eleição de Hugo Chávez.

Como demonstram os dados do Gráfico 1, a média anual do barril do petróleo cru subiu de 13 dólares no ano das eleições presidenciais, 1998, para 96,9 em 2008. Entretanto, o movimento especulativo em torno das commodities pode levar a uma queda abrupta do preço do petróleo, que compromete a economia nacional venezuelana, tendo em vista que sua economia é praticamente dependente da exportação de hidrocarbonetos. No final de 2008, com a queda do preço do petróleo, verifica-se essa dependência, que afeta a economia da Venezuela. Entretanto, os preços voltam a subir até 2014,

¹²¹ Os preços anuais das principais commodities podem ser visualizados na seção *World Bank Commodity Price Data* no sítio eletrônico do Banco Mundial:

<<http://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>>.

quando há uma queda expressiva. Nesse sentido, Paschoal e Carcanholo (2009, p. 11) apontam a guerra do Iraque como um fato decisivo para o aumento do preço do petróleo em meados dos anos 2000:

Um dos mercados de atuação dos capitais fictícios se deu justamente no mercado de commodities (petróleo, gás e as alimentícias). O movimento especulativo em commodities ocorre com mais vigor nos minerais, metais e, principalmente, no petróleo. No que se refere ao petróleo, o início da guerra do Iraque em 2003 é um importante marco para a elevação do seu preço e de outras commodities associadas.

Esses acontecimentos possibilitaram o direcionamento da renda do petróleo para a construção de arranjos regionais mais autônomos. Entretanto, é importante apontar que o uso do petróleo como instrumento para construção de uma agenda de política externa não é particular do governo Chávez. Como foi apresentado anteriormente, a *diplomacia petroleira* esteve presente na política externa venezuelana, ao longo do século XX. Nesse sentido, esse constitui um traço de continuidade em relação à diplomacia exercida no período *puntofijista*.

No governo Chávez, as movimentações em torno da indústria petroleira iniciaram-se com a proibição da privatização da PDVSA. O artigo 303 da Constituição de 1999 prevê o controle total do Estado sobre o petróleo.

O artigo 303 da Constituição Bolivariana estabeleça que “por razões de soberania econômica, política e de estratégia nacional, o Estado conservará a totalidade das ações da Petróleos de Venezuela S. A. ou do ente criado para o manejo da indústria petroleira, excetuando as das filiais, associações estratégicas, empresas e qualquer outra que se constituiu ou constitua como consequência do desenvolvimento dos negócios da Petróleos de Venezuela S. A.” (BARROS, 2006, p. 224).

No plano internacional, a Venezuela retorna às articulações com os países produtores de petróleo, tornando-se, novamente, um membro ativo na Opep. No ano 2000, o chefe de Estado da Venezuela visitou todos os países membros da Opep, com o objetivo de fortalecer a

agência da organização internacional no mercado petrolífero. No mesmo ano, ocorreu, na Venezuela, o II Encontro de Chefes de Estados da Opep (EMOL, 2000, s.p.). A tentativa de retomar a influência da Opep no mercado petrolífero pode ser considerada uma conformação da *diplomacia petrolífera*, na qual o objetivo das articulações internacionais tem o *petróleo como fim*. Outra movimentação dos primeiros anos do governo Chávez, no que tange ao petróleo, foi a tentativa de diversificar os países com os quais a Venezuela comercializava, com vistas à diminuição da dependência econômica em relação à exportação de petróleo para os Estados Unidos, já que o maior volume das exportações venezuelanas está direcionado para esse país¹²². Assim, Cícero (2015, p. 166) narra que “o corpo diplomático do país foi mobilizado para articular parcerias com novos consortes comerciais ao redor do mundo, bem como para fortalecer os vínculos já existentes”.

Já a segunda forma que adquire a *diplomacia petrolífera*, tendo o *petróleo como meio*, foi utilizada para a promoção da plataforma da política externa do governo Chávez, principalmente no que tange à integração regional. Nas palavras de Chávez: “O acervo energético do país possibilita uma estratégia que combina o uso soberano do recurso com a integração regional e mundial”¹²³ (VENEZUELA, 2007b, p. 04, tradução nossa). De maneira nítida o documento aponta que:

Dada a privilegiada posição da demanda de energia no mundo e os recursos do país, a economia dos hidrocarbonetos deverá seguir

¹²² Carolina Pedrosa (2013) avalia a manutenção dos Estados Unidos como principal parceiro comercial da Venezuela como uma contradição em relação a sua política externa anti-imperialista e crítica à hegemonia estadunidense. Entretanto, neste trabalho considera-se que não há contradição na manutenção dessa relação. Primeiro porque a Venezuela buscou diversificar os parceiros comerciais com vistas a diminuir a dependência da exportação de petróleo aos Estados Unidos. Entretanto, mais importante é ponderar que, estruturalmente, a Venezuela possui uma economia dependente baseada quase que exclusivamente na exportação do hidrocarboneto e que, por isso, possui uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Dessa forma, os Estados Unidos, como maior potência industrial do mundo e que, por isso, demanda a importação de hidrocarbonetos é, obviamente, um dos seus principais compradores. Nesse sentido, a crítica da política externa venezuelana feita à hegemonia norte-americana e a denúncia das práticas imperialistas não reside em uma contradição. Tendo em vista que, mesmo construindo arranjos regionais alternativos e proclamando o “Socialismo no século XXI”, a Venezuela continua a ser um Estado nacional que possui uma estrutura produtiva inserida nos marcos do modo de produção capitalista e sofre as consequências de ser uma economia marcada pelo signo estrutural da dependência como todas as economias latino-americanas e ainda ter a particularidade do rentismo petrolífero como agravante dessa condição dependente.

¹²³ El acervo energético del país possibilita una estrategia que combina el uso soberano del recurso con la integración regional y mundial”.

tendo um papel relevante na política internacional da Venezuela *para o fortalecimento das relações multipolares no planeta e, em particular, para a política de integração regional*¹²⁴ (Ibid., p. 40, grifo nossos, tradução nossa).

Nessa citação, demonstra-se o uso da condição petroleira da economia venezuelana na estratégia de inserção internacional do Estado e, de maneira mais específica, no fomento a um novo formato de arranjos regionais. Nesse contexto, é importante ressaltar que as mudanças em curso, interna e externamente, não alteraram o caráter rentista da economia venezuelana. Destarte, a efetivação do modelo de integração regional, desenvolvido pela política externa venezuelana, no período analisado, dependia fortemente do nível dos preços do petróleo no mercado internacional. Em síntese, a partir de 2004, visualiza-se a construção de uma estratégia de política externa na qual se conectam a busca por mais autonomia, a defesa de uma ordem multipolar e, para este fim, a construção de uma integração regional autônoma e inspirada nos ideais de Simón Bolívar, aliada ao instrumento da *diplomacia petroleira*.

2.2.2 O lugar da integração regional da agenda da política externa venezuelana

A recondução da política externa da Venezuela, a partir de 1999, estabelece como traço prioritário da agenda diplomática venezuelana a integração regional. O país delinea, assim, um projeto político específico para a América Latina, atrelado ao objetivo estratégico da política externa venezuelana: a construção de uma ordem multipolar. No documento *Emancipación de la Política Exterior de Venezuela* (2012) afirma-se que: “Se o caminho para a pluripolaridade (sic) é a integração, então, tenhamos como norte a consolidação de nossas alianças regionais imediatas, construindo e consolidando as distintas fases de atuação”¹²⁵ (VENEZUELA, 2012, p. 74, tradução nossa). Dessa forma, a integração regional se insere como uma das

¹²⁴ “Dada la privilegiada posición de la demanda de energía en el mundo y los recursos del país, la economía de los hidrocarburos deberá seguir teniendo un papel relevante en la política internacional de Venezuela para el fortalecimiento de las relaciones multipolares en el planeta y en particular para la política de integración regional”.

¹²⁵ “Si el camino para la pluripolaridad es la integración, entonces tengamos como norte la consolidación de nuestras alianzas regionales inmediatas, construyendo y consolidando las distintas fases de actuación”.

táticas para construção do objetivo estratégico em voga.

A prioridade concedida aos processos de integração regional é descrita, desde o preâmbulo da Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999, *online*, s.p., tradução nossa), ao apontar a necessidade de “impulsionar e consolidar a integração latino-americana de acordo com o princípio de não intervenção e autodeterminação dos povos”. Há, também, o artigo 153, que trata especificamente sobre a orientação política para a integração regional:

Artigo 153: A República promoverá e favorecerá a integração latino-americana e caribenha a fim de avançar para a criação de uma comunidade de nações, defendendo os interesses econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais da região. A República poderá subscrever tratados internacionais que conjuguem e coordenem esforços para promover o desenvolvimento comum de nossas nações, e que garantam o bem-estar dos novos e a segurança coletiva dos habitantes. Para estes fins, a República poderá atribuir a organizações supranacionais, mediante tratados, o exercício das competências necessárias para levar a cabo estes processos de integração. Dentro das políticas de integração e união com América Latina e Caribe, a República privilegiará relações com Ibero-América, procurando seja uma política comum de toda nossa América Latina. As normas que se adotem no marco dos acordos de integração serão consideradas parte integrante do ordenamento legal vigente e de aplicação direta e preferencial à legislação interna¹²⁶ (VENEZUELA, 1999, s.p., tradução nossa).

¹²⁶ “Artículo 153. La República promoverá y favorecerá la integración latinoamericana y caribeña, en aras de avanzar hacia la creación de una comunidad de naciones, defendiendo los intereses económicos, sociales, culturales, políticos y ambientales de la región. La República podrá suscribir tratados internacionales que conjuguen y coordinen esfuerzos para promover el desarrollo común de nuestras naciones, y que garanticen el bienestar de los pueblos y la seguridad colectiva de sus habitantes. Para estos fines, la República podrá atribuir a organizaciones supranacionales, mediante tratados, el ejercicio de las competencias necesarias para llevar a cabo estos procesos de integración. Dentro de las políticas de integración y unión con Latinoamérica y el Caribe, la República privilegiará relaciones con Iberoamérica, procurando sea una política común de toda nuestra América Latina. Las normas que se adopten en el marco de los acuerdos de integración serán consideradas parte integrante del ordenamiento legal vigente y de aplicación directa y preferente a la legislación interna”.

O texto constitucional prevê o processo de integração latino-americano e caribenho como prioritário. A promoção de uma unidade latino-americana é constituída, dessa forma, como uma contraposição ao projeto regional alinhado à política externa estadunidense, percebendo o projeto estadunidense para a América Latina como um aprofundamento da dominação externa. Dessa forma,

[...] este novo horizonte – fixado pelo governo revolucionário – encerra uma radical mudança das regras do jogo, cujo ponto determina que a política externa venezuelana não será traçada desde Washington e que *a integração constituirá um escudo frente a agressão imperial.*” (VENEZUELA, 2012, p. 73, tradução nossa, grifo nosso).

Aqui fica claro o projeto político que orienta a inserção internacional da Venezuela na construção de processos de integração regional. A construção de uma integração latino-americana tem como objetivo consolidar um *polo alternativo de poder*, e é norteadada por valores que remontam ao ideário de unidade construído por Simón Bolívar, no século XIX.

No documento *El Nuevo Mapa Estratégico* (2004), Chávez menciona a existência de dois diferentes eixos na geopolítica regional, que representam projetos políticos opostos para a América Latina, a saber: o *Eixo Bolívar* formado por Brasília, Caracas, Havana e Buenos Aires e o *Eixo Monroísta*, composto pelas conexões entre Bogotá, Quito, Lima, La Paz e Santiago, sob influência do Pentágono. - Entretanto, é importante mencionar que após a eleição de Evo Morales (2006) e Rafael Correa (2007) como presidentes da Bolívia e do Equador, respectivamente, La Paz e Quito se tornaram parceiros prioritários de Caracas, passando a compor o *Eixo Bolívar*. Nesse sentido, segundo Chávez

[...] a nossa estratégia deve ser quebrar esse eixo [Monroe] e conformar a unidade sul-americana e creio que não é um sonho, creio que nunca antes na América se havia dado uma situação como essa. Há três anos éramos Cuba e Venezuela, em nível de governo, e agora como mudou a situação (VENEZUELA, 2004, p. 24, tradução nossa).

Assim, a centralidade de um novo modelo de integração regional, na agenda da política externa venezuelana, compõe as estratégias de enfrentamento ao modelo neoliberal de integração hegemônico, iniciado na década de 1990, num movimento de inflexão que conforma um campo de disputa entre diferentes projetos políticos para a América Latina. Esta pesquisa compartilha da hipótese de que passam a vigorar, hodiernamente, três projetos políticos em disputa para a América Latina: i) O projeto imperialista neoliberal, alinhado ao projeto da política externa estadunidense para os países latino-americanos, com participação de frações burguesas associadas e dependentes do capital internacional¹²⁷; ii) o projeto neodesenvolvimentista, que corresponde aos interesses do “empresariado regional”; e iii) o projeto do “Socialismo no século XXI”¹²⁸, representado pela política externa venezuelana, com síntese na ALBA-TCP (BOCCA, 2013, p. 12; KATZ, 2011). É importante ressaltar que a configuração de tais projetos políticos é um movimento híbrido, que expressa conexões e contradições no campo das experiências históricas concretas.

Nesse contexto, tais projetos políticos estão presentes nos diferentes processos de integração em curso na região. Os processos de integração regional que remetem à unidade latino-americana, com caráter anti-imperialista declarado e de contestação à dependência externa, se inserem no Eixo Bolívar, com o protagonismo da política externa venezuelana na construção desses arranjos. Esse processo ocorre por meio da emergência do projeto do “Socialismo no século XXI”, que reivindica o projeto latino-americanista e a construção de uma *integração bolivariana*. Esses arranjos se configuram como possibilidade de alternativa aos ajustes neoliberais, direcionada à busca por autonomia, seja ela de forma associada a outras potências

¹²⁷ Representado regionalmente pela Aliança para o Pacífico.

¹²⁸ O termo “Socialismo do século XXI” é de autoria do estudioso alemão Heinz Dieterich. Foi utilizado por Hugo Chávez pela primeira vez na IV Cúpula da Dívida Social em 25 de fevereiro de 2005 para referenciar o processo político em curso na Venezuela. Aqui, a caracterização desse projeto político para a América Latina como “Socialismo do século XXI” advém da utilização desse termo nos documentos oficiais de política externa do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores da Venezuela para definir os objetivos no que tange à integração regional na América Latina. Chávez (2005) em uma entrevista mencionou a existência de quatro características do “Socialismo no século XXI”: i) ética e solidariedade; ii) democracia participativa, iii) conciliação da liberdade com a igualdade e, por fim, iv) mudanças na estrutura produtiva rumo ao associativismo, a propriedade coletiva, o cooperativismo e a autogestão. Segundo Borón (2008), desde essa primeira menção feita por Chávez, o “Socialismo no século XXI” tem sido objeto de inúmeras discussões, principalmente quando consideradas as experiências dos governos progressistas em curso na América Latina.

emergentes do século XXI¹²⁹, através da busca de um modelo próprio de desenvolvimento ou com um direcionamento de enfrentamento mais direto aos interesses imperialistas¹³⁰.

A partir de 2004, torna-se mais definido o teor dessa proposta de integração regional, defendida pela *Casa Amarilla*, que se aproxima mais da dimensão política, ideológica e militar. A plataforma dessa *integración bolivariana* tem como centralidade os princípios da igualdade, da equidade, da solidariedade entre os povos e nações e da unidade para superação da pobreza. Briceño Ruiz (2011, p. 67) aponta que

[...] a dimensão econômica da integração estava subordinada à política e era severamente criticada por ser considerada uma expressão do ‘neoliberalismo selvagem’ que havia gerado um incremento da dependência regional e não havia conduzido a superar a pobreza e a inequidade na região¹³¹.

Para construção da *integración bolivariana*, o MPPRE define como central a afinidade política entre os Estados. “Surge como prioridade a construção de valores políticos compartilhados, o que permite unificação e o desenho de estratégias comuns para reforçar o intercâmbio econômico e social, bem como a unificação de posições comuns na cena internacional”¹³² (VENEZUELA, 2007b, p. 44, tradução nossa). Nesse sentido, a saída da Venezuela da Comunidade Andina (CAN), em 2006, e a construção de processos de integração com países que compartilham de uma visão política semelhante demonstra como a variável política é prioritária no delineamento de arranjos regionais. “O critério político unificado é o que orienta o

¹²⁹ Como demonstra a associação do Brasil com a Rússia, China, Índia e África do Sul no Brics, com a Índia e a África do Sul, no Ibas.

¹³⁰ Como representa o projeto político da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba), protagonizado pela política externa da Venezuela, e que surge em oposição à proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), protagonizado pelos interesses comerciais dos Estados Unidos para a região latino-americana.

¹³¹ “La dimensión económica de la integración estaba subordinada a la política y era severamente criticada por considerarse una expresión del ‘neoliberalismo salvaje’ que había generado un incremento de la dependencia regional y no había conducido a superar la pobreza y la inequidad en la región (p. 67).

¹³² “Se plantea como prioridad la construcción de valores políticos compartidos, que posibilite la unificación y diseño de estrategias comunes para el afianzamiento del intercambio económico y social, así como en la unificación de posiciones comunes en el concierto internacional”.

desenvolvimento de iniciativas que permitam operacionalizar o princípio da pluripolaridade, usando como ferramenta os instrumentos de integração”¹³³ (Ibid., p. 44-5).

Assim, a partir da coesão política entre os Estados envolvidos, a promoção da *integração bolivariana* “se propunha a criar um bloco de poder sul-americano capaz de influenciar na política mundial”¹³⁴ (ALTMANN, 2011, p. 79, tradução nossa). Entre os processos de integração desse contexto destacam-se a Unasul, a Alba e a Celac.

Como marco temporal, 2004 foi um ano marcado pela articulação de diferentes forças sociais, em torno da questão referente à Alca. A política externa venezuelana tem papel protagonista na resistência à Alca, construindo – em oposição – a proposta da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), a saída da Comunidade Andina (CAN) em 2006 e, no mesmo ano, entra com pedido de adesão como Estado membro no âmbito do Mercosul.

Visualiza-se a movimentação do país por dois caminhos no que tange à integração regional, partindo da hipótese supracitada da delimitação dos três projetos políticos para a região. O primeiro seria a participação em arranjos que se configuram sobre o projeto *neodesenvolvimentista*, como resulta a sua entrada como membro associado ao Mercosul em 2006, com o objetivo de “reformular o bloco”. Já o segundo, seria o protagonismo na construção do projeto “Socialismo no século XXI”, que se sintetiza na plataforma da Alba, em forte enfrentamento ao projeto imperialista neoliberal.

Nesse sentido, no Projeto Nacional Simón Bolívar (2007) há uma definição da América Latina e do Caribe como área estratégica. Propõe-se à construção de políticas que resultem na consolidação de um novo Mercosul, no sentido da reorientação e da revisão do conteúdo da integração regional. Ou seja, visualiza-se o objetivo de incidir sobre os rumos que o Mercosul tomaria nos anos seguintes a 2007 (data do Plano), a partir da concepção de integração regional, definida pela agenda da política externa venezuelana. O segundo objetivo é a consolidação da liderança Cuba-Venezuela-Bolívia para impulsionar a Alba como alternativa à Alca e aos Tratados de Livre Comércio. O terceiro objetivo é o fortalecimento da Unasul e a ampliação das relações política, econômicas e culturais com o Caribe, com foco em

¹³³ “El criterio político unificado es lo que orienta el desarrollo de iniciativas que permitan operativizar el principio de la pluripolaridad, usando como herramienta los instrumentos de integración”.

¹³⁴ “[...] la meta de promover la ‘integración bolivariana’, que se propondría crear un bloque de poder sudamericano capaz de influir en la política mundial”.

relações de cooperação e complementariedade para o combate à pobreza. Há, ainda, um quinto objetivo de neutralizar a ação do império, fortalecendo a *diplomacia dos povos*, a partir da opinião pública e dos movimentos sociais.

Até aqui as mudanças institucionais permite apontar a inflexão na política externa venezuelana e a centralidade da integração regional no governo Chávez, que apresentam-se: i) no destaque apontado para a integração na nova Constituição de 1999; ii) no teor dos documentos governamentais, remetendo-se a Bolívar, à unidade latino-americana e à centralidade da integração da região; iii) as iniciativas do Estado venezuelano em fomentar arranjos regionais, desde 2004. O objetivo do MPPRE é, dessa forma, projetar o Estado venezuelano como “potência energética mundial” e liderança na construção da *integração bolivariana* para conformação de um polo contra-hegemônico de poder.

Após a análise dos documentos governamentais é notório o lugar central que a integração regional ocupa na plataforma da política externa venezuelana no governo Chávez. A partir de agora, o foco serão os fundamentos político-ideológicos que resultaram na construção da integração bolivariana. Para tal, no terceiro capítulo será realizada a análise dos discursos de Hugo Chávez para compreensão da proposta de integração regional da Venezuela para a América Latina.

Briceño Ruiz (2011) aponta que não há produção literária que explique o conceito do novo modelo de integração que propõe a Alba. “[...] Não se conhece a teoria do ‘modelo de integração ALBA’. Apenas foi mencionado o conceito de ‘vantagens comparativas’, mas não existe nenhuma definição destas nem uma explicação de como operam”¹³⁵ (Ibid., p. 62). Assim sendo, compreendem-se os discursos como fontes primárias de pesquisa, que possibilitará visualizar elementos centrais da concepção de integração regional, pautada pela diplomacia venezuelana nesse período histórico, tendo em vista a ligação concreta entre o chefe de Estado e as atividades diplomáticas neste governo. O anseio foi, nesse sentido, o de contribuir para a compilação dessas variáveis.

¹³⁵ “No se conoce la teoría del ‘modelo de integración ALBA. Apenas se ha mencionado el concepto de ‘ventajas comparativas’, pero no existe ni una definición de éstas ni una explicación de como operan”.

CAPÍTULO III

A PROPOSTA DA INTEGRAÇÃO BOLIVARIANA (2004 – 2012): FUNDAMENTOS, ARRANJOS E LIMITES

O presente capítulo tem como objetivo analisar o conteúdo do projeto de integração regional construído pela política externa venezuelana no governo Chávez. Para tal, são utilizados como fontes os documentos oficiais de governo, dos processos de integração dos quais a Venezuela é Estado-membro e os discursos do presidente Hugo Chávez Frías nas cúpulas de Chefes de Estado e de Governo dos processos de integração regional. Os discursos são analisados como fontes dos elementos que constituem o projeto da *integração bolivariana*.

Nesse sentido, o presente capítulo divide-se em três seções. A primeira seção apresenta os resultados da análise dos discursos do presidente referentes à temática da integração regional. Esta análise é feita com base em quatro teses filosóficas da integração do sul apresentadas no livro *Fundamentos Filosóficos de la Nueva Integración del Sur* publicado pelo *Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual* pertencente ao MPPRE¹³⁶. As quatro teses filosóficas escolhidas são¹³⁷: i) construção de um pacto entre repúblicas, ii) complementariedade produtiva, iii) democracia, iv) *diplomacia dos povos* (VENEZUELA, 2007a). O subsídio da obra auxiliou a sistematização dos elementos presentes nos discursos do presidente para compreensão da agenda da *integração bolivariana*.

A segunda seção é dedicada ao levantamento de como a Venezuela se inseriu nos processos de integração regional entre 2004 e

¹³⁶ O Instituto de Altos Estudos Diplomáticos Pedro Gual funciona no âmbito do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MPPRE) e se assemelha a Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) no Brasil. O Instituto tem como função formar o corpo diplomático do MPPRE e os quadros da Administração Pública que desempenhem funções ligadas a política internacional de acordo com os objetivos estratégicos da política externa venezuelana em consonância com a Constituição e os Planos de Desenvolvimento da Nação. Para além disso, contribui com o fomento de pesquisas e com a difusão da temática internacional nos diversos setores da sociedade venezuelana. (VENEZUELA, 2006).

¹³⁷ Para além das quatro teses acima elencadas, o livro *Fundamentos Filosóficos de la Nueva Integración del Sur* apresenta mais duas, quais sejam: visão da integração multifuncional e integração do Sul como gênese da unificação latino-americana e caribenha. Por uma escolha metodológica, essas duas teses não foram tratadas separadamente ao longo do capítulo. Partiu-se do entendimento de que os elementos presentes nas quatro primeiro teses dão conta da dimensão multifuncional da proposta da *integração bolivariana* e de que o objetivo da construção da unidade latino-americana e caribenha já está satisfatoriamente apresentada no do subitem 2.2.2 do Capítulo II e na discussão construída ao longo do presente capítulo.

2012. Analisa-se a construção de arranjos regionais nos quais há um nítido protagonismo da Venezuela e do projeto de integração regional defendido pela sua agenda de política externa, com foco na Alba e na Petrocaribe. Em seguida, examina-se, brevemente, a inserção do Estado venezuelano no Mercosul, considerando esse arranjo dentro do projeto regional de cunho *neodesenvolvimentista* (BOCCA, 2013; KATZ, 2011), no qual não há um protagonismo venezuelano, mas que resulta em uma importante movimentação advinda do plano estratégico da nova geopolítica internacional (VENEZUELA, 2012).

Por fim, na terceira seção, buscou-se explorar alguns dos limites para a consolidação desse projeto de integração regional. Esses limites foram observados a partir dos condicionantes estruturais da dependência latino-americana e outros fatores conjunturais que obstaculizaram o aprofundamento da *integração bolivariana*.

3.1 Análise da proposta da *integração bolivariana* nos discursos de Hugo Chávez Frías

A proposta de integração regional sistematizada pela agenda da política externa venezuelana está presente nos discursos de Chávez em oposição ao modelo de integração regional pautado no neoliberalismo. Esse modelo, com maior presença nos arranjos regionais da América Latina na década de 1990, é denominado como “regionalismo aberto” (BERNAL MEZA, 2008; CEPAL, 1994; SANAHUJA, 2009).

De maneira sucinta, o regionalismo aberto se atrela às reformas neoliberais aplicada nas economias latino-americanas, derivadas do Consenso de Washington. Assim, os processos de integração regional que se desenvolvem na América Latina durante a década de 1990 possuem um cunho eminentemente econômico, a exemplo do avanço exclusivo na integração negativa ligada à liberalização comercial, sem potencializar a integração em outras áreas. Como exemplo desses processos, conformam-se o Nafta, da reestruturação do CAN (antigo Pacto Andino) e a proposta da Alca. Bernal-Meza (2008) considera que há uma forte vinculação entre o modelo do regionalismo aberto e o projeto político estadunidense para a região. A proposta da Alca demonstra de maneira mais explícita essa tese. Segundo o autor:

A Alca personificava para os Estados Unidos um instrumento de sua estratégia global e de segurança nacional, porque se tivesse constituído a potência do bloco mais importante do mundo em

termos de cifras econômicas, demográficas, etc. Ademais, a ALCA teria tornado possível, entre outros fatores, melhorar sua posição de negociação na OMC e frear a presença da União Europeia e das potências asiáticas na região¹³⁸ (BERNAL-MEZA, 2008, p. 186).

O regionalismo aberto teve seu período de ascensão entre 1990 e 2005 na América Latina, segundo Sanahuja (2009). A partir de 2005, arranjos regionais com enfoques mais plurais começam a se desenhar¹³⁹. É nesse contexto que a proposta da *integração bolivariana*, analisada nesse trabalho, começa a delinear-se. Os discursos de Chávez explicitam os eixos da *integração bolivariana* em contestação ao modelo do regionalismo aberto. Visualiza-se, assim, que os elementos sobre a temática presentes nos discursos de Chávez são norteados pela disputa entre diferentes projetos políticos para a região pautados pelo Eixo Bolívar e pelo Eixo Monroe, como apresentado no *Novo Plano Estratégico* (2004). Essa oposição é central para compreensão de como se conforma a proposta de uma nova integração regional que tem como centralidade o combate ao imperialismo, a construção de autonomia e do fortalecimento da América Latina enquanto *polo alternativo de poder* no cenário internacional.

O projeto da *integração bolivariana* é apresentado de maneira mais delineada a partir de 2004, período no qual se inicia uma nova fase da política externa venezuelana, como discutido no capítulo anterior. Por isso, os discursos aqui analisados serão referentes ao período de 2004 a 2012. Como argumenta Briceño Ruiz (2010, p. 81): “a partir de 2004 torna-se mais clara a estratégia de integração do governo

¹³⁸ “El Área de Libre Comercio de las Américas, desde su lanzamiento en 1994, representaba una nueva versión del modelo de dominación hegemónica de los Estados Unidos en el hemisferio, no sólo porque incluía en su agenda cuestiones que iban más allá de las comerciales –como inversiones, servicios, acceso a mercados, etc.– sino porque su efectiva constitución podría haber tenido profundas consecuencias para los países latinoamericanos [...]. El ALCA personificaba para los Estados Unidos un instrumento de su estrategia global y de seguridad nacional, porque se hubiera constituido en la potencia del bloque más importante del mundo en cuanto a cifras económicas, demográficas, etc. Además, el ALCA le hubiera posibilitado, entre otros factores, mejorar su posicionamiento negociador en la OMC y frenar la presencia de la Unión Europea y de las potencias asiáticas en la región”.

¹³⁹ Segundo Sanahuja (2009) alguns aspectos das explicações para a crise do regionalismo aberto gozam de certa popularidade. Como a de considerar os Estados Unidos e os tratados bilaterais de livre comércio que este vem promovendo após o bloqueio da Alca, como um fator denominado “desagregador externo”.

venezuelano, que começa a refletir as ideias anti-neoliberais e anti-estadunidense”.

Assim, a análise a seguir detém-se sobre os fundamentos da *integração bolivariana* presentes nos discursos de Hugo Chávez Frías. Para auxiliar a análise, o exame dos elementos foi feito a partir de quatro teses filosóficas da integração contidos no livro *Fundamentos filosóficos de la nueva integración del Sur* e outros documentos oficiais que digam respeito às iniciativas.

3.1.1 Construção de um Pacto de Repúblicas entre os Estados que compõem a região sul-americana

A proposta de um Pacto de Repúblicas remete ao ideal de Simón Bolívar de união política hispano-americana por meio da criação de instituições supranacionais que seriam o sustentáculo desse Pacto. Nela está contido o objetivo de transcender a integração eminentemente econômica e de construir arranjos regionais com foco na integração de caráter político. Outro elemento importante da proposta diz respeito à criação de espaços de consulta e concertação, nos quais não ocorresse perda de soberania dos Estados nacionais. Esse elemento particulariza os processos de integração regional típicos da América Latina (VENEZUELA, 2007a). Para Gimón (2007), há uma relação de causalidade entre os Estados cederem da soberania nacional e a consolidação da institucionalidade da integração regional, considerando essa particularidade da integração latino-americana um empecilho para o aprofundamento da integração regional. A dificuldade de consolidar o princípio da supranacionalidade na estrutura institucional dos arranjos regionais dificultaria, assim, o cumprimento dos objetivos, tendo em vista que os Estados latino-americanos não cedem parte da soberania.

A proposta formulada pela política externa venezuelana de um Pacto de Repúblicas da América do Sul materializou-se na fundação da Unasul, com a assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul em Brasília, no ano de 2008. O objetivo da Venezuela era a conformação de um Pacto de Repúblicas que articulasse os princípios da *integração bolivariana*, ou seja, que tivesse um caráter anti-imperialista e de oposição à hegemonia norte-americana. Entretanto, a Unasul conformou-se como um arranjo mais plural, no qual há a presença de Estados com diferentes leituras sobre a política internacional. Como veremos mais a frente, os ideais da *integração bolivariana* estão

materializados na proposta da Alba-TCP, que possui uma nítida liderança da política externa venezuelana. Em síntese, a proposta do Pacto de Repúblicas contém os seguintes objetivos:

A proposta formulada desde nosso país consta dos seguintes aspectos: um Plano Estratégico da União dos Povos e Repúblicas, a fundamentação das razões que levam a considerar que os atuais esquemas de integração sofrem pela falta de efetividade, a estruturação de um plano de alimentação, saúde e desenvolvimento econômico; o incentivo a negociação direta entre Estados, o fortalecimento da soberania dos Estados, a conformação de um bloco de poder autônomo na América do Sul ou na América Latina e no Caribe, a construção de um Pacto de Repúblicas, a coordenação das Forças Armadas dos distintos países e, finalmente, a elaboração de uma carta fundacional da União do Sul¹⁴⁰ (VENEZUELA, 2007a, p. 10-1, tradução nossa).

O Pacto de Repúblicas proposto pela política externa venezuelana expressa os fundamentos que norteiam a *integração bolivariana*, de conteúdo humanista em detrimento da integração puramente comercial (VENEZUELA, 2007a). Esta síntese acima exposta demonstra o objetivo de construir uma “*integração multifuncional*”¹⁴¹, ou seja, que abranja diferentes áreas temáticas. Em documentos oficiais do governo venezuelano aponta-se que a Venezuela tem o papel de impulsionar mecanismos de integração com conteúdo político e social, enquanto o Brasil lideraria os processos de cunho industrial e comercial. Essa assertiva presente em documentos oficiais

¹⁴⁰ La propuesta formulada desde nuestro país consta de los siguientes aspectos: un Plan Estratégico de la Unión de Pueblos y Repúblicas, la fundamentación de las razones que llevan a considerar que los actuales esquemas de integración adolecen de caducidad, la estructuración de un plan de alimentación, salud y desarrollo económico; el incentivo a la negociación directa entre Estados, el fortalecimiento de la soberanía de los Estados, la conformación de un bloque de poder autónomo en Suramérica o en América Latina y el Caribe, la construcción de un Pacto de Repúblicas, la coordinación de las Fuerzas Armadas de los distintos países y finalmente, la elaboración de una Carta Fundacional de la Unión del Sur.

¹⁴¹ A integração multifuncional é a quinta tese filosófica da integração do Sul. Por uma escolha metodológica essa tese foi suprimida da sistematização dos elementos da integração bolivariana contida nos discursos de Hugo Chávez

do governo vai de encontro à tese da disputa entre Brasil e Venezuela pela liderança regional (PEDROSO, 2013). O documento aponta que, na verdade, o governo venezuelano identifica papéis distintos para cada um dos Estados no fomento de arranjos regionais no subcontinente.

O Pacto de Repúblicas faz alusão ao projeto de uma confederação de repúblicas, defendido por Simón Bolívar no século XIX. Briceño Ruiz (2011) menciona que a concepção de um Pacto de Repúblicas era mais recorrente na primeira fase da política externa do governo Chávez. O autor explana que:

Como a promoção da integração tem para Chávez um componente latino-americano e bolivariano, se apresenta a proposta de realizar um novo Congresso Anfictiônico, na semelhante ao realizado por Bolívar em 1826¹⁴² (Ibid., p. 61, tradução nossa).

Coadunando com essa argumentação, a análise dos discursos do presidente demonstrou que, a partir de 2004, Chávez não menciona claramente a proposta do “Pacto de Repúblicas”. Há, entretanto, um discurso anterior no qual o presidente menciona essa ideia. O discurso é datado de 2003, período no qual a proposta de *integração bolivariana* e de combate à Alca estava em gestação. Nele Chávez aponta que:

[...] Esta ideia está enquadrada dentro da nossa concepção da verdadeira unidade latino-americana, não é a ALCA a unidade latino-americana, por Deus. Não. A ALCA como está apresentada é uma ameaça, não só para a integração, para a vida dos povos da América Latina e do Caribe. Estamos retomando a ideia bolivariana, é, de Simon Bolívar, a integração da América do Sul, Caribe... o que dizia Bolívar era uma Liga das Repúblicas, ele também falou de um pacto de repúblicas, ele também falou de um corpo política, hoje poderíamos falar de um polo

¹⁴² Como la promoción de la integración tiene para Chávez un componente latinoamericano y bolivariano, se plantea de forma reiterada la propuesta de celebrar un nuevo Congreso Anfictiónico, en semblanza del realizado por Bolívar en 1826.

de forças políticas, de um polo das nações, a unidade integral de nossos povos, nossas Repúblicas. Em alguma ocasião Bolívar disse que uma vez realizado este pacto político, esta parte do mundo se tornaria a mãe de nações e a Rainha das Repúblicas. Tomando isso como inspiração e trazendo-o duzentos anos mais tarde, como suprema necessidade, hoje mais que ontem, inclusive, é que temos começado a pensar, a discutir e a lançar propostas alternativas. É uma proposta alternativa ao neoliberalismo. É uma proposta alternativa à ALCA, à proposta de uma área de livre comércio. [...] ¹⁴³ (VENEZUELA, 2003, s.p., grifo nosso, tradução nossa).

Nos discursos analisados é apontado reiteradamente o projeto ao qual a *integração bolivariana* se opõe. Esse trecho expressa a oposição ao neoliberalismo e à proposta da Alca. Demonstra, também, como a integração política é o eixo norteador da proposta bolivariana. E isso, de fato, se traduz nos documentos oficiais de governo e nas experiências desenvolvidas no âmbito da Alba-TCP. Entretanto, essa expressividade da dimensão política da *integração bolivariana* não anula a dimensão econômica dos arranjos regionais desenvolvidos com a liderança da Venezuela. Há uma proposta de integração econômica com foco na dimensão da complementariedade produtiva que será analisada a seguir.

¹⁴³ [...] Se trata esta idea está enmarcada dentro de nuestra concepción de la verdadera unidad latinoamericana, no es el ALCA la unidad latinoamericana, por Dios. No. El ALCA como está planteado es una amenaza más bien, no sólo para la integración, para la vida de los pueblos de la América Latina y del Caribe. Nosotros estamos retomando la idea bolivariana, es decir, de Simón Bolívar, de la integración de Sudamérica, del Caribe... lo que decía Bolívar era una Liga de Repúblicas, él hablaba también de un pacto de repúblicas, él hablaba también de un cuerpo político, hoy pudiéramos decir de un polo de fuerzas políticas, de un polo de naciones, de la unidad integral de nuestros pueblos, nuestras Repúblicas. En alguna ocasión Bolívar dijo que una vez consumado este pacto político, esta parte del mundo se convertiría en la madre de las naciones y la Reina de las Repúblicas. Tomando eso como inspiración y trayéndolo doscientos años después como necesidad suprema, hoy más que ayer incluso, es que nos hemos dado a pensar, a discutir y ya a lanzar propuestas alternativas. Es una propuesta alternativa al neoliberalismo. Es una propuesta alternativa al ALCA, a la propuesta de un área de libre comercio [...].

3.1.2 Complementação produtiva

No que tange à integração econômica, a proposta da integração *bolivariana* também tem seus princípios construídos em oposição aos valores que norteiam o regionalismo aberto. A construção dessa proposta tem como princípio o “desenvolvimento endógeno” que tem “[...] implícita a ideia de superar as desigualdades e assimetrias existentes no interior das nações de menor desenvolvimento e as prevalentes no âmbito do sistema econômico mundial”¹⁴⁴ (VENEZUELA, 2007a, p. 23, tradução nossa). Essa proposta é antagônica ao que propunha a Alca. Possui como princípio a complementariedade em contraposição à concorrência, o estabelecimento de acordos entre empresas estatais em contraposição às empresas monopolistas. Nas palavras de Chávez estão presentes esses valores:

Necessitamos um mega Estado, a “Nação de Repúblicas”, dizia Bolívar; unidade política, unidade econômica com complementação econômica, solidariedade e não concorrência. Porque através da concorrência nunca alcançaríamos a integração, sim é que a concorrência é contrária à integração: a dificulta, a obstaculiza¹⁴⁵ (VENEZUELA, 2006, s.p., tradução nossa).

A proposta de desenvolvimento endógeno que fundamenta a ideia de complementariedade produtiva inclui os seguintes princípios: i) desenvolvimento sustentável, ii) estratégia de integração energética que aproveite as potencialidades dos recursos energéticos dos países da região, iii) impulsionar o mercado interno dos países, com o objetivo inicial de satisfazer as necessidades da população – proposta de um neoprotecionismo concomitante à integração da produção e do comércio regional, iv) fortalecimento do papel do Estado na economia, com os trabalhadores e demais setores da sociedade a partir da concepção de

¹⁴⁴ El planteamiento del desarrollo endógeno lleva implícita la idea de superar las desigualdades y asimetrías existentes en el interior de las naciones de menor desarrollo, y las prevalentes en el ámbito del sistema económico mundial.

¹⁴⁵ “Un mega Estado, la “nación de Repúblicas”, decía Bolívar; unidad política, unidad económica con complementación económica, solidaridad y no competencia. Porque a través de la competencia nunca lograríamos la integración, si es que la competencia es contraria a la integración: la dificulta, la obstaculiza”.

um Estado participativo e protagonista diferente do Estado intervencionista tradicional (VENEZUELA, 2007a). Por fim, propõe que o horizonte estratégico dessa integração econômica tenha como fim a geração de novas relações sociais de produção, a partir dos seguintes princípios:

O pilar fundamental é uma organização social inclusivo de setores tradicionalmente excluídos dos mecanismos econômicos e comerciais do país, e que permita levar em consideração as assimetrias econômicas intrarregionais de uma maneira justa, responsável e solidária¹⁴⁶ (Ibid., p. 25, tradução nossa).

A tentativa de consolidar essa nova proposta de integração econômica foi desenvolvida a partir da Alba-TCP, na experiência das empresas *grannacionales* em oposição ao conceito de empresas transnacionais. Em um discurso Chávez define como:

Assim como existem para o capitalismo as empresas transnacionais, que são empresas de exploração capitalista, [...] porque a batalha ideológica é muito importante, é fundamental, surgiu o conceito de empresas *grannacionales*, é a união das nações, não a união dos capitais para explorar os trabalhadores de lá, daqui, é a união dos trabalhadores, é a união do trabalho, é a união do esforço coletivo, é a união dos investimentos, é a união da tecnologia, é a união do esforço para fazer a Grande Nação, a Pátria Grande¹⁴⁷ [...] (VENEZUELA, 2009, s.p., tradução nossa).

¹⁴⁶ “el pilar fundamental sea una organización social incluyente de los sectores tradicionalmente excluidos de los mecanismos económicos y comerciales del país, y que a su vez permita tomar en cuenta las asimetrías económicas intraregionales de una manera justa, responsable y solidaria”.

¹⁴⁷ “así como existen para el capitalismo las empresas transnacionales, que son empresas de explotación capitalista, ah William no, entonces, porque la batalla ideológica es muy importante, es fundamental, ha surgido el concepto de empresas grannacionales, es la unión de las naciones, no la unión de los capitales para explotar a los trabajadores de allá, de acá, es la unión de los trabajadores, es la unión del trabajo, es la unión del esfuerzo colectivo, es la unión de las inversiones, es la unión de la tecnología, es la unión del esfuerzo para hacer la gran nación, la patria grande [...]”

[...] Então, eu lhes deixo a ideia de fazer essas empresas *grannacionales*, de alianças entre Estados, entre produtores, incluindo as redes de produtores, mesmo privados, mas sob a orientação política do Estado¹⁴⁸ (VENEZUELA, 2008, s.p., tradução nossa).

Dessa forma, a construção dos termos está sempre conectada à ideia oposta de termos utilizados para denominar a dinâmica do capitalismo monopolista. Isso é nitidamente identificado nos trechos acima, nos quais Chávez aponta que a denominação das empresas *grannacionales* constitui parte da batalha ideológica em oposição às transnacionais.

A proposta das empresas *grannacionales* pressupõe o planejamento do Estado no que tange à política econômica dos países envolvidos. A criação dessas empresas tem como fim a criação de uma “zona de comércio justo” na América Latina e no Caribe. Nesse sentido, o objetivo seria fomentá-las em áreas estratégicas de acordo com a demanda dos mercados dos Estados-membros da Alba. No site da Alba, a definição das *grannacionales* aponta que devem

[...] ter em conta as necessidades de complementação econômica entre as nações que a integram, em áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico-social. [...] A produção destas empresas deve destinar-se prioritariamente a satisfazer o consumo final ou industrial do mercado intra-Alba¹⁴⁹ (CUBA, [200-], s.p., tradução nossa).

As empresas *grannacionales* são construídas dentro da concepção de projetos *grannacionales* que são articulações entre os países da Alba desenvolvidas em diferentes áreas temáticas. Exemplos dessas são: o Banco da Alba, na área de finanças; o Fundo Cultural

¹⁴⁸ “Por eso yo les dejo la idea de que hagamos esas empresas grannacionales, de alianzas entre Estados, entre productores, entre redes de productores, privados incluso, pero bajo lineamiento político del Estado”.

¹⁴⁹ [...] tener en cuenta las necesidades de complementación económica entre la naciones que la integran, en áreas fundamentales para el desarrollo económico – social. [...] La producción de estas empresas debe destinarse prioritariamente a satisfacer el consumo final o industrial del mercado intra-alba”

Alba, na área de cultura; a AlbaMed, na área da saúde, entre outras¹⁵⁰ (CUBA, [200-]). Como Chávez aponta:

[...] uma empresa *grannacional* deve ser enquadrada dentro do que temos chamado o projeto, um projeto, pelo menos um projeto *grannacional*. Quero enfatizar isso. Para que haja um projeto que tem que ser uma etapa prévia de preparação, de diagnóstico e planejamento. E a soma desses projetos, um projeto para o projeto "X" e dentro desses projetos "X" números de empresas *grannacionales*, é o que nos permitirá, no futuro, tenho certeza de que um futuro não muito distante, um futuro próximo, conformar, ir armando o grande projeto *grannacional*, ou seja, da Grande Nação, o grande projeto¹⁵¹ (VENEZUELA, 2008, s.p., tradução nossa).

A proposta é que as *grannacionales* incorporem uma série de princípios da Alba-TCP que vão de encontro à dinâmica própria do capitalismo monopolista no que tange à produção e à circulação das mercadorias. Esses princípios foram sintetizados no Quadro 8, que segue abaixo.

¹⁵⁰ Essas iniciativas serão retomadas no plano 3.2. O intuito de apontá-las aqui foi o de ilustrar algumas iniciativas que se enquadram na concepção de projetos *grannacionales*.

¹⁵¹ “una empresa *grannacional* debe estar enmarcada dentro de lo que hemos llamado proyecto, un proyecto, al menos un proyecto *grannacional*. Yo quiero insistir en eso. Porque para que haya un proyecto pues tiene que haber una fase previa de preparación, de diagnóstico y planificación. Y la sumatoria de esos proyectos, el proyecto uno hasta el proyecto “ene”, y dentro de esos proyectos “ene” números de empresas *grannacionales*, es lo que nos va a permitir en un futuro estoy seguro que no muy lejano, un futuro cercano, conformar, ir armando el gran proyecto *grannacional*, es decir de la Gran Nación, el gran proyecto”.

Quadro 8: Síntese das oposições entre as propostas para integração econômica

Regionalismo aberto	Integração bolivariana
Tratados de Livre Comércio (TLC)	Tratado de Comércio dos Povos (TCP) ¹⁵²
Zona de Livre Comércio	Zona de Comércio Justo
Empresas transnacionais	Empresas <i>grannacionales</i>
Concorrência	Complementariedade
Latifúndio	Reforma Agrária
Monocultura	Soberania Alimentar Desenvolvimento rural sustentável
Monopólios	Pequenas e médias empresas Cooperativas e empresas de produção social
Precarização do trabalho e redução de direitos trabalhistas	Unificação das condições mínimas dos sistemas de seguridade social da região
FMI e Banco Mundial	Sistema Monetário Sul-Americano

Fonte: Elaboração própria a partir de Venezuela, 2007a.

No âmbito do setor produtivo, esses princípios dizem respeito à garantia dos direitos trabalhistas, uso racional e sustentável dos recursos naturais. No que tange à circulação os princípios a serem adotados são a busca pela complementariedade produtiva entre os países da Alba ao invés da concorrência, o rechaço ao consumo de mercadorias de empresas que não cumpram direitos trabalhistas e externalizem os custos de produção para o meio ambiente. No discurso de Chávez na II Cúpula da Alba, o presidente reforça esses princípios e afirma a necessidade de reformulação do Mercosul. Essa afirmação no discurso do presidente reforça as diretrizes da política externa contidas no *Primer Plan Socialista de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2007-2013)* em relação à inserção da Venezuela no Mercosul. Entende-se por isso que a intencionalidade da política externa venezuelana é construir a inserção dos princípios da *integración bolivariana* no Mercosul¹⁵³.

O Mercosul deve ser reformatado, o Mercosul deve ser reformulado, se queremos uma

¹⁵² O Tratado de Comércio dos Povos (TCP) foi desenvolvido no âmbito da Alba, a partir de 2006. Por isso, o processo de integração regional incorporou a sigla do Tratado e passou a ser denominado Alba-TCP. Mais informações sobre o Tratado serão tratadas no subitem 3.2

¹⁵³ A intencionalidade da Venezuela em tornar-se Estado-membro do Mercosul será tratada no subitem 3.2. Entretanto, essa consideração foi feita pela presença desse elemento no discurso do presidente Hugo Chávez.

verdadeira integração, onde *se respetem as assimetrias*, o que estamos fazendo aqui, onde *se favoreça aqueles que têm mais dificuldades*; onde se criem fundos estruturais de integração, onde nos embasemos na *complementariedade econômica e não na concorrência econômica*. Onde nos fundamentemos na solidariedade e vocês sabem que no capitalismo a solidariedade é impossível¹⁵⁴ (VENEZUELA, 2006, s.p., grifo nosso, tradução nossa).

Esse apontamento reforça a concepção de que a *integração bolivariana* está vinculada a construção do “Socialismo no Século XXI”. As contradições imbricadas em construir arranjos regionais que sinalizem para outra sociabilidade nos marcos do modo de produção capitalista serão problematizadas no subitem 3.3.

3.1.3 Modelo Democrático Socialmente Inclusivo e Plural

A democracia é um tema presente nos debates e estudos referentes aos processos de integração regional latino-americanos, tendo em vista a presença de Cláusulas Democráticas na maioria dos arranjos regionais existentes na América Latina. Essa questão ganha centralidade no final do século XX com os processos de redemocratização de Estados latino-americanos que vivenciaram regimes ditatoriais durante o século XX. Nesse sentido, o modelo de democracia que se estabelece na maioria desses países diz respeito à democracia representativa liberal. Segue abaixo umas sínteses das cláusulas democráticas dos processos de integração e organizações internacionais que incorporam esse modelo de democracia representativa liberal como o previsto.

¹⁵⁴ “El Mercosur debe ser reformateado, el Mercosur debe ser reformulado, si queremos una integración verdadera, donde se respeten la asimetrías, lo que estamos haciendo acá, donde se favorezca a los que tienen más dificultades; donde se creen fondos estructurales de integración, donde nos basemos en la complementariedad económica y no en la competencia económica. Donde nos fundamentamos en la solidaridad y ustedes saben que en el capitalismo la solidaridad es imposible”.

Quadro 9: Cláusulas Democráticas nas organizações e processos de integração regional

Organização/Processo de integração	Protocolo	Conteúdo
Organização dos Estados Americanos (OEA)	Protocolo de Cartagena (1985)	Promoção e consolidação da democracia como tarefa da OEA, com destaque para a democracia representativa como condição de estabilidade, paz e desenvolvimento da região
	Compromisso de Santiago com a Democracia (1991)	Fortalecimento da democracia representativa como expressão da legítima manifestação da vontade popular
	Carta Democrática Interamericana (2001)	Apontados elementos essenciais da democracia representativa: respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, acesso ao poder e seu exercício com sujeição ao Estado de direito, celebração de eleições livres, justas, baseadas em sufrágio universal e secreto, regime plural de partidos e organizações políticas e separação e independência dos poderes públicos.
Mercado Comum do Sul (Mercosul)	Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático (1998)	Vigência das instituições democráticas como condição para existência e desenvolvimento do bloco
Comunidade Andina (CAN)	Protocolo Adicional ao Acordo de Cartagena sobre o	

	Compromisso da CAN com a Democracia (1998)	
União das Nações Sul-Americanas (Unasul)	Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre Compromisso com a Democracia (2010)	Democracia representativa como fundamento da legitimidade dos sistemas políticos e que, adicionalmente, impulse a participação democrática responsável, ética e efetiva da cidadania e das organizações civis

Fonte: Elaboração própria a partir de dados nos sítios eletrônicos e Venezuela, 2007a.

Como é visível no Quadro 9, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e os processos de integração regional mais antigos da América Latina, a CAN e o Mercosul possuem cláusulas democráticas. Mais recentemente, a Unasul assinou o Protocolo Adicional sobre o Compromisso com a Democracia. O objetivo desses acordos é a defesa da democracia e a possibilidade do exercício de sanções aos Estados membros em caso de ruptura da ordem democrática. O texto da Unasul é o único que menciona a necessidade de impulsionar a participação cidadã da sociedade civil, para além da regularidade das instituições do Estado democrático de direito.

A política externa venezuelana reconhece a centralidade da garantia de regimes democráticos nos países que participam dos processos de integração regional latino-americanos e caribenhos. Entretanto, chama a atenção aos limites da concepção de democracia representativa liberal propagada por esses Protocolos. Segue trecho referente à problematização do conceito liberal de democracia feita no livro *Fundamentos Filosóficos de la Nueva Integración do Sur* (2007):

[...] há uma marcada tendência [dos principais esquemas de integração da região] em enfatizar principalmente o compromisso com o modelo da democracia representativa liberal, para melhorar o funcionamento das instituições públicas e melhorar os canais de comunicação entre o Estado e a cidadania. Embora seja verdade que nos documentos oficiais destas instâncias de decisão se indique a importância de abrir espaços para a participação cidadã na esfera político-pública, também constitui uma verdade dizer que até agora as demandas de participação formuladas pelos movimentos sociais não têm sido bem atendidas¹⁵⁵ (VENEZUELA, 2007a, p. 39, tradução nossa).

Essa problematização em torno dos limites da democracia representativa em ampliar os espaços de participação da sociedade civil

¹⁵⁵ [...] existe una marcada tendencia a enfatizar principalmente [el compromiso con el modelo de la democracia representativa liberal, a perfeccionar el funcionamiento de las instituciones públicas y a mejorar los canales de comunicación entre el Estado y la ciudadanía. Si bien es cierto que en los documentos oficiales de estas instancias de decisión se indica la importancia de abrir espacios para la participación ciudadana en la esfera pública-política, también constituye una verdad decir que hasta ahora las demandas de participación formuladas por los movimientos sociales no cuentan con la suficiente receptividad.

e dos movimentos sociais nos processos de consulta e decisórios é o centro do debate em torno da concepção de democracia defendida pela *integração bolivariana*. Esse ponto, de maneira mais específica, reflete muito o processo doméstico em curso na Venezuela no que tange à tentativa de construir uma concepção de democracia participativa. A Constituição da Venezuela de 1999 institui dispositivos constitucionais que apontam para a democracia participativa como instrumento para exercício da democracia (VENEZUELA, 2007a). Dessa forma, a política externa venezuelana busca traduzir os acúmulos deste processo, que ocorre em âmbito doméstico para i) incentivar a incorporação do debate sobre democracia participativa nas Cúpulas e espaços dos processos de integração regional da América Latina para propiciar o aprofundamento da democracia nos países-membros e ii) democratizar as próprias instâncias dos arranjos regionais, fomentando a participação da sociedade civil, de organizações e movimentos sociais. Esse trecho de um discurso de Chávez reflete essa preocupação:

Mas que bom seria uma cúpula de povos com seus presidentes e que nos digam o que queiram, o que importa, precisamente é a democracia, como fazemos; Eu sei que vocês, cada um, conversa com seus povos e escuta críticas, vamos ouvi-los e todos juntos com representações dos movimentos indígenas, os trabalhadores, os intelectuais, os estudantes¹⁵⁶ (VENEZUELA, 2006, s.p.).

O objetivo da Venezuela é ampliar a participação de diferentes setores da sociedade na construção dos processos decisórios, como aponta o discurso de Chávez acima colocado. Para tal, a proposta seria trabalhar a concepção democracia participativa e protagonista ou um “modelo democrático socialmente inclusivo e plural” nos diferentes espaços de inserção internacional: fóruns multilaterais, nas relações bilaterais e em redes de cooperação com os movimentos sociais da região (VENEZUELA, 2007a). Essa concepção de democracia defendida pela política externa venezuelana se conecta com a *diplomacia dos povos*, próxima tese filosófica da nova integração do Sul, que será trabalhada a seguir.

¹⁵⁶ “Pero que bueno sería una cumbre de pueblos con sus presidentes y que nos digan lo que quieran, qué importa, precisamente es la democracia, como lo hacemos yo sé que ustedes cada quien conversa con sus pueblos y oye críticas, vamos a oírlos y todos juntos con representaciones de los movimientos indígenas, los trabajadores, los intelectuales, los estudiantes”.

3.1.4 *Diplomacia dos povos*

A *diplomacia dos povos*¹⁵⁷ constitui a inserção de outros sujeitos políticos, para além dos Estados e governos, como construtores da integração regional. Esta proposta está vinculada à concepção de democracia participativa, inclusiva e plural, em contraposição ao status elitizado que caracteriza o histórico da diplomacia tradicional (SANAHUJA, 2009).

Assim, a concepção de *diplomacia dos povos* surgiu na Cúpula de Mar del Plata, em 9 de novembro de 2005, sendo lançada por Evo Morales. A compreensão de que os movimentos sociais são sujeitos políticos construtores da integração regional latino-americana e caribenha é algo inovador. No cenário político de enfrentamento à agenda neoliberal, como representou a luta contra a Alca, diversos movimentos sociais passaram à articular-se em nível regional, exercendo a *diplomacia dos povos*. Segundo Andréa Galvão (2008, p. 02), esses movimentos “a despeito de sua heterogeneidade, constituem uma resposta aos efeitos nefastos da política neoliberal que vem sendo implantada, desde os anos 70 (se se leva em conta a experiência do Chile) por diferentes governos da região”. Nesse sentido, o que permite pensar a articulação regional e a unidade desses diferentes movimentos sociais seria a sua ideologia anti-neoliberal e o seu conceito de classes trabalhadoras (Ibid).

Nessa perspectiva, o impulso à *diplomacia dos povos* foi um elemento frequente na agenda da política externa venezuelana, principalmente a partir de 2004, na conjuntura que derrotou a Alca e que a Alba foi lançada. A natureza política da *diplomacia dos povos* seria “[...] a de constituir-se em instrumento para a democratização das relações internacionais, através da promoção de mecanismos para a participação dos povos para além de suas fronteiras”¹⁵⁸ (VENEZUELA, 2007a, p. 53, tradução nossa).

¹⁵⁷ O livro *Fundamentos Filosóficos de la Nueva Integración del Sur* (2007) aponta que antes da consolidação do Estado moderno e da democracia representativa, que reduziu o exercício diplomático à esfera estatal e governamental, o conceito de diplomacia referia-se à relação entre povos.

¹⁵⁸ “[...] es la de constituirse en instrumento para la democratización de las relaciones internacionales, a través de la promoción de mecanismos para la participación de los pueblos más allá de sus fronteras”.

Nesse sentido, a política externa trata da *diplomacia dos povos* tanto no sentido discursivo (presente nos documentos oficiais de governo e nos discursos do presidente e dos representantes de Estado) como no fomento à espaços de articulação dos movimentos sociais em âmbito regional. No sentido discursivo, a centralidade do elemento “popular” no nome do Ministério das Relações Exteriores e à constante afirmação de que a integração regional voltada para os povos, que teria como tarefa “a solidariedade que se expressa nas complementariedades que possam desenvolver-se para alcançar a paz, a justiça e o *bem-estar dos povos*”¹⁵⁹ (VENEZUELA, 2007b, p. 45, grifo nosso, tradução nossa). No que tange ao fomento dos espaços concretos para exercício da diplomacia dos povos pode-se apontar a conformação do Conselho de Movimentos Sociais na Estrutura Organizativa da Alba-TCP e a *Articulación de los Movimientos Sociales hacia el Alba*¹⁶⁰, entre outras iniciativas desenvolvidas na América Latina no limiar do século XXI¹⁶¹.

A diplomacia dos povos é recorrente nos discursos de Chávez. Em várias Cúpulas, em suas declarações o presidente toca na importância de inserir os movimentos sociais na construção da integração regional latino-americana e caribenha. Em 2012, na XI Cúpula da Alba, o presidente retoma o histórico de luta contra a Alca, retomando a importância da participação dos movimentos sociais nesse processo. Segue trecho:

Mas me lembro perfeitamente como entendíamos a Alca desde um ponto de vista político, dizíamos que é uma, não somente uma Área de Livre Comércio das Américas, mas uma área de livre colonização nas Américas, também é Alca, e depois afirmávamos também uma interpretação desde um ponto de vista económico, já não Alca, senão “Alla”, e como interpretamos “Alla”, “Área de Livre Lucro das Américas”, dirigida pelo capitalismo, pelo imperialismo, *para criar maior consciência dentro dos movimentos sociais e depois disso nasce a Alba contra a Alca, quer dizer, uma grande campanha de alguns e muito*

¹⁵⁹ “La solidaridad que se expresa en las complementariedades que puedan desarrollarse para alcanzar la paz, la justicia y el *bienestar de los pueblos*”.

¹⁶⁰ A descrição dessa articulação será retomada na subseção 3.2. Para mais informações sobre, acessar <http://www.albamovimientos.org/%C2%BFque-es/>.

¹⁶¹ Algumas iniciativas que podem ser citadas são: o Fórum Social Mundial, a Cúpula dos Povos que ocorre paralelo à Cúpula das Américas, o Foro de São Paulo, entre outras.

*poucos presidentes e governos, mas junto aos movimentos sociais*¹⁶² (VENEZUELA, 2012, s.p., grifo nosso, tradução nossa).

Em outro discurso, datado de 2010, o presidente em diálogo com Evo Morales e Daniel Ortega, presidentes da Bolívia e da Nicarágua, respectivamente, retoma a criação do Conselho de Movimentos Sociais da Alba e reitera a necessidade de apresentação dos movimentos sociais que compõem a Alba.

Evo e Daniel, agora estava falando com João Pedro Stédile, ele veio apresentar o telma dos movimentos sociais da ALBA, vocês recordam, sobretudo na Cúoula de Tintotero, lá no estado de Lara e logo a outra em Havana que acordamos cirar o Conselho dos Movimentos Sociais da Alba, bem aí debemos nos por em dia com esse Conselho e a proposta e aproveitó para adiantá-la, Evo e Daniel, é que na Cúpula, vamos lembrar, povo venezuelano, povo nicaragüense, povo boliviano, povos da América Latina que na Alba, a Aliança Bolivariana casa dia mais se fortalecerá mais e temos a Cúpula Extraordinário aquí em Caracas para os próximos días 17 e 18 de abril, precisamente nas vésperas do bicentenário do grito de independencia, dia 19 de abril e a instalação do primeiro governo venezuelano nas nossas terras, nessa Cúpula, Daniel e Evo, nós cremos que deveríamos apresentas nossos movimentos sociais, o Conselho de Movimentos Sociais porque a Alba é o espaço de integração, um dos mais sólidos espaços de integração que nasce una América Latina, no Caribe ao longo de

¹⁶² “Pero me acuerdo perfectamente como entendíamos el ALCA desde un punto de vista político, decíamos que es una, no solamente una Área de Libre Comercio de las Américas, sino una área de libre colonización en las Américas, también es ALCA, y después afirmábamos también una interpretación desde un punto de vista económico, ya no ALCA, sino ALGA, y cómo interpretamos ALGA, área de libre ganancia de las Américas, impulsada por el capitalismo, por el imperialismo, para crear mayor conciencia dentro de los movimientos sociales y después de eso nace el ALBA contra el ALCA, es decir, una gran campaña de algunos y muy pocos presidentes y gobiernos, pero junto a los movimientos sociales”.

toda sua história¹⁶³ (VENEZUELA, 2010, s.p., tradução nossa).

Nesse sentido, a *diplomacia dos povos* constitui elemento central no projeto da integração bolivariana. Essa “tese filosófica” da nova integração pode ser entendida como um elemento inovador de democratização da construção da política externa venezuelana. A seguir, serão apresentadas as movimentações entre 2004 e 2012 para construção da integração bolivariana e o elemento da *diplomacia dos povos* faz-se frequentemente presente nas iniciativas, principalmente no âmbito da Alba-TCP.

3.2 Movimentações da Venezuela para construção da *integração bolivariana*

Como retratado no capítulo II, compartilha-se da hipótese de que existem três campos de integração regional nos processos de integração em curso na América Latina (BOCCA, 2013). Primeiro, o projeto neoliberal, representado por articulações como a Aliança para o Pacífico, o Nafta e os Tratados de Livre Comércio (TLC). Segundo, o projeto neodesenvolvimentista que é representado por arranjos como a Unasul e o Mercosul, por conseguirem abranger a participação de Estados latino-americanos com concepções diferenciadas de integração regional. E, por fim, o projeto do “Socialismo no Século XXI”, que tem como síntese a proposta da *integração bolivariana*, impulsionado principalmente desde a política externa venezuelana e que vem se delineando em arranjos regionais como a Alba. Esse último projeto se desenvolve por meio de processos de integração regional nos quais os Estados são os atores, mas também por meio da *diplomacia dos povos*, acima trabalhada, que prevê a articulação regional de movimentos

¹⁶³ “Mira Evo y Daniel, ahora estaba hablando con Joao Pedro Stedile, él me vino a plantear el tema de los movimientos sociales del ALBA, ustedes recuerda, sobre todo en la cumbre de Tintorero, allá en el estado Lara y luego la otra en La Habana que acordamos crear el Consejo de los Movimientos Sociales del ALBA, bueno ahí debemos ponernos al día con ese consejo y la propuesta y aprovecho para adelantarla, Evo y Daniel, es que en la cumbre, vamos a recordar, pueblo venezolano, pueblo nicaragüense, pueblo boliviano, pueblos de América Latina que el ALBA, la Alianza Bolivariana cada día se fortalecerá más y tenemos la cumbre extraordinaria aquí en Caracas para los próximos 17 y 18 de abril, precisamente en vísperas del bicentenario del grito de independencia, del 19 de abril y la instalación del I gobierno venezolano en estas tierras, en esa cumbre, Daniel y Evo, nosotros creemos que deberíamos presentar nuestros movimientos sociales, el consejo de movimientos sociales porque el ALBA es el espacio de integración, uno de los más sólidos espacios de integración que ha nacido en América Latina, en el Caribe a lo largo de toda su historia”.

sociais e outros atores políticos, como partidos, organizações políticas, entre outras.

Desenvolve-se a hipótese de que a política externa venezuelana buscou projetar seu modelo de integração bolivariana por dois caminhos. O primeiro na construção de novos arranjos regionais como a Alba e o PetroCaribe, a partir da diplomacia petroleira, nos quais a Venezuela cumpre a função de liderança. O segundo caminho referente à participação em arranjos regionais mais plurais, como o Mercosul, a Unasul e a Celac. A participação nesses processos também possui a intencionalidade de projetar os princípios da *integración bolivariana*, entretanto não se obteve êxito em “reformular” esses arranjos entre 2004 e 2012. No seguinte trecho, na publicação *Emancipación de la Política Exterior de Venezuela* (2012) do MPPRE, segue a síntese das movimentações da Venezuela, com relação à integração regional:

A política externa bolivariana, depois de anular a ALCA por meio da ALBA, Petrocaribe, PETROSUR e PETROAMERICA, tem como prioridade o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, o Banco do Sul e a consolidação da CELAC. A revolução bolivariana aponta para sua própria insubordinação fundante – o Socialismo no século XXI – justo quando o capitalismo global entrou em uma crise profunda¹⁶⁴ (VENEZUELA, 2012, p. 15).

Nesse sentido, esta seção está dedicada ao mapeamento da participação da Venezuela nos processos de integração regional da América Latina entre 2004 e 2012. Para tal, realizou-se um levantamento das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo que ocorreram no período aqui estudado. Esses resultados são apresentados brevemente. Depois, buscou-se, dentro dos limites metodológicos de acesso aos dados, realizar um panorama dos principais arranjos que a Venezuela protagonizou a partir da hipótese acima aventada. Assim, realiza-se uma descrição das principais iniciativas desenvolvidas no âmbito da Alba-TCP. Para, em seguida, retratar a movimentação em

¹⁶⁴ “La política exterior bolivariana, tras opacar el ALCA mediante la ALBA, PETROCARIBE, PETROSUR y PETROAMERICA, tiene como prioridade el ingreso de Venezuela al MERCOSUR, el fortalecimiento de UNASUR, el Banco del Sur y la consolidación de la CELAC. La Revolución Bolivariana apunta hacia su propia insubordinación fundante – el Socialismo del siglo XXI – justo cuando el capitalismo global ha entrado en una profunda crisis”.

torno da entrada da Venezuela como Estado-membro do Mercosul no que tange à sua busca por imprimir seu projeto de *integração bolivariana* nessa inserção.

Nesse sentido, a partir de 2004, nosso marco temporal já especificado, para além de mudanças no âmbito doméstico e de formulações mais nítidas do MPPRE no que tange aos objetivos estratégicos, visualizou-se uma série de movimentações do Estado venezuelano no campo específico da integração regional latino-americana e caribenha. Inicialmente, o ano foi marcado pela articulação de diferentes forças sociais, em torno da questão referente à Alca. A política externa venezuelana teve papel protagonista na resistência à Alca, construindo – em oposição – a proposta da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba)¹⁶⁵. No ano seguinte, na 4ª Cúpula das Américas, em *Mar del Plata*, a proposta da Alca seria derrotada¹⁶⁶. Outra mudança significativa, já citada, foi a retirada da Venezuela da Comunidade Andina das Nações (CAN)¹⁶⁷, arranjo do qual foi Estado membro-fundador, em 1989. Nos anos seguintes, a Venezuela continuou a participar da construção de outros arranjos regionais, como demonstra o Quadro 10.

¹⁶⁵ Depois tem seu nome substituído por Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América.

¹⁶⁶ Na 4ª Cúpula das Américas, ocorrida em Mar del Plata, em novembro de 2005, a articulação entre alguns Estados latino-americanos – Venezuela e os Estados membros do Mercosul – resultou no arquivamento do projeto da ALCA. A aprovação da proposta da Alca foi adiada e não foram estabelecidos prazos para discutir a sua efetivação. O documento final da 4ª Cúpula das Américas registrou o impasse na implementação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Para texto da declaração, ver DECLARAÇÃO DEL MAR DEL PLATA, 2005, p. 04-05. Disponível em: http://www.summit-americas.org/Documents%20for%20Argentina%20Summit%202005/IV%20Summit/Declaracion/Declaracion_POR%20IV%20Cumbre-rev.1.pdf.

¹⁶⁷ Segundo Souza (2012), a saída da Venezuela da Comunidade Andina tem relação com as movimentações políticas na região, após o fracasso da Alca. O autor aponta que alguns países do CAN deixaram-se influenciar pelas pautas estadunidenses na região, passando a tática da administração estadunidense a ser a de promover acordos bilaterais com os países latino-americanos. O fato do Equador, o Peru e a Colômbia terem assinado esses acordos teria levado a Venezuela a retirar-se da CAN e a pedir ingresso no Mercosul.

Quadro 10: Principais processos de integração regional com participação da República Bolivariana da Venezuela (2004-2012)

2004	Formação da <i>Comunidad Sudamericana de Naciones</i> (CSN), que futuramente tornaria-se <i>Unión de Naciones Suramericanas</i> (Unasul).
2004	Formação da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), na qual a Venezuela tem papel protagonista.
2004	Torna-se Estado-associado do Mercosul.
2005	Petrocaribe nasceu em 9 de junho de 2005, através do Acordo de Cooperação Energética assinado por 14 nações do Caribe durante o Primeiro Encontro Energético de Chefes de Estado e de Governo do Caribe sobre PetroCaribe.
2006	Saída da Comunidade Andina (CAN). Com obrigações e direitos, com vigência até 22 de abril de 2011.
2006	Entrada do protocolo de adesão da Venezuela como Estado-membro do Mercosul (<i>Acuerdo Marco Para La Adhesion De La República Bolivariana De Venezuela Al Mercosur</i>).
2006	Tratado de Comércio dos Povos (TCP) é adicionado a Alba. Suas obrigações e direitos, com vigência até 22 de abril de 2011, somente se limitam aos que tenham assinado o programa de liberalização comercial.
2008	Criação da Unasul, da qual a Venezuela participa como Estado-membro fundador
2011	Criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).
2011	Incorporação da IIRSA como Foro Técnico para temas de planificação da integração física regional do Conselho Sul-Americano de Infra-estrutura e Planejamento da UNASUL.
2012	Venezuela torna-se Estado-membro do Mercosul.

Fonte: Elaboração própria, a partir de documentos e acordos de integração regional.

No levantamento e sistematização das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo das quais a Venezuela participou entre o período de 2004 e 2012 verificou-se uma grande regularidade nos encontros e uma grande multiplicidade de iniciativas, demonstrando a centralidade da integração na agenda da sua política externa. Realizou-se a sistematização das Cúpulas¹⁶⁸ que ocorreram nos âmbitos da **Celac**, **Associação dos Estados do Caribe (AEC)**, **Cúpula das Américas (OEA)**, **Unasul**, **Petrocaribe**, **Alba-TCP**, **CAN** e **Mercosul**¹⁶⁹.

No que tange à **Celac**, a sua formação advém de uma articulação entre diferentes espaços de articulação regional anteriores. O “Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e Caribe”, denominado Grupo do Rio, surge em 1987 da fusão entre os antigos Grupo da Contadora e Grupo de Apoio a Contadora. Assim, passam a realizar encontros recorrentes com o objetivo de conformar um espaço de concertação política à nível regional, entretanto, sem o estabelecimento de dispositivos institucionais. Após uma série de encontros, com objetivo de fortalecer a concertação regional ocorre a criação da Celac, resultante de uma fusão do antigo Grupo do Rio e da Cúpula da América Latina e do Caribe para Integração e Desenvolvimento (Calc).

Assim, entre 2004 e 2012, foram realizadas **sete** Cúpulas de Chefes de Estado e Governo que desaguardariam na formação da Celac. As três primeiras como Cúpulas do Grupo do Rio. A quarta ocorrida em Salvador, entre 16 e 17 de dezembro de 2008, foi nomeada como a “I Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc)”. Em 2010 ocorreu a II Cúpula da Calc como tema “Cúpula da Unidade” em Riviera Maya, México. Desse encontro, a CEPAL formulou um documento síntese intitulado *Espacios de convergencia y de cooperación regional: síntesis de las propuestas*¹⁷⁰. No ano seguinte, 2011, no âmbito da III Cúpula da Calc/ XXI Cúpula do Grupo do Rio

¹⁶⁸ Os encontros das representações dos Estados no âmbito da Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA) e da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) ocorrem por meio dos seus respectivos Conselho de Ministros que se reúnem anualmente. Para mais informações acessar: <http://www.sela.org/es/consejo-latinoamericano/reuniones-ordinarias>

¹⁶⁹ A caracterização das Cúpulas da Alba-TCP e do Mercosul aparecerá ao longo do texto que trata sobre cada um dos arranjos. Por uma escolha expositiva, entendeu-se que a caracterização da participação da Venezuela nas Cúpulas CAN deveria ocorrer em paralelo à exposição sobre o Mercosul, tendo em vista que a saída desse país da CAN está associada à estratégia de entrada como Estado-membro no Mercosul.

¹⁷⁰

ocorreu a formação da Celac, a partir da Declaração de Caracas. A fundação de um novo eixo de institucionalidade regional semelhante à OEA, mas sem a participação dos Estados Unidos e do Canadá, foi um passo importante em relação aos objetivos estratégicos da política externa venezuelana dispostos no Plano Socialista Simón Bolívar. Desde a Cúpula de Fundação até o final de 2012 não ocorreu nenhum encontro entre os Chefes de Estado. Entretanto, desde 2013 até 2016, ocorreram Cúpulas anualmente.

No nível específico da integração energética, a Venezuela buscou construir arranjos regionais com foco no petróleo por meio da PetroAmérica, da PetroAndina, da PetroSul e da PetroCaribe. Cícero caracteriza a PetroAmérica como um “convênio complementar aos processos formais de integração” (2015, p. 159). A ideia é que a PetroAmérica se construa como um “guarda-chuva” no qual se desenvolveriam as iniciativas da PetroAndina, PetroSul e PetroCaribe. Entretanto, as demais iniciativas não avançaram tanto quanto a PetroCaribe. A PetroAndina acabou significando mais um espaço de articulação entre os países andinos produtores de hidrocarbonetos e a PetroSul. Dessa forma foram realizadas oito Cúpulas no período analisado.

As Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo da **AEC** ocorreram em uma menor periodicidade no período analisado se comparado com os outros processos de integração regional. Acredita-se que a maior dimensão que tomou as cúpulas e acordos da PetroCaribe acabaram substituindo as Cúpulas da AEC. Destarte, entre 2004 e 2012 ocorreu **apenas a IV Cúpula da AEC** sediada na Cidade do Panamá em julho de 2005. Depois do período analisado, foi sediada em Pétiön Ville, Haiti, em abril de 2013.

A **Cúpula das Américas**, da qual participam todos os Estados do continente com exceção de Cuba (readmitida em 2015), acontece a cada quatro anos. Entretanto, no período analisado ocorreu uma Cúpula Extraordinária em 2004 sediada em Monterrey, México. Assim, ocorreram **quatro** Cúpulas. A IV Cúpula das Américas que ocorreu na cidade Mar del Plata, em 2005, tem um importante significado para o projeto de política externa venezuelana para a América Latina. Isso porque nessa ocasião a proposta da Alca foi arquivada e foi organizada a Cúpula dos Povos, que contou com a participação de Hugo Chávez¹⁷¹.

¹⁷¹ A declaração do presidente Hugo Chávez na Cúpula dos Povos pode ser lida na íntegra no seguinte sítio: <http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/2846-clausura-de-la-tercera-cumbre-de-los-pueblos-de-america>

As articulações para conformação da **Unasul** iniciaram-se com a primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, convocada por Fernando Henrique Cardoso. Essa primeira reunião ocorreu em Brasília, no ano 2000. Entre 2004 e 2012 ocorrem **dezessete** Cúpulas, entre elas algumas extraordinárias. Constituída em 2004 na III Reunião de Presidentes da América do Sul, esse arranjo foi denominado inicialmente Comunidade das Nações Sul-Americanas. Em 2007, na ocasião da I Cúpula Energética Sul-Americana, na Venezuela, ocorreu a mudança do nome para União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Só em 2008, em Brasília, foi assinado o Tratado Constitutivo da Unasul. Nessa mesma ocasião Quito tornou-se a sede permanente da Secretaria Geral e Cochabamba tornou-se sede do Parlamento. A expressiva regularidade das Cúpulas demonstram a importância que tomou a Unasul, na coordenação regional de crises democráticas¹⁷², entre outros assuntos.

3.2.1 Novos arranjos a partir da *integração bolivariana*: o caso da Alba-TCP

Os arranjos com liderança venezuelana que retratam mais claramente o projeto da *integração bolivariana* se detiveram, majoritariamente, no fomento de articulação com países do Caribe. Isso retrata uma continuidade da política externa venezuelana no que tange à liderança na relação com os países caribenhos, traço já existente na atuação internacional do país no período do *Pacto de Punto Fijo*. Por outro lado, o conteúdo das relações passa a ter um forte cerne ideológico, mais que puramente pragmático. Assim, visualiza-se nas experiências da Alba-TCP e do PetroCaribe os principais exemplos desse processo. Desenvolve-se a hipótese de que a Venezuela buscou projetar a integração bolivariana por meio da *diplomacia petroleira*. Nessa perspectiva, Cícero (2015) considera que o eixo estruturante das iniciativas da política externa venezuelana foi construído por meio do comércio cooperativo de petróleo. Em síntese, a renda petroleira é utilizada como instrumento para projeção de um projeto de integração

¹⁷² Para mais informações sobre a atuação da Unasul na coordenação de crises democráticas na região, ver o estudo **Qualidade Democrática da América do Sul: uma análise sobre a atuação da Unasul nas crises políticas regionais** de Nayanna Sabiá de Moura (2016). Disponível em: http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1474894781_ARQUIVO_NAYANNASABIA-QUALIDADEDEMOCRATICADAAMERICADOSUL.pdf

regional anti-imperialista e latino-americanista ligada ao objetivo estratégico de construção de polos alternativos de poder, nesse caso, por meio do fomento à unidade latino-americana.

Assim, são apresentadas as principais iniciativas desenvolvidas no âmbito da Alba-TCP, para compreender como a política externa colocou em prática os princípios e desenvolveu as propostas da *integração bolivariana* explanadas na seção 3.1 deste capítulo.

Nesse sentido, a Alba-TCP é conformada por nove países, quais sejam: Atualmente, a Alba possui nove países membros: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves e Granada. A proposta da Alba-TCP é apresentada por Hugo Chávez Frías na III Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe (AEC), em 2001. A proposta surge como alternativa ao projeto da Alca, que seria derrota em 2005. Isso se expressa na denominação inicial: *Alternativa Bolivariana para as Américas*, conjugando a luta contra o neoliberalismo e contra o imperialismo. Foi em 14 de dezembro de 2014, em Havana, Cuba, que Chávez e Fidel Castro firmaram a Declaração Conjunta da Alba. Esse episódio marcava também dez anos da primeira visita de Chávez ao país, depois da tentativa de tomada do poder que ocorreu em Caracas. Em discurso, na ocasião, o presidente Chávez sintetiza os princípios da proposta:

Hoje, como já dissemos, vamos firmar um acordo para o impulso da Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas), esse é o projeto alternativo ao projeto perverso e colonial e neocolonial da ALCA, que querem nos impor a tantos anos. A Alca morreu! [...]

Como a Alca estava proposta pelo império, o modelo de uma área de livre comércio para toda América Latina ou para toda a América, já se demonstrou que é impossível. Entretanto, não podemos nos conformar com ela, temos que avançar na conformação de um verdadeiro e novo modelo de integração ao que nós propusemos chamar Alba (Alternativa Bolivariana para a América), um mecanismo de integração que seja ou que se fundamente em novos princípios de solidariedade, de reciprocidade, de respeito às assimetrias e às diferenças de nossas economias, de nossas sociedades, de respeito à soberania de nossos povos, mas de integração plena à Bolívia,

à Martí, já o povo de Cuba, já o povo venezuelano, já os povos da América Latina saberão, a partir dessa noite, os detalhes do acordo que hoje vamos firmar, o companheiro Fidel e este servidor, apontando nessa direção, dando um passo firme na construção de um novo modelo de integração, não a integração neoliberal, neocolonial, uma integração para nos libertar, uma integração para ser livres (sic), uma integração para a dignidade¹⁷³ (VENEZUELA, 2004, s.p.).

Os princípios basilares de solidariedade, cooperação e complementaridade entre os países projetam um novo modelo de integração regional. Nesse processo, durante a II Cúpula foi definido o *Plano Estratégico para Aplicação da Alba*. As ações cooperativas propostas estavam vinculadas, principalmente, às áreas de saúde e de educação. Entre as ações constaram: inauguração de 600 Centros de Diagnóstico Integral, salas de reabilitação e fisioterapia e 35 Centros de Alta Tecnologia garantindo serviços de saúde. Formação de 40 mil médicos na Venezuela, dentro do Programa *Barrio Adentro II*. No plano de educação, a Missão Robinson I, com o objetivo de erradicação do analfabetismo na Venezuela. Missão Robinson II, na qual estudam 1,2 milhões de venezuelanos para formação do segundo grau. A Missão Ribas que oportuniza o acesso às universidades. A *Missão Sucre*, que tem como objetivo garantir a universalização do ensino superior. No âmbito econômico e comercial, foi fundada a PDVSA-Cuba, com o objetivo de exploração e exportação de petróleo e foram estabelecidas

¹⁷³ “Hoy, como ya lo hemos dicho, vamos a firmar un acuerdo para el impulso del ALBA (Alternativa Bolivariana para las Américas), ese es el proyecto alternativo al proyecto perverso y colonial y neocolonial del ALCA, que nos quieren imponer desde hace tantos años. ¡El ALCA ha muerto! [...] como el ALCA estaba propuesta por el imperio el modelo de un área de libre comercio para toda América Latina o para toda la América ya se ha demostrado que es imposible. Sin embargo no podemos conformarnos con ello sino que tenemos que avanzar en la conformación de un verdadero y nuevo modelo de integración al que nosotros hemos propuesto llamar ALBA (Alternativa Bolivariana para la América), un mecanismo de integración que sea o que se fundamente en nuevos principios de solidaridad, de reciprocidad de respeto a las asimetrías y a las diferencias de nuestras economías, de nuestras sociedades, de respeto a la soberanía de nuestros pueblos, pero de integración plena a lo Bolívar, a lo Martí, ya el pueblo de Cuba, ya el pueblo venezolano, ya los pueblos de América Latina se enterarán a partir de esta noche de los detalles del acuerdo que hoy vamos a firmar el compañero Fidel y este servidor, apuntando en esa dirección, dando un paso firme en la construcción de un nuevo modelo de integración, no la integración neoliberal, neocolonial, una integración para liberarnos, una integración para ser libres, un integración para la dignidad.

preferências tarifárias para 104 itens de exportação de Cuba à Venezuela.

Esses acordos econômicos demonstram que a formação da Alba vem no sentido contrário do que as teorias de integração preconizam como os cinco degraus sucessivos dos processos de integração - começando pelas zonas de livre-comércio, concebendo a integração sociopolítica enquanto pilar fundamental. A proposta de integração econômica apresenta-se de acordo com os princípios, como apontado na seção 3.1 deste capítulo, e tem como objetivo final a construção de iniciativas comerciais e projetos/políticas sociais para redução da pobreza. A Alba inova na construção de iniciativas econômicas que considera as assimetrias entre os Estados. Como afirma Seabra (2015, p. 15), os acordos econômicos baseiam-se nas “*vantagens cooperativas*, buscando superar a integração mercantil pautada nas *vantagens comparativas*, o que põe países com estrutura e produção semelhantes em concorrência por mercados e preços com resultados negativos para os países”.

Quadro 11: Síntese das Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo da ALBA-TCP (2004-2012)

Cúpula	Data	Lugar	Fato
I Cúpula da ALBA	14 de dezembro de 2004	Havana, Cuba	Formação
II Cúpula da ALBA	27 e 28 de abril de 2005	Havana, Cuba	Declaração final Primeira Reunião Cuba - Venezuela para a aplicação da ALBA
III Cúpula da ALBA-TCP	28 e 29 de abril de 2006	Havana, Cuba	Adesão da Bolívia à ALBA e acordo de aplicação do TCP
IV Cúpula da ALBA-TCP	11 de janeiro de 2007	Manágua, Nicarágua	Adesão da Nicarágua à ALBA
V Cúpula da ALBA-TCP	28 e 29 de abril de 2007	Tintorero, Venezuela	Declaração Política Entrada da Dominica Projeto das <i>Grannacionales</i> Fundação do Banco da ALBA
VI Cúpula da ALBA-TCP	26 de janeiro de 2008	Caracas, Venezuela	Adesão da Dominica à ALBA Conceitualização do Projeto e da Empresa <i>Grannacionales</i> no âmbito da ALBA Fundação do Banco da ALBA
I Cúpula Extraordinária da ALBA-TCP	23 de abril de 2008	Caracas, Venezuela	Programa de Cooperação em matéria de Soberania e Segurança Alimentar
II Cúpula Extraordinária da ALBA-TCP	25 de agosto de 2008	Tegucigalpa, Honduras	Entrada de Honduras

Cúpula	Data	Lugar	Fato
I Cúpula da ALBA	14 de dezembro de 2004	Havana, Cuba	Formação
II Cúpula da ALBA	27 e 28 de abril de 2005	Havana, Cuba	Declaração final Primeira Reunião Cuba - Venezuela para a aplicação da ALBA
III Cúpula da ALBA-TCP	28 e 29 de abril de 2006	Havana, Cuba	Adesão da Bolívia à ALBA e acordo de aplicação do TCP
IV Cúpula da ALBA-TCP	11 de janeiro de 2007	Manágua, Nicarágua	Adesão da Nicarágua à ALBA
III Cúpula Extraordinária da ALBA-TCP	26 de novembro de 2008	Caracas, Venezuela	Declaração conjunta
IV Cúpula Extraordinária da ALBA-TCP	02 de fevereiro de 2009	Caracas, Venezuela	Acordo de Segurança e Soberania Alimentar dos países membros da Alba e da PetroCaribe – Alba Alimentos (empresa <i>grannacional</i> de alimentos)
V Cúpula Extraordinária da ALBA-TCP	16 e 17 de abril de 2009	Cumana, Venezuela	Documento dos países da ALBA para a V Cúpula da s Américas
VI Cúpula Extraordinária da ALBA-TCP	24 de junho de 2009	Maracay, Venezuela	Entrada do Equador, São Vicente e Granadinas e Antigua e Barbuda
VII Cúpula Extraordinária da ALBA-TCP	29 de junho de 2009	Manágua, Nicarágua	Declaração Conjunta
VII Cúpula da ALBA-TCP	17 de outubro de 2009	Cochabamba,	Estrutura da Alba-TCP

Cúpula	Data	Lugar	Fato
I Cúpula da ALBA	14 de dezembro de 2004	Havana, Cuba	Formação
II Cúpula da ALBA	27 e 28 de abril de 2005	Havana, Cuba	Declaração final Primeira Reunião Cuba - Venezuela para a aplicação da ALBA
III Cúpula da ALBA-TCP	28 e 29 de abril de 2006	Havana, Cuba	Adesão da Bolívia à ALBA e acordo de aplicação do TCP
IV Cúpula da ALBA-TCP	11 de janeiro de 2007	Manágua, Nicarágua	Adesão da Nicarágua à ALBA
		Bolívia	Princípios Fundamentais do Tratado de Comércio dos Povos Plano de Ação para o Desenvolvimento de Comércio na zona econômica de desenvolvimento compartilhado da ALBA-TCP
VIII Cúpula da ALBA-TCP	14 de dezembro de 2009	Havana, Cuba	Estrutura e funções da ALBA
IX Cúpula da ALBA-TCP	19 de abril de 2010	Caracas, Venezuela	Manifesto do Bicentenário de Caracas
X Cúpula da ALBA-TCP	25 de junho de 2010	Otavaló, Equador	Declaração sobre Mudança Climática
XI Cúpula da ALBA-TCP	04 e 05 de fevereiro de 2012	Caracas, Venezuela	Entrada do Haiti, Santa Lucia e Suriname como Estados membros especiais Conformação de um Conselho de Defesa da Alba Compromisso SUCRE. Movimentos Sociais

Cúpula	Data	Lugar	Fato
I Cúpula da ALBA	14 de dezembro de 2004	Havana, Cuba	Formação
II Cúpula da ALBA	27 e 28 de abril de 2005	Havana, Cuba	Declaração final Primeira Reunião Cuba - Venezuela para a aplicação da ALBA
III Cúpula da ALBA-TCP	28 e 29 de abril de 2006	Havana, Cuba	Adesão da Bolívia à ALBA e acordo de aplicação do TCP
IV Cúpula da ALBA-TCP	11 de janeiro de 2007	Manágua, Nicarágua	Adesão da Nicarágua à ALBA
			da Alba-TCP Acordo de Constituição do Espaço Econômico da Alba-TCP (ECOAlba) Mecanismo de Trabalho ALBA – Haiti.

Fonte: Elaboração própria com dados do sítio da Alba-TCP¹⁷⁴.

¹⁷⁴ Disponível em: <<http://alba-tcp.org/en/contenido/statements-and-summits-resolutions>> e <http://www.portalalba.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1333:declaraciones-y-resoluciones-de-las-cumbres-del-alba-tcp&catid=130&Itemid=146> .

Como aponta a Quadro 11, com a síntese das Cúpulas da Alba entre 2004 e 2012, essa concepção de integração econômica firmou-se com o lançamento do Tratado de Comércio dos Povos (TCP)¹⁷⁵ na III Cúpula da Alba, em 2006. Nessa ocasião, a Bolívia tornou-se Estado membro da Alba. O projeto do TCP antagoniza-se à proposta dos Tratados de Livre Comércio e apontam para o exercício dos princípios da Alba-TCP, ns busca por atenuar as consequências da inserção subordinada das economias latino-americanas na DIT. Segundo Cícero (2015, p. 176): “Alba considera as relações comerciais assimétricas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento como um obstáculo central que dificulta sobremaneira a erradicação da pobreza nos últimos anos”. Destarte, o comércio compensatório, feito a partir de trocas de produtos, e o estabelecimento de acordos comerciais que não são pautados exclusivamente na reciprocidade financeira representam essa contraposição aos TLCs (Ibid.).

A sistematização mostra que em um intervalo de oito anos ocorreram **dezoito** Cúpulas da Alba-TCP, entre elas onze de caráter ordinário e sete extraordinárias. A regularidade das cúpulas demonstra um esforço dos Estados em aprofundar as iniciativas desenvolvidas no âmbito do arranjo regional. As primeiras Cúpulas constituíram espaços para a assinatura de acordos em torno de novas iniciativas e também para a entrada de novos Estados membros. Em 2007, na IV Cúpula realizada em Manágua, o bloco passa a ter quatro Estados-membros, quais sejam: Bolívia, Cuba, Nicarágua e Equador. Essa ampliação possibilitou a concretizar da estrutura organizativa da Alba-TCP e avançar nos acordos. Segundo Cícero (2015, p. 198-9):

A partir do êxito em promover a ampliação do número de participantes da iniciativa, naquele mesmo ano, a ALBA, finalmente, conseguiu avançar no sentido de promover a institucionalização prevista em seu acordo constitutivo. Até então, as atividades diplomáticas formais se limitavam às Cúpulas de Chefes de Estado, sendo que a execução das deliberações acordadas ficava sob a responsabilidade da

¹⁷⁵ Para mais detalhes e princípios do Tratado de Comércio dos Povos acessar: <http://www.portalalba.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1286:2009-10-17-vii-cumbre-cochabamba-bolivia-principios-fundamentales-del-tratado-de-comercio-de-los-pueblos-tcp&catid=130&Itemid=146>.

cooperação intergovernamental dos países especificamente envolvidos nos projetos. Somente durante a V Cúpula da ALBA, realizada em Tintorero, Venezuela, os países-membros consolidam a Secretaria permanente da iniciativa, bem como suas instâncias decisórias e executivas.

Nesse sentido, a estrutura organizativa da Alba foi definida na V Cúpula de Chefes de Estado e de Governo em 2007. A Figura 2 (abaixo) ilustra essa estrutura. Nela, o Conselho de Presidentes é a instância máxima de deliberação e orientação política. Em seguida, em nível hierárquico, estão os Conselhos. O Conselho Social, que é formado por Ministros das áreas sociais dos países membros da Alba-TCP. Esse conselho tem a função de gestão sobre os programas/políticas sociais da Alba-TCP e fazem parte do Conselho de Grupos de Trabalho no campo de educação, saúde, emprego, moradia, cultura, esportes e outros. O Conselho Econômico é formado, assim como o Social, pelos Ministros dos países-membros referentes às áreas de indústria, economia, finanças, comércio, planejamento e desenvolvimento. O Conselho é a instância de coordenação das estratégias e políticas voltadas para concretizar as diretrizes da complementariedade econômica e dos projetos descritos na subseção 3.2.2 desse capítulo, junto ao Tratado de Comércio dos Povos. Há dez Grupos de Trabalho subordinados ao Conselho Econômico, quais sejam: i) integração energética; ii) Soberania e Segurança Alimentar, iii) Complementariedade Produtiva; iv) Soberania Tecnológica; v) Complementariedade Produtiva e Industrial; vi) Nova Arquitetura Financeira Regional; vii) Turismo; viii) Infra-Estrutura e Transporte; ix) Doutrina de Propriedade Industrial e x) Resolução de Disputa. O Conselho Político é conformado pelos Ministros de Relações Exteriores dos países-membros. Esse Conselho trabalha em coordenação com o Conselho de Presidentes em relação às temáticas de política internacional.

Já o Conselho de Movimentos Sociais é a expressão da *diplomacia dos povos*. Segundo o sítio da Alba, é um "espaço anti-imperialista, anti-neoliberal" (ALBA, [201-], s.p., tradução nossa). É interessante destacar que o Conselho de Movimentos Sociais¹⁷⁶

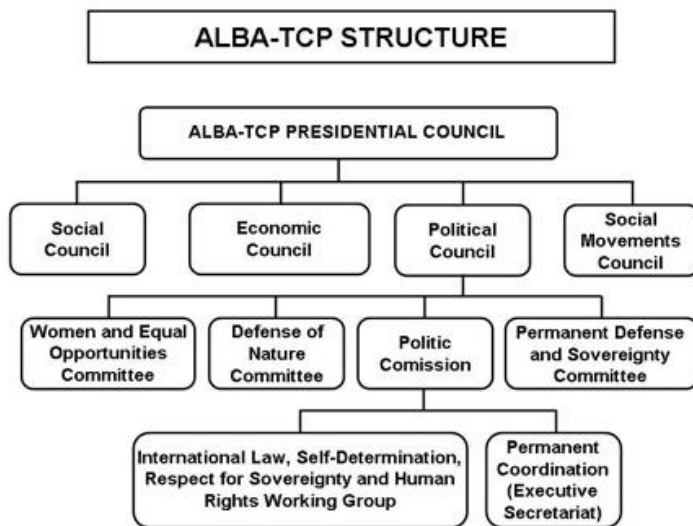
¹⁷⁶ Segundo o sítio oficial da Alba-TCP o Conselho de Movimentos Sociais "is the principal mechanism that facilitates integration and direct social participation in the Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America / Peoples' Trade Treaty (ALBA-TCP). It is an anti-imperialist space, anti-neoliberal and committed to working in order to achieve, the greatest extent of

possibilita a participação de sujeitos políticos que não pertencem aos Estados-membros da Alba. Ou seja, em países como o Brasil que não constóem esse processo de integração regional, os movimentos sociais brasileiros tem a possibilidade de construir um mecanismo de integração com os princípios que os mobilizam, sem depender da anuência da participação do Estado brasileiro. As demais instâncias são a Comissão Política; o Grupo de Trabalho de Direito Internacional, Auto-Determinação Respeito à Soberania e Direitos Humanos; a Coordenação Permanente da Alba (Secretariado Executivo); o Comitê pela Proteção da Natureza e, por fim, o Comitê de Defesa Permanente e Soberania¹⁷⁷.

social security and happiness possible, in harmony with nature, social justice and the real sovereignty of our peoples. Its mission is to articulate the Social Movements of the member countries of the ALBA-TCP and the non-member countries, which identify with this effort, and has the responsibility to contribute to the development and extension of the ALBA-TCP process". Disponível em: <http://alba-tcp.org/en/contenido/structure-and-functioning-alba-tcp>>.

¹⁷⁷ Informações retiradas do sítio da Alba-TCP, a partir de tradução livre. Para maiores informações, acessar: < <http://alba-tcp.org/en/contenido/structure-and-functioning-alba-tcp>>.

Figura 2: Organograma da estrutura da Alba-TCP



Fonte: Sítio da Alba-TCP.

Após a consolidação da estrutura organizativa da Alba uma série de iniciativas foram desenvolvidas. Na VI Cúpula, em 2008, foram conceitualizados o projeto e a empresa *grannacional* no marco da Alba. Os projetos *grannacionales* envolvem as dimensões política, social, econômica, cultural, científica e industria, com o objetivo organizar programas de ação para concretizar, através dos princípios da Alba, os processos sociais e econômicos da integração e da união. Como dito anteriormente, as empresas *grannacionales* se desenvolvem no âmbito de um projeto *grannacional*. O objetivo final é gerir projetos para o benefício das grandes maiorias sociais dos países envolvidos (ALBA, 2008).

Quadro 12: Projetos *Grannacionales* desenvolvidos no âmbito da Alba-TCP por área

Áreas	Projetos <i>grannacionales</i>
Finanças	Banco da Alba
Educação	Alfabetização e pós-alfabetização
Infraestrutura	Desenvolvimento da infraestrutura portuária, ferroviária e aeroportuária
Ciência e tecnologia	Centro de ciência e tecnologia
Alimentação	Empresa produtos agroalimentários e Empresa
Energia	Empresa de energia elétrica, petróleo e gás
Meio ambiente	Empresa para o manejo de florestas, produção e comercialização de produtos da indústria madeireira
	Água e saneamento
Saúde	Empresa de distribuição e comercialização de produtos farmacêuticos
	Centro regulatório de registro sanitário
Minério	Empresa de cimento
Comércio Justo	Empresa importadora-exportadora
	Lojas da Alba
Turismo	Universidade do Turismo
	Turismo Social
Indústria	Complexos produtivos
Cultura	Fundo Cultural Alba
Telecomunicações	Empresa de Telecomunicações

Fonte :Retirado do sítio eletrônico da Embaixada de Cuba na Venezuela¹⁷⁸

O Quadro 12 sintetiza os projetos *grannacionales* por áreas temáticas. Os projetos *grannacionales* desenvolvidos no plano da educação e da saúde se constituíram por meio da **regionalização das *Missiones Sociales***, experiência antes desenvolvida em âmbito doméstica na Venezuela e se inserem na luta contra a pobreza. Segundo Cícero (2015, p. 176) a Alba constitui-se como um “processo de integração pautado, fundamentalmente, no protagonismo das questões ligadas ao desenvolvimento econômico e à justiça social”. O processo de regionalização das missões advém da concepção de uma integração

¹⁷⁸ Para mais informações acessar : < <http://www.embajadacuba.com.ve/alba/empresas-grannacionales>>.

regional que vise o “aproveitamento racional dos recursos naturais em função do bem-estar dos povos”. Protagonizada pela política externa venezuelana, essa experiência de regionalização da política social configura-se a partir da criação da *Comisión de Enlace para la Internacionalización de las Misiones Sociales* (CEIMS)¹⁷⁹ no MPPRE da Venezuela, em 2005. Essa Comissão tem como função coordenar a expansão das *Misiones Sociales* para países da América Latina. (VENEZUELA, 2015, [s.p.]). A regionalização de políticas sociais remete aos acordos cooperativos energéticos entre a Venezuela e Cuba, que estabelecem cooperação, com objetivo de sanar lacunas de cada um dos Estados, no que tange aos instrumentos para garantia dos direitos sociais da população, Katz (2006) explica que:

Os convênios Cuba-Venezuela incorporam a ideia do intercâmbio solidário em tratados que estabelecem a retribuição venezuelana em petróleo por serviços cubanos em matéria de saúde (médicos, dentistas, vacinação, instalação clínicas) e educação (campanhas de alfabetização). Estes acordos hierarquizam o campo da saúde e da educação e demonstram como é possível internacionalizar a colaboração entre os governos para desenvolver serviços públicos que beneficiem os mais populares. Com estas prioridades, a ALBA indica um caminho para colocar em primeiro plano a satisfação das necessidades básicas da população latino-americana¹⁸⁰ (KATZ, 2006, p. 67-8, tradução nossa).

¹⁷⁹ Segundo o item “Quem somos” do sítio da CEIMS, sua missão é “oferecer aos organismos encarregados de coordenar as Missões Sociais em nível nacional o conhecimento, as capacidades e apoio técnico necessário, para que, dentro do marco das competências próprias do Ministério do Poder Popular para Relações Internacionais, e através das Missões no exterior, se execute o processo de internacionalização das Missões Sociais com êxito”. (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA RELACIONES EXTERIOES, s/p, s/d, tradução nossa). Disponível em: http://ceims.mppre.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=522&Itemid=27. Acesso em 25 ago. 2015.

¹⁸⁰ “Los convenios Cuba-Venezuela plasman la idea del intercambio solidario en tratados que establecen la retribución venezolana en petróleo por prestaciones cubanas en materia de salud (médicos, odontólogos, vacunación, instalación de clínicas) y educación (campanas de alfabetización). Estos acuerdos jerarquizan el campo de la salud y de la educación y

A regionalização das *Misiones Sociales* demonstra a busca da política externa venezuelana em ampliar as pautas da agenda de integração regional latino-americana. Essa iniciativa indica como a Alba diferencia-se dos processos de integração tradicionais. No campo da saúde, a *Misión Milagro*, que corresponde a um programa social humanitário formulado pelos governos da Venezuela e de Cuba para atender a população que apresenta problemas de saúde referentes à visão (VENEZUELA, 2015, [s.p.]). Desde sua criação a *Misión Milagro* atende 31 países da América Latina, realizando cerca de 1,8 milhão de intervenções cirúrgicas, sendo 1,1 milhão delas na Venezuela, 538 mil na Bolívia, 102 mil no Equador, 65 mil na Nicarágua, 3 mil na Dominica, mil em Antigua e Barbuda e 1200 em São Vicente e Granadinas entre 2005 e 2010 (ALBA, [201-]). Para além do tratamento médico em ampla escala, o trabalho desempenhado pela *Misión Milagro* possibilitou o fortalecimento da cooperação no âmbito da saúde entre os países da Alba. Como resultado da regionalização dessa política social, médicos da Argentina, de Cuba, do Equador e da Venezuela se vincularam ao programa, com a participação de 500 médicos especialistas. (LA JORNADA, 2008, [s.p.]). Para além das missões em saúde, o projeto grannacional da *AlbaMed* através do qual funciona um Centro Regulador de Medicamentos da Alba-TCP que desenvolveu um sistema único harmonizado e centralizado para o registro, regulação e permissão de distribuição sanitária de medicamentos entre os países da Alba. Até 2015, foram identificados cerca de 490 medicamentos comuns essenciais, que podem ser adquiridos mediante compras conjuntas. Além de baratear o acesso aos medicamento, essa grannacional representa uma forte resistência aos grandes monopólios da indústria farmacêutica mundial.

Em relação à educação, desenvolveu-se o *Projeto Grannacional de Alfabetização e Pós-Alfabetização*. Nessa ocasião, ocorre a regionalização de um método de alfabetização de jovens e adultos desenvolvido em Cuba, denominado “Yo sí puedo”. É interessante visualizar que as experiências que tiveram resultados positivos na redução das desigualdades sociais em cada país podem ser compartilhadas entre países que possuem sérios problemas de

demuestran cómo puede internacionalizarse la colaboración entre gobiernos, para desarrollar servicios públicos que favorezcan a la mayoría popular. Con estas prioridades, el ALBA indica un camino para colocar en primer plano la satisfacción de las necesidades básicas de la población latinoamericana”.

pauperismo e acesso a direitos. Nesse caso, a partir desse projeto grannacional, 3,6 milhões de pessoas foram alfabetizadas e a Venezuela, Nicarágua, Cuba, Bolívia e Antigua e Barbuda foram decretados territórios livres do analfabetismo (ALBA, [201-]). No âmbito da educação, a tradicional Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM) sediada em Cuba que tem tradição na formação de médicos comunitários, teve uma segunda sede criada na Venezuela, em 2007. Desde lá se graduaram 21 mil médicos que passaram a atuar na *Misión Barrio Adentro*, que tem como objetivo facilitar o atendimento médico à população das periferias e das comunidades na Venezuela (ALBA, 2015).

Na área da cultura, foi criado o projeto *grannacional* Alba Cultural, no qual funciona a empresa *grannacional* Fondo Cultural Alba que trabalha na produção e divulgação de bens e serviços relacionados à cultura latino-americana e caribenha, entendida enquanto patrimônio dos povos da região. foi criada para fomentar. O interessante dessa iniciativa é que, para além dos governos, outros sujeitos políticos participam desse projeto, como movimentos sociais, organizações e instituições de outros países vinculadas a temáticas culturais. Essa é uma demonstração do exercício da diplomacia dos povos no âmbito da Alba-TCP. No exercício da diplomacia dos povos também se constituiu a **Articulação dos Movimentos Sociais da Alba**¹⁸¹, na qual uma série de movimentos sociais de diferentes países da América Latina constroem encontros para fomentar o exercício do internacionalismo por meio da construção de pautas conjuntas, na luta contra o imperialismo, por meio da unidade latino-americana. Essa articulação regional remete à origem da Alba, que se conforma na luta contra o neoliberalismo e a ofensiva imperialista. Dessa forma, a Articulação se organiza na composição de uma frente popular mais ampla e profunda contra o imperialismo. Tendo o sentido de “popular” a unidade em torno da luta comum contra a expropriação capitalista, respeitando as diferentes pautas dos movimentos sociais e a multiplicidade de formas organizativas. Essa articulação resultou na Assembleia Continental dos Movimentos Sociais da Alba, que ocorreu na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema, São Paulo, no ano de 2013 em torno da síntese de “*La unidad e integración de Nuestra América está en nuestro horizonte y es nuestro camino*”. No caso brasileiro, diferentes movimentos sociais participam da Alba Movimientos, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Levante Popular da

¹⁸¹ Para mais informações acessar: <<http://www.albamovimientos.org/>>.

Juventude, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

No que tange à integração econômica, a Alba-TCP se baseia no conceito de vantagens cooperativas, ou seja, as relações comerciais entre os países são estabelecidas na busca por complementariedade. Como a Venezuela é um país com grande produção de petróleo, estabelece uma série de acordos de cooperação energética, com foco na complementariedade. Sobre a dependência energética e a estratégia da política cooperativa energética da Venezuela, Katz (2006) argumenta que:

O objetivo é ampliar a autonomia energética para garantir a independência econômica da região. Mediante o autoabastecimento se poderia reorientar a atividade produtiva e resistir às pressões desagregadoras que exercem grupos capitalistas hostis à integração. A meta é substituir o modelo exportador de combustível (para o mercado norte-americano ou internacional) por um esquema de utilização concentrado¹⁸² (KATZ, 2006, p. 70, tradução nossa).

Assim, o objetivo é que a troca intra-bloco possa diminuir essa dependência da exportação dos países centrais na área alimentícia, estabelecendo uma rede de trocas regionais, na tentativa de gerar a autossuficiência dessas economias, ao invés de propagar as relações de dependência com a produção das economias centrais. Os intercâmbios de cooperação comercial se antagonizam aos processos de concessão verticalizada de créditos dos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos, que vêm acompanhados de exigências neoliberais como a abertura dos mercados, redução dos direitos sociais, desregulamentação do trabalho e privatizações.

Nesse sentido, em 2009, foi organizado o *Plano de Ação para o Desenvolvimento de Comércio na Zona Econômica de Desenvolvimento Compartilhado da Alba-TCP* que resultaria, em 2012, na constituição do Espaço Econômico da Alba-TCP (ECOAlba).

¹⁸² “El objetivo es ampliar la autonomía energética para garantizar la independencia económica de la región. Mediante el autoabastecimiento se podría reorientar la actividad productiva y contrarrestar las presiones disgregadoras que ejercen grupos capitalistas hostiles a la integración. La meta es sustituir el modelo exportador de combustible (hacia el mercado norteamericano o internacional) por un esquema de utilización concertada”.

Entretanto, em uma avaliação da Sistema Econômico Latino-Americano e Caribenho (SELA), foi avaliado que o ingresso da Venezuela no Mercosul estabeleceu uma série de compromissos para o país que lidera a Alba-TCP. Isso impactou de diversas formas a Alba, tendo em vista que a Venezuela aderiu a uma nova TEC.

No plano **da arquitetura financeira internacional** foi criado o Banco da Alba (2009), o Fundo Alba-Petrocaribe, o SUCRE e o Banco do Sul. O objetivo era construir um sistema financeiro alternativo às instituições financeiras internacionais como o FMI e o BM. O Banco da Alba constitui um projeto *grannacional* e foi fundado em 2008. com o objetivo de consolidar a soberania e independência financeira e econômica dos países membros. Se caracteriza por respaldar economicamente projetos que enfatizem o desenvolvimento social, sem exclusão de nenhum tipo. Os países que participam do banco são Bolívia, Cuba, Dominica, San Vicente y Granadinas e Venezuela. Dentro do Banco da Alba Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagamento (SUCRE) que é um mecanismo que permite o pagamento internacional, produto das operações de comércio entre seus países membros. Primeiro passo para a consecução de uma moeda comum. Se baseia na utilização de uma moeda virtual, o SUCRE, para o registro das operações entre os bancos centrais dos países. *Segundo o sítio da Alba, as vantagens do SUCRE residem em :* i) uso da moeda local para pagamento de importações ; ii) eliminação de custos cambiais ; iii) redução dos custos transacionais; iv) redução do tempo de espera para pagamentos internacionais ; v) redução dos custos de importação e vi) preços mais baixos para os consumidores.

Os arranjos desenvolvidos com o objetivo de construir uma “nova arquitetura financeira internacional” não avançaram tanto quanto às grannacionales nas áreas de saúde e educação, que tiveram forte impacto na vida das populações. É importante destacar que a maioria dos países que compõem a Alba-TCP são caribenhos e possuem baixo nível de industrialização e economias de caráter agroexportador. Assim, mesmo que construa-se no âmbito da Alba alternativas que atenuem a dependência dessas economias, não modifica-se o caráter de exportadora de produtos primários. Cícero (2015, p. 176) chama a atenção que esses países continuam a ter suas economias baseadas na

[...] exportações de produtos de baixo valor agregado, os quais são transacionados, em sua maioria, com os países industrializados. A referida dinâmica é perversa para o avanço concreto da

prática contestatória almejada pela ALBA, pois a persistência desses fluxos comerciais desiguais entre países centrais e periféricos traduz-se num dos fatores que mais contribuem para a manutenção da desigualdade nas relações internacionais.

Para além disso, nesse processo, a dependência da renda petrolífera venezuelana para financiar esses arranjos regionais dificulta o avanço das propostas com a “gangorra” que constitui a variação dos preços do petróleo no cenário internacional (CÍCERO, 2015). Nesse processo, a Venezuela atua como *paymaster* na construção da Alba e da PetroCaribe, a partir da renda petrolífera (BRICEÑO RUIZ, 2011). Essa função “seria o ponto focal na coordenação das regras, regulações e políticas, e que ajuda a aliviar as tensões distributivas dentro do bloco”¹⁸³ (Ibid., p. 65). Sendo a Venezuela o *paymaster* da Alba, os outros Estados participantes do projeto de integração regional atuam como *free riders*. Para Altmann (2011, p. 78-9).

Em sua configuração atual a Alba constitui um projeto político estratégico que se propõe a atuar como um bloco de poder no contexto latino-americano e inclusive a nível global. Esta afirmação nos dá uma resposta a questão de porque a Venezuela admite a atuação dos *free riders*: a contraprestação destes é o apoio político a Caracas sendo parte de um bloco regional que propõe uma agenda crítica ao status quo universal¹⁸⁴

Nesse sentido, a construção da Alba-TCP para além de um novo modelo de integração baseado nos princípios de solidariedade e complementariedade também seria a configuração de um “projeto político estratégico” da Venezuela para ter respaldo de outros Estados à suas propostas em organismos internacionais.

¹⁸³ “seria el punto focal en la coordinación de las reglas, regulaciones y políticas, y que ayuda a aliviar las tensiones distribucionales dentro del bloque regional”.

¹⁸⁴ “En su configuración actual el ALBA constituye un proyecto político estratégico que se propone actuar como un bloque de poder en el contexto latinoamericano e incluso a nivel global Esta afirmación nos da una respuesta a la cuestión de por qué Venezuela admite la actuación de los *free riders*: la contraprestación de éstos es el apoyo político a Caracas siendo parte de un bloque regional que propone una agenda crítica al statu quo internacional

3.2.2 Processo de entrada da Venezuela no Mercosul

Por tratar-se de um processo recente, a entrada da Venezuela no Mercosul tem sido analisada por diferentes perspectivas. Alguns teóricos apontam que é uma contradição com o perfil andino e caribenho da política externa venezuelana, já que esse ocorreu em paralelo à saída da Venezuela da CAN, da qual fora membro fundador. Entretanto, do ponto de vista simbólico a entrada da Venezuela no Mercosul representa uma possibilidade de inserir os princípios da *integração bolivariana* em um dos processos de integração regional mais antigos da América do Sul.

A Venezuela teve seu pedido de adesão como membro associado aceito na XXVI Cúpula do Conselho do Mercosul, realizada em 2004 na Argentina. Desde lá, até 2012, participou de **vinte e duas** Cúpulas, tendo em vista que o Conselho composto pelos Chefes de Estado e Governo dos países membros acontecem de seis em seis meses. Foi na ocasião da XVI Cúpula Ibero-americana, sediada em Salamanca em outubro de 2005, que a Venezuela anunciou sua intenção de aderir ao Mercosul como Estado-membro.

O objetivo de entrada da Venezuela no MERCOSUL estava mais ligado à dimensão geopolítica do que representava esse arranjo regional na luta pela construção de um mundo multipolar (objetivo estratégico da política externa venezuelana). Nesse sentido, a intencionalidade da adesão ao Mercosul está disposta no Plano Socialista Simón Bolívar. Nele consta o objetivo de “participar na construção do novo Mercosul para a conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações, sobre a base da avaliação, revisão e reorientação dos conteúdos da integração”¹⁸⁵ (VENEZUELA, 2007b, p.48). Nesse trecho, assim como citado por Chávez em um discurso acima reproduzido (subseção 3.1), demonstra-se que a Venezuela tem o objetivo de *reformulação* do conteúdo que baseia a construção do Mercosul.

Em 2006, o país saiu da Comunidade Andina, após o Peru e a Colômbia estabelecerem um tratado bilateral de livre comércio com os Estados Unidos. Essa saída também ocorreu porque a CAN, assim como o Mercosul, também é uma união aduaneira e não há possibilidade que

¹⁸⁵ “Participar en la construcción del nuevo MERCOSUR hacia la conformación de la Comunidad Sudamericana de Naciones, sobre la base de evaluación, revisión y reorientación de los contenidos de la integración”.

um país participe simultaneamente de duas uniões aduaneiras (BRICEÑO RUIZ, 2010; MADURO; RIOS, 2007). Para Briceño-Ruiz, o Estado venezuelano:

[...] havia optado por uma política externa agressiva frente aos Estados Unidos e um afastamento cada vez maior dos países andinos, notório inclusive antes do anúncio formal de saída da Venezuela da CAN, em abril de 2006. O avanço das negociações do Tratado de Livre Comércio entre os Estados Unidos e os países andinos isolou a Venezuela no contexto da CAN, ademais de estar em contradição com objetivos expressos da política exterior do país como a luta contra a ordem unipolar, a cooperação sul-sul e a integração latino-americana. [...]. (BRICEÑO-RUIZ, 2010, p. 87).

Dessa forma, a Venezuela, em 22 de abril de 2006, apresentou um documento¹⁸⁶ à presidência e demais membros da Comissão da Comunidade Andina no qual manifestava discordância da República Bolivariana da Venezuela no que tange às negociações de Tratados de Livre Comércio firmados pela Colômbia e Peru com os Estados Unidos. Segundo o documento, esses Tratados conformavam um novo corpo legal que pretendia assimilar a normativa dos TLC à CAN. Assim, o documento apresentava uma denúncia dos TLCs:

Os TLC privilegiam os interesses particulares sobre os interesses dos povos, incrementando as injustiças sociais e desrespeitando os direitos humanos que, em nosso caso, devem ser garantidos por mandato constitucional expreso. O Estado democrático e social de direito e justiça propõe, em nosso caso, a proeminência dos direitos humanos como fundamentais. Aceitar a violação desses seria, na prática, equivalente a revogar nossa Constituição. [...] 3. Os TLC impulsionam uma injusta distribuição da riqueza e freiam o impulso do desenvolvimento integral do povo, provocando o desaparecimento progressivo de setores produtivos nacionais e consequente

¹⁸⁶ Para acesso completo à *Carta de saída da Comunidade Andina das Nações*, de 22 de abril de 2006, acessar <<http://www.aporrea.org/actualidad/n76531.html>>.

perda de soberania econômica¹⁸⁷ (VENEZUELA, 2006, s.p.).

Com a leitura de que a CAN não representava o modelo de integração defendido pela política externa venezuelana, o país sai desse arranjo. A entrada da Venezuela como Estado-membro do Mercosul foi vista com bons olhos porque o mercado venezuelano é um espaço que possibilita a ampliação das exportações dos países do Mercosul e pelo fortalecimento do bloco na dimensão energética, pela condição petrolífera da economia (BRICEÑO RUIZ, 2010). Em relação à Venezuela, para além de ter Estados com governos mais alinhados à sua leitura de política internacional, segundo Carcanholo e Saludjian (2014) o país teria o interesse de se aproximar institucionalmente do Brasil e de garantir, por meio da institucionalidade do Mercosul, estabilidade política para o regime venezuelano.

No Mercosul, houve uma receptividade positiva à solicitação de entrada da Venezuela. A solicitação foi aceita por meio Decisão nº 28/05 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul na ocasião da XXIX Cúpula do Conselho do Mercosul, que ocorreu em Montevideu, em dezembro de 2005. Entretanto, no âmbito do parlamento brasileiro e paraguaio o mesmo não ocorreu. Isso retardou a entrada da Venezuela no Mercosul que só ocorreu após o golpe de Estado no Paraguai, que resultou na suspensão da participação do país no arranjo.

Dessa forma, na XLIII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, em junho de 2012, na Argentina, foi protocolada a Suspensão do Paraguai a partir da Cláusula Democrática do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático e decidida a entrada da Venezuela como membro pleno no Mercosul. Um mês depois, no âmbito da 43ª Reunião da Cúpula do Mercosul, em Brasília, ocorreu a formalização da Entrada da Venezuela como membro pleno no Mercosul. Diante do período analisado, até o final de 2012, ocorreu mais uma Cúpula, em dezembro de 2012, da qual Chávez não participou pois já se encontrava internado em Cuba. Nessa ocasião a Venezuela foi

¹⁸⁷ “Los TLC privilegian los intereses particulares sobre los intereses de los pueblos, incrementando las injusticias sociales e irrespetando los derechos humanos que en nuestro caso, deben garantizarse por mandato expreso de rango constitucional. El Estado democrático y social de derecho y justicia propugna, en nuestro caso, la preeminencia de los derechos humanos como fundamentales. Aceptar la vulneración de éstos, sería, en la práctica, equivalente a derogar nuestra Constitución. 3. Los TLC impulsan una injusta distribución de la riqueza y frenan el impulso del desarrollo integral del pueblo, provocando la progresiva desaparición de sectores productivos nacionales y la consecuente pérdida de soberanía económica. [...]”

representada por Nicolás Maduro, que exercia a função de Ministro das Relações Exteriores.

Desde o processo de adesão, estudiosos criticam que a política externa deu prioridade ao interesse geopolítico e não analisou as consequências econômicas da entrada na Venezuela no Mercosul. O Jornal *La Razón* (2015, s.p.) veiculou uma notícia nesse sentido: “Para o então presidente Hugo Chávez se unir ao bloco [Mercosul] era uma forma de legitimar seu governo à nível internacional e fortalecer a onda de esquerda desatada na América Latina com sua ascensão. ‘Venezuela crê que as alianças políticas. O elemento econômico é secundário’”. Assim, não foram observados os limites no que tange à dimensão econômica que representaria a entrada da Venezuela no bloco. Nesse sentido, no início das negociações fora definido um Grupo de Trabalho (GT) para auxiliar o processo de entrada da Venezuela no bloco, a partir de um cronograma de adoção da tarifa externa comum (TEC) e de um programa de liberalização comercial com seus respectivos cronogramas (Argentina e Brasil - 4 anos e Uruguai e Paraguai - 6 anos). A ideia era que a Venezuela ingressasse na zona de livre comércio em 2012. O grupo reuniu-se pela primeira vez em dezembro de 2006, mas paralisou suas atividades desde 2007. Como cita Briceño Ruiz (2010, p. 94-5):

À dificuldade de compatibilizar os objetivos da política exterior venezuelana com a realidade política, estratégica e regulamento institucional do Mercosul, se adicionou outra realidade: os custos econômicos que teria para o país adotar o programa de liberalização do Protocolo de Caracas. Pode-se mesmo argumentar que o governo venezuelano percebeu isso ao começar as discussões no GT previsto no Protocolo de Caracas. Estas variáveis, junto ao complexo processo de ratificação do Protocolo nos Parlamentos do Brasil e Paraguai, explicam porque depois de mais de três anos da Cúpula de Caracas, Venezuela ainda não é um membro pleno do Mercosul.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o objetivo da Venezuela em “reformular o Mercosul” não se consolidou. Evidentemente, o recorte temporal aqui em voga não permite afirmar se a reforma ocorreria ou não, tendo em vista que o Estado venezuelano só torna-se Estado-membro em meados de 2012. Entretanto, a mudança profunda do

conteúdo do Mercosul não aconteceu nesse período e a Venezuela continuou a ter prioridade no fomento da Alba.

3.3 Limites para consolidação da *integração bolivariana*

Após a explanação dos principais fundamentos da *integração bolivariana* e como a política externa venezuelana buscou impulsionar a construção de arranjos regionais com base nesses fundamentos, torna-se importante compreender os obstáculos colocados para a consolidação desse modelo de integração regional. Nesse sentido, serão abordados alguns dos principais elementos observados na realidade que se conformam como entraves ao avanço desse processo. No plano econômico, o principal elemento foi a diminuição do preço do petróleo no mercado internacional e, por consequência, a necessidade da política externa venezuelana voltar seu foco para estratégias que atenuassem o impacto dessa queda na economia nacional (CÍCERO, 2015). Para além dessa questão, a integração bolivariana como alternativa ao regionalismo aberto, ou seja, ao projeto político do *Eixo Monroe* que continuou a ter seu conteúdo representado pelos tratados de livre comércio estabelecidos na região.

Com base no que fora debatido nos capítulos anteriores, a condição de dependência estrutural da economia venezuelana diante de sua inserção subordinada na DIT torna-se ainda mais complexa pela condição rentista de sua economia. Retomando a hipótese apresentada no capítulo II: a conjuntura externa favorável às economias dependentes, com aumento da demanda e dos preços das commodities (CARCANHOLO, 2013) associada à ascensão de líderes de esquerda na região possibilitou a construção de arranjos regionais de teor alternativo na América Latina. De maneira específica, referente ao caso venezuelano, essas duas variáveis acima aventadas traduzem-se na elevação do preço do barril do petróleo e na eleição de Chávez como presidente. Esses dois fatores, associados, resultaram no uso da diplomacia petroleira como instrumento para a construção de um projeto de política externa contra-hegemônico, com destaque para as iniciativas no plano da integração regional.

Entretanto, diante da reversão desse cenário externo favorável, ou seja, com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, estancou-se a principal fonte de recursos para financiamento desse projeto de integração regional acima descrito. Essa realidade confirma a análise de Carcanholo (2013) de que os condicionantes estruturais da

dependência, como “distintas maneiras de transferência do valor produzido nessas economias e que vai fazer parte do ciclo de acumulação das economias centrais” (Ibid., p. 200), se articulam aos fatores da conjuntura, ou seja, a situação concreta das economias dependentes varia de acordo com o momento histórico. Nesse sentido:

Quando o cenário externo é favorável, com a economia mundial crescendo e uma facilidade de obtenção do crédito internacional, existe tendencialmente maior margem de manobra para as economias dependentes contornarem os condicionantes estruturais de sua dependência. Quando os elementos conjunturais se agravam – em um cenário de crise mundial aguda, como se vive neste momento, por exemplo – a condição estrutural dependente é agravada (Ibid., p. 201).

O agravamento dos elementos conjunturais torna ainda mais perversa a condição dependente das economias latino-americanas. No caso aqui analisado, a construção de arranjos regionais contra-hegemônicos depende da diplomacia petroleira venezuelana e, por consequência, de um cenário externo favorável no qual o preço do petróleo possibilite o uso da renda do petróleo para o financiamento dessas iniciativas.

Compreendendo a queda do preço do petróleo como fator definidor do avanço ou retração da *integração bolivariana*, verifica-se a dimensão estrutural da dependência latino-americana diante da sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, com o papel de exportadora de produtos primários. A composição da pauta exportadora latino-americana, formada majoritariamente por produtos primários, torna nossas economias dependentes da variação do preço desses produtos na economia internacional. Carcanholo (2014) argumenta que o processo de reprimarização das exportações, ou seja, o aumento relativo da exportação de produtos primários no total das exportações de uma economia é um problema a ser enfrentado por uma proposta de integração regional que vise uma estratégia alternativa de desenvolvimento. Desde 2000, cerca de 40% das exportações da América do Sul são de produtos primários.

Esse processo é agravado pelo fato de que a determinação dos preços das commodities nos mercados internacionais não é influenciada pelas

economias dependentes. Na verdade, o comportamento dos preços das commodities reflete a lógica dos fundos de investimento nos mercados futuros [...] e, portanto, o grau de dependência das economias que se especializam na exportação desses produtos se eleva. (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2014, p. 13)

Em razão disso, os limites da consolidação da *integração bolivariana* estão totalmente ligados ao padrão exportador de especialização produtiva¹⁸⁸ (OSÓRIO, 2012) da economia venezuelana. “Basicamente porque, mantida esta configuração [de reprimarização das exportações], ainda que ocorra uma integração diferenciada das economias na região, *a relação delas com o resto do mundo continuará baseada em um condicionante estrutural de dependência*” (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2014, p. 13, grifo nosso). Os dados do Quadro 13 apontam uma tendência ao crescimento da participação de bens primários no total das exportações venezuelanas, chegando a 95,5% em 2011. Em particular, visualiza-se uma tendência ao aumento da exportação do petróleo cru, como demonstram os dados do Quadro 14. Essa realidade demonstra, em suma, que o novo padrão exportador de especialização produtiva se intensifica no governo Chávez.

¹⁸⁸ O novo padrão de exportação baseado na especialização produtiva é um conceito desenvolvido por Osório (2012) para caracterizar a atual inserção subordinada das economias dependentes latino-americanas na divisão internacional do trabalho. Esse novo padrão exportador se estrutura a partir de setores específicos, como o de produtos agrícolas e mineiros. Segundo o autor: “A especialização produtiva exportadora encontra-se associada a uma espécie de reedição, sob novas condições, de novos enclaves, à medida em que um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas para não falar da tecnologia e do design, sendo os salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local” (OSÓRIO, 2012, p. 113).

Quadro 13: Exportações de bens primários segundo a participação no total das exportações (percentuais sobre as exportações totais)

1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
89.1	85.8	90.9	88.8	86.2	87.3	86.9	90.6	89.6	91.3	92.3	93.1	94.8	95.5	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico da América Latina e do Caribe (CEPAL, 2004, 2012, 2013).

Quadro 14: Exportações de petróleo cru como porcentagem do valor total das exportações (1998 – 2004)

1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
46,4	53,7	59,0	58,5	76,6	81,2	51,8	59,8	91,6	-	73,2	63,3	66,0	66,9	72,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BADACEL¹⁸⁹.

¹⁸⁹ Elaboração própria a partir de dados disponibilizados no sítio eletrônico da Base de Dados Estatísticos de Comércio Exterior (BADECEL) da CEPAL: Disponível em: <www.interwp.cepal.org/badecel/index.html>.

Por mais que a integração bolivariana signifique um avanço à consolidação de arranjos regionais com foco em outras temáticas que consigam dar ressonância a valores da unidade latino-americana como mecanismo para combate ao imperialismo, as considerações de Carcanholo e Saludjian (2014) apontam para empecilhos estruturais que obstaculizam o avanço desse projeto regional. Especificamente, no que tange à integração bolivariana construída pela política externa venezuelana, isso se dá pela dependência direta do fluxo da renda petroleira que se torna refém das variações supracitadas.

Nessa perspectiva, conjunturalmente, Cícero aponta que os impactos da queda do preço do petróleo e da crise internacional afetaram a economia venezuelana a partir de 2008. Segundo Cícero (2015) isso incidiu na reformulação da prioridade da inserção internacional venezuelana com vistas a reduzir os impactos derivados dessa queda do preço do petróleo, que acabou por prejudicar o andamento da *integração bolivariana*, haja vista que a renda do petróleo conformava o principal instrumento viabilizador/propulsor dos novos arranjos regionais liderados pela Venezuela. Nesse sentido, a estratégia de enfrentamento do cenário externo desfavorável foi o fortalecimento da relação com a China no que tange à exportação de petróleo¹⁹⁰ (CÍCERO, 2015).

Entende-se que isso ocorreu, no plano político, devido à centralidade da liderança da Venezuela na articulação e no impulso das iniciativas de que se enquadram na perspectiva da *integração bolivariana*. Já no plano econômico, a queda do preço do petróleo impossibilitou a continuidade dos acordos que previam o fornecimento de petróleo em condições especiais para os países da PetroCaribe (CÍCERO, 2015) e o financiamento das demais iniciativas regionais a partir da renda petroleira, principalmente no campo dos projetos sociais ligados às áreas de saúde e educação, por exemplo. Cícero (2015) aponta que críticos ao governo chavista apontam que a exportação de petróleo sob condicionalidades especiais aos países do PetroCaribe constitui um dos elementos da crise. Na III Cúpula da CELAC, em

¹⁹⁰ A busca pela diversificação dos parceiros comerciais no comércio internacional foi uma estratégia iniciada desde o começo do governo Chávez com o objetivo de diminuir a dependência da exportação de petróleo para os Estados Unidos e, politicamente, fortalecer articulações que contribuíssem com a construção da multipolaridade (objetivo estratégico da diplomacia venezuelana). Nesse sentido, Harnecker aponta que a Venezuela “se ha acercado a otros polos de poder mundial como India, Rusia y China los foros de naciones emergentes, como el Grupo de los 15 de cooperación Sur-sur del que Chávez es su nuevo presidente, y el Grupo de los 77, que reúne a más de 120 naciones en vías de desarrollo”.

dezembro de 2011, o presidente Chávez mencionou essa crítica e rebateu:

Vocês sabem que me acusam de muitas coisas, uma delas é de que a Venezuela está presenteando o petróleo, o que é uma falta de respeito, não para mim, mas sim para muitos povos aqui representados. Porque então a direita venezuelana, através de seus meios de comunicação, pretendem apresentar os povos caribenhos como mendigos, o que reflete muito na alma, digamos assim, ou a qualidade dos sentimentos de alguns venezuelanos que durante muito tempo governaram nosso país e presentearam petróleo, sim o o presentearam, em primeiro lugar aos Estados Unidos. Venezuela vendia petróleo aos Estados Unidos com desconto, as transnacionais não pagavam imposto, pagavam um por cento de regalías petroleras na Faixa de Orinoco. Agora pagam o que tem que pagar, 33 por cento¹⁹¹ (VENEZUELA, 2013, p. 101-2).

De fato, as concessões aos países do Caribe no fornecimento do hidrocarboneto resultaram em um avanço. Entretanto, com a queda do preço do petróleo no final de 2008, a Venezuela estabelece uma série de acordos comerciais com a China para fornecimento de hidrocarbonetos. No que tange a dinâmica da economia internacional, esse aumento das exportações de petróleo da Venezuela para a China diz respeito a grande demanda energética da economia industrial chinesa em ascensão.

Os dados do Quadro 15 (abaixo) mostram que os produtos primários e manufaturas baseadas em recursos naturais foram os componentes que mais cresceram no conjunto das importações chinesas. Os primeiros de 10,78% em 1990 para 24,66 e 22,01% em 2008 e 2009, respectivamente. Segundo Carcanholo e Saludjian (2014), o crescimento da economia chinesa aponta para uma “sino-dependência da economia

¹⁹¹ “Ustedes saben que a mí me acusan de muchas cosas, una de ellas es de que Venezuela está regalando el petróleo, lo cual es una falta de respeto, no para mí sino para muchos pueblos aquí representados. Porque entonces la derecha venezolana, a través de sus medios de comunicación, pretenden presentar a los pueblos caribeños como mendigos, lo cual refleja mucho en alma, digámoslo así, o la calidad de los sentimientos de algunos venezolanos que durante mucho tiempo gobernaron nuestro país y le regalaron petróleo, ellos sí se lo regalaron, en primer lugar a Estados Unidos. Venezuela le vendía petróleo a Estados Unidos con descuento, no pagaban impuesto las transnacionales, pagaban uno por ciento de regalías petroleras en la Faja de Orinoco. Ahora pagan lo que tienen que pagar, 33 por ciento”

latino-americana”, tendo em vista que a China tornou-se um dos principais destinos das exportações latino-americanas. Há, no interior desse processo, uma inversão nas relações comerciais entre China e América Latina entre 1985 e 2009. A partir dos anos 1980, há um aumento das exportações de produtos primários da América Latina para a China (mais de 80%) e uma drástica redução no que tange aos bens industrializados, que ainda possuem baixo nível tecnológico. Carcanholo e Saludjian (2014, p. 20) concluem que “o comércio com o novo principal parceiro comercial de América do Sul mostrou desde o final dos anos 1980 um padrão de comércio reprimarizado e dependente da China”.

Quadro 15: Importações chinesas de bens por categoria de produto (%)

	1990	1995	2000	2007	2008	2009
Produtos primários	10,78	10,33	13,70	18,84	24,66	22,01
Manufaturas baseadas em recursos naturais	11,90	13,91	15,21	14,03	14,11	14,48
Manufaturas de baixa tecnologia	17,03	14,94	11,55	6,40	5,78	5,71
Manufaturas de média tecnologia	45,93	42,05	30,37	25,23	23,86	25,30
Manufaturas de alta Tecnologia	13,41	17,42	28,04	34,98	30,97	31,90
Outras transações	0,96	0,99	1,13	0,51	0,62	0,61

Fonte: Extraído de Carcanho; Saludjian, 2014, p. 18-19.

No que tange a relação sino-venezuelana, desde o governo Chávez que uma série de acordos foram estabelecidos entre os dois países. É importante ressaltar que esse fortalecimento das relações sino-venezuelanas corrobora com o Plan (2007) no qual a China é apontada como área de interesse estratégico para a política externa venezuelana. Entre os objetivos estratégicos delimitados constam: a construção de um novo marco comercial mundial que permita romper com os núcleos hegemônicos de intercâmbio comercial, o aprofundamento da atração de investimentos de empresas e capital estatal e a criação de fundos binacional de desenvolvimento para alavancar projetos (VENEZUELA, 2007b, p. 47).

Segundo Cícero (2015), a tentativa venezuelana de garantir o cumprimento dos acordos estabelecidos com a China esbarrou em limites estruturais. O primeiro dele refere-se à necessidade de aumentar

a produção de petróleo ou remanejar parte das exportações petroleiras dos Estados Unidos para a China. O segundo, por sua vez, alude aos gastos decorrentes da logística de transporte, tendo em vista a magnitude da distância entre China e Venezuela. Além disso, a dificuldade das refinarias chinesas no refino do petróleo venezuelano, mais pesado que o petróleo exportado do Oriente Médio.

Nesse sentido, mantém-se a relação de exportação com os Estados Unidos. Os dados do Quadro 16, que aponta a porcentagem das exportações da Venezuela para os Estados Unidos em comparação a oferta do total de exportações, demonstram a manutenção de cerca de 20% das exportações para esse país. Cícero afirma que “resta clara, portanto, a interdependência entre os dois países em relação ao comércio bilateral. (CÍCERO, 2015, p. 214).

Quadro 16: Exportações venezuelanas para os Estados Unidos segundo a participação no total das exportações (percentuais sobre as exportações totais)

1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
23,3	36,8	40,4	40,8	35,2	33,8	34,7	30,6	25,4	22,6	28,6	20,2	23,4	15,3	23,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto de Estadística Nacional.

Outro limite analisado diz respeito ao combate ao regionalismo aberto. Visualiza-se o avanço dos arranjos regionais de cunho político na América Latina. Muitos deles protagonizados pela Venezuela (Alba e PetroCaribe) e a inserção de outras temáticas, para além da econômica, na agenda da integração regional (Unasul, Mercosul, Celac, entre outras). Por outro lado, a derrota da Alca, como principal representação do regionalismo aberto, não resultou em uma diminuição de articulações pautadas nos princípios neoliberais. Essas continuaram a ocorrer por meio da formação de diversos Tratados de Livre Comércio (TLCs). Sobre a questão, Carcanholo (2014, p. 12) afirma que:

Note-se que, longe de ter desaparecido durante a década dos anos 2000, os Acordos de Livre Comércio se multiplicaram na região. Assim, Peru, Chile, mas também Colômbia, Bolívia e Uruguai continuaram assinando acordos de livre comércio com parceiros da região da América do Sul como os que se encontravam fora da mesma. Assim, vê-se que não existe incompatibilidade entre acordos de livre comércio e os períodos de avanços retóricos e institucionais na integração sul-americana. As dificuldades no que diz respeito às fontes, formas do financiamento dos projetos, modelos de desenvolvimento e de integração econômica são um exemplo desse movimento contraditório: liberal em termos de pressupostos e modelo, permanecendo “alternativo” ou “progressista” no discurso.

Por fim, considera-se também as contradições imbricadas na tentativa de consolidação de um projeto de integração regional de cunho socialista em uma realidade na qual vigoram as normas do modo de produção capitalista. A construção de alternativas, como a Alba e a PetroCaribe, através do modelo de vantagens cooperativas e comércio compensado, representam um avanço na projeção de novas possibilidades de enfrentamento à transferência de valor dos países de economia dependente. Seabra chama a atenção de que:

[...] seus conceitos [da Alba] de *vantagens cooperativas, economia de troca, intercâmbio compensado e seu anticapitalismo* estão referidos aos problemas do

intercambio desigual e aos mecanismos de transferência de valor de economias menos desenvolvidas para aquelas mais desenvolvidas – mesmo que dependentes e subordinadas no interior do sistema capitalista mundial.

Mesmo considerando a integração bolivariana como uma possibilidade em atenuar as relações dependentes entre centro-periferia, é importante sinalizar que não será uma integração de cunho socialista que resultará na extinção da exploração da força de trabalho como *modus operandi*. Essas experiências podem construir acúmulos e modelos para futuros processos revolucionários, mas não é o elemento da integração regional em si que levará a superação do modo de produção capitalista. Ainda mais quando o avanço da *integração bolivariana* está condicionada à renda petrolífera e, por consequência, o avanço ou estancamento desses arranjos regionais acabou sendo refém da variação do preço do petróleo na economia internacional.

Dessa forma, a integração bolivariana consolida-se como uma importante inovação no campo da integração latino-americana e caribenha, retomando o elemento da unidade latino-americana e a importância de se construir mecanismos de combate às relações de dominação externa (FERNANDES, 1974) em voga na América Latina, a partir da luta anti-imperialista. Entretanto, os condicionantes estruturais da dependência das economias latino-americanas, em específico do rentismo petrolíbero venezuelano, limitam o avanço dessas experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais aqui construídas apontam para a validade da hipótese acima aventada de que a integração bolivariana ocupou um lugar central na agenda da política externa venezuelana entre 2004 e 2012. Ademais, a forte vinculação entre a viabilização da proposta de integração bolivariana e a renda petroleira foi um traço constitutivo desse processo. Sendo assim, observou-se uma inflexão no que tange ao projeto político para a região latino-americana, mas persistiu a centralidade do petróleo como elemento definidor e norteador da política externa.

Nesse sentido, o processo da Revolução Bolivariana não conseguiu superar a dependência da renda petroleira. Essa dependência acentua os vínculos de dependência estrutural (dependência do investimento externo direto e das exportações de produtos básicos). Como aponta Gombata (2015, s.p.) “dona das maiores reservas de petróleo do mundo, a Venezuela é vítima de sua própria bonança”. Com o aumento das divisas advindas da exportação do petróleo, o governo Chávez não conseguiu superar as barreiras para o desenvolvimento da indústria nacional e diversificação do setor produtivo, “diante de vantagens econômicas na importação de itens básicos e manufaturados em vez de produzi-los internamente. Assim, ficou refém do mercado externo” (Ibid). No âmbito da política externa, a estabilidade dos arranjos regionais inseridos no modelo de *integração bolivariana* se torna refém da variação do preço do petróleo, tendo em vista que há o uso da renda petroleira para financiá-los.

A experiência da integração bolivariana evidenciou a possibilidade real de construção de arranjos regionais pautados no desenvolvimento social e no combate à pobreza. É importante apontar a melhoria real da condição de vida do povo nos países nos quais desenvolveram-se as iniciativas da regionalização das *Misiones Sociales*. Para além disso, os arranjos regionais ajudou a publicizar o projeto latino-americanista e a luta contra o imperialismo. Nesse sentido, mesmo diante dos limites acima apontados, demonstra-se a necessidade de fomentar arranjos regionais que fujam à agenda negativa na América Latina.

Entretanto, a fragilidade da integração bolivariana, para além da dependência da renda petroleira, também esteve ligada à ascensão dos líderes de esquerda na América Latina. Nessa perspectiva, mesmo não configurando o espectro temporal de análise desse trabalho, é

importante mencionar que após o falecimento de Chávez, o cenário latino-americano entrou em um processo de reascenso das forças conservadoras, que fragilizou a anterior articulação regional entre chefes de Estado de cunho progressista. Esse processo também prejudicou a continuidade da integração bolivariana. Tanto pela morte do seu principal líder e impulsor, como pela conjuntura política e economicamente adversa à projetos regionais de cunho alternativo. A mudança do eixo de política externa de dois dos principais países da América Latina, Argentina e Brasil, também possuem um forte impacto nesse processo. Após a vitória de Macri, nas eleições presidenciais da Argentina, visualiza-se um forte retorno da agenda neoliberal e a retomada das relações mais estreitas com Washington. O mesmo ocorre após o golpe de Estado, consumado em agosto do corrente ano no Brasil. O presidente ilegítimo Michel Temer escolhe José Serra, um dos líderes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para Ministro das Relações Exteriores. Ao assumir a pasta, José Serra afirmou que a diplomacia brasileira não seria exercida a serviço “das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior”¹⁹² (BRASIL, 2016, s.p.). Essas mudanças conjugadas ao processo de polarização política, crise econômica vivenciada no âmbito doméstico pela Venezuela e à manutenção da queda no preço do petróleo desde 2014 fragilizaram ainda mais o aprofundamento da integração bolivariana.

Dessa forma, de maneira geral, os elementos articulados nessa dissertação, apontam para as seguintes considerações: i) o caráter estrutural da dependência latino-americana, que se expressa na sua posição na economia internacional e na estruturação da sociedade de classes dependente; ii) a heteronomia permanente (FERNANDES, 1973) que torna ainda mais complexa a situação de subdesenvolvimento dos Estados latino-americanos; iii) o aprofundamento da dependência com a complexificação dos mecanismos de dominação externa típicos do capitalismo monopolista/imperialista, por meio do novo padrão exportador de especialização produtiva.

No que tange ao caráter da resistência à essa situação estruturalmente adversa, concluímos que i) o histórico de resistência nas iniciativas e articulações regionais em torno da busca pela autonomia

¹⁹² Para ver discurso na íntegra, acessar: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>

demonstram que a pauta da unidade latino-americana é um marco no histórico da formação social da região; ii) é notória capacidade de resistência e de inventividade do povo latino-americano na construção de arranjos regionais anti-imperialistas; iii) em situações de aprofundamento da dependência, a articulação regional surge como possibilidade de criar mecanismos de saída às adversidades; iv) conjunturas economicamente favoráveis às economias dependentes conjugada à governos progressistas viabiliza a construção de projetos alternativos em nível regional .

Por fim, a história demonstra que o imperialismo possui uma capacidade real de reestruturar-se perante “contraofensivas”. Apesar disso, o potencial histórico da luta anti-imperialista é inegável. Trata-se de um conjunto de experiências que acumulam para o aprendizado histórico das forças populares e revolucionárias da América Latina, as únicas capazes de construir uma nova hegemonia na região.

REFERÊNCIAS

ALBA CULTURAL. ¿Que és Alba Cultural? Disponível em: <www.albacultural.org/que-es-alba-cultural>. Acessado em 30 ago. 2016.

ALBA-TCP. Literacy. *Alba-TCP Statistics*, Social Achievements, 201-. Disponível em: <<http://alba-tcp.org/public/images/Estadistica/Alfabetizacion.jpg>>. Acessado em 12 ago. 2016.

ALBA-TCP. Mission Miracle. *Alba-TCP Statistics*, Social Achievements, 201-. Disponível em: <www.alba-tcp.org/public/images/Estadistica/Misionmilagro.jpg>. Acessado em 12 ago. 2016.

ALBA-TCP. *Structure and functioning Alba-TCP*. Disponível em: <www.alba-tcp.org/en/contenido/structure-and-functioning-alba-tcp>. Acesso em 10 ago. 2015.

ALVAREZ, M. *(Des)construção da identidade latino-americana: heranças do passado e desafios futuros*. In: Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades. Brasília, UnB, 2010. Disponível em: <<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/231/427.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2013.

AMARAL, Marisa S. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. 2012. 161f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BANSART, Andrés. *El Caribe. Una sola posibilidad de integración: La Diplomacia de los pueblos*. Caracas: Instituto de Altos Estudos Diplomáticos Pedro Gual, 2008. 68 p.

BAPTISTA, Asdrubal. El capitalismo rentístico: elementos cuantitativos de la economía venezolana. *Cuadernos del Cendes*, Caracas, nº 60, ano 22, Tercera Época, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082005000300005>. Acesso em 10 ago. 2016.

_____. Entrevista a Asdrubal Baptista en Rumbo Económico. Peru, *Canal N*, 11 de julho de 2013. Entrevista a Enrique Pasquel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4pw_Qu8SwiQ>. Acesso em: 22 set. 2016.

_____. MOMMER, Bernard. Renta petrolera y distribución factorial del ingreso. In: NISSEN, Hans Peter, MOMMER, Bernard (Orgs.) *¿Adiós a la Bonanza? Crisis de la Distribución del ingreso en Venezuela*. Caracas: Nueva Sociedad, 1989. Disponível em: <<http://www.ildis.org.ve/website/administrador/uploads/RentaPetrolera.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo Monopolista: Ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en mundo: el pensamiento latino-americano y la teoría de las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

_____; MASERA, Gustavo Alberto. *El Retorno del Regionalismo. Aspectos políticos y económicos en los procesos de integración internacional*. São Paulo: Cadernos PROLAM, 2008. Disponível em: <www.usp.br/prolam/downloads/2008_1_7.pdf>. Acesso em 30 jun. 2015.

BOCCA, Pedro P. *Livre-comércio dependente, lutas sociais e a formação se um campo antineoliberal na América Latina*. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), São Paulo, 2013.

BORON, Atílio. *El socialismo del siglo veintiuno: notas para su discusión*. Disponível em:

<<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33189-42052-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. *Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores*. Ministério das Relações Exteriores, 18 de maio de 2016. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>. Acessado em: 20 ago. 2016.

BRICEÑO RUIZ, José. Los cambios en la política exterior de Venezuela y “el giro hacia el sur” de Chávez. In: BIZZOZERO, Lincoln; CLEMENTE, Isabel (Org.) *La política internacional en un mundo en mutación*. Montevideu: EBO, 2011. p. 47-75.

_____. O Mercosul na política de integração regional de Venezuela. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 77-96, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/6250/5164>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRICEÑO RUIZ, J.; GRACEA, A. M. C.; PUNTIGLIANO, A. R. (Org.). *Integración Latinoamericana y Caribeña*. Política y Economía. Madrid: FCE, 2012, p. 27-59.

CARCANHOLO, Marcelo. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, Rodrigo. *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Pães e Rosas, 2010.

_____.; SALUDJIAN, Alexis. Integração latino-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro na América latina. Buenos Aires, 2014. Disponível em: <<http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/a5eb220d-d8b3-48f1-a256-5c5c87c3bfa2.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-

205, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a11v11n1.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

CARDOSO, Eliel Waldvogel. Construção da confiança na América Latina: do Grupo de Contadora ao Grupo do Rio (1983-1990). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n. 15, p. 282-306, jul./dez. 2013. Disponível em: <www.revistas.ffe.usp.br/anphlac/article/view/1442/1876> Acesso em 20 set. 2016.

CEPAL. *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*. Set. 1994. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2140/S9481108_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 mai. 2015.

_____. *Anuario Estadístico de América Latina y El Caribe 2004*. Santiago: CEPAL, 2005-04. 484 p. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/918>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CHÁVEZ iniciou histórica visita por países de la OPEP. *El Mercurio*, Santiago, 06 de agosto de 2000, Economía. Disponível em <<http://www.emol.com/noticias/economia/2000/08/06/28569/chavez-inicio-historica-visita-por-paises-de-la-oep.html>>. Acesso em 10 set. 2016.

CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. *O rentismo petrolero e seus impactos para a política externa venezuelana (1927 - 2013)*. 2015. 245 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

COELHO, Jaime Cesar. *Economia, poder e influência externa: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2012

COMUNIDADE ANDINA. *Memorando de Entendimiento entre la República Bolivariana de Venezuela y los Países Miembros de la Comunidad Andina -Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú*, 2006.

Disponível em:
 <http://www.comunidadandina.org/documentos/actas/memorando_can_venezuela.htm>. Acesso em 15 set. 2016.

CORONIL, Fernando. La naturaleza de la nación: fetichismo del Estado y nacionalismo In: BRACAMONTE, Leonardo; CAROSIO, Alba; LÓPEZ, López (Org.). *Antología del pensamiento crítico venezolano contemporáneo*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 315-361.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

CUBA. Empresas Grannacionales. *Embajada de la República de Cuba en la República Bolivariana de Venezuela*. Disponível em: <<http://www.embajadacuba.com.ve/alba/empresas-grannacionales/>>. Acessado em: 02 set. 2016.

DAVI, Mariana. *Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP): perspectivas e desafios do ciclo do regionalismo pós-liberal na América Latina*. 2013. 74 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), João Pessoa-PB, 2013.

DECLARAÇÃO DEL MAR DEL PLATA, 2005. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/Documents%20for%20Argentina%20Summit%202005/IV%20Summit/Declaracion/Declaracion_POR%20IV%20Cumbre-rev.1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

EWELL, Judith. “Venezuela 1930 – 1990”; In: BETHELL, Leslie (org.) *História de América Latina*. Tomo XVI: Los países andinos desde 1930. Barcelona: Crítica, 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/15230282/HISTORIA_DE_AM%C3%89RICA_LATINA_LESLIE_BETHELL>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FERMÍN, Eudis F.; GARCÍA, Lucrecia Morales; MANZUR, Juan Carlos Morales. Petrocaribe: Cooperación energética para el desarrollo de los pueblos del Caribe y Centroamérica (2005-2008). *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*, Mérida, Vol. 5. No. 9, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/33919/1/articulo6.pdf>> Acesso em 20 ago. 2016.

FERNANDES, Florestan. Classes sociais na América Latina. In: FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1973a.

_____. Padrões de Dominação Externa na América Latina. In: FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1973b.

_____. *Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

FOSTER, John Bellamy; MCCHESENEY Robert W. *The Endless Crisis: How Monopoly-Finance Capital Produces Stagnation and Upheaval from the USA to China*. New York: Monthly Review Press, 2009.

FRANK, Andre Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia, Editor S.A., 1969.

_____. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 188 p.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

GALVÃO, Andréia Galvão. Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina. *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Disponível em: <www.aacademica.org/000-062/1628.pdf>. Acessado em: 15 mai. 2015.

GOMBATA, Marsília. Com crise, futuro do chavismo é incerto. *Carta Capital*, 20 de julho de 2016, Moralistas Imorais. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/revista/910/com-crise-futuro-do-chavismo-e-incerto>. Acessado em: 15 ago. 2016.

GONÇALVES, Reinaldo *et al.* *Vulnerabilidade Externa Estrutural da América Latina*. Grupo de Trabalho CLACSO “Setores Dominantes na América Latina”, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228423016_Vulnerabilidade_Externa_Estrutural_da_America_Latina> Acesso em: 20 jan. 2014.

HARNECKER, Marta. *Venezuela: una revolución sui generis*, 2004. Disponível em: <www.rebellion.org/docs/97071.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. Dependência estrutural e contradições internas. In: IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1974.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

KATZ, Claudio. *El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA*. 1ª ed. Buenos Aires: Luxemburg, 2006.

_____. Socialismo ou novo-desenvolvimentismo? In: CASTELO, Rodrigo (Org). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. *Tres proyectos en disputa*. La página de Claudio Katz, textos de ciencias sociales, América Latina, 2010. Disponível em: <www.katz.lahaine.org/?p=198>. Acesso em: 10 ago. 2016.

LA JORNADA. Recuperan la visión más de un millón de pacientes con programa cubano-venezolano. México. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2008/01/13/index.php?section=mundo&article=029n1mun>> Acesso em 10 ago. 2015.

LA RAZÓN. Venezuela no ha cumplido con las normas de Mercosur, 04 de novembro de 2015. Disponível em: <www.larazon.net/2015/11/04/venezuela-no-ha-cumplido-con-las-normas-de-mercosur>. Acessado em 20 set. 2016.

LENIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LOPES, Mariana de Oliveira. Avanços e limites do processo bolivariano. *Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina*, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/marianaoliveira.pdf>> Acesso em 20 ago. 2015.

MADURO, Lucia. RIOS, Sandra. A adesão da Venezuela ao Mercosul. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v.8, nº1, 2007. Disponível em: <www.kas.de/wf/doc/9694-1442-5-30.pdf>. Acessado em: 10 set. 2016.

MARIANO, Karina L. P. O neoliberal institucionalismo: um modelo teórico para a integração regional. *Cadernos CEDEC*, São Paulo, nº 50, São Paulo: Cedec, 1995. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD50.pdf>. Acesso em 20 ago. 2013

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.

_____. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo. *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Pães e Rosas, 2010.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis, Insular, 2013.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 37-86.

MARTINS, Carlos Eduardo. A América Latina e a Economia Mundial: Conjuntura, Desenvolvimento e Prospectiva. In: BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikan; VIANA, André Rego (Org.). *Governança global e integração da América do Sul*. Brasília: Ipea, 2011.

MARQUEZ, Gabriel García. O enigmático Hugo Chávez. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 01 de Agosto de 2000, Biblioteca Virtual. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=146>>. Acesso em 08 set. 2016.

MAYA, Margarita López. *Venezuela no ha podido superar una economia rentista petrolera*, Sin Permiso, s.p., 02 de novembro de 2011. Entrevista concedida a Carlos Abel Suárez. Disponível em: <<http://www.sinpermiso.info/textos/venezuela-no-ha-podido-superar-una-economia-rentista-petrolera-entrevista>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro I; Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stimer, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Miséria da Filosofia*: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Celso Furtado na Venezuela. In: FURTADO, Celso. *Ensaios sobre a Venezuela*: subdesenvolvimento

com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 188 p. (Arquivos Celso Furtado, 1).

MENDES, Flávio da Silva. *Hugo Chávez em seu labirinto: o movimento bolivariano e a política na Venezuela*. São Paulo: Alameda, 2012. 302 p.

MENDONÇA, M. G.; PIRES, M. C. *Formação econômica da América Latina*. São Paulo: LCTE, 2012.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. *Integração regional: Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MOMMER, Bernard. *Petróleo global y poder mundial*. Caracas: Comala.com, 2003. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/80004891/2003-Petroleo-global-y-Estado-nacional-Bernard-Mommer>>. Acessado em 10 mar. 2016.

MORAES, Reginaldo (2001). *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo, Editora SENAC.

MOREIRA, L; QUINTEROS, M; SILVA, A. *As relações internacionais da América Latina*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 1). São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Renata Peixoto de. *Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e a política Externa de Hugo Chávez (1999-2010)*. 2011. 182 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2011.

_____. *Política Externa do governo Chávez: seus principais fundamentos e objetivos*. In: MELO, F.; NOGUEIRA, S.; OLIVEIRA, R. (Org.) *América Andina: integração regional, segurança e outros olhares*. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2012.

PÁDUA, Adriana Suzart de. *ALBA-TCP: uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina?* Franca: [s.n.], 2012.

PAIVA, Beatriz Augusto de. OURIQUES, Nildo Domingos. Uma Perspectiva Latino-Americana Para As Políticas Sociais: Quão Distante Está O Horizonte? In: BORGES, Liliam Faria Porto; MAZZUCO, Neiva Galina (Org.). *Democracia e políticas sociais na América Latina*. São Paulo, SP: Xamã VM Editora, 2009.

PASCHOA, Juan Pablo Paineira. CARCANHOLO, Marcelo. Crise alimentar e financeira. A lógica especulativa atual do capital fictício. *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://www.aacademica.org/000-062/1025.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. *Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe 2010: Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad*. 1ª ed. San José, C.R.: Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), 2010. Disponível em: <<http://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/human-development/informe-regional-sobre-desarrollo-humano-para-america-latina-y-e.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PEDROSO, Carolina Silva. *Os projetos regionais de Brasil e Venezuela para América do Sul nos anos Lula da Silva (2003-2010)*. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), São Paulo, 2014.

RAMPINELLI, W. J. Prefácio à 2ª Edição. In: RAMOS, Jorge Abelardo. *História da Nação Latino-Americana*. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2012.

RODRIGUÉZ, Pedro Pablo. *Martí e as duas Américas*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 320 p.

SANAHUJA, José Antonio. Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. In: ALFONSO, Laneydi M.; PEÑA, L.; VAZQUEZ,

M. (Org.). *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe* nº 7, año 2008-2009. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/02450.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

SANTOS, Theotonio dos. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1993.

SARTI, Ingrid. A arquitetura política e os desafios da institucionalidade na integração Sul-americana. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio (Org.). *Sulamérica, comunidade imaginada. Emancipação e integração*. XI Congresso Internacional do FoMerco. Niterói, RJ: EdUFF, 2011, pp. 177-192.

SEABRA, Raphael. A revolução venezuelana: chavismo e bolivarianismo. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 211-220, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/13425>>. Acesso em 20 set. 2016.

_____. *A primeira revolução do século XXI? Bolivarianismo e socialismo na Venezuela*. 2012. 237 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2012.

_____; GIMENEZ, Heloisa Marques Gimenez. Contra o “vazio teórico” da ALBA, uma análise propositiva a partir da lei do valor. *REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS AMÉRICAS*, Brasília, v. 9, n.1, 2015. Acesso em 20 set. 2016.

SILVA, Vanessa Martina. Há 10 anos, Chávez vencia referendo revogatório na Venezuela. *Opera Mundi*, São Paulo, 15 de agosto de 2014, Notícias. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/37467/ha+10+anos+chavez+vincia+referendo+revogatorio+na+venezuela.shtml>> Acesso em 20. ago. 2016.

SOUZA, Ailton de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, n. 4, p. 29-39, dez. 2011.

SOUZA, Nilson Araújo de. América Latina: as ondas de integração. *Revista OIKOS*, Rio de Janeiro, Vol. 11, nº 1, p. 87-126, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/296/168>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

TRATADO DE UNIÓN, LIGA Y CONFEDERACIÓN PERPETUA, 1826. Disponível em: <www.granma.cu/granmad/secciones/alba/ant/2antec-01.html>. Acesso em: 20 ago. 2016.

URRUTIA, Edmundo Gonzáles. Las dos etapas de la política exterior de Chávez. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, nº 205, p. 159-171, set./out. 2006. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/3389_1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.
<nuso.org/media/articles/downloads/3389_1.pdf> Acesso em 20 jun. 2016.

VENEZUELA. Constituição (1999). *Constituição da República Bolivariana da Venezuela*: promulgada em 30 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.mp.gob.ve/LEYES/constitucion/constitucion1.html>>. Acesso em 20 jul. 2016.

VENEZUELA. Presidência da República Bolivariana da Venezuela. *Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económica y Social de la Nación 2001-2007*, 2001. Disponível em: <<http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2013/09/Plan-de-la-Naci%C3%B3n-2001-2007.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

VENEZUELA. HARNECKER, Marta (Org.). *Taller de Alto Nivel "El nuevo mapa estratégico" 12 y 13 de noviembre de 2004*: intervenciones del presidente de la república Hugo Chávez Frías. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información, 2005.

VENEZUELA. Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores. *Carta de saída da Comunidade Andina das Nações*. Caracas, 22 de abril de 2006. Disponível em:

<<http://www.aporrea.org/actualidad/n76531.html>>. Acesso em 10 set. 2016.

VENEZUELA. Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores da Venezuela. *Fundamentos filosóficos de la nueva integración del Sur*. Caracas: Edições do Instituto de Altos Estudos Diplomáticos Pedro Gual, 2007a. 101 p.

VENEZUELA. Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores. Instituto de Altos Estudos Diplomáticos Pedro Gual. *Misión y Visión*, 2006. Disponível em: <http://www.institutopedrogual.edu.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=198&Itemid=61>. Acesso em 12 set. 2016.

VENEZUELA. Presidência da República Bolivariana da Venezuela. *Proyecto Nacional Simón Bolívar Primer Plan Socialista -PPS- Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*, 2007b. Disponível em: <<http://www.mppeuct.gob.ve/el-ministerio/politicas/leyes-y-planes/proyecto-nacional-simon-bolivar-primer-plan-socialista-pps>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

VENEZUELA. Instituto Nacional de Estadística. *Pobreza por línea de ingreso*, 1er semestre 1997 - 1er semestre 2015. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=104&Itemid=45#>. Acesso em 20 ago. 2016.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores, 2015. *La Misión Milagro*. Disponível em: <http://ceims.mppre.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=523&Itemid=28>. Acesso em 26 ago. 2015.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. *Estudios Avanzados*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 153-172, 2005. Disponível em: <www.revistas.usp.br/eav/article/view/10100>. Acesso em 20 ago. 2013.

VIZENTINI, Paulo. A política externa da Venezuela In: CARDIM, Carlos Henrique; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). *Venezuela: Visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.

DISCURSOS

VENEZUELA. Intervención del Comandante Presidente Hugo Chávez, en la Rueda de prensa Internacional, situación actual de Venezuela, situación actual: referendo, firmas y petróleo, *Todo Chávez en la Web*, La Habana, Cuba, 02 de agosto de 2003. Disponível em: <www.todochavez.gob.ve/todochavez/3725-intervencion-del-comandante-presidente-hugo-chavez-en-la-rueda-de-prensa-internacional-situacion-actual-de-venezuela-situacion-actual-referendo-firmas-y-petroleo>. Acessado em: 05 set. 2016.

VENEZUELA. Acto Conmemorativo del Décimo Aniversario de la primera visita del Comandante Presidente Hugo Chávez a la República de Cuba. *Todo Chávez en la Web*, 14 de dezembro de 2004. Disponível em: <www.todochavez.gob.ve/todochavez/2091-acto-conmemorativo-del-decimo-aniversario-de-la-primera-visita-del-comandante-presidente-hugo-chavez-a-la-republica-de-cuba>. Acessado em 10 ago. 2016.

VENEZUELA. Intervención del Comandante Presidente Hugo Chávez, en la firma de Acuerdos en el marco del ALBA entre Bolivia, Cuba y Venezuela. *Todo Chávez en la Web*, 29 de abril de 2006. Disponível em: <www.todochavez.gob.ve/todochavez/2955-intervencion-del-comandante-presidente-hugo-chavez-en-la-firma-de-acuerdos-en-el-marco-del-alba-entre-bolivia-cuba-y-venezuela>. Acessado em: 02 set. 2016.

VENEZUELA. Firma de Acuerdos entre la República Bolivariana de Venezuela y la República de Nicaragua. *Todo Chávez en la Web*, 04 de junho de 2007. Disponível em: <www.todochavez.gob.ve/todochavez/2404-firma-de-acuerdos-entre-la-republica-bolivariana-de-venezuela-y-la-republica-de-nicaragua>. Acessado em: 20 set. 2016.

VENEZUELA. Instalación de la VI Cumbre Presidencial de la Alternativa Bolivariana para los pueblos de nuestra América (ALBA). *Todo Chávez en la Web*, 26 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/1577-instalacion-de-la-vi-cumbre-presidencial-de-la-alternativa-bolivariana-para-los-pueblos-de-nuestra-america-alba>>. Acesso em 20 set. 2016.

VENEZUELA. V Cumbre Extraordinaria de Petrocaribe. *Todo Chávez en la Web*, 13 de julho de 2008. Disponível em:

<www.todochavez.gob.ve/todochavez/2291-v-cumbre-extraordinaria-de-petrocaribe>. Acessado em: 10 set. 2016.

VENEZUELA. Aló Presidente nº 332. *Todo Chávez en la Web*, 07 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/4252-alo-presidente-n-332>>. Acessado em: 05 set. 2016.

VENEZUELA. Intervención del Comandante Presidente Hugo Chávez durante acto de lanzamiento de la Radio del Sur. *Todo Chávez en la Web*, 25 de fevereiro de 2010. Disponível em: <www.todochavez.gob.ve/todochavez/517-intervencion-del-comandante-presidente-hugo-chavez-durante-acto-de-lanzamiento-de-la-radio-del-sur>. Acessado em 20 set. 2016.

VENEZUELA. Intervención del Comandante Presidente Hugo Chávez en acto de clausura de la XI Cumbre de la Alianza Bolivariana de los Pueblos de Nuestra América-Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP). *Todo Chávez en la Web*, 05 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/97-intervencion-del-comandante-presidente-hugo-chavez-en-acto-de-clausura-de-la-xi-cumbre-de-la-alianza-bolivariana-de-los-pueblos-de-nuestra-america-tratado-de-comercio-de-los-pueblos-alba-tcp>>. Acessado em 05 set. 2016.

ANEXOS

Reuniões do Conselho do Mercosul (2004 – 2012)

Cúpula	Data	Local	Propostas	Discurso de Hugo Chávez Frías na ocasião
26ª Reunião do Conselho do MERCOSUL	7 e 8 de julho de 2004	Puerto Iguazú, Argentina	Solicitação de entrada da Venezuela como membro associado no MERCOSUL aceita.	http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/820-inicio-de-la-xxvi-reunion-del-consejo-del-mercado-comun-del-sur-%E2%80%93-mercotur http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/820-inicio-de-la-xxvi-reunion-del-consejo-del-mercado-comun-del-sur-%E2%80%93-mercotur
27ª Reunião do Conselho do MERCOSUL	13 e 14 de dezembro de 2004	Belo Horizonte, Brasil		
28ª Reunião do Conselho do MERCOSUL	18 e 19 de junho de 2005	Assunção, Paraguai		http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/3329-intervencion-del-comandante-presidente-hugo-chavez-frias-xxviii-cumbre-de-mercotur
XV Cúpula Ibero-americana	14 e 15 de outubro de 2005	Salamanca, Espanha	Solicitação de entrada da Venezuela como membro pleno no MERCOSUL	

29ª Reunião da Cúpula do MERCOSUL	7 e 8 de dezembro de 2005	Montevideu, Uruguai	Decisão nº 28/05 do Conselho Mercado Comum do Mercosul Solicitação aceita	Venezuela anuncia sua decisão de converter-se em membro pleno.
Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul	4 de julho de 2006	Caracas, Venezuela	Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul	http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/3193-intervencion-del-comandante-presidente-hugo-chavez-en-la-firma-del-protocolo-de-adhesion-de-la-republica-bolivariana-de-venezuela-al-mercado-comun-del-sur-mercosur
30ª Reunião da Cúpula do MERCOSUL	20 e 21 de julho de 2006	Córdoba, Argentina		http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/3170-intervencion-del-comandante-presidente-hugo-chavez-frias-a-la-xxx-cumbre-de-jefes-de-estado-del-mercosur-pabellon-amarillo-sala-quebrada-del-condorito-cordoba-argentina
31ª Reunião da Cúpula do MERCOSUL	14 e 15 de dezembro de 2006	Brasília, Brasil		
32ª Reunião da Cúpula do	18 e 19 de janeiro	Rio de Janeiro,		http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/2668-intervencion-del-comandante-presidente-hugo-

MERCOSUL	de 2007	Brasil		chavez-durante-la-xxxi-cumbre-del-mercosur
5ª Reunião Extraordinária da Cúpula do MERCOSUL	21 e 22 de maio de 2007	Assunção, Brasil		
33ª Reunião da Cúpula do MERCOSUL	27 e 28 de junho de 2007	Assunção, Paraguai		
34ª Reunião da Cúpula do MERCOSUL	17 e 18 de dezembro de 2007	Montevideu, Uruguai		http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/2109-xxxiv-cumbre-de-jefes-de-estados-del-mercosur-y-estados-asociados
35ª Reunião da Cúpula do MERCOSUL	30 de junho de 2008	San Miguel de Tucumán, Argentina		
36ª Reunião da Cúpula do MERCOSUL	15 de dezembro de 2008	Costa do Sauípe, Brasil		
37ª Reunião da Cúpula do MERCOSUL	23 de julho de 2009	Assunção, Paraguai		
38ª Reunião da Cúpula do	8 de dezembro	Montevideu, Uruguai		http://www.todochavez.gob.ve/todochavez/1355-intervencion-del-comandante-presidente-hugo-

MERCOSUL	de 2009			<u>chavez-en-la-38-cumbre-del-mercado-comun-del-sur-mercosur</u>
39ª Reunião da Cúpula do MERCOSUL	2 e 3 de agosto de 2010	San Juan, Argentina		
40ª Reunião da Cúpula do MERCOSUL	16 e 17 de dezembro de 2010	Foz do Iguaçu, Brasil		
41ª Reunião da Cúpula do MERCOSUL	29 de junho de	Assunção, Paraguai	2011	